



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

**A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA E A
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL
NO LITORAL SUL DA BAHIA**

**Salvador
2009**

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

**A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA E A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO LITORAL SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Guiomar Inez Germani

Salvador
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

**A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA E A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO LITORAL SUL DA BAHIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à

Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
da Universidade Federal da Bahia

Comissão Examinadora:

.....
Profª Drª Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

.....
Profª Drª Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

.....
Profª Drª Cristina Maria Macêdo de Alencar
Universidade Católica do Salvador (UCSal)

À Romilda,
pela oferta do amor e da confiança materna.

À Guiomar,
pela partilha na concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, compartilho com Raul Seixas o pensamento de que “o sonho que se sonha só é só sonho, mas sonho que se sonha junto é a realidade que começa”. Isto porque este trabalho surgiu como um sonho individual e hoje se torna uma realidade pela chegada de algumas pessoas que de diversas formas e em distintos momentos se fizeram presentes.

Primeiramente agradeço à DEUS, pela energia que me ilumina e fortalece na caminhada, não permitindo que eu deixe de sonhar.

Ao meu pai Lino (*in memoriam*), pelo amor eternizado em lembranças saudosas que me acalentam no cotidiano. À minha mãe Romilda, que pela sua existência me faz mais gente a cada dia. Ao meu irmão Linyson, pelo apoio concedido nos momentos de incerteza. À Nice, Quesia e Rebeca, pelo afago sempre ofertado. Com a minha dedicação, reconheço e retribuo a importância de vocês na minha vida.

À Universidade Federal da Bahia, pelo ensino público que possibilitou a minha formação na Geografia. Aos professores Angelo Serpa, Silvio Bandeira, Creuza Lage, Catherine Prost, Rubens Toledo e Lídia Cardel pelas importantes contribuições teórico-metodológicas recorridas nos momentos solitários da escrita. Aos meus colegas, pelos momentos de incerteza e apreensão que vivemos juntos, em particular às “compas” Lesdli e Ednizia. Agradeço também a Dirce e Itanajara, assim como a Aldacy pela presteza que me foi dispensada ao longo do curso.

Neste espaço, o Projeto GeografAR tornou-se o meu lugar, onde cotidianamente compartilho incertezas e celebro conquistas. Agradeço assim de forma particular à Tiago, Ednizia, Denilson, Paula, Gedeval, Paulo, Lourdinha, Elane, Edite, Ludiara, Gilca (...) Sem o apoio compartilhado de vocês, não celebraria mais esta conquista.

Reservo aqui um agradecimento muito especial à professora Guiomar, pela forma simples como me ensina a cada dia o significado de “ser” instituição pública e

também por fazer parte da minha caminhada transcendendo as fronteiras institucionais da academia.

Às professoras Alexandrina Luz e Cristina Alencar, pela forma carinhosa como acolheram o convite desta banca examinadora diante de tantas outras possibilidades e, principalmente, pelas valorosas orientações.

Aos sujeitos sociais entrevistados, pela atenção e confiança concedidas nas falas revificadoras deste trabalho.

Ao Instituto Federal da Bahia, pela possibilidade do exercício da minha prática docente na Geografia. Aos meus colegas, pelos diálogos solidários que me fortaleceram: Igor, Sueli, Elaine, Rafael e Wesley. Aos meus alunos, pela sensibilidade em compreender a delicadeza do contexto, acolhendo com sorrisos ternos o semblante da exaustão em sala de aula.

Agradeço também de forma muito carinhosa às amigas que se fizeram presentes nesta caminhada: à Silvia, pela força e perseverança sempre irradiadas. À Vânia, pelo alento da verdadeira amizade. À Judite, pela cumplicidade afetuosa que se fez perto ainda que distante. À Thaís, pela atenção nos momentos de apreensão. Agradeço também ao amigo Manoel, pelos nossos devaneios literários renovadores da inspiração e a Itamar, pelo acalento de sua fraternidade.

Enfim, à todos que se juntaram no sonho que hoje se torna uma realidade, expresso os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

Desde 2003, o Estado vem implementando as suas políticas públicas no campo brasileiro à luz da “promoção do desenvolvimento territorial rural” (MDA, 2004), sendo o território adotado enquanto unidade de planejamento e gestão espacial e a identidade territorial utilizada como estratégia de legitimação da ação política no imaginário social. Esta pesquisa analisa a Questão da (Reforma) Agrária no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, tendo como recorte analítico o Território Litoral Sul da Bahia. A metodologia adotada pautou-se na pesquisa participante, tendo sido realizadas entrevistas qualitativas com representantes do poder público – em sua instância federal e estadual – e das organizações e movimentos sociais do campo em oficinas, encontros e seminários. O Território Litoral Sul da Bahia se destaca pela concentração espacial de organizações e movimentos sociais de luta pela terra e de acampamentos e projetos de assentamentos rurais, aspectos estes que evidenciaram a questão (da reforma) agrária na ordem do discurso governamental. Assim, considerando que toda intervenção territorial pressupõe um interesse político no território e que o Estado reproduz, através de suas políticas públicas, a desigual correlação de forças sociais que definem a estrutura da sociedade capitalista, fez-se necessário uma reflexão geográfica sobre os significados e os desdobramentos deste processo. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que o espaço geográfico é a condição material de reprodução da sociedade em suas múltiplas escalas e dimensões, sendo a autonomia política da prática social conquistada a partir das temporalidades, espacialidades e territorialidades definidas.

Palavras-chave: reforma agrária, movimentos sociais, desenvolvimento territorial, Litoral Sul da Bahia.

ABSTRACT

Since 2003, the Estate has been implementing its political actions in the Brazilian field under the idea of “promoting the development of the rural territory” (MDA, 2004), and the territory is adopted as a unit of spatial planning and management, and the territorial identity to be used is chosen as a strategy of legitimizing the social imaginary on political action. This research analyzes the Agrarian (Reform) in the specific context of the Politics for the Rural Territory Development, and focuses on the Territory of South Bahia Atlantic Coast as its exploratory picture. The methodology used for the study was based on participative research through qualitative interviews conducted with representatives from the federal and state governments, and with agrarian committee from social movements and organizations. Workshops, meetings and seminars were used for collecting information. The South Bahia Atlantic Coast Territory is evident because of its geographic concentration of social organizations and movements in favor of the rights for land, and because of the rural camping and land consolidation projects as well. And those are the aspects that have evidenced the issue about agrarian (reform) that has been showed in the government discourse. Therefore, considering that the idea of a territory intervention is strictly related to a political interest in that territory, and that the Estate recreates, through its public politics, an unequal correlation between social powers that define the structure of the capitalist society, it has been necessary to think geographically about the meanings, the ongoing manifestation, and the expansion of this whole process. In order to reach this principle, it has firstly been considered that the geographic territory is the physical condition for the reproduction of the society in its multiple levels and degrees, considering yet that the political autonomy for social actions is achieved from well defined temporariness, spatiality and territoriality.

Key words: agrarian reform, social movements, territorial development, South Bahia Atlantic Coast.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Bahia – Território Litoral Sul, 2009.....	23
Figura 2	I PNRA – Áreas Reformadas (1985 -1989).....	45
Figura 3	I PNRA – Famílias Assentadas (1985 -1989).....	45
Figura 4	I PNRA – Famílias Assentadas por Região (1985 -1989).....	46
Figura 5	Brasil – Territórios Rurais, 2009.....	66
Figura 6	Bahia – Territórios Rurais Apoiados pela SDT, 2009.....	69
Figura 7	Bahia – Territórios de Identidade, 2007.....	89
Figura 8	Bahia – Acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra Identificados, 2009.....	93
Figura 9	Bahia – Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 2009.....	94
Figura 10	Bahia – Acampamentos e Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 2009.....	95
Figura 11	Brasil – Territórios da Cidadania, 2009.....	98
Figura 12	Bahia – Territórios da Cidadania, 2009.....	99
Figura 13	Cacaueiro (<i>Theobromacação</i>).....	107
Figura 14	Mata Cabruca.....	108
Figura 15	Vassoura de Bruxa (<i>Crinipelis Perniciosa</i>).....	115
Figura 16	Território Litoral Sul da Bahia – População Total (1980 – 2000).....	117
Figura 17	Território Litoral Sul da Bahia – População Residente (1980 - 2000).....	117
Figura 18	Território Litoral Sul da Bahia – Agricultura Familiar, 2006.....	123
Figura 19	Território Litoral Sul da Bahia – Condição Legal das Terras, 2006.....	124
Figura 20	Território Litoral Sul da Bahia – Estrutura Fundiária, 2006.....	126
Figura 21	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1920.....	129
Figura 22	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1940.....	129
Figura 23	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1950.....	130
Figura 24	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1960.....	131
Figura 25	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1970.....	132
Figura 26	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1975.....	132
Figura 27	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1980.....	133
Figura 28	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1985.....	133
Figura 29	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 1995/6.....	134

Figura 30	Índice de Gini no Território Litoral Sul da Bahia, 2006.....	135
Figura 31	Território Litoral Sul da Bahia – Índice de Gini, 1996.....	136
Figura 32	Território Litoral Sul da Bahia – Índice de Gini, 2006.....	137
Figura 33	I Configuração Espacial do Território Litoral Sul da Bahia.....	163
Figura 34	II Configuração Espacial do Território Litoral Sul da Bahia.....	165
Figura 35	Reunião do GGE Território Litoral Sul da Bahia na CEPLAC, em Itabuna.....	170
Figura 36	Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia – Representação do Poder Público, 2008.....	171
Figura 37	Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia – Representação da Sociedade Civil, 2008.....	173
Figura 38	III Conferência Regional do Meio Ambiente Ilhéus – Itabuna, UESC	175
Figura 39	Território Litoral Sul da Bahia, Projetos Territoriais Aprovados por Representação (2003 - 2008).....	181
Figura 40	Folheto do 14º Grito dos Excluídos – CPT, 2009.....	183
Figura 41	Território Litoral Sul da Bahia – Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (1986 - 2009).....	189
Figura 42	Ocupação da Usina Funil, na BR 330.....	193
Figura 43	Ocupação da Sede do INCRA, em Salvador.....	193
Figura 44	Marcha do Abril Vermelho 2007, em Salvador.....	195
Figura 45	Marcha do Abril Vermelho 2007, em Salvador.....	195
Figura 46	Ocupação da Estação Joaquim Bahiana, em Itajuípe.....	197
Figura 47	Território Litoral Sul da Bahia – Acampamento e Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 2009.....	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	I PNRA – Metas Estabelecidas e Cumpridas (1985 - 1989).....	44
Tabela 2	I PNRA – Famílias Assentadas por Região (1985 - 1989).....	46
Tabela 3	Brasil – Territórios Rurais por Região, 2009.....	64
Tabela 4	Brasil – Distribuição Regional das Ocupações e Acampamentos, 2003.....	67
Tabela 5	Bahia – Demanda Social dos Territórios Rurais, 2009.....	70
Tabela 6	Territórios de Identidade da Bahia – Acampamentos e Projetos de Assentamentos, 2009.....	92
Tabela 7	Brasil – Territórios Rurais e da Cidadania por Região, 2008.....	97
Tabela 8	Nordeste – Territórios Rurais e da Cidadania por Estado, 2008.....	97
Tabela 9	Territórios da Cidadania – Orçamento por Grupo de Ações, 2008 - 2009.....	101
Tabela 10	Território Litoral Sul da Bahia – População (1980 - 2006).....	116
Tabela 11	Território Litoral Sul da Bahia – Programa para o Desenvolvimento do Agronegócio (2003 – 2007).....	120
Tabela 12	Território Litoral Sul da Bahia - Agricultura Familiar, 2006.....	123
Tabela 13	Território Litoral Sul da Bahia – Condição Legal das Terras, 2006.....	124
Tabela 14	Território Litoral Sul da Bahia – Estrutura Fundiária, 2006.....	125
Tabela 15	Território Litoral Sul da Bahia – Índice de Gini dos Municípios (1920 - 2006).....	128
Tabela 16	Território Litoral Sul da Bahia – Categorias da Concentração Fundiária dos Municípios (1920 - 2006).....	138
Tabela 17	Território Litoral Sul da Bahia – Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (1986 - 1987).....	149
Tabela 18	Colegiado Território Litoral Sul da Bahia – Representação do Poder Público, 2008.....	171
Tabela 19	Territórios da Cidadania na Bahia – Dotação Orçamentária (2008 e 2009).....	172
Tabela 20	Colegiado Território Litoral Sul da Bahia – Representação da Sociedade Civil, 2008.....	173
Tabela 21	Território Litoral Sul da Bahia – Projetos Territoriais Aprovados (2003 - 2008).....	178
Tabela 22	Território Litoral Sul da Bahia – Projetos Aprovados por Representação (2003 - 2008).....	181
Tabela 23	Programas – Valores Previstos no PLOA 2008 para Organização Agrária.....	186
Tabela 24	Unidades Orçamentárias – Valores Previstos no PLOA 2008 para Organização Agrária.....	187
Tabela 25	Território Litoral Sul da Bahia – Ocupações de Terras, 2005.....	192
Tabela 26	Território Litoral Sul da Bahia – Ocupações de Terras, 2007.....	194

Tabela 27	Território Litoral Sul da Bahia – Ocupações de Terras, 2008.....	196
Tabela 28	Território Litoral Sul da Bahia – Acampamentos Identificados, 2008.....	198
Tabela 29	Território Litoral Sul da Bahia – Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 2008.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACS	Associação Bueraremensense dos Agentes Comunitários
ABARÁ	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais
ABC	Associação Brasileira de Cacaucultores
ABEC	Associação Brasileira dos Exportadores de Cacau
ABIC	Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACB	Associação Comercial da Bahia
ADAB	Agência Estadual de Defesa da Agropecuária
AIART	Associação Itabunense de Artesões
AIPC	Associação das Indústrias Processadoras de Cacau
AMURC	Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia
APC	Associação dos Produtores de Cacau da Bahia
APIS	Associação de Bananicultores e Apicultores em Diversificação de Buerarema e Adjacências
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
BB	Banco do Brasil S.A
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAR	Coordenação de Ação Regional
CARE	<i>Cooperative for Assistance and Relief Everywhere</i>
CCPC	Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEALNOR	Centro de Associações do Litoral Norte
CEAS	Centro de Estudos e Ações Regionais
CEBs	Comunidades Eclesiásticas de Base
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPEDES	Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

CEPEDS	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Sul da Bahia
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CETA	Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia
CIASUL	Consórcio Intermunicipal de Integração do Alto Sul
CICODE	Consórcio Intermunicipal Costa do Descobrimento
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CISUBA	Consórcio Intermunicipal do Sul da Bahia
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPC	Conselho Nacional dos Produtores de Cacau
COAGRI	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares do Sul da Bahia
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSADs	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOFASULBA	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia LTDA
COOPASB	Cooperativa dos Pequenos e Pequenas Agricultores e Agricultoras em Agroecologia do Sul da Bahia LTDA
COOPERCENTROSUL	Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana da Região Cacaueira LTDA
COOPERUNA	Cooperativa dos Agricultores Rurais de Una
COOPRASBA	Cooperativa Regional dos Assentados do Sul da Bahia LTDA
COOTEBA	Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
COOTRAFS	Cooperativa de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul da Bahia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CRASBA	Conselho Associativista de Buerarema e Adjacências
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia

DESENBABIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A
DFDAs	Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário
DIREC	Diretoria Regional de Educação do Estado da Bahia
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFAMA	Escola Família Agrícola Margarida Alves
EMASA	Empresa Municipal de Água e Saneamento
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAEB	Federação da Agricultura do Estado da Bahia
FALTAB	Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal
FESPI	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDECAU	Fundo de Desenvolvimento da Cacaucultura
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
FUNPAB	Fundação Pau Brasil
GG	Grupo Gestor
GGE	Grupo Gestor Executivo
GRAMA	Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente
IAF	Índice de Agricultores Familiares
IAF	Índice de Famílias Assentadas
IBA	Índice da Base Física e Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICB	Instituto do Cacau da Bahia

IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia
IESB	Instituto de Estudos Sócioambientais
IFA	Índice de Famílias Acampadas
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima
IOS	Índice de Organização Social
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
IRS	Índice de Reparos Sociais
ITR	Índice Territorial Rural
LUTE	Movimento Liberdade União, Trabalho e Educação
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDR	Movimento dos Desempregados Rurais
MEB	Movimento de Educação de Base
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MRT	Movimento de Renovação Trabalhista
MSJ	Movimento Social Jupará
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL	Movimento Terra e Liberdade
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MUM	Movimento Unificado de Mulheres
MVAB	Movimento Vantuí Agroecológico do Brasil
NATIVA	Associação de Ação Social e Fomento de Produto Turístico, Educação e Meio Ambiente
NEAM	Núcleo de Educação Ambiental e de Difusão de Práticas Sustentáveis
NRI	<i>Nacional Resources Institute</i>
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORDEM	Organização Pró-defesa e Estudos dos Manguezais da Bahia
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PEDRS	Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
PFL	Partido da Frente Liberal
PIN	Programa de Integração Nacional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PRLCB	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana
PROCACAU	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura
PROINF	Pronaf Infraestrutura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PUC	Pólo de Unidade Camponesa
RACAASUL	Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Sociais Populares
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia
SEC	Secretaria de Educação
SECOMP	Secretaria de Combate a Pobreza
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SECULT	Secretaria da Cultura
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado

SESAB	Secretaria de Saúde
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política e Reforma Agrária
TDA	Título de Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA: UM OLHAR GEOGRÁFICO	
2.1	A GEOPOLITICA DA LUTA POPULAR PELA TERRA.....	29
2.2	OS (DES) CAMINHOS DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA.....	35
3	A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	
3.1	A GESTÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	54
3.2	A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO.....	57
3.3	O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS.....	61
3.3.1	Os Territórios Rurais.....	63
3.3.2	A Estrutura Territorial.....	71
3.3.3	O Desenvolvimento Territorial Rural.....	75
3.3.3.1	As ações prioritárias.....	83
3.4	OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE.....	85
3.5	OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	96
4	A GEOGRAFIA DESIGUAL E COMBINADA NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA	
4.1	A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	104
4.1.1	A Crise Cacaueira (1989) e suas Repercussões Espaciais.....	113
4.2	A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE DA TERRA.....	121
4.2.1	Os Censos Agropecuários e o Cálculo do Índice de Gini (1920-2006)....	127
4.3	A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA POPULAR PELA TERRA.....	139
4.3.1	As Ligas Camponesas.....	143
4.3.2	O Movimento de Renovação Trabalhista.....	144
4.3.3	A Luta dos Posseiros.....	146
4.3.4	A Luta dos Trabalhadores Rurais sem Terra.....	150
5	A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA EM SUAS CONTRADIÇÕES ESPACIAIS	
5.1	TRILHANDO OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO..	157
5.1.1	A Pesquisa Análise Territorial da Bahia Rural.....	157
5.1.2	A Estrutura do Território.....	161
5.2	A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	166
5.2.1	O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	166

5.2.2	O Colegiado Territorial: representação, espaço e poder.....	168
5.2.2.1	As Representações Sociais.....	168
5.2.2.2	Os Projetos Territoriais.....	177
5.3	A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA NO TERRITÓRIO.....	183
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
	REFERÊNCIAS.....	208
	ANEXOS.....	216

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado é resultado do processo de construção do conhecimento que vem sendo desenvolvido no âmbito do Projeto GeografAR, desde 2001, contexto no qual ocorreu a minha iniciação científica enquanto bolsista IC/CNPq (2002 - 2004) , continuado com a monografia de bacharelado em Geografia intitulada “A Espacialização da Luta pela Terra no Litoral Sul da Bahia (FREITAS, 2005).¹

Assim foi despertado o “olhar geográfico” sobre a realidade, aqui compreendida a partir de SANTOS (2000, p.176-177) enquanto um estado, uma totalização em marcha. É uma situação, e uma situação em mudança. Nesta perspectiva, entende-se o espaço geográfico como uma totalidade em movimento que adquire concretude pela materialização da prática social, em suas distintas temporalidades e espacialidades.

Nesta totalidade em movimento, a análise das particularidades locais evidencia a necessidade de considerar os fenômenos geográficos em suas múltiplas escalas temporo - espaciais. O Território Litoral Sul da Bahia se destaca pela concentração espacial de organizações e movimentos sociais de luta pela terra e de acampamentos e projetos de assentamentos de reforma agrária implantados pelo Estado no campo baiano.

Estes aspectos adquirem uma grande visibilidade na atual conjuntura da Política de Desenvolvimento Territorial Rural que vem sendo implantada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde 2003, uma vez que o número de famílias acampadas e assentadas - assim como os agricultores familiares - foram os aspectos centrais na delimitação dos territórios rurais. Assim, foi instituída a

¹ O Projeto GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural - é vinculado ao Departamento e Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia (DGEO/MGEO/UFBA) e apoiado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Desde 1996, vem analisando a produção do espaço geográfico no campo baiano, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades. Os movimentos sociais do campo, as políticas públicas e a produção do espaço constituem-se como eixo de análise do grupo de pesquisa. (<http://www.geografar.ufba.br>)

ordem do discurso governamental na qual a política da reforma agrária estaria de “mãos dadas” com o desenvolvimento rural rumo à construção de uma Vida Digna no Campo (MDA, 2003a).

Como se observa na Figura 1, o Território Litoral Sul da Bahia é formado por 26 municípios que abrangem uma área de 15.741 km² e tem como limites Maraú, ao norte, e Canavieiras, ao sul, além dos municípios de Camacan, Pau-Brasil, Arataca, Jussari, Santa Luzia e Mascote, Ilhéus, Itacaré, Uruçuca, Una, Itabuna, Itapé, Itajú da Colônia, Floresta Azul, Barro Preto, Ibicaraí, São José da Vitória, Buerarema, Ubaitaba e Aurelino Leal, Itajuípe, Coaraci, Almadina e Itapitanga.

Dessa forma, foi inserido na abordagem territorial do desenvolvimento - enquanto “território rural” (a partir de 2003), “território de identidade” (a partir de 2007) e “território da cidadania” (a partir de 2008) -, o que explicitou a necessidade de uma análise geográfica dos significados e os desdobramentos desta intervenção política do Estado, sendo identificados os desafios e as possibilidades das organizações e movimentos sociais do campo - enquanto horizontalidades socialmente construídas no local - em redefinir (ou não) as verticalidades impostas pela racionalidade governamental.

Nesta perspectiva, foram definidas as seguintes questões de pesquisa:

- De que forma a dimensão geopolítica da luta popular pela terra vem definindo os (des) caminhos da política de reforma agrária?
- Como ocorreu a implantação da Política de Desenvolvimento Territorial Rural no campo brasileiro?
- Como se processou a espacialização da luta popular pela terra no Território Litoral Sul da Bahia?
- De que forma a questão (da reforma) agrária se define no Território Litoral Sul da Bahia?

Buscar responder a estas questões constituiu-se o objetivo desta pesquisa e com isso, não se pretende adotar um dogmatismo ortodoxo no qual a realidade venha a ser adequada ao método, mas definir um referencial teórico-metodológico que possibilite uma reflexão geográfica sobre “A Questão (da Reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia”.

Figura 1



Atribui-se assim uma centralidade analítica ao conceito de território sendo este compreendido enquanto espaço geográfico apropriado socialmente a partir de relações de poder que tem como essência o conflito, uma vez que as classes sociais expressam lógicas antagônicas de uso e apropriação do espaço geográfico no modo de produção capitalista.

Neste sentido, Oliveira afirma que:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo /modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (política, ideológica, simbólica etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Pensar o território, portanto, significa pensar as classes sociais em disputa no espaço, apropriando-se deste, transformando-o em território (SOUZA, 2008 p. 81) para a realização do trabalho no processo de reprodução social.

A identidade se define historicamente a partir da organização política dos sujeitos sociais na luta e resistência pela apropriação do espaço geográfico, de tal modo como a identidade dos “sem terra” que organizados em movimentos sociais lutam, pela conquista e manutenção de um pedaço de terra – ou melhor, do território – a fim de garantirem as condições materiais de se reproduzirem enquanto força política de transformação social.

Bogo analisa a identidade como uma construção social na unidade de contrários em luta, referindo-se assim às identidades de classe. Nesse sentido, o autor afirma que:

As formas de identidade estão marcadas pela aceitação e manutenção do presente, ou pela resistência a ela, ou pelo desejo de destruição e transformação do poder presente [...] Sem alcançar a transformação das estruturas de poder e de dominação na sociedade capitalista, a identidade emancipada não se manifesta, pois não se configura numa opção real (BOGO, 2008, p.59-60).

Entende-se assim que, na Geografia, a identidade é territorial e significa além de pertencimento a certo lugar, o resultado do processo de territorialização com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade (SAQUET, 2007.p.152).

Os procedimentos metodológicos adotados integram a metodologia de pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Projeto GeografAR. Assim, foram realizadas:

- Revisão bibliográfica, pesquisa documental e cartográfica sobre o tema, tendo como principais fontes o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura do Cacau (CEPLAC) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- Entrevistas estruturadas com representantes do poder público (em sua instância federal e estadual) e com lideranças das organizações e movimentos sociais, sendo destacadas as entrevistas realizadas com Sérgio Costa (Articulador Estadual da SDT), Benito Juncal (Diretor de Planejamento Territorial da SEPLAN), Edgard Porto (Diretor de Estudos da SEI), Paulo Demeter (Coordenador Regional da FASE), Marcos Luedy (Diretor da ABARÁ), Vanderli Cazais (Agente da Equipe Sul /Sudoeste da CPT Bahia), Maria Angélica Anunciação (Assessora da FETAG/Pólo Sindical Sul), Cosme Raimundo (Trabalhador Acampado do MST), Derivaldo Ramos (Dirigente do STR Santa Luzia), Bernadete Souza (Coordenadora Estadual do MTL) Manoel José Silva (Coordenador Regional da CETA/RAACASUL) e Aldenes Pereira (Coordenador Estadual do MLT).
- Observação participante em oficinas, encontros e seminários, em especial na III Conferência Regional do Meio Ambiente do Território Litoral Sul que foi realizada na UESC, no período de 19 a 20/2/2008, com a presença dos membros do Colegiado Territorial; no Encontro da Articulação em Políticas

Públicas da Bahia que foi realizada em Feira de Santa, no período de 27 e 28/11/2008, sendo fomentadas discussões sobre os Territórios de Identidades pelas organizações e movimentos sociais; no Seminário Adão Preto que foi realizado na UFBA, no dia 24/9/2009, momento no qual foram estabelecidos diálogos na mesa redonda com João Pedro Stédile (MST) e Rolf Hackbart (presidente do INCRA), além de entrevistas com lideranças das organizações e dos movimentos sociais.

- Participação nas Marchas do Abril Vermelho do MST em Salvador (nos anos de 2007 e 2008) e no Grito dos Excluídos em Ilhéus (2009); e visita ao Acampamento da FETAG/Pólo Sindical Sul na CEPLAC em Itajuípe (2008), momentos nos quais foi possível realizar registros iconográficos e entrevistas com as famílias acampadas e assentadas.
- Participação no Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável criado a partir do acordo de cooperação do governo federal com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (<http://www.iicaforumdrs.org.br/>).
- Acompanhamento dos Fóruns Internacionais de Desenvolvimento Rural tendo sido realizados, respectivamente: I Fórum Internacional “Território, Desenvolvimento Rural e Democracia” (Fortaleza - CE, 2003); II Fórum Internacional “Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais” (Salvador - BA, 2007); III Fórum Internacional “Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável e Democrático dos Territórios” (Fortaleza - CE, 2008); e o IV Fórum Internacional “Desenvolvimento Territorial: pensando o futuro das políticas públicas de desenvolvimento territorial” (Aracaju - SE, 2009).

Foi muito importante o apoio concedido pelo grupo de pesquisa na articulação política para a realização das entrevistas, assim como para também tornar possível – enquanto procedimento metodológico da pesquisa – a minha participação nas reuniões do Grupo Gestor e na rede virtual do Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia.

Por fim, destaca-se que a pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, “A Questão (da Reforma) Agrária: um olhar geográfico” faz-se uma reflexão sobre a conflitualidade territorial rural, sendo analisados os (des) caminhos da política de reforma agrária a partir da dimensão geopolítica da luta popular pela terra, historicamente geografizada pela ação das organizações e movimentos sociais.

No segundo capítulo, “A Política de Desenvolvimento Territorial Rural”, analisa-se a incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento pelo Estado brasileiro na perspectiva da gestão social das políticas públicas no campo, sendo explicitados os significados e os desdobramentos espaciais desta ação política.

No terceiro capítulo, “A Geografia Desigual e Combinada no Território Litoral Sul da Bahia”, analisa-se o processo de apropriação capitalista do espaço, tendo como indicadores a estrutura da propriedade fundiária e a espacialização da luta popular pela terra: as Ligas Camponesas, na década de 1960; a Luta dos Posseiros, na década de 1980; e a Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir da década de 1990.

No quarto capítulo, “A Gestão Social no Território Litoral Sul da Bahia em suas Contradições Espaciais”, analisa-se a gestão da Política de Desenvolvimento Territorial, sendo explicitadas as contradições do discurso governamental da reforma agrária no imaginário social.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA: UM OLHAR GEOGRÁFICO

Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer
(MARTINS, 1994, p.12-13).

2.1 A GEOPOLITICA DA LUTA POPULAR PELA TERRA

O espaço geográfico é uma produção histórica – a partir da relação dialética da sociedade com a natureza – que se impõe como base para a reprodução da vida social, nas múltiplas escalas e dimensões: econômica, político-institucional e cultural-ideológica. Dessa forma, a apropriação do espaço evidencia-se como a condição da existência material da sociedade.

A essência social do espaço geográfico adquire concretude no processo de produção, no qual o homem – organizado em sociedade – desenvolve instrumentos e técnicas produtivas para a realização do trabalho, se apropriando da natureza e assim geografizando-a como fonte de recursos produtivos.

Nesse sentido, Santos afirma que:

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 2004, p.202).

Em cada momento histórico, as forças produtivas e as relações sociais de produção estabelecidas particularizam a produção e apropriação do espaço, inscrevendo espacialidades e temporalidades distintas que se expressam na paisagem enquanto uma acumulação desigual de tempos.

No modo de produção capitalista, a relação entre a sociedade e a natureza foi redefinida, uma vez que a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho ocorrem tendo como essência a propriedade privada dos meios de produção – enquanto recursos natural ou socialmente produzidos –, e nesse contexto, se define o processo de mercantilização do espaço geográfico que é legitimada pelo Estado através de suas políticas públicas.

Ainda que dialeticamente combinadas, são explicitadas lógicas antagônicas de apropriação do espaço geográfico. A lógica do capital configura uma apropriação especulativa e rentista do espaço na qual este não se realiza somente enquanto valor de troca, mas é também transformado em reserva de valor sendo negado o direito ao seu valor de uso como base do trabalho para a reprodução da vida social.

Dessa forma, estabelece-se a contradição entre a produção social do espaço enquanto base do trabalho para a reprodução da vida e a sua apropriação privada como meio de acumulação do capital a partir da qual é espacialmente definida a dialética da pobreza e riqueza. Esta contradição não é do capitalismo compreendido como “sistema”, mas do capital enquanto uma relação social que se reproduz a partir da exploração do trabalho materializando uma correlação desigual de poder entre as classes sociais no território.

Nesta perspectiva, entende-se que a essência do conflito social é a luta de classes pela apropriação do espaço geográfico que apresenta um sentido de movimento dado à lógica contraditória inerente ao modo de produção capitalista, não se limitando apenas ao momento de enfrentamento entre classes ou entre estas e o Estado. É neste sentido que Fernandes (2004, p.2) define a “conflitualidade territorial” como sendo o processo em que se evidenciam os conflitos a partir da territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais, sendo estabelecidas temporalidades e espacialidades distintas.

No campo brasileiro, a correlação desigual de poder entre as classes sociais se define, por um lado, pelos capitalistas e proprietários fundiários que através da propriedade do meio de produção extraem a renda da terra - ainda que pela grilagem legalizada de terras públicas² - e de outro lado, pelos trabalhadores assalariados e camponeses, que, enquanto força política coletiva de resistência à

² Oliveira (2007) intitula o processo de grilagem de terras públicas na Amazônia de “grilagem legalizada”, considerando a legitimação do processo pelo Estado, via intervenções do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA SR 30- Superintendência de Santarém). Estudos recentes desenvolvidos pelo Projeto GeografAR (2005) estimam que 55% do território baiano seja constituído por terras devolutas, sendo constatado que em alguns municípios a área cadastrada é maior do que a superfície territorial, especialmente nas áreas do agronegócio e de expansão da fronteira agrícola.

exploração da força de trabalho e expropriação dos meios de produção, organizam-se historicamente em movimentos sociais do campo.³

Para a compreensão desta realidade é importante considerar o momento histórico de formação do território brasileiro – sob a égide do capitalismo mercantil – e a sua especificidade funcional na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual o campo sempre assumiu o papel estratégico de garantia do *superávit* primário na balança comercial do Brasil. Dessa forma, as ações do Estado sempre foram convergentes à territorialização do capital no campo, favorecendo a especulação e a extração da renda da terra pelas classes dos capitalistas e proprietários fundiários (nacionais e internacionais).

Dessa forma, perpetua-se o modelo colonial da agricultura exportadora espacializado na forma do latifúndio, uma vez que o direcionamento capitalista do uso da terra para a geração de valor, seja como reserva de valor ou como valor de troca, impulsiona a sua apropriação concentrada como um “bem oligárquico” em que pelo seu controle quase que exclusivo busca-se o aumento do fluxo de renda fundiária (PORTO - GONÇALVES, 2001, p.2).

Ressalta-se que a terra em si não possui valor, pois não é fruto do trabalho do homem, mas tem um preço dado pela renda capitalizada. Assim, a apropriação privada da terra possibilita a extração da renda territorial – a renda capitalista da terra – enquanto um lucro extraordinário permanente, ou seja, um componente particular da mais-valia. A análise deste aspecto é fundamental para a compreensão do processo de produção capitalista do espaço geográfico e da conflitualidade territorial historicamente produzida no campo (e também na cidade).⁴

Como analisa Oliveira, a renda territorial manifesta-se enquanto renda absoluta, renda diferencial e renda de monopólio:

³ A exploração da força de trabalho no campo brasileiro pode ser constatada, por exemplo, através do rendimento médio mensal do trabalhador rural que, em setembro de 2006, era de R\$ 277,00 (42,81% do rendimento na cidade equivalente a R\$ 647,00). Este quadro é agravado no Nordeste, sendo o rendimento médio de R\$ 179,00 e com cerca de 80% dos trabalhadores despossuídos da carteira de trabalho assinada (MDA/DIEESE, 2008).

⁴ O autor refere-se à renda territorial ou fundiária, o que reafirma a luta pela apropriação do espaço como sendo a essência material do conflito de classe no modo capitalista de produção.

A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas [...] Além dessas duas formas de renda da terra, sob o modo capitalista de produção, existe a renda de monopólio que é também lucro suplementar oriundo, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais (OLIVEIRA, 2007, p.43-44).

A expropriação fundiária do trabalhador rural pela propriedade oligárquica da terra se define como condição material de extração da renda territorial, pois somente sendo “livre” o trabalhador poderá vender a sua força de trabalho para realizar o contrato social. Contraditoriamente, a subordinação de relações sociais de produção não-capitalistas também se define como possibilidade de extração da renda territorial, seja enquanto renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. Nesta perspectiva, o autor afirma que:

A primeira, a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro (OLIVEIRA, 2007, p.44).

A sujeição da renda da terra ao capital se efetiva pela inserção subordinada da produção camponesa ao mercado, tendo como pressuposto a alienação da consciência de classe. Constitui-se a produção integrada de matérias-primas agrícolas ao mercado industrial pela chamada “agricultura familiar”, vista como exitosa pela lógica capitalista do empreendedorismo rural.

Na contramão deste processo defini-se também a resistência à lógica do capital pela organização dos camponeses e dos trabalhadores rurais em movimentos sociais de luta pela conquista e manutenção do território enquanto espaço apropriado para a reprodução da vida. E, considerando que esta luta social decorre da materialização de contradições estruturais do capitalismo, se justifica a referência à questão (da reforma) agrária.

A sujeição e a resistência à lógica do capital evidenciam-se enquanto unidade contraditória do modo de produção capitalista definindo um campo de forças sociais que se materializa no território pelo conflito de classe. Dessa forma, a questão agrária adquire concretude, sendo compreendida por Martins (1981, p.175) enquanto contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e miséria, uma vez que a acumulação do capital impõe como necessidade a exploração da força de trabalho e esta, por sua vez, tem como essência a concentração dos meios de produção (neste caso, a terra).⁵

Compreende-se, assim, a “geografia desigual e combinada dos conflitos e violência no campo” enquanto componentes instituintes do desenvolvimento capitalista (PORTO - GONÇALVES, 2007, p.144), o que justifica a concentração espacial dos conflitos e violência no campo nas localizações em que o capital se territorializa ⁶.

Nesse contexto, o Estado brasileiro intervém através de suas políticas públicas buscando instrumentalizar o modelo de desenvolvimento capitalista pela manutenção do direito da propriedade privada da natureza, o que tende a agravar a questão (da reforma) agrária. Para tanto, dicotomiza o rural entre “o agrícola” e “o agrário” buscando garantir os interesses do capital financeiro rentista através de sua política agrícola - vitrine brasileira no mercado mundial - ao mesmo tempo em que busca minimizar os conflitos pela implantação de sua política agrária.

⁵ Desde a última década o autor vem modificando a sua análise sobre a questão agrária. Sobre o assunto ver Martins (2000).

⁶ Santos (2008, p. 13) define a localização como “um feixe de forças sociais se exercendo num lugar”. Segundo o autor, o lugar é o objeto ou conjunto de objetos que pode ser o mesmo, mas as localizações mudam.

Uma reflexão sobre uma política pública, como a política da reforma agrária, explicita a necessidade analítica de se considerar o Estado enquanto instituição que reproduz a lógica capitalista em suas intervenções espaciais, relacionando-a ao contexto de cada país no sistema-mundo. No caso brasileiro, a origem da “pessoa jurídica de direito público” (Código Civil Brasileiro, Art. 41- I) foi alicerçada em matizes aristocrata e patrimonialista – sendo a terra institucionalizada como patrimônio aristocrata – que se perpetuam, constituindo-se atualmente no gargalo político mais difícil de transpor para a realização da reforma agrária⁷.

Refletindo sobre as “raízes brasileiras”, Buarque de Holanda (1995, p.160) afirma que a democracia foi sempre um lamentável mal entendido no Brasil, considerando que a aristocracia rural importou-a e tratou de acomodá-la onde fosse possível – à garantia de privilégios para a sua reprodução de classe no poder – sendo criminalizada a luta popular pela legitimação dos direitos sociais à vida e ao trabalho.

Dessa forma, a reforma agrária se coloca como uma “questão” para o Estado e a Sociedade porque a sua realização pressupõe a superação deste “mal entendido histórico”, considerando que se pauta no direito democrático e não o privilégio classista. E assim, torna evidente a sua dimensão geopolítica, uma vez que a mudança na estrutura da propriedade da terra é uma intervenção no processo de reprodução do capital, o que repercute diretamente nas relações de poder historicamente definidas entre as classes sociais no campo brasileiro.

Concordando com Germani (2001, p. 137) entende-se que este processo territorial é definido a partir da correlação de forças na sociedade capitalista, sendo os enfrentamentos definidores do perfil e do alcance das soluções explicitadas para esta questão. É por isso que, apesar de ser uma política pública – legitimada constitucionalmente –, a reforma agrária é implantada pelo Estado brasileiro à reboque da ação organizada dos movimentos sociais enquanto uma política social compensatória das contradições capitalistas, restringindo-se à criação de assentamentos rurais para o alívio das tensões e conflitos no campo.

⁷ O atual Código Civil Brasileiro (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002) encontra-se em vigor desde 11 de janeiro de 2003, após o cumprimento de sua *vacatio legis* de um ano.

Configura-se assim um reformismo agrário – no qual as formas de intervenções espaciais do Estado são recriadas, permanecendo o conteúdo definidor da ação política que se utiliza da prática democrática conservadora de negação e violação dos direitos sociais. Neste caso, a negação do direito à terra para a realização do trabalho e reprodução da vida como previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, 1988:

Art. 184: Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos de dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será prevista em lei.

É dessa forma que se entende a projeção tardia da reforma agrária no Brasil como uma política de Estado, considerando os antecedentes históricos da luta popular pela terra, como também as contradições no planejamento e gestão governamental nos quais a criação das normas legais e o cumprimento das metas estabelecidas perpetuam o passivo do “deixando sempre a desejar”.

Ou melhor, dando voz aos sujeitos sociais que revivificam a luta no seu cotidiano – a exemplo de Cosme Raimundo, militante do MST – é dessa forma se entende que “a reforma agrária é levada por uma lesma, montada numa tartaruga e puxada por uma preguiça” (Pesquisa de campo realizada em 25/9/2009).⁸

2.2 OS (DES) CAMINHOS DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA.

Os antecedentes históricos da luta popular pela terra no Brasil remontam ao processo da colonização portuguesa, a partir do século XVI, tendo sido os conflitos fundiários acirrados com a aprovação da Lei nº 601 de 1850 – a Lei de Terras – que

⁸ Entrevista realizada durante o “Seminário Adão Preto: Um Testemunho na Luta por Reforma Agrária” realizado em Salvador, no dia 25/09/09. Cosme Raimundo é militante do MST que vindo “jurado de morte” da região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, está, atualmente, no acampamento Pátria Livre, no município de Itajuípe (BA).

representou a institucionalização da propriedade privada da terra pelo Estado brasileiro.

No entanto, as primeiras discussões sobre a questão (da reforma) agrária no Congresso Nacional ocorreram de forma destacada somente durante a Constituinte de 1946, tendo sido estas promovidas pela bancada do Partido Comunista do Brasil (PC do B) então liderada pelo senador Luiz Carlos Prestes.

Como desdobramentos desta ação política foram criados os Artigos 141 e 147 da Constituição de 1946 que, respectivamente, legislavam sobre a desapropriação por interesse social e a distribuição da propriedade da terra condicionada ao bem-estar social:

Art. 141 § 16 - O direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.⁹

Isto significa dizer que o Estado brasileiro só “reconheceu” a questão (da reforma) agrária quase um século depois da institucionalização da propriedade privada da terra. E ainda assim, frente ao poder reacionário da elite agrária no legislativo, nenhum dos projetos apresentados concretizou-se em lei até a década de 1960, momento histórico da espacialização do primeiro movimento social de luta pela terra no campo brasileiro: as Ligas Camponesas (OLIVEIRA, 2007).¹⁰

Para compreender este momento histórico faz-se necessário considerar as repercussões espaciais do processo da industrialização no campo brasileiro, definindo a chamada “modernização da agricultura”.

⁹ É importante enfatizar que desde a Constituição de 1891 – I Constituição da República – a União transferiu para os Estados brasileiros o direito de legislar sobre suas próprias terras, com exceção das chamadas “áreas de fronteira” e “terrenos de marinha”.

¹⁰ Embora o discurso da reforma agrária ainda não fosse explícito, destacam-se como marcos na história da luta pela terra no campo brasileiro a Guerra de Canudos na Bahia, entre 1892 e 1897 e a Guerra do Contestado em Santa Catarina, entre 1912 e 1916, além da Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, entre 1946 e 1964, e da Revolta de Porecatu no Paraná, entre 1955 e 1961. Sobre o assunto ver Germani (1993).

Com a crise econômica mundial de 1929, ocorre, no Brasil, a Revolução Burguesa de 1930 a partir da qual se inicia a industrialização brasileira. Em meados da década de 1950, este processo passou a se desenvolver no campo consolidando-se na década de 1970 enquanto a modernização da agricultura ocorrida no bojo da Revolução Verde.

As políticas públicas viabilizaram a tecnificação do território necessária à garantia da fluidez do capital, tornando elevados os índices da produção agropecuária brasileira no mercado mundial, o que também contribuiu para o período do chamado “milagre brasileiro” ocorrido durante o Governo Militar (1964-1985). Isto não significou necessariamente o enfraquecimento político da oligarquia rural na estrutura social do espaço brasileiro, mas a sua reafirmação enquanto classe dominante atrelada às estruturas de poder do Estado, ainda que metaformoseada em “burguesia agroindustrial”.

Stédile analisa este aspecto a partir do berço agrário da burguesia industrial nascente e do modelo industrial dependente adotado, afirmando que:

As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (STÉDILE, 2005, p.30).¹¹

Contraditoriamente, reafirmando a lógica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, o processo de industrialização da agricultura repercutiu diretamente na estrutura da propriedade da terra e nas relações sociais de trabalho, acirrando o conflito de classe. Foi nesse contexto que se materializou a organização,

¹¹ A dependência do modelo de industrialização adotado manifestou-se também na subordinação aos interesses do capital internacional, representados pelos países centrais.

reivindicação e luta popular contra a expropriação da terra e a exploração do trabalho, como afirma Oliveira:

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo [...] o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação (OLIVEIRA, 2007, p.104).

Em 1945, as organizações camponesas foram inicialmente articuladas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em Pernambuco, sendo extintas em 1947 com o fim da legalidade política do Partido. Em 1953 e 1954, o PCB organizou, respectivamente, a I e II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícola o que culminou, em 1954, na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em São Paulo. Em 1955 foi realizado também o I Congresso Camponês de Pernambuco e nesse contexto as Ligas se especializaram no campo brasileiro como o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária no país (1955-1964).¹²

Este momento histórico foi marcado por uma intensa ebulição política no campo brasileiro. Contudo, a explicitação de divergências ideológicas da esquerda comunista no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em 1961, em Belo Horizonte, marcou a ruptura entre os movimentos da ULTAB que convergiu para a sindicalização rural e das Ligas Camponesas que se direcionaram para a “reforma agrária radical”, contando com o importante apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).¹³

¹² Foi no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE, em 1/1/1955 que se deu a formação do movimento social. A luta dos galileus foi estruturada contra a elevação do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos. Sobre o assunto ver Martins (1981).

¹³ Com o fortalecimento político do PCB e de suas ULTABs, em 1950, o setor reacionário da Igreja Católica se manifestou em defesa da reforma agrária através das Frentes Agrárias (ainda que sob a ótica conservadora).

Nesse processo, é importante destacar o avanço da organização política das Ligas Camponesas: uma organização de resistência contra a elevação do foro (preço pago pelo arrendamento) que foi incorporando a reivindicação pela assistência técnica e por créditos e por fim, tornou-se o movimento social de luta pela terra. Destaca-se também que, considerando o avanço mundial do socialismo no pós-guerra, a luta camponesa adquiriu significados geopolíticos que transcenderam as fronteiras nacionais, aspecto que pressionou o Estado a intervir com o mecanismo da política pública para minimizar a conflitualidade territorial estabelecida.

Assim, a política da reforma agrária foi introduzida no Congresso Nacional em 1962, via ementa constitucional, constituindo-se numa “reforma de base” proposta pelo governo de João Goulart. A ementa revelou-se enquanto “radical” ao estabelecer a desapropriação por interesse social dos latifúndios improdutivos com o pagamento das terras por Títulos de Dívida Agrária (TDA) que, tendo baixo valor de mercado, contrapunha-se à lógica especulativa e rentista da propriedade privada da terra instituída no modo de produção capitalista.

João Goulart proferiu em discurso público que a desapropriação fundiária paga em dinheiro era “negócio agrário”, como no Comício da Central do Brasil, realizado em 13/3/1964:

Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo à vista e em dinheiro não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro (D’ALENCOURT NOGUEIRA, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2007, p.119).

No intuito de fortalecer esta proposta foram adotadas outras frentes de ações e dentre elas, a criação da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), em 1962, com a função de planejar a implantação da política de reforma agrária no campo brasileiro; e do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, buscando garantir a equidade da legislação trabalhista entre a cidade e o campo. Neste momento também

foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o que representou a institucionalização do sindicalismo rural.¹⁴

Entretanto, a proposta da emenda constitucional foi derrotada no Congresso Nacional, em outubro de 1963, sendo assim explicitada a correlação desigual das forças sociais na estrutura de poder do Estado. Foi então que, em última instância de luta, João Goulart utilizou o instrumento legal do decreto presidencial para implantar a política de reforma agrária no país, sendo esta ação decisiva para o Golpe de Estado de 1964.

Em sua essência, o Golpe de Estado de 1964 significou a intervenção militar dos Estados Unidos articulada com os interesses capitalistas da burguesia nacional para reprimir a luta camponesa que concretizava o avanço mundial do socialismo no território nacional. A geopolítica da reforma agrária foi explicitada para além das relações de poder entre as classes sociais, mas também como uma estratégia de dominação dos países centrais na lógica do desenvolvimento desigual.¹⁵

Neste sentido, Paris Yeros afirma que:

[...] os conhecidos instrumentos de controle imperial permanecem em vigência. A estratégia permanece a de reproduzir a desarticulação e dependência na periferia do sistema através de alianças com as burguesias domésticas, especialmente as dos Estados semiperiféricos, as quais são encarregadas do gerenciamento da ordem capitalista no interior do Estado periférico e na região (YEROS, 2007 p. 171).

Os Estados Unidos assumiu uma centralidade na opressão do Estado brasileiro contra a luta popular pela reforma agrária, financiando a violência armada da Ditadura Militar. O campo brasileiro viu-se em estado de guerra civil e os militares foram obrigados a intervir para impor a “paz” na terra com estratégias

¹⁴ O processo de institucionalização do sindicalismo rural (Lei 4.214/63) revelou-se paradoxal: garantiu o direito de sindicalização aos trabalhadores rurais – que era negado, embora fosse reconhecido pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 – ao mesmo tempo em que engessou a força política do movimento sindical – considerando que a legalização de um sindicato depende do reconhecimento do Ministério do Trabalho, subordinando-o aos interesses do Estado.

¹⁵ O marxismo defende a idéia de que a correlação de forças entre os países no mercado mundial é desigual, realidade esta que se traduz por uma relação de dominação de um grupo sobre o outro. Desde então, “não há subdesenvolvimento, mas desenvolvimento desigual, dissimétrico, entre os dois grupos.” (LIPIETZ, 1988, p.64)

políticas mais representativas no imaginário social. Assim, ao mesmo tempo em que a repressão militar foi intensificada, institucionalizou-se a 1ª Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra (Lei 4.505/1964).¹⁶

Como órgãos executores da política agrária foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA, criada anteriormente no governo de João Goulart. Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representando a integração do IBRA e do INDA e o Programa de Integração Nacional (PIN) com a finalidade de financiar obras de infra-estrutura nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a fim de integrá-las à economia nacional.¹⁷

Na continuidade deste processo também foram criados o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), em 1971, e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em 1974, sendo assim reafirmada a função produtiva do Nordeste na divisão territorial do trabalho.¹⁸

No entanto, apesar dos instrumentos legais, da estrutura burocrática e dos anseios sociais pela reforma agrária, o que predominou no período da Ditadura Militar com relação à política agrária do Estado foram os grandes projetos de colonização, em especial na Amazônia.

¹⁶ Os regimes autoritários se materializaram nos países "subdesenvolvidos", em especial na América Latina, onde se materializava o levante das forças populares contra a opressão do modelo de desenvolvimento capitalista. Os Estados Unidos assumiu uma centralidade neste processo, oferecendo apoio militar aos Estados Nacionais para a repressão armada das forças populares e também, financiando o assistencialismo social para impor a "ordem" com recursos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a exemplo da "Aliança para o Progresso".

¹⁷ A SUDENE foi criada em 1959 durante o governo de Juscelino Kubitschek e a SUDAM, em 1966, durante o governo de Castelo Branco.

¹⁸ O PROTERRA passou a legitimar a desapropriação "mediante prévia e justa indenização em dinheiro" ao proprietário, contradizendo o próprio Estatuto da Terra que estabelecia como mecanismo o pagamento com o TDA.

Com Lei 9.954, de 6/1/2000, a CODEVASF teve sua área de atuação ampliada para a bacia do rio Parnaíba.

Germani analisa este processo afirmando que:

Naquele período, a política de colonização dirigida pelo Estado caracterizou-se por ser não apenas uma estratégia contra a Reforma Agrária, cuja reivindicação continua latente em parcela da sociedade brasileira, como também uma tentativa de ‘impedir’ e ‘ordenar’ uma Reforma Agrária ‘espontânea’ que estava ocorrendo em áreas menos povoadas, como se reeditando a ‘Lei de Posses’ (GERMANI, 2001, p.135).¹⁹

Isto porque, como também afirma a autora, o objetivo principal da política agrária era o de eliminar os focos de tensão e conflitos agrários onde eles aconteciam – dos quais a repressão do regime militar não conseguia dar conta de debelar – e transportá-los para bem longe onde era difícil se noticiar ou incomodar. O Estado reconhecia que a concentração fundiária nordestina era foco permanente do conflito de classe e assim adotou a estratégia de “levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”, como era reproduzido no discurso oficial durante o governo Médici (1969-1974).

Dessa forma, garantia-se também a mobilidade espacial da força de trabalho para os grandes projetos agropecuários na Amazônia, juntando assim “a fome com a vontade de comer” como também analisa Oliveira:

Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da ‘Operação Amazônia’, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a ‘fome com a vontade de comer’ (OLIVEIRA, 2007, p.122).

A ideologia da moderna agricultura capitalista negava a necessidade da realização da reforma agrária pela superação do latifúndio improdutivo e mais uma vez o Estado interveio no espaço normatizando-o para garantir a territorialização do capital.

¹⁹ Forma de acesso à terra garantida pela ocupação. A Lei de Posses foi o regime reconhecido no Brasil, no período de 1822 a 1850, sendo extinto com a aprovação da Lei de Terras (1850).

Castro analisa a ação do Estado no território, afirmando que:

Embora o capital seja livre para voar, é o Estado quem fornece as condições para o seu pouso, revalorizando o território para manter antigos investimentos ou para atrair novos. E os capitalistas das grandes empresas que não abrem mão dos vínculos nacionais da origem dos seus capitais sabem disso, melhor que muitos cientistas sociais ou geógrafos (CASTRO, 2005, p.238-239).

Assim, a mudança na forma espacial não se traduziu na mudança do conteúdo social, uma vez que a essência da produção capitalista do espaço geográfico para a apropriação a renda da terra foi mantida, sendo reescrita a expropriação camponesa e a exploração dos trabalhadores rurais como mecanismos de concentração de terra e poder pelo capital. A concentração fundiária vista pela burguesia agrária como marca do subdesenvolvimento foi mantida, seja pelo uso da terra como valor de troca ou como reserva de valor, considerando que:

A fluidez do capital no espaço geográfico é seletiva e, se de um lado, exige a igualização geográfica para o aumento da sua produtividade, por outro exige a diferenciação para a realização dos seus fluxos na busca de reservas de força de trabalho e mercado (SMITH, 1988, p.191).

Com o processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, a questão da (reforma) agrária foi recolocada na pauta da sociedade brasileira pelas forças populares organizadas. Em 1984, foi criado o mais representativo movimento social do campo brasileiro - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - tendo sido fundamental neste contexto a consolidação do trabalho de formação e organização política dos camponeses e trabalhadores rurais, iniciado na década anterior pelas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).²⁰

Nesta conjuntura, acirraram-se a luta e o conflito de classe no campo brasileiro e o Estado foi pressionado a reconduzir a política nacional da reforma agrária. Em 1985, o Governo Sarney criou o Ministério da Reforma Agrária e

²⁰ Sobre a formação e espacialização do MST na Bahia ver Santos e Santos (2004).

Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e elaborou I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), reproduzindo o discurso do alinhamento da redemocratização à realização da reforma agrária no Brasil. No entanto, a oligarquia rural se articulou institucionalmente e de forma reacionária ao avanço do movimento de luta dos “sem-terra” criou, também em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR), o que representou o fortalecimento do poder oligárquico no legislativo brasileiro. ²¹

Teoricamente, o momento histórico de “transição democrática” seria favorável ao atendimento das demandas sociais que vinham sendo oprimidas pelos militares. E esta foi sem dúvida a expectativa que congregou as forças populares para empunharem a luta social pela reforma agrária na Constituinte de 1988. Entretanto, os ruralistas conseguiram barrar no plenário do Congresso Nacional a proposta de uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, e inscreveram na nova Carta Constitucional, uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964 (OLIVEIRA, 2007, p.127). ²²

A desigual correlação de forças na estrutura de poder do Estado foi explicitada no cumprimento das metas do I PNRA, como se pode observar na Tabela 1 e nas Figuras 2 e 3.

Tabela 1

I PNRA – Metas Estabelecidas e Cumpridas (1985 -1989)

Metas Estabelecidas		Metas Cumpridas			
Nº Famílias	Área (ha)	Nº Famílias	%	Área (ha)	%
1.400.000	43.090.000	89.950	6,4	4.800.000	1,5

Fonte: INCRA

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

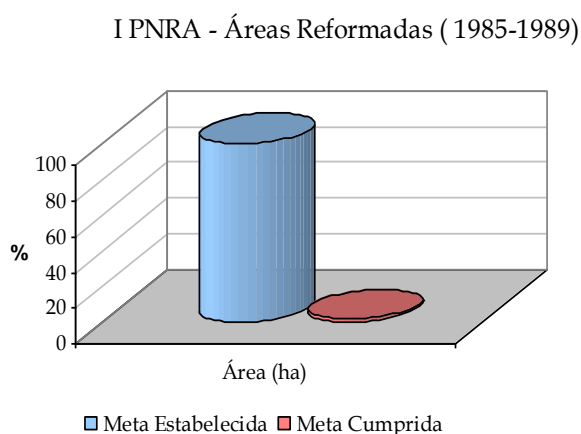
²¹ O Estatuto da Terra demandou a elaboração de Planos Nacionais e Regionais de Reforma Agrária para serem os instrumentos do Estado na implantação da política nacional de reforma agrária. Na Bahia, o I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) foi elaborado em 1986, no Governo Waldir Pires. Sobre o assunto ver Germani (1993).

²²Em 1987, o INCRA é substituído pelo Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER), sendo a execução da política assumida diretamente pelo MIRAD. Em 1989, o MIRAD foi extinto e o INCRA, recriado no âmbito do Ministério da Agricultura.

Constata-se na Tabela 1 que, no período de 1985 a 1989, foi estabelecida a meta de assentamento de 1.400.000 famílias abrangendo a área de 43.090.000 hectares, sendo que destas foram assentadas apenas 89.950 famílias (equivalendo a 6,4% do previsto) e desapropriada uma área de 4,8 milhões de hectares (correspondendo a 1,5 % do previsto).

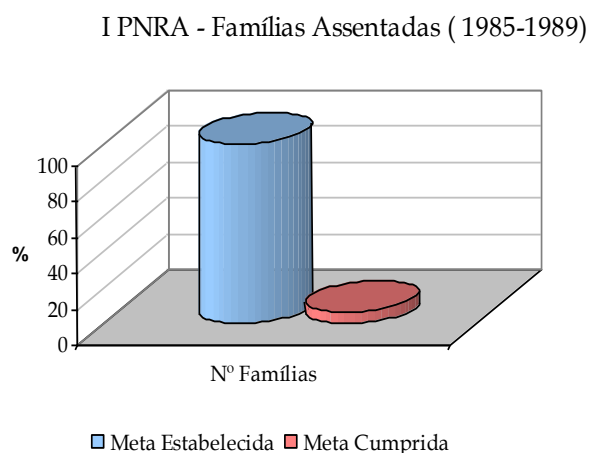
Ao analisar a espacialização das famílias assentadas por regiões brasileiras, constata-se a reprodução da estratégia do governo militar de “eliminar os focos de tensão e conflitos agrários onde eles aconteciam e transportá-los para bem longe onde era difícil se noticiar ou incomodar” (GERMANI, 2001).

Figura 2



Fonte: INCRA
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Figura 3



Fonte: INCRA
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Isto porque, como se observa na Tabela 2 e na Figura 4, foram assentadas 41.792 famílias na Região Norte e seguidamente 24.385 famílias na Região Nordeste, o que correspondeu, respectivamente, a 46,5% e 27,1 % do total das famílias assentadas.

Tabela 2
I PNRA - Famílias Assentadas por Região
(1985 -1989)

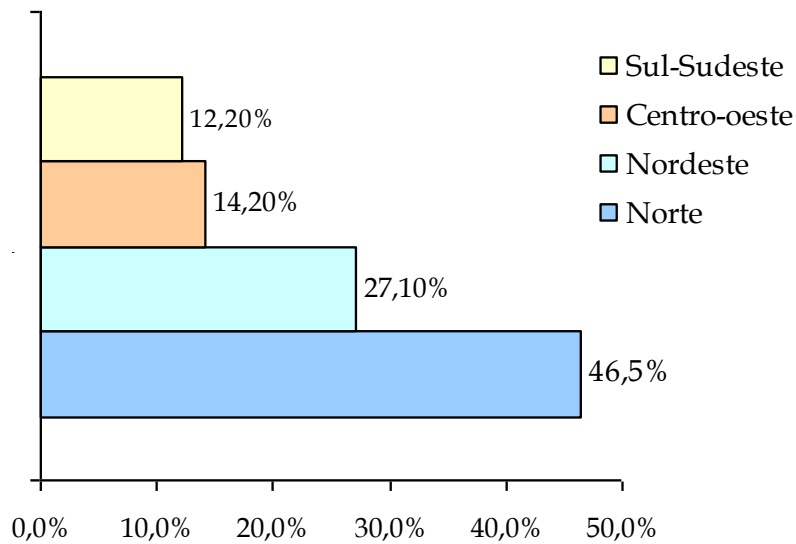
Região	Nº Famílias	%
Norte	41.792	46,5
Nordeste	24.385	27,1
Centro-oeste	12.775	14,2
Sul -Sudeste	10.998	12,2
Brasil	89.950	100

Fonte: INCRA

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Figura 4

I PNRA - Famílias Assentadas por Região (1985 -1989)



Fonte: INCRA

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Estes dados nos permitem afirmar que na chamada “Nova República” a correlação de forças na estrutura de poder do Estado não favoreceu mais uma vez a realização da reforma agrária no Brasil. E assim continuou sendo, na década de 1990, nos sucessivos governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992 -1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a partir dos quais o modelo da agricultura capitalista proposto pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) foi consolidado na expressão do agronegócio.

A consolidação do agronegócio significou a territorialização do capital monopolista no campo brasileiro, repercutindo diretamente na estrutura da propriedade da terra e nas relações de poder entre as classes sociais. Isto porque o processo de concentração fundiária pela expropriação camponesa foi intensificado, uma vez que o capitalista – tanto o industrial (representado principalmente pelas empresas multinacionais) como o financeiro (representando principalmente pelos bancos estrangeiros) – passou a ser também o proprietário da terra apropriando-se da renda fundiária, seja enquanto valor de troca ou reserva de valor.²³

A pobreza foi institucionalizada no campo brasileiro como uma distorção do modo de produção capitalista, sendo negada a sua real existência enquanto contradição material do modelo de desenvolvimento capitalista. Dessa forma, a reforma agrária passou a ser implantada de forma restrita à criação de projetos de assentamentos de população “pobre” em áreas rurais, sendo concebida pelo Estado como uma política social compensatória para a qual foi atribuído “o papel de corrigir as distorções sociais causadas pelo processo de modernização e que o mercado não pode resolver, ao contrário, agrava” (ALENTEJANO, 1996, p.95).

No governo Collor, o “Programa da Terra” estabeleceu como meta para o período de 1990 a 1994 o assentamento de 500 mil famílias. Entretanto, transcorridos os dois primeiros anos do governo, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas (ou seja, apenas 6% do estabelecido) e nesse ritmo, o presidente só cumpriria com 12% do que havia sido planejado até o término do seu mandato.

²³ Da mesma forma, o agronegócio foi desempregando o trabalhador rural pelo uso concentrado da tecnologia no processo produtivo. A representação capitalista das empresas multinacionais e dos bancos estrangeiros explicita a inserção dependente do território brasileiro no mercado mundial.

No governo de Itamar Franco foram assentadas menos de 50 mil famílias o que correspondeu a um retrocesso em relação ao governo de Sarney, tendo sido este reafirmado no governo FHC como evidencia Oliveira:

Em 1995, assumiu a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso com uma proposta de reforma agrária ainda mais tímida que a de seus antecessores: assentar em quatro anos de governo (95/98) um total de 280 mil famílias. Dessa forma, sua meta constituiu-se em menos de 60% da previsão do governo Collor e somente 20% do previsto no I PRNA do governo Sarney (OLIVEIRA, 2007, p.130).

Ressalta-se que o próprio presidente FHC reconheceu os limites da meta proposta caracterizando-a como “modesta” diante da realidade agrária brasileira, e também “audaciosa”, ao compará-la como o que havia sido feito nos governos anteriores. No término do mandato, o governo publicou o documento intitulado “Balanço da Reforma Agrária do Governo FHC (1995/1998)” divulgando o assentamento de 7.539 famílias. Com isso, afirmou ter alcançado um “recorde” na política de reforma agrária brasileira desde a criação do Estatuto da Terra em 1964.

Ainda que seja considerada toda a propaganda política do governo - inclusive o fato de que as estatísticas oficiais não distinguiram os processos de regularização fundiária (reconhecimento legal do direito histórico da terra pelas comunidades tradicionais), reassentamento fundiário (reassentamento das famílias atingidas por barragens e hidrelétricas) e reordenamento fundiário (substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes) - constatou-se, de fato, um ritmo diferenciado nas ações do Estado.

Esta realidade não foi decorrente da benevolência sociológica do governo FHC, mas sim do agravamento da questão (da reforma) agrária pelo avanço do neoliberalismo que impunha o agronegócio como o modelo de desenvolvimento da agricultura moderna.

Houve assim o acirramento do conflito de classe no campo brasileiro e os camponeses e os trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais se impuseram como uma força política na sociedade civil - através das marchas, ocupações e acampamentos dos “sem terra” - na luta pela construção de uma

sociedade com mais liberdade e menos desigualdade, como afirma Souza (2006, p.106) referindo-se ao “desenvolvimento autônomo”.

O Estado buscou mecanismos para alienar a consciência de classe dos camponeses e trabalhadores rurais, desqualificar a essência da luta popular e reprimir a ação dos movimentos sociais que historicamente definiram a implantação da política agrária no país. A violência tornou-se marca da paisagem rural, passando a ser legalmente praticada para legitimar os interesses capitalistas das empresas e bancos estrangeiros, como ocorreu no Massacre de Corumbiara (1995) e no Massacre de Eldorado dos Carajás (1996).

Contudo, considerando que a violência é uma arma de munição vencida, pois quanto mais mata, mais desperta a vida, como afirma Bogo (2006, p.67), foi na concretude do conflito no território que os movimentos sociais do campo, em especial o MST, se consolidaram no cenário nacional (e internacional), colocando na pauta da sociedade a questão da (reforma) agrária como uma questão nacional.²⁴

O governo FHC inicia então o seu segundo mandato, em 1999, propondo a construção do “Novo Mundo Rural” enquanto um processo de ruptura nas intervenções do Estado no campo brasileiro, onde a reforma agrária seria conduzida de forma pacífica nos princípios “da lei e da ordem” como instrumento de promoção do desenvolvimento rural.

Na perspectiva do desenvolvimento rural, a reforma agrária passou a ser compreendida como um mecanismo de integração dos pobres rurais reformados ao mercado enquanto “agricultores familiares” assim como já vinha sendo proposto em algumas reflexões teóricas sobre o campo brasileiro, a exemplo de Abramovay e Carvalho Filho:

A Reforma Agrária, portanto, pode ser definida como a política governamental que procurará ampliar a quantidade de pobres rurais capazes de se incorporar como produtores à vida nacional pelo apoio

²⁴ É importante destacar que em 1995 o MST realizou o seu III Congresso Nacional, em Brasília, definindo como palavra de ordem "Reforma Agrária, uma luta de todos". Em 1997, organizou a histórica "Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" com destino a Brasília, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás.

que receberam de instrumentos de política agrícola (ABROMOVAY e CARVALHO FILHO, 1994, p.43).

O combate à pobreza como instrumento de promoção do desenvolvimento rural torna-se então a ordem do discurso governamental, como enuncia o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS):²⁵

[...] Não se deve, portanto esperar que o crescimento liquide a pobreza. É preciso inverter a equação: transformar a erradicação da pobreza em instrumento promotor do crescimento econômico. Os meios para pôr fim a pobreza devem ser políticas públicas que ajudem a população pobre a aumentar a sua renda e que assegurem o acesso de toda a população ao trabalho e aos bens de serviços essenciais, principalmente alimentação, educação, saúde, transporte e moradia. Enfim, para erradicar a pobreza é necessário ocupar a população diretamente na produção dos bens e serviços essenciais, transformando desempregados em produtores e consumidores de bens e serviços (MDA, 2002).

A agricultura familiar assume uma centralidade estratégica enquanto expressão da “reforma agrária pacífica conduzida nos princípios da lei e da ordem que contribui para o progresso”, considerando ainda que,

[...] com seu reconhecido potencial na geração de emprego e renda, além de elemento na dinamização das economias locais, deve ocupar papel central nesta proposta de desenvolvimento, para que, além dos efeitos econômicos desejados, contribua muito para a distribuição da riqueza e da renda, assim como para o melhor aproveitamento dos recursos naturais do país (MDA, 2002).

Para garantir a “paz no campo” o Estado reproduz a ideologia da violência no campo – a partir da qual os movimentos sociais são criminalizados como sujeitos da ação – buscando a articulação de estratégias que viessem a deslegitimar a luta popular pela terra no imaginário social. Assim, propagou-se o mercado fundiário

²⁵ A 3ª versão (versão final) do PNDRS foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) em reunião ordinária realizada em 04/12/2002. Contudo a discussão do “esboço preliminar” teve início no mês de janeiro, sendo a 1ª e 2ª versões apresentadas, respectivamente, em junho e julho do referido ano. Ressalta-se que as ementas da 2ª versão contou com a participação do Grupo Interagencial coordenado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

como mecanismo de aquisição pacífica da terra – o que fortaleceu a lógica especulativa e rentista da produção capitalista do espaço – sendo criado o Banco da Terra como fundo de recursos dos projetos de “combate a pobreza rural” propostos pelo Banco Mundial: Reforma Agrária Solidária (1997-1998), Cédula da Terra (1999-2002), Crédito Fundiário (2002-2009); realizou-se a “Reforma Agrária Virtual pelos Correios” o que gerou um cadastro de mais de 1,2 milhões de pretensos “reformados”; e também foram criados mecanismos legais para reprimir as ocupações e os acampamentos, em especial a MP 2.109 -50 que proíbe a vistoria (por dois anos) em imóveis ocupados e a Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001 que exclui os assentados da reforma agrária devido “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”.²⁶

Com o início do governo Lula, em 2003, ressurgiu a esperança popular de realização da reforma agrária enquanto processo político de desenvolvimento autônomo do país, considerando que, na década anterior, a hegemonia do debate e das idéias em torno do que deveria ser uma reforma agrária foi compartilhada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como principal força partidária de esquerda, e pelo MST (STÉDILE, 2005, p. 15).²⁷

A política agrária é redirecionada para a construção de uma “Vida Digna no Campo” a partir da promoção do desenvolvimento sustentável e solidário no campo brasileiro (MDA, 2003a). Nessa perspectiva, a reforma agrária e a agricultura familiar são reafirmadas como políticas estratégicas, sendo então aprovado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA – 2003/2006) com a meta de assentamento de 400.000 novas famílias em projetos de reforma agrária e também constatado o crescimento de 65% da meta orçamentária do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

²⁶ Sobre a implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado ver Sauer e Pereira (2006). E para melhor compreender este processo no estado da Bahia, ver Germani et al. (2006).

²⁷ Esta esperança popular se materializou na elaboração do Programa Agrário Unitário dos Movimentos Camponeses e Entidades de Apoio – a “Carta da Terra” –, no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, em 1993, que defendia a realização de uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como mecanismos democráticos de garantia do direito social ao trabalho para a reprodução da vida.

Familiar (PRONAF) no ano agrícola de 2003/2004 (o que equivaleu a oferta de R\$ 4,5 bilhões aos agricultores familiares).²⁸

A partir da viabilidade agrícola e da acessibilidade ao mercado foram inicialmente definidas “áreas reformadas” para a convergência dos recursos públicos federais e principalmente, criação dos novos projetos de assentamentos de reforma agrária. Entretanto, esta intervenção subvertia a dinâmica social da luta pela terra – uma vez que forçaria a migração das famílias acampadas para as áreas que por sua vez não seriam as áreas reivindicadas – e com isso, foi grande a resistência popular das organizações e movimentos sociais que a interpretaram como uma estratégia de desmobilização política das ocupações e acampamentos de famílias sem-terra que, no referido momento histórico, se espacializavam de forma intensa pelo território nacional acirrando o conflito de classe.²⁹

Foi então que o governo federal incorporou a abordagem territorial do desenvolvimento rural enquanto política pública, sendo as unidades de planejamento e gestão espacial das “áreas reformadas” substituídas pelos “territórios rurais” que no discurso oficial foram reproduzidos como construções sociais a partir das horizontalidades existentes entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária na escala local.

²⁸ Também foram definidas como metas no II PNRA: a regularização fundiária de 500.000 famílias; o beneficiamento de 150.000 famílias pelo Crédito Fundiário; a recuperação da capacidade produtiva e da viabilidade econômica dos assentamentos existentes; criação de novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; realização do cadastramento georreferenciado do território nacional; reconhecimento demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos; reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária; garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização para as áreas reformadas; e a universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MDA/INCRA, 2003b).

Em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66% do orçamento. No ano agrícola de 2003/2004, houve um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 4,5 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação a 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84% do orçamento. (MDA/SAF, 2008).

²⁹Em 2003, o número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209% (CPT, 2003).

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial (SANTOS, 2007, p. 144).

3.1 A GESTÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No recente processo brasileiro de redemocratização, a corrosão do autoritarismo presente nos mais diversos aspectos da vida social torna-se uma utopia necessária para alguns grupos sociais (SHERER-WARREN, 1993, p.49), que organizados, passaram a reivindicar os direitos sociais – igualdade, liberdade e participação no poder – definidores da democracia.³⁰

Foi neste contexto que a partir de 1988 o Estado “Democrático de Direito” instituiu constitucionalmente a gestão social das políticas públicas – uma co-responsabilidade política entre o poder público e a sociedade civil organizada – o que impulsionou o avanço das lutas populares pela conquista da participação política, nas múltiplas escalas e dimensões espaciais. Assim, foram criados mecanismos de descentralização político-administrativa que redefiniram a relação do Estado com a Sociedade – as instâncias políticas gestadas pelas forças sociais locais – e que configuram a chamada “territorialização da governança” tendo como princípio o exercício da cidadania democrática.³¹

No entanto, este processo revela-se de forma complexa considerando que esta forma democrática do Estado também assegura como direito a propriedade privada dos meios de produção, sendo assim mantida a exploração da força de trabalho como condição para a reprodução do capital o que define uma sociedade estruturada em relações desiguais de poder (e de afirmação de direitos) entre as classes sociais.

É nessa perspectiva que Chauí analisa a democracia como um “instrumento ideológico”, ao afirmar que os direitos não são concretamente assegurados para

³⁰ A utopia é aqui entendida como uma força política de transformação social, uma vez que a transcendência no tempo-espaço presente pela consciência da possibilidade de transformação das condições materiais de existência dos sujeitos sociais impulsiona cotidianamente o avanço das lutas populares, sendo assim estabelecido, como afirma Chauí (2000, p. 561) um “contra-poder social” que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado.

³¹ A proposta de descentralização das políticas públicas tem como marco o pacto federativo da Constituição de 1988. Contudo, o centralismo autoritário retardou a implementação da descentralização política na gestão do espaço brasileiro, tendo sido este processo iniciado somente no governo de FHC com a Lei de Responsabilidade Fiscal (1994).

todos os sujeitos sociais sendo assim mantida a exploração econômica e a dominação política:

A ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política (CHAUÍ, 2006, p. 7).

As instituições “democráticas” reproduzem práticas de conservadorismo político, sendo o poder – enquanto relação social (FOCAULT, 1999) ³² – exercido de forma autoritária pela manutenção do sistema vigente de dominação-subordinação. Esta contradição entre o discurso institucional da participação política e a prática do autoritarismo conservador explicita as desiguais relações de poder entre as classes sociais presentes nas estruturas institucionais e no planejamento e gestão das políticas públicas.

Perpetua-se, então, a apropriação do patrimônio público pelas elites políticas locais, sendo as ações do Estado convergentes à manutenção de privilégios classistas e da violação dos direitos sociais. Neste contexto, a produção do discurso democrático revela-se como uma estratégia de abstração da materialidade social a fim de reprimir o acontecer solidário da transformação social, como analisa Foucault,

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (FOUCAULT, 2006, p. 10).

O discurso se mostra também como uma estratégia de conquista e reprodução do poder. Nesse sentido, o autor afirma que:

³² Neste sentido o autor afirma que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (Idem, p. 175).

Outro aspecto importante a ser destacado é que a institucionalização da descentralização político-administrativa pelo “empoderamento” dos grupos sociais nos processos de planejamento e gestão territorial representa também um ajuste estratégico ao neoliberalismo. E, nesse contexto, destaca-se a ação das Organizações Não Governamentais (ONGs).

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Com a explicitação destas questões, não se pretende negar o avanço do estímulo ao diálogo compartilhado no local entre as distintas instâncias do poder público e entre estas e as organizações e movimentos sociais. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que numa sociedade em que o direito à participação é indireto pela escolha de representantes – a democracia representativa –, a existência formal de instâncias políticas gestadas por forças sociais – ainda que na escala local – não legitima, necessariamente, a participação democrática.

Entende-se assim que a gestão social das políticas públicas define novas possibilidades e também desafios ao exercício da cidadania, sendo que a depender da forma de condução do processo político – considerando que este se traduz em relações desiguais de poder – os desafios podem significar ameaças às possibilidades, principalmente quando as instâncias políticas se traduzem em “espaços institucionalizados”, afluindo a possibilidade de cooptação dos sujeitos sociais pela relação proximal com o poder institucional.

Nesta perspectiva, Coelho Neto afirma que

As solidariedades e construções locais são muitas vezes capturadas por interesses específicos, promovendo, em certos casos, um processo de participação acrítica que possibilita o uso da população e dos movimentos sociais como massa de manobra. A formação de novos grupos dominantes mascarados por um falacioso discurso democrático (esvaziado de prática), que usam os esforços das comunidades locais e dos movimentos sociais em favor de interesses particularistas e projetos de hegemonia política (COELHO NETO, 2008, p.3).

Dessa forma, faz-se necessário um olhar crítico sobre as propostas recentes de governança democrática a partir do local, no momento em que a participação se transformou em uma nova ortodoxia no campo do desenvolvimento (ROMANO,

2007a, p.9), sendo esta geralmente reduzida à existência formal das institucionalidades “participativas”.

3.2 A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

Na perspectiva de implementação da gestão social das políticas públicas no campo, o Estado brasileiro incorporou a abordagem territorial à política de desenvolvimento rural, sendo o território – um conceito interdisciplinar – institucionalizado enquanto unidade de planejamento e de gestão espacial.³³

Neste processo, é importante destacar a experiência do PRONAF, em especial da linha de ação Pronaf Infra-Estrutura e Serviços (1997-2002), que destinava recursos federais para a construção de obras e a aquisição de serviços comunitários nos municípios com a elaboração dos planos de desenvolvimento e da instituição de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Apesar do avanço na descentralização político-administrativa pela criação dos conselhos gestores municipais, constatou-se que os programas de desenvolvimento rural foram apropriados pelas prefeituras e câmara de vereadores a partir dos interesses político-partidários das oligarquias rurais; além disso, o caráter deliberativo dos conselhos restringiu-se ao cumprimento das exigências legais de recebimento de recursos públicos, tendo sido mínima a participação política das forças sociais locais.³⁴

Estes fatos definiram a chamada “prefeiturização dos conselhos”, o que impôs obstáculos ao processo de gestão social do desenvolvimento rural municipal,

³³ Um dos marcos da abordagem territorial do desenvolvimento foi o estudo de Bagnasco (1977) sobre a Terceira Itália, no qual foi evidenciado o papel decisivo da desconcentração e diversificação da estrutura produtiva local na superação dos ajustes decorrentes da reestruturação industrial na Itália, ao contrário do que ocorrera no sul do país, de base agrícola, ou no norte, fortemente industrializado.

Destaca-se também a influência das experiências internacionais, em curso a partir da década de 1990, na União Européia – a Iniciativa Comunitária LEADER (LEADER *Community Initiative*) – e nos Estados Unidos – as Zonas de Empoderamento (*Empowerment Zones* – EZ) e as Comunidades Empresariais Rurais (*Enterprises Communities* – EC).

³⁴ O desenvolvimento rural local foi proposto pelo governo FHC, em 1999, como estratégia para construção do “Novo Mundo Rural”.

evidenciando a complexidade da governança democrática a partir do local dada a correlação desigual de forças políticas entre as classes sociais que define a sociedade capitalista.³⁵

Nesta perspectiva, Germani, Oliveira e Olalde afirmam que:

As principais críticas que faziam aos programas de desenvolvimento rural existentes estavam relacionadas ao viés setoriais (agrícola) que não levavam em conta aspectos relacionados à multisetorialidade ou multifuncionalidade do espaço rural e as dificuldades para construir instituições, de caráter participativo, que dessem sustentação às políticas em muitas regiões do país, dada a apropriação dos programas de desenvolvimento rural pelo poder público local (GERMANI; OLIVEIRA; OLALDE, 2006. p.242).

A partir desta experiência o governo federal passou a adotar um discurso favorável à abordagem territorial do desenvolvimento rural – dando continuidade ao processo de construção do “Novo Mundo Rural” – sendo esta adoção justificada a partir dos seguintes argumentos (MDA, 2005):

- O rural não se resume ao agrícola, sendo necessária uma abordagem multidimensional e intersetorial no tratamento das dificuldades e oportunidades para o desenvolvimento.
- A escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é muito ampla para levar em conta a heterogeneidade das especificidades locais.
- A descentralização das políticas públicas se faz necessária, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais.³⁶
- O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas

³⁵ Em 2005, o MDA publicou o estudo “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável”, através do qual foram evidenciados os principais avanços e obstáculos dos processos de gestão social do desenvolvimento rural a partir das experiências dos CMDRS. Neste estudo, foi definido o processo de “prefeiturização dos conselhos” pela subordinação dos conselhos aos interesses políticos das prefeituras locais.

³⁶ Neste trabalho, o termo sujeito é utilizado em substituição ao “ator social”, uma vez que este reme a idéia de “representação”, ou seja, uma ação a ser desenvolvida sem autonomia.

em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Como se observa, a abordagem territorial traz a emergência de uma nova ruralidade na qual o “rural” é considerado para além do agrícola a partir das redes de interações entre o campo e a cidade no atual momento histórico. O território não se restringe à concretude espacial, sendo definido também enquanto imaterialidade pela percepção afetiva dos sujeitos sociais vivenciada no cotidiano, mostrando-se assim como institucionalidade favorável à “governança democrática a partir do local”, exercida através da integração de políticas públicas, da diversificação das bases produtivas e do fortalecimento das forças sociais locais (sendo assim reafirmado o dogmatismo da participação e da cidadania).

Na Geografia brasileira, esta concepção de território vem sendo desenvolvida de forma destacada por Haesbaert (2002 e 2004), ao considerar as dimensões materiais e imateriais de apropriação e uso do espaço geográfico, definidas, respectivamente, pelas relações econômico-políticas e simbólico-culturais. Nesta perspectiva, a territorialidade é compreendida equanto abstração e concretude, nas múltiplas escalas espaço-temporais – as multiterritorialidades – sendo admitida, além do domínio ou controle politicamente estruturado, a construção cotidiana de uma afetividade do sujeito pelo espaço vivido que se expressa simbolicamente por uma identidade de pertencimento ao território.³⁷

A argumentação do autor pauta-se na consideração do conceito como um elemento constituinte da própria realidade, no sentido de realidade concomitantemente física e simbólica, materialidade e representação. Assim, o território é definido como

³⁷ Milton Santos, em suas últimas reflexões, explicita uma convergência analítica à ressignificação conceitual do território enquanto “território usado” a partir do uso e da apropriação do “espaço banal” pelos sujeitos sociais, e da territorialidade enquanto “àquilo que nos pertence”. Esta reflexão é desenvolvida a partir de Santos e Silveira (2001), sendo retomada por Souza (2003) que destaca a ação política na reflexão miltoniana ao reivindicar o direito de todos ao uso do espaço como forma de reprodução da vida, em suas múltiplas escalas e dimensões.

O produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT 2002, p.121).

Ao operacionalizar a abordagem territorial instrumentalizando o território como unidade de planejamento e gestão do espaço, o Estado reproduz o discurso do consenso alicerçado no sentimento de pertencimento territorial, sendo este desconsiderado enquanto uma institucionalidade que evidencia as relações desiguais de poder entre os sujeitos sociais dando concretude ao conflito de classe.

Nesta perspectiva, o território é instrumentalizado pelo Estado como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005).

A identidade territorial – definida como o sentimento de pertença sócio-político-institucional à dimensão espacial (MDA, 2005) – revela-se como uma representação espacial institucionalmente criada para legitimar a construção da nova ruralidade no imaginário social a fim de serem estabelecidas as relações consensuais necessárias à eficácia operacional do planejamento e da gestão do território (neste caso, ao “território de todos nós”).

A partir dos aspectos evidenciados buscar-se-á compreender a política de desenvolvimento rural com abordagem territorial que vem sendo gestada pelo Estado no campo brasileiro, tendo como principal instrumento o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR).

3.3 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS ³⁸

Desde 2003, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) vem sendo implantado pelo governo federal, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo sido o “território rural” incorporado como unidade de planejamento e gestão das políticas públicas no campo brasileiro. ³⁹

Na perspectiva do “desenvolvimento sustentável de territórios rurais”, o discurso governamental evidencia uma negação à concepção tecnocrático-economicista do desenvolvimento, que historicamente norteou as intervenções do Estado, sendo, assim, esboçada uma nova racionalidade de ordenação e uso do território.

Becker analisa esta nova racionalidade territorial a partir do paradigma da sustentabilidade. A autora argumenta que no contexto geopolítico atual de controle da natureza como capital de realização futura, a sustentabilidade reside na proposta de harmonia espacial e equidade temporal do discurso que pode ser identificado através de princípios básicos, dentre os quais se insere a descentralização enquanto a nova forma de planejamento e governo:

A gestão do território está baseada na parceria entre todos os atores do desenvolvimento e, através da discussão direta, as normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Na verdade, a gestão é uma prática que visa a superar a crise do planejamento centralizado associada à crise do Estado. Ela expressa um fato novo: a incorporação do princípio das relações de poder (BECKER, 2006, p.206).⁴⁰

³⁸ Até meados de maio de 2005, o PDSTR era denominado Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT).

³⁹ O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais integra o Plano Plurianual do governo federal (PPA 2004-2007), sendo identificado como o Programa 1334.

⁴⁰ Segundo a autora, três princípios básicos podem ser identificados sob o discurso da sustentabilidade: eficácia (uso racional de matérias-primas e energia), diferença (inovação constante pela diversidade de mercados e recursos) e descentralização (uma nova forma de planejamento e governo).

Estas novas formas de se pensar o planejamento e governo nos remetem à reflexão de Souza, que considera a “territorialidade autônoma” como o princípio do desenvolvimento, para além do crescimento econômico e modernização tecnológica, afirmando que,

[...] a possibilidade de se deter um controle significativo sobre o seu espaço vivido é, para uma coletividade, decisivo [...] sem ele, porém, falta um requisito indispensável à transformação dos indivíduos em cidadãos e à mobilização por um genuíno desenvolvimento (SOUZA, 2006, p.111).

Dessa forma, o território se mostra como a condição basilar para a autonomia dos sujeitos sociais no processo do desenvolvimento – uma vez que o referencial territorial é definidor das relações de poder – sendo assim atribuído o real significado à cidadania. Ressalta-se que esta compreensão da cidadania enquanto uma concretude relacionada à conquista da base material de reprodução social é também compartilhada por Santos (2007, p. 144), ao afirmar que a sociedade civil não se define fora do território, sendo assim impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial.

Isto significa dizer que a essência do desenvolvimento – seja “urbano” ou “rural” – é territorial, sendo as possibilidades de apropriação/produção/organização do espaço geográfico definidoras da autonomia dos sujeitos sociais no processo político a fim de que se configurem (ou não) enquanto cidadãos. Dessa forma, entende-se que, em qualquer proposta de desenvolvimento que explicita como “norte geográfico” a redução da pobreza pela conquista da autonomia dos sujeitos sociais – considerados em suas distintas temporalidades e espacialidades – perpassa, estruturalmente, pelo processo de conquista, reconhecimento e manutenção dos seus territórios.

É partir desta compreensão que se atribui uma centralidade analítica à questão (da reforma) agrária no contexto da política do desenvolvimento territorial rural, principalmente quando se trata de uma política legitimada pelo Estado como sendo uma demanda histórica das organizações e movimentos sociais do campo.

3.3.1 Os Territórios Rurais

A delimitação dos territórios rurais foi um processo que articulou as múltiplas escalas espaciais, tendo sido a construção ideológica da identidade coletiva entre os sujeitos sociais adotada pelo Estado enquanto estratégia de apaziguamento das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista no território.

Na escala nacional, iniciou-se com a tipologia das microrregiões brasileiras – a partir dos aspectos demográficos municipais – sendo estas classificadas como urbanas, intermediárias e rurais. A princípio, as microrregiões rurais foram identificadas pela concentração espacial de municípios com a densidade demográfica inferior a 80 hab./km² e a população absoluta inferior a 50.000 habitantes. Posteriormente foram ordenadas pela concentração espacial de famílias acampadas, assentadas e os agricultores familiares, sendo assim definidas as microrregiões prioritárias.⁴¹

Na escala estadual, as microrregiões prioritárias foram encaminhadas para os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e conformadas enquanto territórios rurais a partir da análise dos seguintes critérios: densidade de capital social; convergência de interesses institucionais e de participação da sociedade civil e governos estaduais; existência de áreas prioritárias de ação do governo federal nos estados; e incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional. Por fim, em última instância, os territórios rurais foram apresentados em debates locais promovidos pela Secretaria de

⁴¹ Preliminarmente, foram identificados, no Brasil, cerca de 450 aglomerados municipais com características rurais, 80 com características intermediárias entre urbano e rural e 20 com perfil essencialmente urbano (MDA, 2005).

A conceituação da agricultura familiar utilizada pela SDT foi elaborada no estudo de Guanziroli e Cardim (2000) – desenvolvido na cooperação técnica FAO/INCRA –, sendo esta também aplicada pelo IBGE no Censo Agropecuário 2006: famílias de agricultores que administram o próprio estabelecimento rural, sendo o trabalho dos membros superior ao trabalho contratado; a área do estabelecimento menor que quatro módulos fiscais; a renda familiar bruta anual das atividades exercidas no estabelecimento (no mínimo de 80%); e que o agricultor resida no estabelecimento ou em povoado próximo.

As informações das famílias acampadas e assentadas foram fornecidas pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA), sendo referentes, respectivamente, aos dias 31/01/2003 e 10/04/2003.

Desenvolvimento Territorial (SDT) às organizações e movimentos sociais a fim de serem aprovados.

Constatou-se assim que ao invés de terem sido efetivamente construídos, os territórios foram “dados” por uma divisão político-administrativa do espaço geográfico motivada por interesses e articulações políticas em definir áreas estratégicas para a intervenção do Estado através de suas políticas públicas.

Em 2003, os Conselhos Estaduais homologaram 63 territórios rurais, tendo sido estes incorporados ao PDSTR como prioritários a serem apoiados pela SDT. Destaca-se que destes, 33 territórios (equivalendo a 51,56 % do total) foram localizados no Nordeste, em especial, na Bahia, com os territórios Chapada Diamantina, Sisal, Irecê, Velho Chico e o Litoral Sul da Bahia. ⁴²

A partir do embate da sociedade civil organizada foram sendo ampliadas as definições territoriais, existindo, atualmente, 164 territórios rurais homologados no espaço brasileiro. Como se observa na Tabela 3 e na Figura 5 existe uma concentração espacial no Nordeste com 67 territórios (39,88%), seguido pelo Norte com 32 territórios (19,51%), que juntos correspondem a 59,39 % do total existente:

Tabela 3
Brasil - Territórios Rurais por Região, 2009.

Região	Territórios Rurais	%
Nordeste	67	39,88
Norte	32	19,51
Sudeste	26	15,85
Sul	22	13,41
Centro-oeste	16	9,75
Centro-oeste/Sudeste*	1	0,60
Total	164	100,00

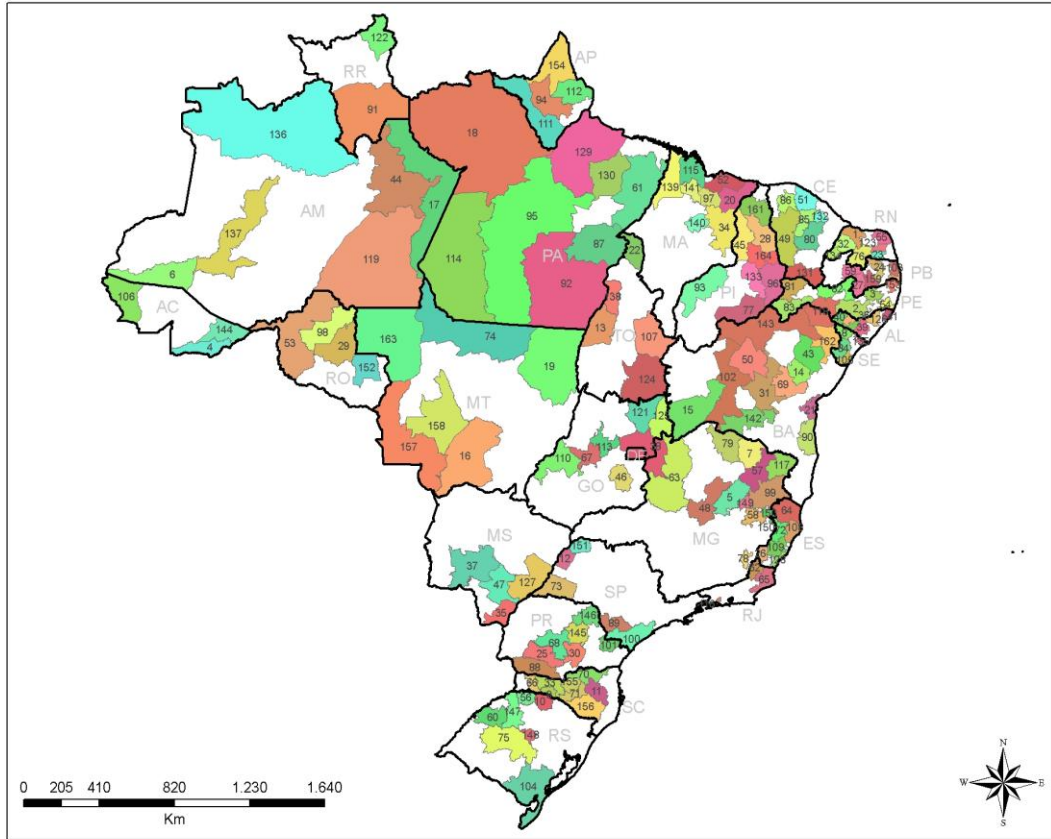
Fonte: MDA, 2008

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

*Território Das Águas Emendadas (DF/GO/MG)

⁴²Estes territórios baianos foram homologados pela CERDS em 25/09/2003.

Figura 5
Brasil – Territórios Rurais, 2009



Legenda

Brasil

Territórios Rurais

Cod - TR - UF

001 - Agu-Mossoró - RN	032 - Sertão Do Apodi - RN	066 - Oeste Catarinense - SC	100 - Vale Do Ribeira - SP	134 - Alto Oeste - RN
002 - Agreste Meridional - PE	033 - Meio Oeste Contestado - SC	067 - Vale Do Rio Vermelho - GO	101 - Vale Do Ribeira - PR	135 - Baixo São Francisco - SE
003 - Agreste Central - PE	034 - Cocais - MA	068 - Paraná Centro - PR	102 - Velho Chico - BA	136 - Rio Negro da Cidadania Indígena - AM
004 - Alto Acre e Capixaba - AC	035 - Cone Sul - MS	069 - Piemonte Do Paraguaçu - BA	103 - Zona Da Mata Norte - PB	137 - Médio Juruá - AM
005 - Alto Jequitinhonha - MG	036 - Da Bacia Leiteira - AL	070 - Planalto Norte - SC	104 - Zona Sul Do Estado - RS	138 - Médio Araguaia - TO
006 - Alto Juruá - AM	037 - Da Reforma - MS	071 - Planalto Catarinense - SC	105 - Sul Sergipano - SE	139 - Alto Turi e Gurupi - MA
007 - Alto Rio Pardo - MG	038 - Das Águas Emendadas - DFG/OMG	072 - Polo Colatina - ES	106 - Vale Do Juruá - AC	140 - Médio Meaun - MA
008 - Alto Sertão - SE	039 - Do Agreste - AL	073 - Portal Do Paranapanema - SP	107 - Jalapão - TO	141 - Campo e Lagos - MA
009 - Alto Uruguai - SC	040 - Do Alto Sertão - AL	074 - Portal Da Amazônia - MT	108 - Juparaná - ES	142 - Sertão Produtivo - BA
010 - Alto Uruguai - RS	041 - Do Litoral Norte - AL	075 - Região Central - RS	109 - Das Montanhas e Águas do Espírito - ES	143 - Sertão do São Francisco - BA
011 - Alto Vale do Itajaí - SC	042 - Do Médio Sertão - AL	076 - Sertão - RN	110 - Médio Araguaia - GO	144 - Baixo Acre - AC
012 - Andradina - SP	043 - Do Sisal - BA	077 - Serra Da Capivara - PI	111 - Sul Do Amapá - AP	145 - Caminhos do Tibagi - PR
013 - Apa Cantão - TO	044 - Manaus e Entorno - AM	078 - Serra do Engadeiro - MG	112 - Dos Lagos - AP	146 - Norte Pioneiro - PR
014 - Baixa Do Jacuípe - BA	045 - Entre Rios - PI	079 - Serra Geral - MG	113 - Vale Do São Patricio - GO	147 - Noroeste Colonial - RS
015 - Baixa Do Rio Comerte - BA	046 - Estrada De Ferro - GO	080 - Sertão Central - CE	114 - BR 163 - PA	148 - Centro Serra - RS
016 - Baixada Cuabana - MT	047 - Grande Dourados - MS	081 - Sertão do Araripe - PE	115 - Baixada Ocidental - MA	149 - Alto Saçu Grande - MG
017 - Baixo Amazonas - AM	048 - Sertão de Minas - MG	082 - Sertão Do Pajeú - PE	116 - Baía de Ilha Grande - RJ	150 - São Mateus - MG
018 - Baixo Amazonas - PA	049 - Inhamuns Crateris - CE	083 - Sertão Do São Francisco - PE	117 - Baixo Jequitinhonha - MG	151 - Noroeste Paulista - SP
019 - Baixo Araguaia - MT	050 - Itocó - BA	084 - Sertão Ocidental - SE	118 - Irapirica - BA/PE	152 - Rio Machado - RO
020 - Baixo Parnaíba - MA	051 - Vales do Curu e Aracatiçu - CE	085 - Sertões De Caninde - CE	119 - Madera - AM	153 - Mata Norte - PE
021 - Baixo Sul - BA	052 - Lençóis Maranhenses/Munim - MA	086 - Sobral - CE	120 - Zona Da Mata Sul - PB	154 - Extremo Norte - AP
022 - Bico Do Papagaio - TO	053 - Madeira Mamoré - RO	087 - Sudeste Paraense - PA	121 - Chapada dos Veadeiros - GO	155 - Alto Vale do Rio do Peixe - SC
023 - Trairi - RN	054 - Mata Sul - PE	088 - Sudoeste Paranaense - PR	122 - Terra Indígena Reposa Serra do Sol e São Marco	156 - Serra Catarinense - SC
024 - Borborema - PB	055 - Mato Grande - RN	089 - Sudoeste Paulista - SP	123 - Potengi - RN	157 - Grande Cárceis - MT
025 - Cantuquinguçu - PR	056 - Médio Alto Uruguai - RS	090 - Litoral Sul - BA	124 - Sudeste - TO	158 - Alto Paraguaçu - MT
026 - Caparaó - ES	057 - Médio Jequitinhonha - MG	091 - Sul De Roraima - RR	125 - Vale do Paraná - GO	159 - Carrizal - PB
027 - Cariri Ocidental - PB	058 - Médio Rio Doce - MG	092 - Sul Do Pará/Alto Xingu - PA	126 - Mata Alagoana - AL	160 - Cumatata - PB
028 - Carnaubais - PI	059 - Médio Sertão - PB	093 - Tabuleiros Do Alto Parnaíba - PI	127 - Vale do Ipiranga - MS	161 - Cocais - PI
029 - Central - RO	060 - Missões - RS	094 - Centro Oeste - AP	128 - Sul Litorâneo - ES	162 - Semi-árido Nordeste II - BA
030 - Centro Sul - PR	061 - Nordeste Paraense - PA	095 - Transamazônica - PA	129 - Marajó - PA	163 - Noroeste - MT
031 - Chapada Diamantina - BA	062 - Noroeste - RJ	096 - Vale Do Guaribas - PI	130 - Baixo Tocantins - PA	164 - Vale do Sombrio - PI
	063 - Noroeste De Minas - MG	097 - Vale Do Itapecuru - MA	131 - Cariri - CE	
	064 - Norte - ES	098 - Vale Do Jamari - RO	132 - Baturité - CE	
	065 - Norte - RJ	099 - Vale Do Mucun - MG	133 - Vale do Caninde - PI	

É importante destacar que no Sistema de Informações Territoriais (SIT/MDA), constata-se uma diferença entre as somas dos totais dos territórios rurais do Brasil, das regiões e dos estados. Isto porque nem sempre os limites territoriais coincidem com os limites dos estados, e com isso, apresentam um único registro no total nacional, mas registros múltiplos em cada um dos estados que o integram. Daí o porquê de o Sudeste apresentar 27 territórios e do Centro-oeste 17, uma vez que o Território Das Águas Emendadas abrange o Distrito Federal e os estados de Goiás e Minas Gerais, ou seja, as regiões Centro-oeste e Sudeste.

Num primeiro momento, a espacialização dos territórios rurais poderia ser explicada pelas estatísticas demográficas das regiões brasileiras. No entanto, quando se analisa o conteúdo das relações sociais no campo brasileiro em 2003 – considerando a concentração fundiária e exploração da força de trabalho – observa-se que este se particularizou pelos conflitos de terra que atingiram o patamar das 676 ações, sendo 391 ocupações (57,9%) e 285 acampamentos (42,1%), e envolveram um total de 124.734 famílias, sendo 65.552 ocupantes (53%) e 59.182 acampadas (47%), aspectos estes que definiram o maior volume de acampamentos na história do campo brasileiro (CPT, 2003).⁴³

O Nordeste concentrava 46,22 % da população rural brasileira, tendo sido este o critério técnico adotado inicialmente para a definição dos territórios rurais. No entanto, esta região também concentrava as ações de resistência e enfrentamento dos trabalhadores rurais e camponeses pela posse e uso da terra, sendo tais ações representadas pelo maior número de ocupações (38%) e acampamentos (34%) no ano de 2003, como demonstra a Tabela 4:⁴⁴

⁴³ Destes, o MST organizou 225 ocupações, o que corresponde a 57,5% do total e 117 acampamentos, representando 41,05 % do total.

⁴⁴ É importante ressaltar as limitações existentes para mensurar estas informações considerando a dinâmica temporo-espacial das ocupações e acampamentos de terra. Estes dados são obtidos pelas regionais da CPT no acompanhamento cotidiano das ações dos movimentos sociais de luta pela terra, sendo estes sistematizados e socializados como estatísticas dos “Conflitos no Campo”.

Tabela 4

Brasil - Distribuição Regional das Ocupações e Acampamentos, 2003.

Região	Ocupações		Acampamentos		Famílias Ocupantes		Famílias Acampadas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	30	8	67	24	5.290	8	11.394	19,28
Nordeste	152	38	97	34	19.298	30	19.228	32,54
Sudeste	87	22	41	14	14.175	21	12.942	21,91
Sul	69	18	24	8	11.151	17	3.504	5,93
Centro-oeste	53	14	56	20	15.638	24	12.014	20,33
Brasil	391	100	285	100	65.552	100	59.182	100

Fonte: CPT, 2003.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Diante do exposto, emerge o seguinte questionamento: explica-se assim o porquê de o MDA (2005) priorizar como critério de definição dos territórios rurais “a incidência de população rural caracterizada como famílias assentadas pela reforma agrária ou grupos de trabalhadores rurais que postulam acesso à terra, mobilizados ou não”, concentrando 39,88% de suas ações políticas no Nordeste, como demonstra a Tabela 3?

Com ressalvas aos reducionismos analíticos, acredita-se que estas espacializações não se traduzem em semelhanças técnicas (estatística ou cartográfica), mas estão relacionadas à essência política das intervenções territoriais do Estado, considerando o momento histórico de acirramento do conflito de classe no campo brasileiro em que este se concretizou.⁴⁵

Veja-se o exemplo da Bahia. Como se pode observar, respectivamente, na Figura 6 e Tabela 5, tem-se 13 territórios rurais diretamente apoiados pela SDT: Bacia do Jacuípe (14 municípios), Bacia do Rio Corrente (11 municípios), Baixo Sul (16 municípios), Chapada Diamantina (23 municípios), Sisal (20 municípios), Irecê (20 municípios), Litoral Sul (29 municípios), Piemonte do Paraguaçu (14 municípios),

⁴⁵ No período 2002-2003, ocorreu significativo aumento da violência no campo, tendo sido constatada uma variação (+ 82,7 %) dos conflitos e (+ 69,8%) dos assassinatos de trabalhadores rurais e camponeses (CPT, 2003).

Semi-árido Nordeste II (18 municípios), Sertão do São Francisco (10 municípios), Sertão Produtivo (19 municípios), Velho Chico (16 municípios) e Itaparica (BA/SE – 6 municípios).

Com isso, campo baiano apresenta a maior concentração espacial de territórios rurais no Nordeste, sendo que destes foram inicialmente homologados como “prioritários” pela demanda social do MDA, em 2003, os territórios da Chapada Diamantina, do Sisal, do Velho Chico, do Litoral Sul da Bahia e de Irecê.

O Território do Sisal destaca-se pela organização e mobilização política dos agricultores familiares e trabalhadores rurais através das ações do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB). O Território do Litoral Sul destaca-se pela concentração de organizações e movimentos sociais de luta pela terra e de acampamentos e projetos de assentamentos de reforma agrária implantados pelo Estado. E o Território do Velho Chico, pela diversidade de formas de acesso terra e também pela quantidade de famílias assentadas no campo baiano. ⁴⁶

Estes territórios também se definem enquanto áreas prioritárias das ações governamentais através, respectivamente, do Programa de Recuperação do Pólo Sisaleiro, do Plano Executivo de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio da Região Cacaueira – o PAC do Cacau – e do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Neste aspecto, igualmente se insere o Território de Irecê com o Projeto de Irrigação Baixio de Irecê.

Reafirma-se assim a essência política das intervenções territoriais do Estado, convergentes às organizações e mobilizações das forças sociais locais e aos interesses econômicos estratégicos para o desenvolvimento da agricultura capitalista no campo baiano.

⁴⁶ Inclusive, foram estas particularidades espaciais que definiram estes “territórios” como áreas de pesquisa do Projeto GeografAR. Sobre os trabalhos já desenvolvidos, destaca-se o Relatório da Pesquisa “Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial no Semi-árido Nordestino”, elaborado em 2006, em convênio com o NRI (*Nacional Resources Institute*).

Figura 6

Bahia – Territórios Rurais apoiados pela SDT, 2009

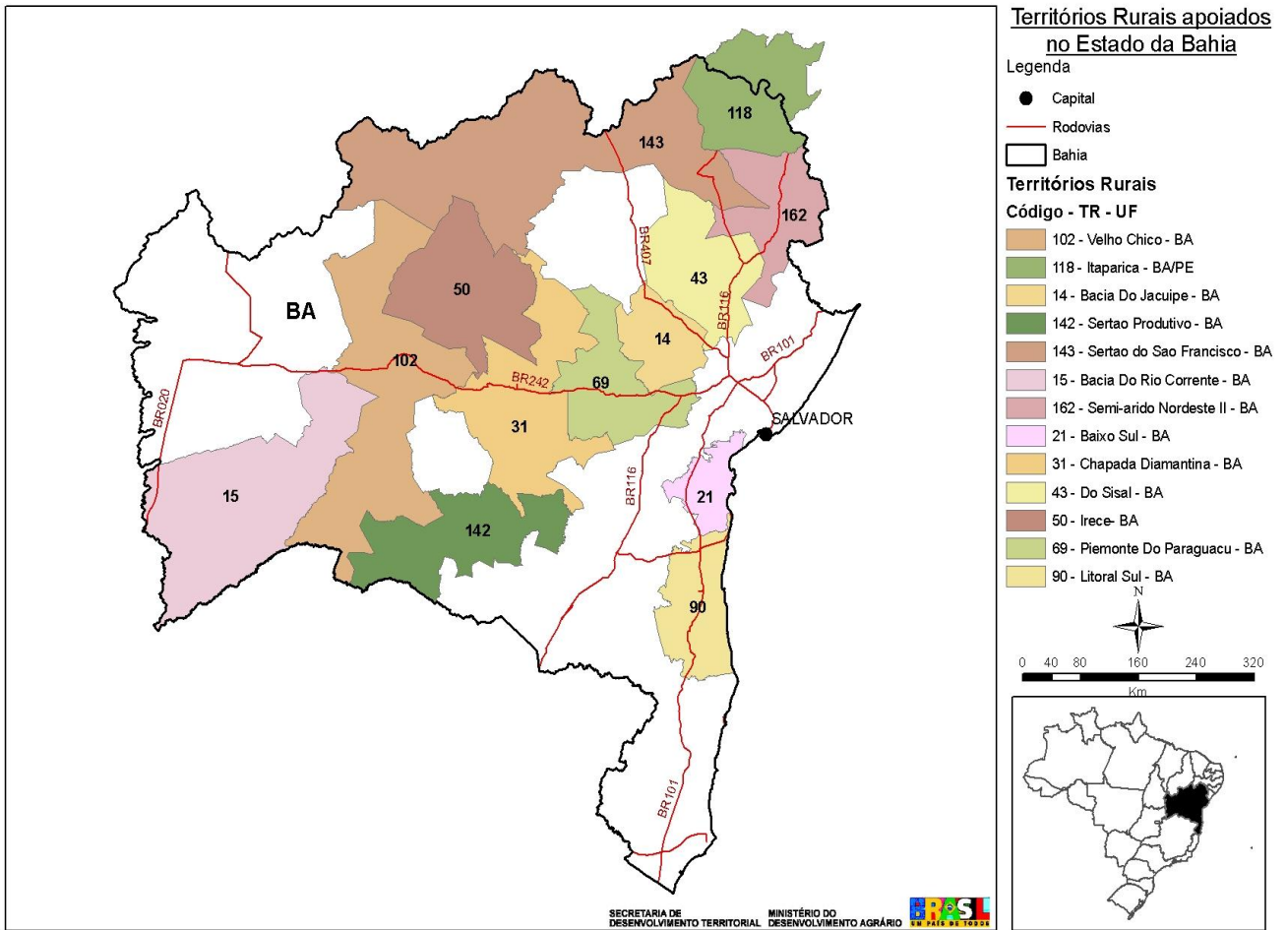


Tabela 5

Bahia – Demanda Social dos Territórios Rurais, 2009

Território	Homologação CEDRS	Acampamentos (1)		Assentamentos (2)		Agricultores (3)
		Nº Acampamentos	Nº Famílias	Nº Projetos	Nº Famílias	Familiares
1 Do Sisal	25/9/2003	27	1.900	33	1.590	64.350
2 Chapada Diamantina	25/9/2003	17	1.009	46	4.214	38.264
3 Irecê	25/9/2003	8	423	17	1.632	37.866
4 Velho Chico	25/9/2003	31	1.762	57	8.197	29.822
5 Litoral Sul	25/9/2003	64	4.538	65	2.686	13.495
6 Bacia do Jacuípe	1/3/2005	1	40	4	330	27.184
7 Bacia do Rio Corrente	1/3/2005	1	79	11	1.500	19.613
8 Piemonte do Paraguaçu	1/3/2005	14	2.518	24	2.990	11.188
9 Baixo Sul	25/9/2005	13	1.076	35	1.862	19.586
10 Itaparica - BA/PE	26/8/2006	0	0	0	0	13.702
11 Sertão Produtivo	30/10/2007	2	600	1	60	41.574
12 Sertão do São Francisco	30/10/2007	23	2.547	11	1.354	32.084
13 Semi-árido Nordeste II	1/10/2008	14	781	12	616	54.788
Total		215	17.273	316	27.031	403.516

Fonte: (1) e (2) INCRA, 2009.

(3) IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

3.3.2 A Estrutura Territorial

A Política de Desenvolvimento Rural apresenta uma estrutura territorial organizada em redes na qual o território está inserido nas diversas escalas espaciais, articulando distintas instâncias de poder. Nesse sentido concorda-se com Dias (2005); Scherer-Warren (1994); Santos (2004) ao considerarem a rede para além da técnica, mas uma construção social que define as escalas das ações políticas no espaço geográfico.

Isto porque o território se evidencia como “o nó da rede” a partir da conexão de fluxos que articulam o local e o global, sendo estes analisados por Santos enquanto “verticalidades” e “horizontalidades”:

[...] o território é suporte das redes que transportam verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2004, p. 259).

É a articulação espacial das verticalidades e horizontalidades que assegura a coesão da organização territorial, sendo as verticalidades representadas pela intervenção do Estado, ao instrumentalizar o território como unidade de planejamento e gestão da política de desenvolvimento rural. Já as horizontalidades referem-se às ações sociais que configuraram uma proximidade espacial no local, produzindo “contrafinalidades” à racionalidade governamental.

Nesse sentido, o autor continua afirmando que:

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2004, p. 286).

É através das horizontalidades – enquanto contrafinalidades – que as redes se definem como uma estratégia de luta dos movimentos sociais pela participação no poder local e transformação social (SCHERER-WARREN, 1994, p.173), sendo assim evocadas noções de democracia, fim das hierarquias, descentralização, autonomia e desconcentração de poder (DIAS, 2005, p. 19). E neste processo, cada território se particulariza na totalidade espacial.

Enquanto verticalidade constata-se uma interdependência hierárquica entre as distintas instâncias de poder do Estado. Na instância federal, têm-se as ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) enquanto executora da política no âmbito do MDA, sendo apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e pelas Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário (DFDAs). Na instância estadual, têm-se as ações do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e na instância municipal, a participação das prefeituras e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).⁴⁷

O município se define como o local onde a política de desenvolvimento territorial rural adquire concretude, uma vez que o território não tem marco jurídico legal pela jurisdição federativa do espaço brasileiro. Nesta perspectiva, Castro analisa que:

Em primeiro lugar, este é um recorte federativo, com importante grau de autonomia – o que significa atribuições e recursos próprios –; em segundo, trata-se de uma escala política, ou seja, um território político por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para

⁴⁷A Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) foi criada, em 2003, com finalidade de executar a política de desenvolvimento territorial rural. Neste mesmo ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) sofreu uma reformulação passando a ser chamado de CONDRAF, com a finalidade de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas referentes ao Desenvolvimento Rural, à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar. As Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário (DFDA) complementam as ações implementadas pelas Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nos estados, as DFDA coordenam as ações da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA). Os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável integram a Rede Nacional de Órgãos Colegiados que tende a ser fortalecida neste contexto.

vereadores e prefeitos e informal para todas as outras eleições, com conseqüências importantes para a sociedade local e para o território; em terceiro, é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos; onde votamos e candidatos são votados. Também é nele que são concretizadas as políticas públicas (CASTRO, 2005, p. 135).

Dessa forma, as prefeituras reafirmam-se enquanto possibilidades da "cegueira" e da "descoberta" no território, considerando que representam os interesses político-partidários das oligarquias rurais, ao mesmo tempo em que viabilizam a participação dos municípios no processo político do desenvolvimento. Nesta estrutura verticalizada, é importante considerar as disputas políticas existentes entre as distintas instâncias de poder configurando-se enquanto ameaças às sociabilidades institucionais que se fazem necessárias à organização territorial.

A correlação de forças sociais locais se materializa nas institucionalidades territoriais, definidas pelo MDA (2005) como arranjos espaciais que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento. Estas institucionalidades territoriais são representadas pelo Grupo Gestor (GG) e o Grupo Gestor Executivo (GGE) – enquanto “arenas de participação” no território – sendo explicitados os desafios e as possibilidades ao desenvolvimento territorial. Isto porque não se trata apenas de uma territorialidade diversa – integrada por lideranças e representantes do poder público e da sociedade civil organizada – mas desigual, considerando a estrutura da sociedade em classes sociais.

O Grupo Gestor – também denominado de Colegiado Territorial – é a máxima institucionalidade democrática conflitiva, onde se (des) articulam as finalidades e as contrafinalidades no local, sendo tomadas as decisões estratégicas, definidas as ações prioritárias e principalmente selecionados os projetos territoriais a serem apoiados pela SDT. É, também, onde o discurso ideológico da democracia produz a representação da autogestão do desenvolvimento pelas forças sociais locais.

Se o Colegiado Territorial representa a instância deliberativa do território, o GGE configura-se como a estrutura institucional executiva tendo como função

coordenar a execução das ações estratégicas definidas pelo Colegiado. Cada território possui também uma entidade de Articulação Territorial que – em diálogo com a articulação estadual – atua estrategicamente como o “ator orgânico” do discurso ideológico do Estado, traduzindo-o para as comunidades a fim de garantir a operacionalização da política desenvolvimentista no território. Para dar suporte à capacitação das entidades, elaboração e execução dos projetos têm-se o Núcleo Técnico, além do consultor territorial (também chamado de articulador estadual da SDT).⁴⁸.

Analisando o histórico do clientelismo político brasileiro no qual o poder de decisão era restrito aos interesses político-partidários das prefeituras locais, a criação de institucionalidades territoriais – sendo estas instâncias colegiadas com composição majoritária da sociedade civil – mostra-se como uma importante conquista social. Contudo, ao considerar o caráter representativo da participação social, sendo a representação um permanente objeto de disputa e de afirmação de legitimidade (que nem sempre se faz estritamente na esfera propriamente política) e a territorialidade desigual das classes sociais, cria-se a necessidade de indagação da natureza da representação, ou seja, dos grupos que são mobilizados e também das condições de participação, ou seja, de quem e como participa. (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007, p. 26).⁴⁹

A organização territorial em redes atravessa as fronteiras nacionais, articulando-se na escala latino-americana através do acordo de cooperação do governo federal com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) a partir do qual foi criado o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável.⁵⁰

⁴⁸O termo ator é utilizado no discurso oficial e induz a uma idéia de representação, do cumprimento de uma função já estabelecida.

⁴⁹ As resoluções nº 48 e 52 do CONDRAF definiram a criação e a composição dos colegiados territoriais, sendo 2/3 sociedade civil + 1/3 poder público. A idéia era fugir do formato dos Conselhos Municipais de domínio direto da prefeitura. Contudo, com a criação do Programa dos Territórios da Cidadania ocorreram significativas mudanças na composição colegiada que serão posteriormente explicitadas.

⁵⁰ O Projeto GeografAR integra o Fórum DRS, tendo sido este um dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Com o avanço das técnicas informacionais, os fluxos se propagam na rede virtual do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável criado a partir do acordo de cooperação do governo federal com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), assim como através dos Fóruns Internacionais de Desenvolvimento Rural, tendo sido realizados, respectivamente: I Fórum Internacional “Território, Desenvolvimento Rural e Democracia” (Fortaleza - CE, 2003); II Fórum Internacional “Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais” (Salvador - BA, 2007); III Fórum Internacional “Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável e Democrático dos Territórios” (Fortaleza - CE, 2008); e o IV Fórum Internacional “Desenvolvimento Territorial: pensando o futuro das políticas públicas de desenvolvimento territorial” (Aracaju - SE, 2009).

Ressalta-se que a fluidez espacial pelo avanço das técnicas informacionais reafirma a seletividade espacial, constituindo-se na dimensão “invisível” das relações de poder que articulam as verticalidades e horizontalidades sociais definidoras da organização territorial.

Neste sentido, Dias afirma que:

Com a explosão das técnicas reticulares, especialmente as redes de comunicação - como a Internet -, a rede é representada como organismo planetário e parece desenhar a infraestrutura invisível de uma sociedade (DIAS, 2005, p. 18).

Dessa forma, faz-se necessário entender a lógica articuladora das redes construídas a partir da Política de Desenvolvimento Territorial, conhecendo os sujeitos sociais que as regulam, identificando suas ideologias e ações.

3.3.3 O Desenvolvimento Territorial Rural

A autonomia política da prática social adquire concretude a partir da conquista da base de reprodução material da sociedade - o território - e, neste sentido, o processo do desenvolvimento se evidencia enquanto uma questão desafiadora já que as relações capitalistas de produção se materializam a partir da

concentração dos meios de produção e exploração da classe trabalhadora, configurando-se assim uma negação perversa dos direitos à vida e ao trabalho que tende a ser agravada no campo: ⁵¹

Neste sentido, Santos analisa que:

O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediadores. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais (SANTOS, 2007, p. 41-42).

É neste contexto que se insere a política de desenvolvimento territorial rural, sendo “o homem do campo” metaforizado pelos assentados da reforma agrária e agricultores familiares. A instrumentalização do uso do território pelo Estado – sendo este, a princípio, institucionalizado enquanto “território rural” – é justificada pela busca de um projeto social igualitário de combate à pobreza e redução das desigualdades regionais, com vistas à promoção da “sustentabilidade”.⁵²

As relações sociais de produção estabelecidas são definidoras das (im) possibilidades rumo à cidadania rural, e com isso a conquista do meio de produção – a terra – articulada com políticas de fomento à produção – a fim de que o trabalhador seja inserido de forma autônoma nas cadeias produtivas locais – configura-se como a espinha dorsal deste processo. Teoricamente, o Estado reconhece esta questão ao definir a reforma agrária e a agricultura familiar como instrumentos essenciais à

⁵¹ Cerca de 2,9% da população brasileira é composta por empregadores enquanto que 67% , correspondendo a 44 milhões de pessoas, representava os trabalhadores assalariados (IBGE, 2000).

⁵² A sustentabilidade reveste a idéia de equidade (política, social e econômica) defendida a partir de uma nova forma social de apropriação e uso dos recursos naturais. Faz-se necessário ressaltar, mais uma vez, a dimensão ideológica do termo como expressão da nova racionalidade de ordenação e uso do território (BECKER, 2006).

promoção do desenvolvimento rural, ou melhor, ao reproduzir através do discurso que estas políticas estão de “mãos dadas” com os territórios rurais: ⁵³

Os territórios rurais estão de mãos dadas com duas políticas sociais mais do que relevantes. A primeira é a reforma agrária [...] para o governo federal a reforma agrária não se faz apenas com a cessão da terra. É fundamental que os assentados tenham acesso direto aos mecanismos que assegurem crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas públicas de agregação de valor à produção, assim como comercialização. [...] A outra política é o fortalecimento da agricultura familiar. Isso porque o governo federal tem como uma das suas missões mostrar para as sociedades brasileira e mundial que uma agricultura familiar fortalecida, ao contrário do que muitos acreditam, é uma enorme fonte de riqueza para o País. (MDA, 2005)

Contudo, o que vem se concretizando é a consolidação do modelo de desenvolvimento capitalista tendo a dominação e exploração do “homem do campo” como condições existenciais da classe que tem hegemonia no poder. No sentido análogo, ao referir-se ao poder estatal na formação da ordem burguesa no campo, Anete Ivo *apud* Santos (2007) afirma que,

[...] prioriza ação coercitiva, que se expressa pela violência do Estado, visando a aniquilar as condições dos trabalhadores que ameaçam a ordem burguesa, e, por esta via, a exercer o controle sobre a força de trabalho [...] destruindo as organizações autônomas do campesinato, [...] destruindo e perseguindo as lideranças rurais [...] esvaziando a ação sindical através do atrelamento do sindicato ao Estado [...] e uma frágil política assistencialista [...] o governo busca controlar e neutralizar estes setores e induz, ele próprio, o processo de cidadania do trabalhador rural, dentro de uma visão conservadora, promovendo uma violência muda, dissimulada, aquela que incorpora o trabalhador nos limites da dominação, impedindo as bases de sua emancipação (SANTOS, 2007, p. 42).⁵⁴

Transmutando a análise para o momento atual, em especial no governo Lula, constata-se que o controle da força de trabalho tornou-se mais sutil – o que não significa menos eficaz – sendo (re) criadas pelo Estado as estratégias para mascarar a

⁵³ Germani (1993) refere-se a este processo de resistência e luta pela permanência na terra empreendida nos assentamentos rurais como sendo a “nova cara da luta pela terra”.

⁵⁴ IVO, Anete Brito Leal. **A violência muda: notas sobre o Estado e a Cidadania do Trabalhador Rural**. Cadernos CRH, 3 (s.n) , p.1-24. 1987.

consciência de classe e legitimar a imposição do poder da burguesia no imaginário social. Neste contexto, se insere o discurso ideológico do consenso passivo das classes no território a partir do qual a identidade se revela um simulacro de dominação.

Segundo Humberto Martins, quando Secretário de Desenvolvimento Territorial, uma das principais motivações para a criação do PDSTR foi a necessidade do governo federal “resgatar” a importância do campo para o desenvolvimento do país:

O Brasil rural ficou relegado a um segundo plano em termos de políticas públicas. Por isso é fundamental ter outro olhar para o rural brasileiro, considerá-lo como um lugar de cidadania, um lugar onde vivem pessoas que têm direitos e talentos para contribuir com o desenvolvimento [...] (H. MARTINS, 2007, p. 12-17).

Explicita-se assim um avanço civilizatório no reconhecimento do rural brasileiro enquanto “um lugar onde vivem pessoas”. Entretanto, esta afirmação faz emergir o seguinte questionamento: será mesmo que o Brasil rural ficou relegado a um segundo plano em termo de política econômica dada a função estratégica do campo para a garantia do *superávit* primário na balança comercial? Analisando historicamente as intervenções do Estado através de sua política agrícola e agrária conclui-se que não.

Na verdade, este “outro olhar para o rural brasileiro” significou a ordem do discurso capitalista, sendo a concepção da agricultura familiar reduzida à luz da inspiração neoliberal do empreendedorismo rural. E no vácuo deste processo, foi implantado o “projeto alternativo de desenvolvimento rural” (ABROMOVAY, 2007) sendo definida uma divisão territorial do trabalho que articula o agronegócio e a agricultura familiar na “nova ruralidade” em questão.⁵⁵

A articulação entre estas “formas-conteúdo” – aqui entendidas a partir de Santos (2008), enquanto formas geográficas que contêm frações do social – representa a supremacia da política agrícola no desenvolvimento territorial rural, sendo o agronegócio reafirmado como mantenedor do *superávit* primário pela agroexportação

⁵⁵ Sobre o assunto ver Veiga (2007) e Favareto (2007).

monocultora e a agricultura familiar sendo refuncionalizada como dinamizadora das cadeias produtivas locais pela produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria. Dessa forma, o Estado legitima o discurso da equidade social sustentado na garantia da retomada do crescimento econômico pelo aumento das exportações e na redução da pobreza pela integração dos agricultores familiares ao mercado como pequenos empreendedores rurais.

Esta supremacia da política agrícola é fragmentada nas estruturas de poder do Estado, considerando a segregação espacial da agricultura patronal e familiar no MAPA e no MDA, respectivamente, além da hierarquização orçamentária na qual os recursos destinados para a agricultura familiar representam, em média, 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal (ainda que tenham aumentado significativamente nos últimos anos agrícolas). Embora esta segregação seja justificada pelo governo federal como uma estratégia para a agricultura familiar ter acesso direto às políticas públicas – significando também um ganho real de habilidades para lidar com o aparelho burocrático do Estado – compreende-se que esta evidencia o atendimento institucional aos interesses das classes sociais que tem hegemonia no poder.⁵⁶

O desenvolvimento territorial rural revela-se assim como um projeto para os “pobres do campo” – daí porque ser executado no âmbito do MDA – tendo como ação prioritária o fortalecimento da agricultura familiar nas cadeias produtivas locais. Quanto aos “ricos do campo”, estes constroem e atuam em outras territorialidades.

A questão (da reforma) agrária passa a ser ignorada enquanto uma contradição estrutural do capitalismo, sendo redefinida pela lógica do mercado enquanto um processo de compra e venda de terras, o que significou a manutenção da política fundiária do governo FHC. Inclusive, constata-se o fetiche ao capital na elaboração dos próprios programas governamentais (“cédula” da terra, “crédito”

⁵⁶Em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões aos agricultores familiares com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, houve um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 4,5 bilhões e com uma execução de 83% do valor disponibilizado. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação a 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%. (MDA/SAF, 2008).

fundiário, “banco” da terra, “fundo” de terra, etc.), assim como entre alguns intelectuais na academia (“capital” social, “capital” humano, entre outros.)

Dessa forma, reproduz-se o viés setorial do econômico no planejamento estatal, sendo o rural dicotomizado entre “o agrícola” e “o agrário”, como se a política agrícola não repercutisse nas relações sociais de produção e na estrutura da propriedade da terra.

A atual política agrária não estabelece como meta prioritária a criação de novos assentamentos rurais pelo cumprimento legal da função social da propriedade da terra. Isto porque a ação desapropriatória do Estado evidencia o conflito de classe, reconhecendo os trabalhadores rurais como sujeitos sociais de sua própria (geo) história, enfim, é um questionamento à propriedade privada da terra e ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista. Ao contrário, prioriza-se a recuperação e a consolidação dos assentamentos já existentes pela ação concessiva de créditos de fomento à produção e infraestrutura com vistas à emancipação dos assentados enquanto agricultores familiares integrados ao mercado, processo este que também desencadeia tensões e conflitos entre estes sujeitos sociais.⁵⁷

Este modelo de desenvolvimento é uma expressão do Paradigma do Capitalismo Agrário (ABROMOVAY, 2007), sendo atribuído ao Estado o papel estratégico de financiar a tecnificação do território necessária a garantia da fluidez espacial do capital. Fernandes (2004) destaca a inserção ideológica deste Paradigma nas esferas acadêmica e governamental em contraposição ao Paradigma da Questão Agrária (KAUTSKY, 1986; MARTINS, 1981), uma vez que o conflito por terra e o desenvolvimento rural são negados enquanto processos inerentes à contradição estrutural do capitalismo.

Nesse sentido, o autor afirma que:

A potencialidade do paradigma do Capitalismo Agrário é extraordinária e admirável. Como desdobramentos, esse paradigma espacializou-se em diferentes frentes por diversas direções e fincou

⁵⁷ Das 524.380 famílias assentadas entre, 1995 e 2002, 88,3% não tiveram acesso a luz elétrica; 92,2% não receberam abastecimento de água; 52,7% não tiveram acesso à assistência técnica; e 81,3% não tiveram acesso a estradas (MDA, 2004).

territórios políticos, colocando em cheque o paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2004, p. 21-22).

A questão central que se coloca é como ser possível superar a dicotomia entre a pobreza e a riqueza, ignorando-as como expressões dialéticas da contradição estrutural do capitalismo - entre o capital e o trabalho - a partir da qual se configura como afirma Porto-Gonçalves (2007), uma “geografia desigual e combinada dos conflitos e violência no campo”?

Um modelo de desenvolvimento definido pelas relações capitalistas não será capaz de superar esta contradição, ao contrário, reafirma-a. O agronegócio caminha em direção oposta à própria sustentabilidade idealizada pelo Estado, uma vez que a expansão de monoculturas agroexportadoras revela-se como sendo economicamente instável - pela vulnerabilidade do mercado internacional - e socialmente excludente - pela concentração fundiária e exploração do trabalhador -, além de prodigalizar a natureza pela mercantilização dos recursos naturais. Impõe-se uma lógica racional da desigualdade (política, econômica, social) que concretiza a (re) produção de espaços hierarquizados/fragmentados/segregados. Desconsidera-se também a autonomia política do sujeito social no tempo-espaço, sendo o “homem do campo” aprisionado pela racionalidade verticalizada do mercado que passa a definir novas temporalidades e espacialidades no seu cotidiano.

Numa perspectiva desenvolvimentista, os sujeitos sociais não podem ser reduzidos a um “gueto temático” a partir de uma realidade projetada como uma unicidade totalizadora (SCHERER-WARNEN, 1993). A forma espacial de conteúdo familiar do trabalho e posse da terra adquire concretude no espaço a partir de distintas temporalidades e espacialidades. Com isso, a “agricultura familiar” não pode ser reduzida - enquanto uma tipologia social - ao viés político do empreendedorismo rural, sendo este imposto como o modelo único de superação da condição de pobreza dos camponeses e trabalhadores rurais.

Esta afirmação decorre de três aspectos a serem descritos: o primeiro é que considerando a seletividade espacial do capital são inexistentes as condições reais para que todos os “pequenos com terra” se integrem no processo produtivo

enquanto empreendedores rurais; o segundo é que existem unidades familiares de produção que possuem organizações sociais particulares, historicamente construídas, e projetam um modelo de desenvolvimento para além do capital; e o terceiro é que existe uma demanda explícita de “pequenos sem terra” que se organizam em redes de resistências e solidariedades pela conquista do território e estes por sua vez não podem ser ignorados.

A partir destes aspectos se evidenciam alguns questionamentos: qual a proposta de desenvolvimento para os sujeitos que ficam à margem do processo produtivo? E aqueles que reivindicam o direito social à terra como base material de reprodução da vida e do trabalho? É possível pensar um desenvolvimento territorial rural desconsiderando estas questões?

Acredita-se que não. No entanto, alguns autores, a exemplo de Abramovay, vêm definindo esta questão como retórica de alguns movimentos sociais do campo, afirmando que:

Não faria sentido resumir a diversidade da agricultura familiar às condições que mais se aproximam da idéia clássica de camponato, e tudo o que ela implica em termos de autonomia dessas unidades, como é reivindicado por determinados autores ou mesmo pela retórica de alguns movimentos sociais (ABRAMOVAY, 2007, p. 12).

Mas não estaria o discurso invertido, considerando que os assentados da reforma agrária também se reproduzem em unidades familiares de produção? O fato é que ainda como retórica – como afirmou o autor – os movimentos sociais do campo continuam colocando a questão (da reforma) agrária na pauta das políticas públicas, sendo a mesma revivificada no discurso do próprio Estado. Aliás, como sempre ocorreu. Tanto que ela foi priorizada enquanto demanda social no processo de definição dos territórios rurais, justificando-se assim a concentração espacial destes no Nordeste.

3.3.3.1 As ações prioritárias

Na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar nas cadeias produtivas locais, o PRONAF mostra-se como o principal instrumento de política pública nos territórios rurais, tendo como ações prioritárias o fomento ao crédito produtivo e à infra-estrutura territorial. O Pronaf Crédito é gestado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), porém não se constitui numa ação territorializada. Os projetos são obtidos diretamente pelos agricultores através da Declaração de Aptidão ao Pronaf que é emitida pelo MDA, através de entidades e órgãos credenciados (a exemplo dos sindicatos rurais e do INCRA), sendo analisados os critérios de regularização do CPF e adimplência do agricultor.⁵⁸

Já o Pronaf Infra-Estrutura (PROINF) teve, a partir de 2003, a sua execução assumida pela SDT e em 2005 foi incorporado ao Plano Plurianual 2004-2007 como uma ação denominada “Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais”. Os recursos são destinados pelo Orçamento Geral da União (a fundo perdido) e operacionalizados através de convênios com a Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil, através da elaboração de projetos técnicos de investimento em infra-estrutura (entidades governamentais: estaduais e municipais) e de custeio de serviços públicos (entidades não governamentais).

Anualmente, é empenhado o orçamento de R\$ 800 mil para cada território sendo este acrescido de R\$ 200 mil para as ações de capacitação e formação e apoio à gestão territorial. Se comparado ao orçamento do agronegócio, o montante de recursos do PROINF (assim como o do PRONAF) é ínfimo, aspecto que reafirma o atendimento institucional aos interesses das classes sociais que tem hegemonia no poder constituindo-se num desafio ao desenvolvimento territorial rural.⁵⁹

⁵⁸ As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho.

⁵⁹ Em 2009, o governo federal investiu R\$ 5,5 bilhões a fundo perdido na balança comercial do agronegócio que registrou um *superávit* de US\$ 60 bilhões (8,5% inferior ao de 2008). Segundo o Ministro da Agricultura, *Reinhold Stephanes*, este foi o maior incentivo já realizado pelo governo para a comercialização dos produtos agrícolas brasileiros (A TARDE *on line*, 8/1/2010).

Para acessar estes recursos as entidades devem estar adimplentes e os projetos devem ter o caráter de integração territorial ou intermunicipal com viabilidade econômica para agregação de valor nas economias locais, atendendo prioritariamente a demanda social do MDA (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas).⁶⁰

Os projetos elaborados são submetidos a uma ordem de prioridade nos Colegiados Territoriais e encaminhados para os Conselhos Estaduais e às Delegacias Federais onde são avaliados e encaminhados para a SDT. Ressalta-se que a elaboração de um projeto não se resume a uma proposta técnica, mas representa uma concepção política de desenvolvimento na correlação das forças sociais locais.

É a escolha dos projetos que sustenta o discurso da governança democrática, como afirmou Sérgio Costa, o Articulador da SDT na Bahia:

A grande mudança de paradigma da política territorial foi o de delegar à sociedade, através dos colegiados territoriais, a escolha dos projetos a serem implantados em cada região. Veja, durante o Pronaf quem tinha o poder de decisão eram as prefeituras e agora é o colegiado territorial [...] (Pesquisa de campo realizada em 12.12.2008).

Isto também pode ser percebido no discurso da gestão social da política pública, reproduzido por Guilherme Cassel, Ministro do MDA:

As condições dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária melhoraram muito nos territórios, mais do que nos outros locais. Por quê? Por causa da organização da comunidade, do fato deles próprios elegerem suas prioridades, encaminharem juntos as suas demandas, fazendo com que o governo federal pudesse alocar recursos de forma mais racional. Então, foram oferecidos mais equipamentos, mais crédito, mais assistência técnica [...] (CASSEL, 2007, p.28-29).

⁶⁰ As prefeituras inadimplentes não podem acessar recursos de investimento. Quando já há o contrato e as Prefeituras não retiram as “cláusulas suspensivas” é dado um prazo legal para a retirada dessas e caso, esgotadas todas as possibilidades de prorrogação, o recurso volta ao Tesouro Nacional, indo para o superávit do governo. No **Anexo 1**, constam as “Orientações para Indicação, Elaboração e Trâmite de Projetos Territoriais em 2007 e 2008” (SDT/ MDA).

De fato, a gestão local da política de desenvolvimento territorial tem como principal instância de poder o Colegiado Territorial. Entretanto, é importante ressaltar que uma instância colegiada é o espaço onde se estabelecem relações desiguais de poder – explicitadas nas indicações das ações prioritárias – e com isso a sua existência não define, necessariamente, a participação social como acontece quando se efetivam recursos que não evidenciam as demandas sociais locais.

3.4 OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

O Estado da Bahia foi o pioneiro na definição dos territórios rurais, tendo sido desenvolvida, no âmbito da “Pesquisa Análise Territorial da Bahia Rural” (2002-2003) uma Metodologia de Referência em apoio à implantação nacional da política de desenvolvimento territorial rural pela SDT que também objetivava fornecer subsídios à construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PEDRS).⁶¹

A partir de julho de 2003, a SDT iniciou a execução da política federal no campo baiano com a realização das “Oficinas Estaduais de Construção da Estratégia para o Desenvolvimento Territorial”, sendo articuladas as entidades representativas do governo e da sociedade civil organizada (com destaque para as entidades da reforma agrária e da agricultura familiar). Na primeira Oficina, fez-se uma apresentação sobre as diretrizes políticas e a abordagem teórico-metodológica do desenvolvimento territorial, sendo também encaminhada a proposta de definição das estratégias de articulação dos municípios e de identificação dos territórios rurais.

Neste contexto, foi criado o grupo de trabalho constituído por órgãos federais, representados pela SDT e pelo INCRA; órgãos estaduais, representados pela Secretaria de Combate a Pobreza (SECOMP) e pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA); organizações e movimentos sociais, representados pela Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), pelo Centro de Associações do

⁶¹ Esta Pesquisa foi realizada pela SEI a partir do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o IICA e o MDA, enquanto uma demanda específica da SDT para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS). Foi coordenada por Vitor de Athayde Couto Filho e Gustavo Bittencourt Machado, tendo como consultor crítico José Eli da Veiga.

Litoral Norte (CEALNOR), pelo Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA), pelo MOC, pela Pastoral Rural e outros.

Como procedimento metodológico foi adotado o cruzamento cartográfico das seguintes espacializações: áreas dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs); regionais das conferências e consultas públicas; regiões econômicas da Bahia; pólos sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura na Bahia (FETAG-BA); regionalização estadual administrativa da educação; regionalização estadual administrativa da saúde; regionalização estadual administrativa da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); áreas de influência das Dioceses da Igreja Católica; municípios de atuação das principais ONGs do Estado, bacias hidrográficas do Estado; concentração de acampamentos e projetos de assentamentos de reforma agrária; regiões de identidade por conta do principal segmento econômico; e os territórios consolidados, emergentes e prioritários definidos na Pesquisa SEI/IICA/SAF/2002-2003.

A partir deste cruzamento cartográfico foram definidos preliminarmente 24 territórios rurais, tendo sido estes apresentados às organizações e movimentos sociais na segunda Oficina, realizada em novembro de 2003. As discussões sobre a territorialização proposta foram aprofundadas em reuniões realizadas nos respectivos municípios, sendo nestes “eleitos” dois representantes de cada território para a participação na terceira Oficina, realizada em abril de 2004, a partir da qual foi elaborado o primeiro Mapa da Territorialização Rural na Bahia.⁶²

Naquele momento histórico, as resistências político-partidárias existentes entre o governo federal do PT e estadual do então Partido da Frente Liberal (PFL) impediram a adoção da política de desenvolvimento territorial rural pela Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN). No entanto, a sociedade civil organizada demandou a criação da Coordenação Estadual dos Territórios (CET) que – sendo

⁶² Após o aprofundamento das discussões entre organizações envolvidas, nas oficinas estaduais e nos encontros municipais, foram então redefinidos 22 territórios rurais. Em 2004, com o desmembramento do Território Baixo Sul do Litoral Sul a territorialização baiana passou a ser integrada por 23 territórios. A partir de 2007, ao serem incorporadas as demandas políticas estaduais, a territorialização baiana teve a sua constituição ampliada para os 26 territórios atuais.

composta por 2/3 da sociedade civil – se tornou uma importante instância política de representatividade das organizações e movimentos sociais.

Através da CET houve o fortalecimento da articulação política entre as entidades envolvidas no processo do desenvolvimento territorial rural na Bahia. Como representantes do governo federal, participaram a SDT, a SAF, o INCRA, a CEPLAC, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), a CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Como representantes do governo estadual, participaram a SECOMP, a SEPLAN, o CRA e a SEI. Como representantes das organizações e movimentos sociais participaram o MOC, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), a FETAG, o MST, a CPT, o CEALNOR, o Serviço de Assessoria a Organizações Sociais Populares (SASOP), a Terra Viva, a Pastoral Rural, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) e a ABONG.⁶³

Em parceria, a CET e a SEI elaborou o Índice Territorial Rural (ITR) dos municípios baianos, uma média geométrica calculada a partir do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), representando o grau de desenvolvimento social dos municípios; do Índice de Agricultores Familiares (IAF), representando o número de estabelecimentos definidos pelo projeto FAO/INCRA; do Índice de Famílias Assentadas (IAF), representando o número de famílias assentadas no município; do Índice de Famílias Acampadas (IFA), representando o número de famílias acampadas no município; do Índice de Gini, representando o grau de concentração de terra nos territórios baianos; do Índice de Organização Social (IOS), representando as informações sobre o grau de organização e mobilização da sociedade civil e do poder público; do Índice da Base Física e Ambiental (IBA), representando as informações sobre limites climáticos e degradação ambiental e do Índice de Reparos

⁶³ A CET era reconhecida e assessorada pela SDT. No entanto, as deliberações estaduais sobre a política do desenvolvimento territorial eram realizadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

Sociais (IRS), representando as informações sobre ameaças a agricultura familiar, trabalho escravo e dificuldade de comercialização e beneficiamento.⁶⁴

Com o início do Governo de Jacques Wagner (PT), em 2006, a política do desenvolvimento territorial rural foi adotada pelo Estado da Bahia e os “territórios de identidade” constituíram-se, a partir de 2007, na nova unidade de planejamento e gestão espacial como afirmou Benito Juncal, então Diretor de Planejamento Territorial da SEPLAN:

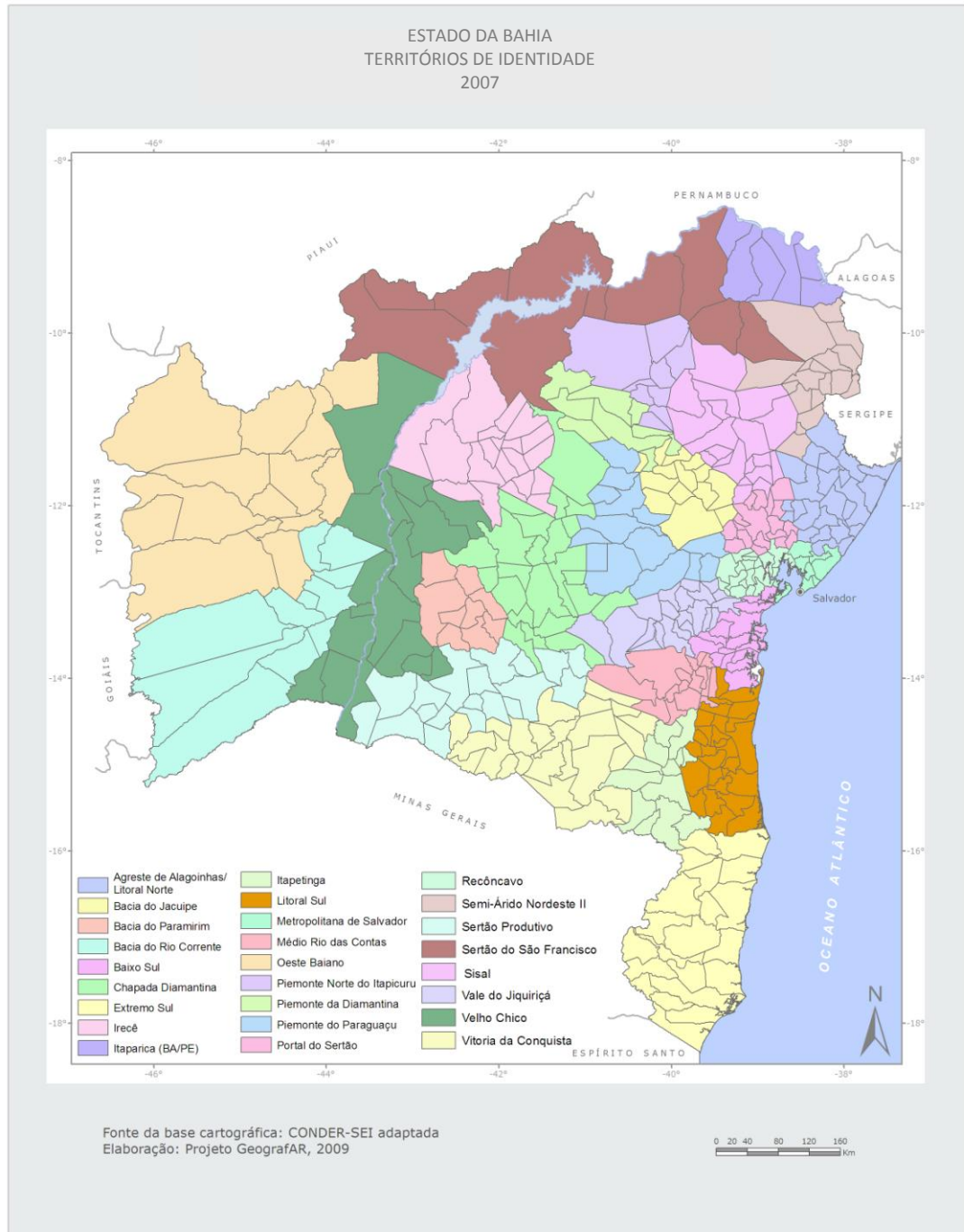
Apesar de alguns esforços, o governo passado combatia qualquer forma de organização territorial oriunda do governo federal, a ordem era esvaziar esses projetos [...] A idéia surge na transição do governo, existia uma simpatia pelo projeto porque a agricultura familiar era esquecida, não fazia parte das pautas da SEAGRI nos governos passados, era sempre o agronegócio, a grande feira [...] as propostas anteriores de regionalização também tinham como prioridade os grandes fluxos econômicos, sem preocupação com as desigualdades e outras variáveis, daí resolvemos adotar, na íntegra, a proposta do MDA (Pesquisa de campo realizada em 03/02/2009).

Tendo como base a regionalização da SDT foram homologados 26 territórios de identidade na Bahia, como se observa na Figura 7, sendo estes: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jequiriçá, Sertão do São Francisco, Oeste Baiano, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-árido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas, Litoral Norte, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru e Metropolitano de Salvador.⁶⁵

⁶⁴ O ITR foi utilizado como referência no processo de territorialização rural baiana e também para as ações das instituições apoiadoras.

⁶⁵ No **Anexo 2**, consta a relação dos municípios que integram os Territórios de Identidade na Bahia.

Figura 7



As classes sociais dos pobres do campo foram reafirmadas enquanto prioridade política, sendo assim legitimado o discurso governamental da participação e cidadania. No entanto, a supressão do “rural” foi justificada pela necessidade de desconstruir a representação dos “territórios dos pobrezinhos camponeses” a fim de que não se configurasse uma política setorial aplicada, como continuou afirmando Benito Juncal:

Nós e o MDA tínhamos a compreensão de que os territórios rurais não podiam ser vistos como os territórios dos pobrezinhos camponeses [...] não seria uma política de desenvolvimento territorial, mas uma política setorial aplicada ao território. (Pesquisa de campo realizada em 03/02/2009).

Assim, a questão da identidade foi revificada como pertencimento territorial na gestão política do Estado da Bahia:

A questão fundamental para o desenvolvimento da política é a idéia de pertencimento porque os territórios não foram criados sobre uma prancheta, na verdade, foram estimuladas as pessoas se revelarem com tal [...] (Pesquisa de campo realizada em 03/02/2009).

A idéia do pertencimento conduziu as plenárias do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), sendo os territórios de identidade adotados como referências espaciais das discussões orçamentárias estaduais. Como desdobramento desta ação foi publicada a Matriz de Ações Territorializadas 2009 com os investimentos estaduais nos territórios de identidade.

Isto não significou um processo de integração de políticas públicas no território, mas sim a territorialização de políticas distintas tendo como referência espacial o território. Além disso, apenas 50% do orçamento público estadual foi inserido neste processo, estando esta construção ainda muito restrita às algumas secretarias, em especial a Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF/SEAGRI), a Secretaria de Educação (SEC), a Secretaria de Saúde (SESAB) e a Secretaria da Cultura (SECULT) assim como identificou o Diretor da SEPLAN. Isto

demonstra a complexidade deste processo definido a partir de relações de poder, uma vez que cada secretaria tem sua interlocução própria com os municípios e não querem perdê-la, como também com o governo federal.

Evidenciou-se também a essência política na definição da “prioridade” dos territórios, uma vez que os territórios baianos que atualmente são apoiados pela SDT não apresentam, necessariamente, os maiores ITR. Além disso, ressalta-se o envolvimento político de deputados estaduais no processo de territorialização rural baiano: Edson Pimenta (Território da Chapada Diamantina); Zé das Virgens (Território de Irecê); Valmir Assunção (Território Litoral Sul e Extremo Sul); Neuza Cadore (Território da Bacia do Jacuípe); Fátima Nunes (Território do Semi-árido Nordeste II); e Paulo Rangel (Território de Itaparica).⁶⁶

Neste contexto, o Território do Litoral Sul também se particulariza enquanto um “território de identidade” no campo baiano pela concentração espacial de acampamentos e projetos de assentamentos de reforma agrária. Segundo os dados do Projeto GeografAR (2009) existem, na Bahia, 348 acampamentos com aproximadamente 36.730 famílias acampadas e 468 projetos de assentamentos de reforma agrária com aproximadamente 40.744 famílias assentadas, ocupando uma área total de 1.394.071,17 ha. Sendo que destes, 64 acampamentos, com 4.538 famílias (respectivamente, 18, 39% e 12,35 % do total) e 65 assentamentos com 2.686 famílias numa área aproximada de 39.924,58 ha (respectivamente, 13, 88%, 6,59% e 28,63% do total) estão localizados no Território Litoral Sul da Bahia, como se observa na Tabela 6 e, respectivamente, nas Figuras 8,9 e 10:⁶⁷

⁶⁶ E também, de alguns deputados federais Walter Pinheiro (PT), Zezeu Ribeiro (PT), Luis Alberto (PT), Guilherme Meneses (PT) e Josias Gomes (PT). É importante ressaltar que os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) são reforçados por emendas parlamentares mediante a articulação de alguns Territórios com os Deputados Federais. No período 2003-2006, os recursos destinados à Bahia pela SDT/MDA foram ampliados em 20% pela ementas parlamentares, totalizando 40 milhões de reais.

⁶⁷ É importante ressaltar que contradizendo a metodologia adotada pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA) na definição das famílias assentadas, os dados elaborados pelo Projeto GeografAR consideram apenas as famílias assentadas em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Tabela 6
Territórios de Identidade da Bahia
Acampamentos e Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 2009

Território de Identidade	Acampamentos		Projeto de Assentamentos		
	ACs	Nº Famílias	PAs	Nº Famílias	Área Total (ha)
Irecê (01)	8	423	17	1632	90.644,17
Velho Chico (02)	31	1.762	57	8197	338.248,81
Chapada Diamantina (03)	17	1.009	46	4214	119.970,80
Sisal (04)	27	1.900	33	1590	64.320,38
Litoral Sul (05)	64	4.538	65	2686	39.924,58
Baixo Sul (06)	13	1.076	35	1862	30.453,68
Extremo Sul (07)	35	7.612	32	2560	49.525,17
Itapetinga (08)	4	1.133	5	247	3.985,37
Vale do Jiquiriçá (09)	12	1.428	17	1595	45.335,89
Sertão do São Francisco (10)	23	2.547	11	1354	41.759,01
Oeste Baiano (11)	9	1.288	22	4543	249.396,92
Bacia do Paramirim (12)	0	0	0	0	0,00
Sertão Produtivo (13)	2	600	1	60	2.300,18
Piemonte do Paraguaçu (14)	14	2.518	24	2990	67.927,39
Bacia do Jacuípe (15)	1	40	4	330	12.733,12
Piemonte da Diamantina (16)	5	179	8	362	15.617,01
Semi-Árido Nordeste II (17)	14	781	12	616	23.312,16
Agreste de Alagoinhas/L. Norte (18)	20	1.940	16	730	17.098,55
Portal do Sertão (19)	3	628	1	212	13.009,51
Vitoria da Conquista (20)	10	1.117	24	1565	34.715,12
Recôncavo (21)	12	1.903	8	589	9.551,45
Médio Rio das Contas (22)	8	699	5	230	4.062,54
Bacia do Rio Corrente (23)	1	79	11	1500	90.395,19
Itaparica (BA/PE) (24)	0	0	0	0	0,00
Piemonte Norte do Itapicuru (25)	3	153	8	797	25.625,09
Metropolitana de Salvador (26)	12	1.377	6	283	4.159,08
TOTAL	348	36.730	468	40744	1.394.071,17

Fonte: INCRA (dados/setembro 2009)

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Figura 8

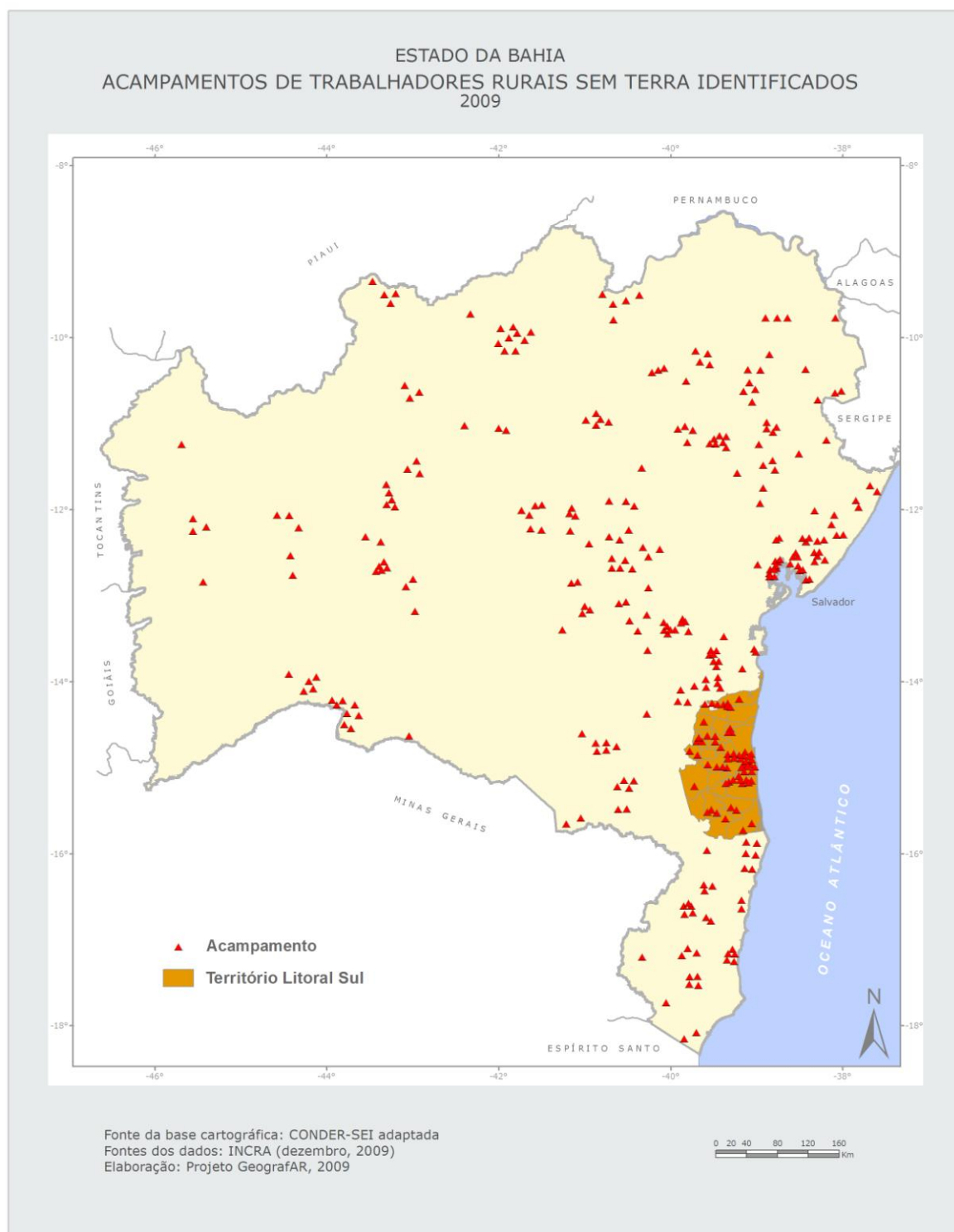


Figura 9

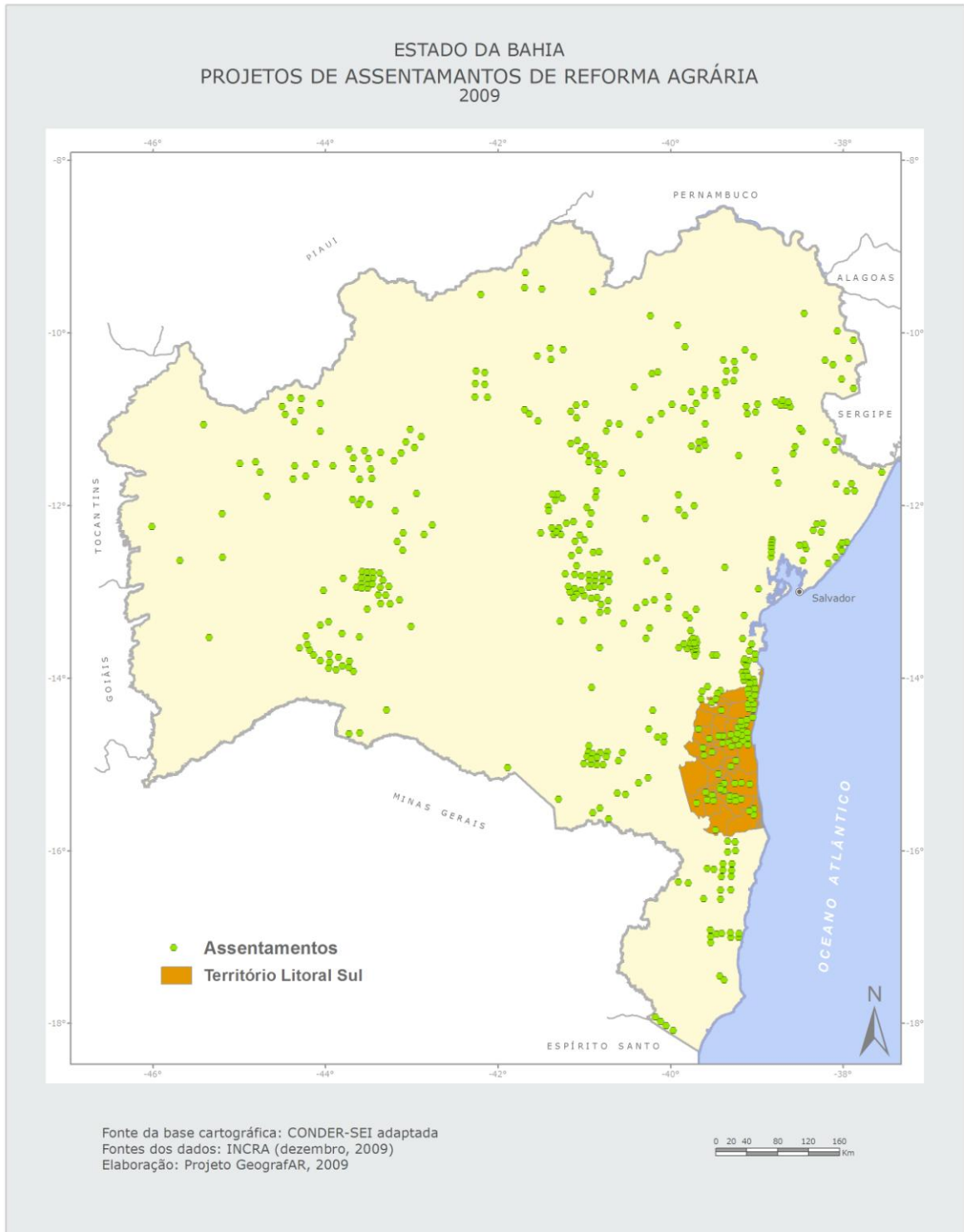
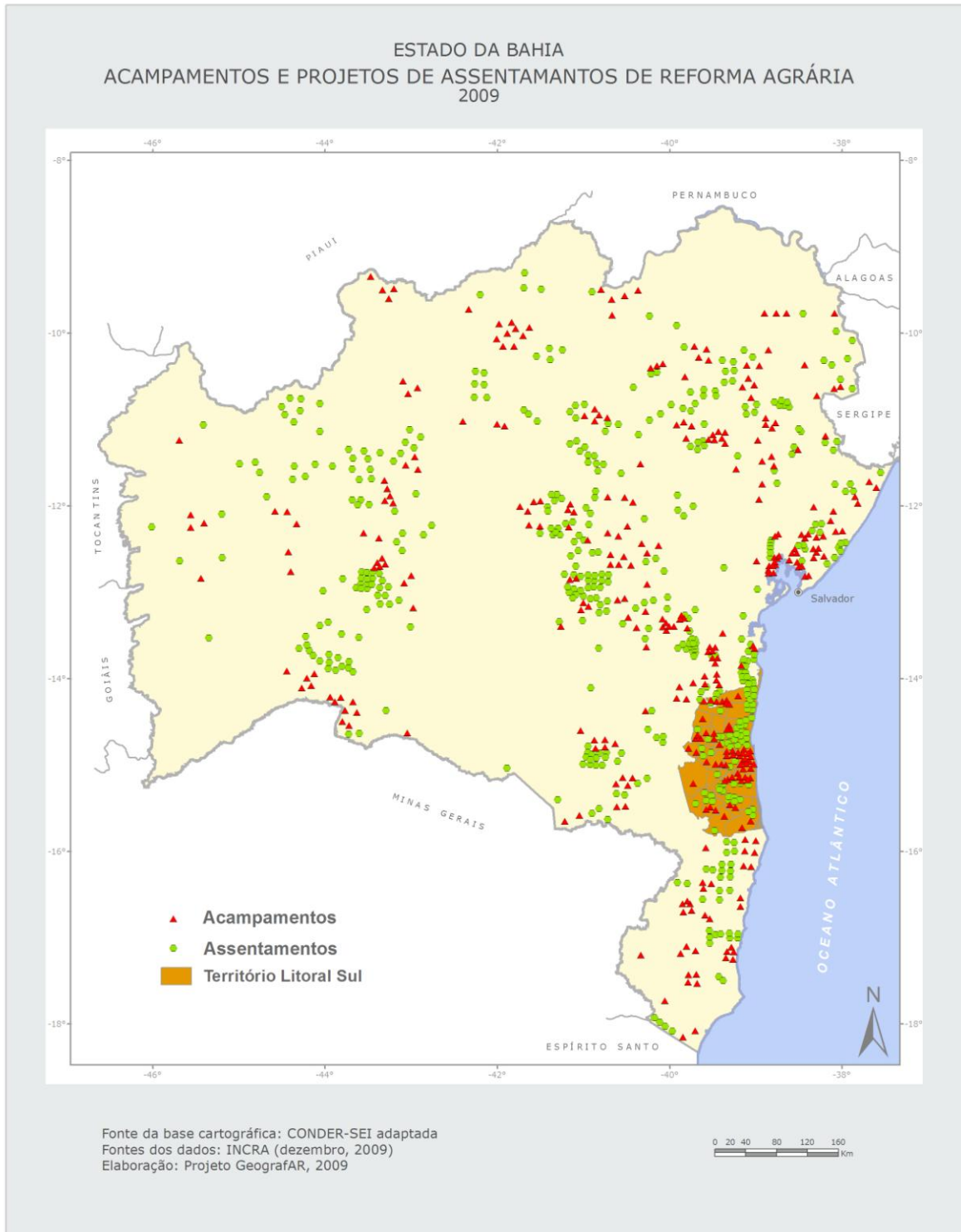


Figura 10



3.5 OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

A partir de 2008 o governo federal adotou a estratégia de ampliar as ações da política de desenvolvimento territorial rural criando, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os Territórios da Cidadania.

Territórios da Cidadania é um programa de desenvolvimento sustentável e de garantia de direitos sociais [...] O foco é a redução da pobreza e desigualdades no meio rural (MDA, 2008).

Constata-se assim que o Estado reinveste no discurso democrático da cidadania - enquanto uma conquista de direitos sociais - para legitimar no imaginário dos “pobres rurais” as suas intervenções no processo de retomada do crescimento econômico, no qual o campo brasileiro desempenha um papel estratégico, considerando a sua função produtiva historicamente definida na DIT.

Teoricamente, os territórios rurais “mais carentes de cidadania” foram determinados em função do reduzido dinamismo econômico e social dos municípios, considerados a partir da elevada concentração de agricultores familiares, assentados de reforma agrária e também beneficiários do Programa Bolsa Família.

A princípio, foram instituídos 60 Territórios da Cidadania no Brasil. Em 2009, houve a ampliação do Programa passando a existir 120 Territórios, sendo mantida a concentração espacial na região Nordeste (46,66%), como se observa na Tabela 7 e na Figura 11:⁶⁸

⁶⁸ Na Bahia, foram inicialmente definidos os territórios da Chapada Diamantina, do Sisal, do Litoral Sul e do Velho Chico, sendo assim reafirmada a Política de Desenvolvimento Territorial Rural.

Tabela 7

Brasil – Territórios Rurais e da Cidadania por Região, 2008.

Região	Território Rural	%	Território Cidadania	%
Nordeste	67	39,88	56	46,66
Norte	32	19,51	27	22,50
Sudeste	26	15,85	15	12,50
Sul	22	13,41	10	8,33
Centro-oeste	17*	10,36	12	10,00
Total	164	100,00	120	100,00

Fonte: MDA, 2008

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

*Território Das Águas Emendadas (DF/GO/MG)

Na escala do Nordeste, também foi reafirmada a concentração territorial na Bahia, tendo sido definidos, em 2008, os territórios da Chapada Diamantina, Sisal, Velho Chico e Litoral Sul e em 2009, de Irecê, Semi-árido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Baixo Sul e Itaparica (BA/PE), como se observa na Tabela 8 e na Figura 12:

Tabela 8

Nordeste – Territórios Rurais e da Cidadania por Estado, 2008.

Estado	Território Rural	%	Território Cidadania	%
BA	13*		9*	
MA	8	11,94	8	14,28
PI	8	11,94	6	10,71
CE	7	10,44	6	10,71
PB	7	10,44	6	10,71
PE	7	10,44	5	8,92
RN	7	10,44	6	10,71
AL	6	8,95	6	10,71
SE	4	5,97	4	7,14
Total	67	100,00	56	100,00

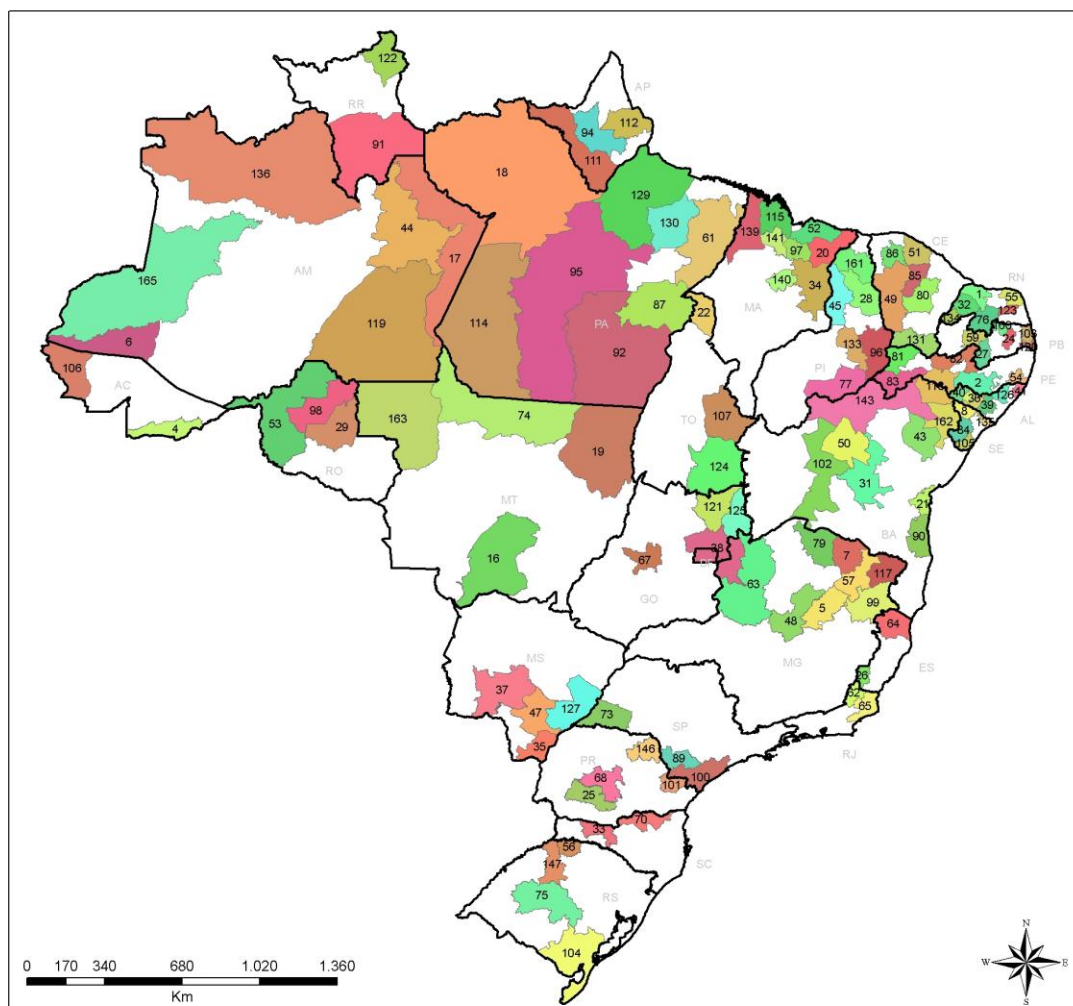
Fonte: MDA, 2008

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

* Território de Itaparica (BA/SE)

Figura 11

Brasil - Territórios da Cidadania, 2009.

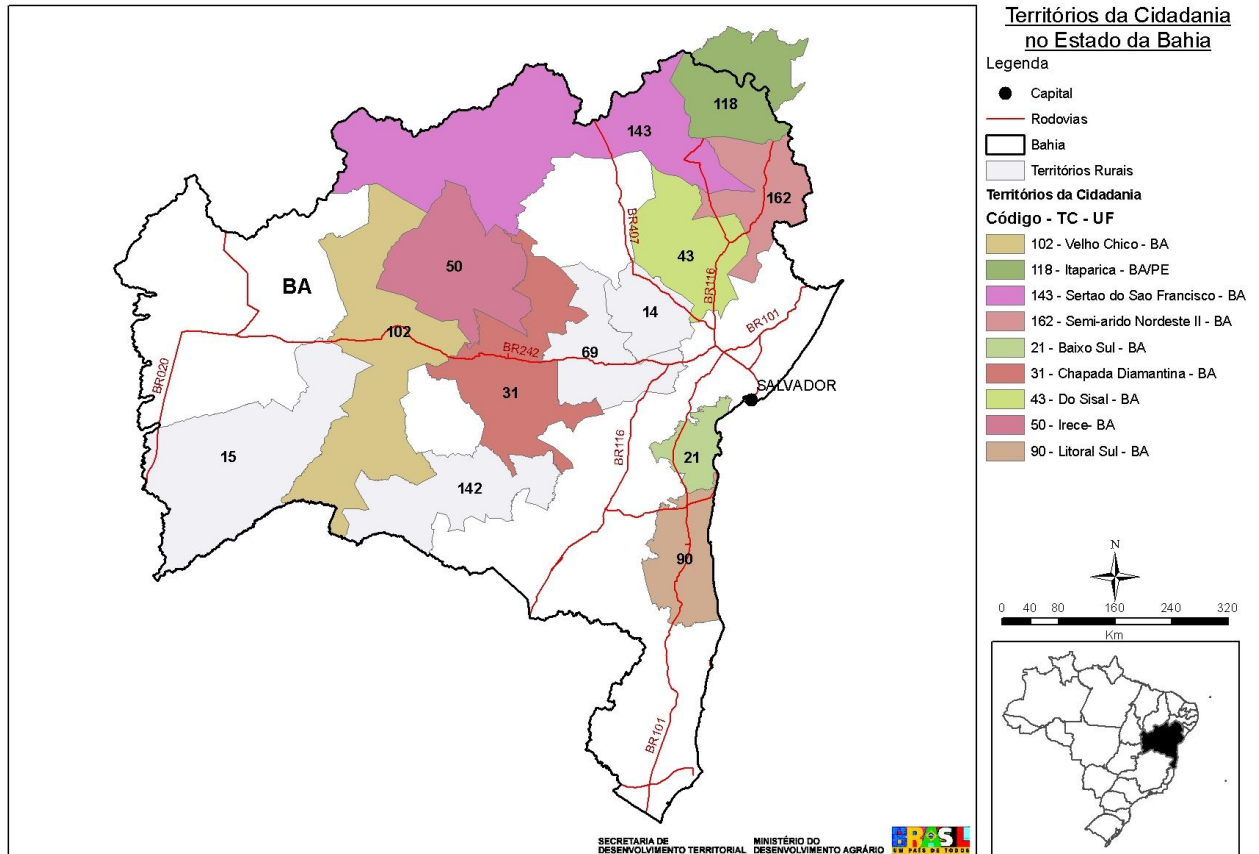


Legenda

	Brasil		033 - Meio Oeste Contestado - SC		061 - Nordeste Paraense - PA		092 - Sul Do Para/Alto Xingu - PA		123 - Potengi - RN
	001 - Açú-Mossoró - RN		034 - Cocais - MA		062 - Noroeste - RJ		094 - Centro Oeste - AP		124 - Sudeste - TO
	002 - Agreste Meridional - PE		035 - Cone Sul - MS		063 - Noroeste De Minas - MG		095 - Transamazônica - PA		125 - Vale do Paraná - GO
	004 - Alto Acre e Capixaba - AC		036 - Da Bacia Leiteira - AL		064 - Norte - ES		096 - Vale Do Guaribas - PI		126 - Mata Alagoana - AL
	005 - Alto Jequitinhonha - MG		037 - Da Reforma - MS		065 - Norte - RJ		097 - Vale Do Itapacuru - MA		127 - Vale do Ipiranga - MS
	006 - Alto Juruá - AM		038 - Das Águas Emendadas - DF/GO/MS		067 - Vale Do Rio Vermelho - GO		098 - Vale Do Jamarí - RO		129 - Marajó - PA
	007 - Alto Rio Parão - MG		039 - Do Agreste - AL		068 - Paraná Centro - PR		099 - Vale Do Mucuri - MG		130 - Baixo Tocantins - PA
	008 - Alto Sertão - SE		040 - Do Alto Sertão - AL		070 - Planalto Norte - SC		100 - Vale Do Ribeira - SP		131 - Cariri - CE
	016 - Baixada Cuiabana - MT		041 - Do Litoral Norte - AL		073 - Portal Do Paranapanema - SP		101 - Vale Do Ribeira - PR		133 - Cariri - PI
	017 - Baixo Amazonas - AM		042 - Do Médio Sertão - AL		074 - Portal Da Amazônia - MT		102 - Velho Chico - BA		134 - Alto Oeste - RN
	018 - Baixo Amazonas - PA		043 - Do Sisal - BA		075 - Região Central - RS		103 - Zona Da Mata Norte - PB		135 - Baixo São Francisco - SE
	019 - Baixo Araguaia - MT		044 - Manaus e Entorno - AM		076 - Sertão - RN		104 - Zona Sul Do Estado - RS		136 - Rio Negro da Cidadania Indígena - AM
	020 - Baixo Parnaíba - MA		045 - Entre Rios - PI		077 - Serra Da Capivara - PI		105 - Sul Sergipano - SE		139 - Alto Tun e Gurupi - MA
	021 - Baixo Sul - BA		047 - Grande Dourados - MS		079 - Serra Geral - MG		106 - Vale Do Juruá - AC		140 - Médio Mearim - MA
	022 - Bico Do Papagaio - TO		048 - Sertão de Minas - MG		080 - Sertão Central - CE		107 - Jalapão - TO		141 - Campo e Lagos - MA
	024 - Borborema - PB		049 - Inhamuns Cratoús - CE		081 - Sertão do Arapão - PE		111 - Sul Do Amapá - AP		143 - Sertão do São Francisco - BA
	025 - Centauroguajá - PR		050 - Irecê - BA		082 - Sertão Do Pajeú - PE		112 - Dos Lagos - AP		146 - Norte Pioneiro - PR
	026 - Caparaó - ES		051 - Vales do Curu e Aracatiçu - CE		083 - Sertão Do São Francisco - PE		114 - BR 163 - PA		147 - Noroeste Colonial - RS
	027 - Cariri Ocidental - PB		052 - Lençóis Maranhenses/Murim - MA		084 - Sertão Ocidental - SE		115 - Baixada Ocidental - MA		160 - Curimatá - PB
	028 - Carnaubas - PI		053 - Madeira Memoré - RO		085 - Sertões De Canindé - CE		117 - Baixo Jequitinhonha - MG		161 - Cocais - PI
	029 - Central - RO		054 - Mata Sul - PE		086 - Sobral - CE		118 - Itaparica - BA/PE		162 - Semi-árido Nordeste II - BA
	031 - Chapada Diamantina - BA		055 - Mato Grande - RN		087 - Sudeste Paraense - PA		119 - Madeira - AM		163 - Nordeste - MT
	032 - Sertão Do Apodi - RN		056 - Médio Alto Uruguai - RS		088 - Sudoeste Paulista - SP		120 - Zona Da Mata Sul - PB		165 - Mesorregião Alto Solimões - AM
			057 - Médio Jequitinhonha - MG		089 - Litoral Sul - BA		121 - Chapada dos Veadeiros - GO		
			059 - Médio Sertão - PB		091 - Sul De Roraima - RR		122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos - RR		

Figura 12

Bahia – Territórios da Cidadania, 2009.



A continuidade ampliada do PDTRS traduziu-se, principalmente, na articulação interinstitucional do MDA com outros Ministérios (e órgãos governamentais), o que repercutiu diretamente no planejamento e gestão dos Territórios da Cidadania.

Os Colegiados mantiveram-se como as institucionalidades locais, entretanto foram ampliados e deixaram de ter a composição majoritária das organizações e movimentos sociais – incorporando o caráter paritário –, tendo sido esta uma das contrapartidas exigidas pelos ministérios pela elevação da dotação orçamentária nos Territórios, assim como afirmou em entrevista o Articulador Territorial da SDT, Sérgio Costa. Aliado a estes, foram criados os Comitês de Articulação Estadual

(formados apenas pelos representantes governamentais) e o Comitê Gestor Nacional, agregando os Ministérios (e órgãos) participantes.

O governo federal passou a apresentar uma matriz territorial com um grupo de ações previstas e as respectivas metas físicas e financeiras para cada território (definidas pelo Comitê Gestor), sendo a partir destas indicadas as prioridades pelos colegiados.⁶⁹

Estes aspectos evidenciam a ampliação das intervenções políticas e disputas de poder no Território e, conseqüentemente, um acirramento na correlação de forças sociais que tendem a tornar ainda mais complexa a gestão da política de desenvolvimento territorial.

Soma-se a isto o fato de que a participação dos Ministérios (e órgãos) não vem significando uma ação articulada de integração de políticas públicas no Território, mas um processo de desembarque de políticas específicas num espaço conformado.

Veja-se o exemplo do MDA, como analisa Sabourin:

[...] o mais preocupante é o aparecimento de viesses corporativistas na medida em que esses movimentos estão em concorrência para constituir suas bases sociais e para mobilizar recursos [...] além da concorrência entre programas do mesmo ministério destinados ao mesmo público, cada secretaria tem uma tendência natural a impor seu modelo de desenvolvimento da agricultura familiar. (SABOURIN, 2007, p.725)

Esta questão tornou-se evidente no processo de elaboração do Plano Safra Territorial entre a SAF e a SDT, ainda que os dois secretários sejam “companheiros,” como também afirmou o Articulador Territorial da SDT na Bahia:

⁶⁹ Assim, o Comitê Gestor Nacional é formado pelos seguintes Ministérios (e órgãos): Casa Civil; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Saúde/Funasa; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia; Ministério das Comunicações, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Ministério da Justiça/FUNAI; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cultura; Banco do Brasil; Banco do Nordeste; Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A estrutura do Estado Brasileiro não foi feita para integrar absolutamente nada. Cada ministério é uma caixa e dentro de cada ministério cada secretaria é uma caixa como metas e programas próprios que normalmente não se falam [...] Veja, somente em 2006 houve a primeira parceria concreta SAF-SDT na elaboração do Plano Safra Territorial distante apenas a dois andares, sendo os dois secretários amigos, companheiros [...] Daí se percebe a grande dificuldade da tal integração das políticas públicas que tanto se fala. (Pesquisa de campo realizada em 12.12.2008)

Outro aspecto a ser destacado é que as “ações cidadãs” ainda se revelam muito limitadas aos ministérios da chamada “área social” enquanto que os outros da “área econômica” – considerados estratégicos para o crescimento econômico – vêm desenvolvendo outras territorialidades.

Na Tabela 9 podem ser analisados os orçamentos interministeriais destinados aos territórios da cidadania por grupos de ações, nos respectivos anos de 2008 e 2009.

Tabela 9

Territórios da Cidadania – Orçamento por Grupos de Ações, 2008-2009.

Grupos de Ações	Recursos (R\$) 2008	Recursos (R\$) 2009
Organização Sustentável da Produção	2,4 bilhões	5,7 bilhões
Direitos e Desenvolvimento Social	5,0 bilhões	9,1 bilhões
Saúde, Saneamento e Acesso à Água	1,3 bilhão	3,2 bilhão
Educação e Cultura	571 milhões	2,1 bilhões
Infraestrutura	3,0 bilhões	2,9 bilhões
Apoio à Gestão Territorial	23 milhões	24,4 milhões
Ações Fundiárias	600 milhões	398,8 milhões
Total	12,9 bilhões	23,5 bilhões

Fonte: MDA, 2008/2009

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Como se constata, a partir de 2008 foi significativo o aumento dos recursos orçamentários dos territórios. Os volumes totais de 12,9 e 23,5 bilhões de reais possibilitam dimensionar o caráter estratégico da “benevolência cidadã” do Estado no processo de aceleração do crescimento econômico, ao passo que justifica a

imposição da racionalidade verticalizada no processo político em tornar paritário o Colegiado Territorial, assim como de limitar a participação no comitê estadual aos representantes dos órgãos governamentais. Explicita-se, também, a compreensão míope de cidadania enquanto um processo assistencialista de políticas sociais para os pobres, sendo a autonomia e a participação política desconsideradas no contexto do desenvolvimento territorial.

Quando se analisa, comparativamente, os orçamentos específicos das ações que integram a matrizes territoriais no período de 2008 - 2009 constatam-se que enquanto o orçamento da “organização sustentável da produção” obteve um acréscimo de (+ 137,5%), as “ações fundiárias” obtiveram um decréscimo de (-33,53%), sendo assim reafirmado o modelo de desenvolvimento que privilegia a integração da agricultura familiar ao mercado na perspectiva de dinamização econômica das cadeias produtivas locais.

CAPÍTULO 4

A GEOGRAFIA DESIGUAL E COMBINADA NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA

No Sul da Bahia, cacau é o único nome que soa bem (AMADO, 2001a, p.58).

4.1 A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

O processo de apropriação capitalista do espaço no Litoral Sul da Bahia se desenvolveu no bojo da acumulação primitiva do capital, a partir do século XVI, tendo como marco histórico a colonização portuguesa.⁷⁰

O pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) foi o primeiro produto de exportação comercial, sendo estabelecidas relações sociais de troca entre os portugueses e os índios que a denominavam de pau-vermelho (*Ybirá-pitanga*), especialmente com os Tupiniquins. A paisagem litorânea passou a ser marcada pelas formas espaciais das feitorias que eram os entrepostos comerciais através dos quais era realizada a troca da madeira pelas quinquilharias portuguesas.

Através do regime de sesmarias, em 1534, grandes extensões de terras foram doadas aos colonos portugueses, concretizando o processo de apropriação da terra como um “bem oligárquico” (PORTO - GONÇALVES, 2001) – na forma espacial do latifúndio – a partir do qual foi definida uma estrutura social alicerçada em relações desiguais de poder.⁷¹

Assim, foi instituído o Sistema das Capitânicas Hereditárias, sendo que o recorte escalar que atualmente conforma o Território do Litoral Sul da Bahia integrava a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, iniciando-se na foz do rio Jaguaripe, na Baía de Todos os Santos, logo abaixo a ponta sul da ilha de Itaparica e direcionando-se ao sul até a margem norte do rio Grande (atual rio Jequitinhonha)

⁷⁰ A colonização latino-americana representou a expansão territorial dos Estados Nacionais Europeus, especialmente dos Ibéricos (Portugal e Espanha), no momento histórico do capitalismo comercial. Ressalta-se que D. Manuel decidiu, em 1502, arrendar as terras da margem ocidental do Atlântico ao consórcio de ricos mercadores lusitanos – “os cristãos-novos” liderados por Fernando de Noronha – comprometendo-se a proibir a importação do pau-brasil do oriente, ficando o grupo com o monopólio do “trato do pau-de-tinta” (VINHÁES, 2001).

⁷¹ Em trinta e dois anos (1534 - 1566), o rei D. João III doou dezessete capitânicas a quinze donatários no Brasil. Além das Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, o Estado da Bahia, integrava também a Capitania da Bahia que se estendia por cinquenta léguas da costa, da foz do rio São Francisco à ponta da Baía de Todos os Santos, na foz do rio Jaguaripe, incluindo o Recôncavo desta, sendo concedida a Francisco Pereira Coutinho. As cartas eram consideradas os documentos legais de doação e os forais, os definidores dos direitos e obrigações de cada donatário. Na Capitania dos Ilhéus, a carta de doação foi assinada em 26/06/1534 e a carta foral, em 11/03/1535, sendo que, em 1754, foi incorporada à Capitania da Bahia.

penetrando pelo sertão e terra firme, por tanto quanto pudesse entrar; e ao mar, até dez léguas, inclusive as ilhas que houvesse.

A Capitania foi doada ao escrivão da Família Real, Jorge de Figueiredo Corrêa, que nomeou como administrador um castelhano militar e cavaleiro da Ordem de Cristo, Francisco Romeiro, sendo que em 1536 ancorou no litoral erguendo a primeiro povoado da Capitania de Ilhéus, no alto do Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé. Os ataques constantes dos corsários e o fracasso na tentativa de cultivo do algodão forçaram Romeiro a migrar para o Sul, sendo assim fundada a Vila de São Jorge de Ilhéus (que passou a sediar a Capitania).⁷²

Na segunda metade do século XVI, foi introduzido o cultivo da cana de açúcar às margens do rio Cachoeira, sendo a construção de engenhos favorecida pelas condições edafoclimáticas e hidrográficas. A lógica capitalista de produção determinou a expropriação fundiária e exploração da força de trabalho dos indígenas e também dos negros africanos (trazidos principalmente de Guiné), evidenciando-se assim tensões e conflitos territoriais no insipiente núcleo de povoamento que se configurava.⁷³

Esta conjuntura foi agravada pelas constantes invasões e saques estrangeiros – a exemplo dos corsários franceses (1595) e holandeses (1635) – e também pelos conflitos políticos entre Francisco Romeiro e os colonos, ocorrendo assim a

⁷² Francisco Romero fez anteceder ao nome da Vila a invocação de “São Jorge”, se não em louvor ao santo católico cuja imagem montada a cavalo saía na procissão de Corpus Christi, em Portugal, mas em homenagem ao capitão-donatário que permaneceu na Corte. Os “dos Ilhéus” decorreu aos ilhéus e recifes coralíferos que se alinham fora da barra: ilhéus Grande ou Verde, Itapitinga e Rapa.

⁷³ Ressalta-se que ao contrário dos tupiniquins e tupinambás, os aimorés (Povo Jê ou Tapuia) sempre se mantiveram em conflito com os portugueses. O reconhecimento legal da dominialidade dos territórios indígenas marca a conflitualidade territorial até os dias atuais, a exemplo dos Tupinambás de Olivença (no município de Ilhéus - BA).

A Capitania de Ilhéus chegou a possuir nove engenhos de açúcar no século XVI, dentre os quais se destacou o Engenho de Santana, na sesmaria de Mem de Sá (que em 1548, tornou-se o primeiro governador geral do Brasil). Em 1789, cerca de trezentos escravos se rebelaram contra as condições de vida e trabalho, mataram o mestre de açúcar e se apossaram de parte das ferramentas, refugiando-se nas matas próximas. Embora tenham sido derrotados, compõe a memória viva da luta social contra a dominação e exploração capitalista. Atualmente, o povoado se constitui num ponto turístico-ecológico, a cerca de 25 km a sudoeste de Ilhéus. No **Anexo 3**, “A Carta de Reivindicação dos Escravos Rebelados do Engenho de Santana”.

transferência dos engenhos para o Recôncavo Baiano no final do século XVII e com isso, a decadência da Capitania de Ilhéus.

Na emergência da crise canavieira, em meados do século XVIII, outros portugueses e brasileiros migraram para o sul da Capitania e às margens do caudaloso rio Pardo (originalmente denominado Jussiape) fundaram um povoado que originou a Vila de Canavieiras. Nesta, foram introduzidos o café e o cacau que, até meados do século XIX, exerceram um papel fundamental no crescimento demográfico, na expansão do povoamento e na dinamização interna da economia regional.

No limiar do século XIX, o café já se encontrava em plena decadência e a cacauicultura se desenvolvia em condições edafoclimáticas favoráveis (clima, vegetação, solo e hidrografia). Nesta perspectiva, Santos analisa que:

O homem e a terra puderam harmonizar-se numa formação regional bem diferenciada, sendo o cacau, como produção agrícola, o responsável pelos seus traços socioeconômicos e psicossociais. Assim, a natureza forneceu o quadro e homem fez o resto (SANTOS, 1955, p. 21).

Como se observa na Figura 13, o cacauieiro (*Theobroma cacao*) é uma espécie nativa da floresta tropical úmida americana, sendo seu centro de origem, provavelmente, as nascentes dos rios Amazonas e Orinoco. Segundo Tavares, o cultivo do cacau foi introduzido às margens do rio Pardo, em áreas que hoje constituem o município de Canavieiras:

O cacauieiro chegou na Bahia em 1746, por iniciativa do suíço *Frédéric Louis Warneaux* que trouxe uma muda de cacau do Pará e a plantou na Fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo (TAVARES, 2001, p. 363).

A existência de terra e mão-de-obra abundantes e baratas – em sua maioria terras devolutas – foram condições decisivas para a expansão produtiva da cacauicultura. Aliado a isso, o elevado valor agregado do produto e a demanda no

mercado internacional favoreceram, através do comércio exportador, a acumulação de capital.



Figura 13 – Cacaueiro (*Theobroma caçã*)
Fonte: CEPLAC, 2009.

Assim, a cacauicultura revelou a sua essência mercantil, sob a égide do capitalismo comercial. Nesse sentido, Baiardi afirma que:

A cacauicultura nasce sob a égide do capitalismo comercial sendo sua implantação na Bahia, em meados do século XVIII, resultado da lógica do lucro e do cálculo capitalista, já que o desbravador nada mais era que um capitalista que aspirava converter-se também em proprietário fundiário, dirigente do processo produtivo (BAIARDI, 1984, p. 53).

Vindos do interior da Bahia e do Nordeste (como destaque para os estados de Sergipe e Alagoas), os desbravadores penetraram pela inóspita e exuberante Mata Atlântica e abriram suas roças de cacau à sombra de jacarandás, vinháticos, cedros, pitiás, ipês, maçarandubas, paus-d’arco, sucupiras, paus-brasis, num sistema de plantio que ficaria conhecido com o nome de “cabruca”, representado na Figura 14.



Figura 14 - Mata Cabruca
Fonte: CEPLAC, 2009.

Este processo não se deu de forma pacífica, tendo sido a “terra adubada com sangue” (AMADO, 2001 b). A saga dos coronéis do cacau foi imortalizada em uma vasta literatura na qual são narradas as lutas sangrentas pela posse das matas e pelo domínio da terra para o plantio do cacau.

A partir do século XX, a cacauicultura se consolida como uma monocultura agroexportadora - *commodity* -, definindo a inserção produtiva do Território Litoral Sul da Bahia na DIT. Este processo de internacionalização da produção repercutiu diretamente na estrutura da propriedade da terra e nas relações sociais de produção, traduzindo-se na expropriação camponesa e na exploração dos trabalhadores rurais, com repercussões espaciais tanto no campo como na cidade.

Sucessivamente, houve a redução das unidades familiares de produção em contrapartida à expansão das propriedades capitalistas, sendo que as áreas com os solos mais férteis eram destinadas ao cultivo do cacau (abrangendo aproximadamente 80% do total da área colhida e 90% do valor da produção agrícola regional).⁷⁴

⁷⁴ A pecuária e outros cultivos agrícolas contribuía para a ampliação da renda do produtor, e a banana e a mandioca eram cultivados pela necessidade do sombreamento do cacau. O coco - da - baía,

Formou-se assim uma estrutura social hierarquizada, entre os grandes produtores e comerciantes de cacau que detinham a hegemonia política nas estruturas de poder do Estado e os trabalhadores rurais assalariados que se reproduziam socialmente de forma segregada enquanto força de trabalho explorado. No intermédio desta hierarquização situavam-se os detentores de pequenas posses de terras que eram destinadas à subsistência, sendo constantemente vitimados às ações expropriatórias por parte da oligarquia rural na perspectiva de expansão do território capitalista.⁷⁵

As relações sociais de produção estabelecidas refletiam a exploração da força de trabalho imposta pela lógica do capital: os trabalhadores não tinham os direitos trabalhistas reconhecidos, sendo em larga escala contratados de forma temporária – as chamadas “empreitadas” – e os que residiam nas unidades produtivas possuíam condições precárias de habitação e saneamento básico, sendo comum a prática do desconto de 20% do salário pelo uso familiar das benfeitorias existentes. Os homens solteiros viviam em grupos de quatro ou cinco sob as barcaças, convivendo com a periculosidade do forte cheiro do cacau em secagem; e as mulheres tinham a exploração da força de trabalho intensificada com a redução de 50% do salário. Raras eram as unidades escolares e os postos de saúde existentes localizavam-se nos centros urbanos, sendo o acesso condicionado pela localização de cada propriedade rural.⁷⁶

É importante registrar que a demanda da mão-de-obra era submissa ao ritmo da atividade produtiva e, assim, oscilava anualmente atingindo o ponto máximo e mínimo, respectivamente, na safra (maio a dezembro) e entre - safra (janeiro a abril). No período da entre - safra – conhecido como “paradeiro” – alguns trabalhadores migravam para as cidades locais e passavam a enfrentar condições de sobrevivência ainda mais adversas, assim como retrata Diniz e Duarte:

os citrus, a pimenta-do-reino, o milho e o feijão, individualmente, não alcançavam 1% do valor total da produção.

⁷⁵ Os posseiros eram também chamados de “burareiros”.

⁷⁶ Era uma prática comum o fazendeiro contratar o trabalhador por apenas oito meses a fim de evitar a indenização em caso de demissão. A denominação “empreitada” advém de empreiteiro: fornecedor de mão de obra sem vínculos empregatícios. A contratação envolve apenas o indivíduo, contudo, o trabalho é desenvolvido pela força de trabalho familiar, envolvendo as crianças e os idosos.

É hoje grande o número de trabalhadores rurais residentes nos povoados e cidades, em verdadeiras favelas, de condições precárias; deslocam-se a pé ou em caminhões até as fazendas, passam o dia trabalhando com péssima alimentação e, à noite, retornam à sub-habitação. São por excelência trabalhadores de mais baixo padrão, pois arcam as despesas de água, luz e alimentação típicas dos aglomerados onde residem, e que não existiam antes, quando a moradia era na fazenda (DINIZ e DUARTE, 1983, p.119).

Outros se voltavam ao subemprego na tentativa de sobrevivência, como vendedores ambulantes e biscateiros. Agravavam-se assim a precarização das relações de trabalho e a periferização das cidades como expressões contraditórias do desenvolvimento capitalista.

O Estado interveio neste processo buscando tecnicizar o espaço com a infraestrutura necessária para garantir a fluidez espacial do capital e assim atender aos interesses das classes dominantes. Historicamente, foram implantadas políticas direcionadas ao desenvolvimento da cacauicultura que impulsionaram a extração da renda da terra pelos proprietários fundiários e lucro das empresas capitalistas, ao mesmo tempo em que foi legitimada a expropriação camponesa e exploração dos trabalhadores rurais, aspectos estes que favoreceram o acirramento da luta de classe.⁷⁷

Veja-se que, sob pressão do Sindicato dos Agricultores de Cacau e da Associação Comercial da Bahia – ambas sediadas na capital – em 1913, foi construída a Ferrovia Ilhéus-Itabuna e em 1923, reaparelhado o Porto de Ilhéus, o que significou a perda do monopólio das casas comerciais de Salvador na exportação do cacau para a Europa e Estados Unidos. Entretanto, foi na conjuntura de crises mundiais do capitalismo – dado o caráter monocultor agroexportador da economia – que as ações do poder público foram mais marcantes no Território.⁷⁸

No período da depressão econômica de 1930, a lavoura cacaueira assumia um papel estratégico na economia nacional, ocupando o primeiro lugar nas exportações

⁷⁷ Com a Constituição Republicana de 1891, o Estado passou a conceder títulos de terras devolutas, às margens dos rios Almada e Cachoeira, para incentivar a expansão da cacauicultura.

⁷⁸ Naquele momento, Ilhéus passa a sediar a oligarquia cacaueira, enquanto o *locus* privilegiado do poder político regional, concentrando, espacialmente, a população e a produção.

baianas e o terceiro lugar nas exportações brasileiras. Com a estagnação do mercado mundial, os cacauicultores se endividaram e passaram a reivindicar ações emergenciais, sendo reproduzido na imprensa local o discurso ideológico de que “o cacau era um bem social”, tendo sido criada uma civilização no sul da Bahia a partir da cacauicultura. O Estado, então, aproveitou a conjuntura favorável e, além de financiar as dívidas do cacauicultores, criou também em 1931 a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Instituto de Cacau – o Instituto do Cacau da Bahia (ICB). No entanto, buscando não se contrapor diretamente às lideranças políticas locais, “apoiou-se” no cooperativismo, assim como afirma Garcez *apud* Diniz e Duarte:

De um lado, como cooperativa, eram atendidas as reivindicações das lideranças regionais, participando da reorganização econômica da lavoura cacauera. De outro, mantendo o vínculo administrativo estatal e nomeando os diretores do Instituto, o Governo estadual, preposto do federal, intervinha na política econômica regional, de grande importância na renda estadual e na economia nacional [...] (DINIZ e DUARTE, 1983, p. 42)

Com a criação do ICB registram-se elevações significativas na produção e circulação do cacau, dadas pela concessão de créditos, melhorias das técnicas agrícolas, realização de estudos agrônômicos e pela implantação de uma política rodoviária direcionada para a construção de estradas, pontes e organização dos transportes que favorecem a interligação dos municípios e áreas cacaueras e a integração destes com o principal eixo regional: Ilhéus e Itabuna. Pela sua localização geográfica, o município de Itabuna – já ligado a Ilhéus pela ferrovia de 1913 – foi beneficiado pela convergência das estradas tendo sua função comercial reforçada e espacialmente ampliada, tornando-se o principal centro comercial regional. Ressalta-se, entretanto, que Ilhéus se reafirmava como poder político regional, continuava sendo mantida com destaque para a exportação-importação das mercadorias regionais pelo Porto de Ilhéus.⁷⁹

⁷⁹ Em 1941, o ICB assumiu o monopólio das exportações cacaueras sendo transformado numa autarquia estadual até ser extinto, em 1992.

Decorrida uma década, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), a economia cacaueteira volta a expressar a sua vulnerabilidade ao mercado internacional. A complexidade da crise foi agravada pelo fato de que, historicamente, o capital acumulado na economia cacaueteira reproduzia-se em outros espaços, em especial nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. Neste contexto, é criada em 1957 a coordenadoria regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira (CEPLAC) - órgão do governo federal vinculado ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) - o que significou a institucionalização das intervenções federais na produção do espaço regional. A princípio, a CEPLAC limitava-se ao refinanciamento das dívidas dos cacauicultores, sendo, para tanto, criado o "Plano de Recuperação Econômico - Rural da Lavoura Cacaueteira". Progressivamente, passou a atuar nas áreas de extensão rural, pesquisa, educação, cooperativismo e infra-estrutura, fomentando também o desenvolvimento de outras atividades primárias. Assim, elevou o nível técnico da lavoura cacaueteira adquirindo, conseqüentemente, a credibilidade da sociedade regional.

Um aspecto importante a ser destacado é que se por um lado as intervenções estatais aliviaram as preocupações imediatas dos cacauicultores, por outro significaram o aumento da dependência política das lideranças locais ao Estado. Nesta lógica, a existência de dois órgãos em jurisdições distintas para a política do cacau - o ICB e a CEPLAC - favoreceu o acirramento dos conflitos políticos locais. Foi assim que numa ação reacionária aos governos federal (via a CEPLAC) e estadual (via ICB), a oligarquia regional criou, em 1963, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC) a fim de garantir o seu fortalecimento político na economia cacaueteira. Em contraposição, o Estado interviu na perspectiva de sua reafirmação política transferindo, em 1966, a sede do Instituto do Cacau da Bahia de Salvador para Ilhéus.⁸⁰

Em 1967, a Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB) realizou em Itabuna o 1º Congresso Brasileiro do Cacau, momento no qual se buscou pela

⁸⁰ Pelo regimento aprovado em 1974, cabia ao Conselho "assistir à CEPLAC, no seu relacionamento com os produtores de cacau, inclusive na filosofia e execução do programa de amparo e fortalecimento da cacauicultura brasileira".

primeira vez uma reflexão teórica sobre a conjuntura da economia regional a fim de que a sociedade civil articulasse políticas públicas para o fortalecimento da cacauicultura. Em 1973, foi criada a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI) a fim de serem compartilhadas as reflexões técnicas e científicas sobre a realidade local.

No mesmo ano de 1973 deu-se a construção da BR-101 – traçada paralela ao litoral no sentido norte-sul – que, juntamente com a BR 116 (Rio - Bahia), intensificaram a integração territorial à economia nacional com repercussões diretas na sua organização espacial, em especial na faixa litorânea. O lugar litorâneo perdeu função no conteúdo espacial cacauero (DINIZ; DUARTE, 1983), tornando-se o solo fértil à germinação da atividade turística, com implicações diretas na ação do Estado e do capital internacional e, conseqüentemente, nas organizações espaciais locais.

No entanto, ainda que tenham sido inovadoras na “forma”, estas ações mantiveram o “conteúdo” essencialmente mercantil, uma vez que permaneceu inalterada a estrutura social definida pela concentração da terra, da produção, do capital e do poder.

4.1.1 A Crise Cacauera (1989) e as suas Repercussões Espaciais

Desde o início da década de 1990, o Território Litoral Sul da Bahia vem sendo marcado por uma estagnação produtiva na lavoura cacauera, com significativas repercussões espaciais. A princípio, esta crise expressava-se conjunturalmente – assim como ocorrera em 1930 e 1957 – pela desvalorização cambial do produto mediante o aumento dos estoques mundiais. Isto porque as políticas públicas – em especial, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacauicultura (PROCACAU) – estavam direcionadas para fomentar o crescimento produtivo através da expansão da área da monocultura cacauera, uma vez que o aumento das exportações do cacau simbolizava o *superávit* primário na balança comercial brasileira.⁸¹

⁸¹ O PROCACAU foi aprovado durante o governo Geisel (1976 – 1985), integrando, desde 2002, o quadro dos Programas de Investimento do Setor Agropecuário, coordenados pelo MAPA e amparados com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao BNDES.

Segundo a SEAGRI (1995), a região cacaueteira apresentou na década de 1980 um aumento de 235% de sua produção, o que significou um acúmulo de 1,25 milhões de toneladas nos estoques mundiais. Houve também o acirramento da concorrência com outros pólos produtores no mercado mundial, com destaque para a Malásia e a Costa do Marfim (que atualmente é maior produtor mundial). Assim foi gerado um descompasso entre o ritmo da produção e do consumo que resultou num panorama de queda persistente dos preços mundiais: de faixas acima dos US\$ 4.500, as cotações das bolsas de Londres e Nova Iorque caíram aquém dos US\$ 1.000 à tonelada do cacau.

Até então este panorama era cíclico – dado o caráter agroexportador da monocultura do cacau – sendo emergenciais as políticas econômicas de repactuação das dívidas e liberação de financiamentos aos produtores, além das intervenções diretas do Estado, a exemplo da criação do ICB (1930) e da CEPLAC (1957).

No entanto, as estiagens nos anos de 1987 e 1988 e a proliferação da vassoura de bruxa⁸² – representada na Figura 15 – a partir de 1987, significaram um “ tiro de misericórdia ” na conjuntura estabelecida. As precárias condições fitossanitárias favoreceram a infestação generalizada das fazendas, com cerca de 80% dos cacauais atingidos pela doença, ocorrendo assim um intenso endividamento dos cacauicultores e uma grande evasão de capitais.

⁸² Conhecida cientificamente como *Crinipelis pernicioso*, esta doença manifesta-se com a penetração dos esporos do fungo no tecido em crescimento do cacaueteiro, produzindo os sintomas que são observados tanto na copa como no tronco. Nos lançamentos verifica-se a formação lateral de outros brotos, dando o aspecto característico de uma vassoura. Esses brotos apresentam-se mais grossos que os normais, com entrenós curtos e folhas geralmente grandes, curvadas ou retorcidas. Com dois a quatro meses, as folhas secam e adquirem o formato de uma vassoura. Nas almofadas florais formam-se cachos de flores anormais, com hastes grandes e inchadas, das quais são originados frutos com formato de morangos que morrem prematuramente. Os frutos podem ser infectados quando jovens, a partir da penetração de esporos que paralisam seu crescimento ou quando mais desenvolvidos, aparecendo manchas negras duras e irregulares, ficando as amêndoas unidas entre si, portanto inaproveitáveis.



Figura 15 - Vassoura de Bruxa (*Crinipelis perniciosus*)
Fonte: CEPLAC, 2009

Neste contexto, o governo Collor extinguiu o “penhor agrícola” - que consistia na rolagem das dívidas concedida pelo Banco do Brasil através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) -, sendo a partir de então exigida a hipoteca dos imóveis e a compleição de avalistas para a concessão dos novos empréstimos. Deste modo, foi decretada a falência de muitos cacauicultores junto às exportadoras, bancos e agiotas: uns se desfizeram de suas propriedades, outros as abandonaram ou então as utilizaram como títulos para pagamentos das dívidas existentes.⁸³

A partir de então, constata-se a elaboração de argumentos políticos pelos produtores rurais a fim de pressionarem o Estado a intervir com suas políticas públicas na reestruturação da cacauicultura, a exemplo da liberação de verbas federais para repactuação das dívidas e do incremento orçamentário nas pesquisas e no manejo visando o controle da vassoura de bruxa.

⁸³ Em 2009, a dívida dos produtores rurais totalizou R\$ 949 milhões, sendo o Banco do Brasil o principal credor (MAPA, 2009).

Dentre estes argumentos, Athayde (1995) destaca o “argumento social” e o “argumento ecológico”. Segundo o autor, o argumento social refere-se ao cacau enquanto um elemento definidor da “terra e da gente”, sendo alteadas as repercussões negativas da crise cacaueira na economia e sociedade local através da queda do nível de renda, desemprego e emigrações. O “argumento ecológico” funda-se nos impactos ambientais decorrentes da retirada dos remanescentes da Mata Atlântica – preservados na mata cabruca – na tentativa de diversificação da economia, a exemplo da pecuária extensiva bovina e da cafeicultura.

A estagnação do processo produtivo na década de 1990 desencadeou o desemprego massivo de 250 mil trabalhadores rurais (MAPA, 2009), aspecto que repercutiu diretamente na dinâmica demográfica, como representam, respectivamente, a Tabela 10 e as Figuras 16 e 17:⁸⁴

Tabela 10

Território Litoral Sul da Bahia - População (1980 - 2000)

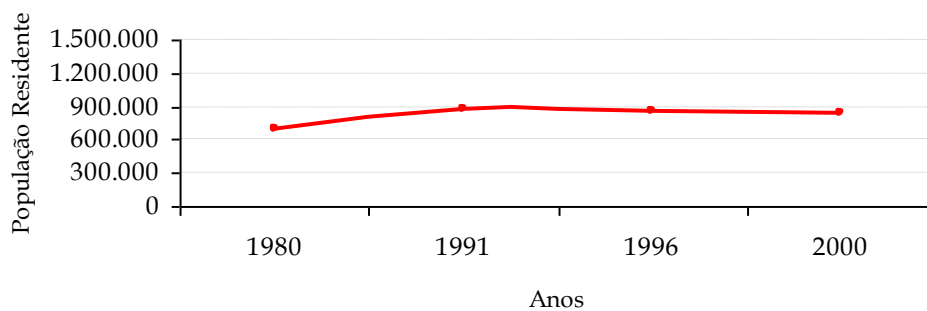
População	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Urbana	383.338	54,63	542.298	62,50	578.478	67,34	636.670	75,45
Rural	318.189	45,37	325.355	37,49	280.443	32,66	207.231	24,55
Total	701.527	100	867.653	100	858.921	100	843.901	100

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980 - 2000)
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

⁸⁴ A produção de 360 mil toneladas/ano na década de 1980 despencou para menos de 96 mil toneladas na safra 1999/2000, sendo o faturamento médio de US\$ 600 milhões/ano reduzido para menos de US\$ 200 milhões/ano. Desde 1995, vem ocorrendo a importação de cacau africano para atender às necessidades das indústrias processadora e chocolateira, sendo o Complexo Agroindustrial do Cacau espacialmente restrito ao Distrito Industrial de Ilhéus (MAPA, 2009).

Figura 16

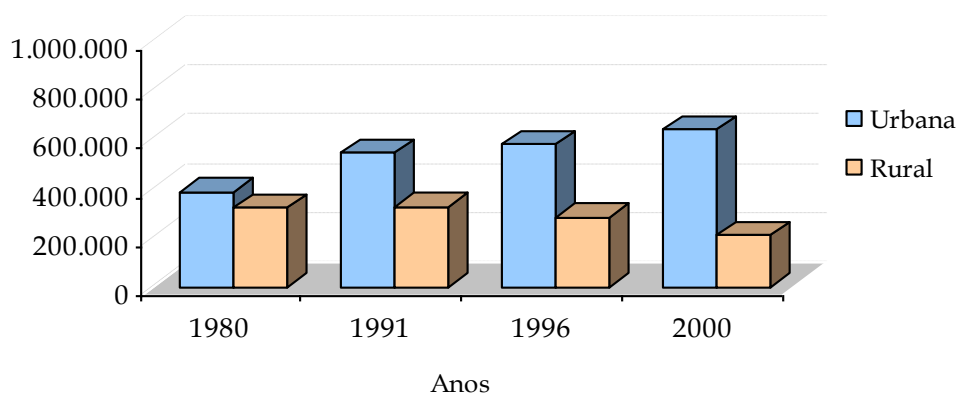
Território Litoral Sul da Bahia - População Total (1980 - 2000)



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980 - 2000)
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Figura 17

Território Litoral Sul da Bahia - População Residente (1980 - 2000)



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980 - 2000)
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Na Tabela 10, constata-se que em 1980 a população total do Território era de 701.527 habitantes, sendo a população urbana formada por 383.338 habitantes (equivalendo a 54,63% do total) e a população rural formada por 318.189 habitantes (correspondendo a 45,37% do total).

Em 1991, a população total passou a ser de 867.653 habitantes, sendo a população urbana formada por 542.298 habitantes (equivalendo a 62,50% do total) e a população rural formada por 325.555 habitantes (correspondendo a 37,49% do total).

Entretanto, a população total reduziu-se para 858.653 habitantes no ano de 1996, sendo a população urbana constituída por 578.478 habitantes (correspondendo a 67,34% do total) e a população rural formada por 280.443 habitantes (correspondendo a 32,66% do total).

Em 2000, registrou-se a continuidade deste processo passando a população a ser composta por 843.901 habitantes, com a população urbana representada por 636.670 habitantes, (satisfazendo a 75,44% do total) e a população rural representada por 207.231 habitantes (satisfazendo a 24,55 % do total).

Assim, o período 1980 - 1991 foi marcado por uma variação demográfica de + 23,68%, na medida em que houve uma variação demográfica de - 2,73% no período 1991 - 2000. Como se observa na Figura 15, este fato representou a mobilidade espacial forçada dos trabalhadores rurais desempregados, principalmente para Sul do país com destaque para São Paulo, além de Salvador e Porto Seguro pelo crescimento do setor de serviços.

No entanto, a população urbana que se manteve residente no Território apresentou uma variação de + 17,40 %, em contrapartida a população rural que apresentou uma variação de - 36,31%. Assim, como pode ser verificado na Figura 16, configurou-se também um intenso êxodo rural a partir do qual a precarização do trabalho tornou-se mais evidente na paisagem urbana. Neste contexto, as cidades de Ilhéus e Itabuna se destacaram pela centralidade espacial historicamente definida a partir intervenções políticas do Estado.

Os trabalhadores que permaneceram no campo foram submetidos a uma maior exploração da força de trabalho através da redução dos salários. Também passou a ser implantado o “sistema de arista”, no qual o proprietário fundiário extrai a renda da terra concedendo-a ao trabalhador para cultivá-la na contrapartida de receber parte da produção como forma de pagamento pelo uso da terra.

O Estado passou então a intervir – em sua instância federal e estadual – com a política agrícola de fortalecimento do agronegócio do cacau. Entre as principais intervenções destacou-se o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB), que foi criado pelo governo federal em 1995 com o objetivo de promover a recuperação das plantações, conter o avanço da vassoura-de-bruxa e aumentar a produção do cacau com os recursos financeiros dimensionados na ordem de R\$ 367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões de reais).

O governo estadual, por intermédio da SEAGRI, criou o Fundo de Desenvolvimento da Cacaucultura (FUNDECAU) a partir do qual vem sendo financiado o desenvolvimento de projetos científicos voltados para a geração de tecnologias de combate à vassoura de bruxa; e também, em 1999, o Instituto Biofábrica de Cacau, em Ilhéus, objetivando produzir em escala industrial material genético de alto valor agrônômico, tolerante à vassoura-de-bruxa e de alta produtividade.

Destaca-se ainda que o Território Litoral Sul da Bahia integrou o Programa do Desenvolvimento do Agronegócio Baiano, que foi uma parceria do governo estadual e do Banco do Nordeste, realizada no período 2003 - 2007, na tentativa de fortalecimento do agronegócio baiano, cujos montantes podem ser observados na Tabela 11:

Tabela 11

Território Litoral Sul da Bahia - Programa para o Desenvolvimento do Agronegócio (2003 - 2007)

Período	Agentes Financiadores (em R\$)		Total
	Banco do Nordeste	Governo do Estado	
2003/2004	74.000,00	9.249,00	83.249,00
2004/2005	74.000,00	9.249,00	83.249,00
2005/2006	92.500,00	13.871,00	106.371,00
2006/2007	92.500,00	13.871,00	106.371,00
Total	333.000	46.240	379.240

Fonte: SEAGRI, 2007.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2005.

Como se observa, o Banco do Nordeste foi o principal investidor sendo responsável por R\$ 333.000.000 (87,81%) do total dos investimentos enquanto que o governo estadual investiu apenas R\$ 46.240.000 (12,19%). No entanto, o aspecto que mereceu maior destaque foi o fato de que 60,81% dos recursos foram investidos na cacauicultura, reafirmando-a ainda como vetor econômico do Território.

Em 2008, foi criado o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do Cacau – voltado principalmente para a renegociação das dívidas dos cacauicultores e liberação de novos créditos produtivos; duplicação da área plantada de cacau (dos atuais 100 mil hectares para 200 mil hectares); e incentivo à diversificação da base produtiva, com destaque para o cultivo do dendê a ser destinado à produção dos biocombustíveis, tendo o orçamento estimado em R\$ 472.000.000,00 (quatrocentos de setenta e dois milhões de reais), assim como foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia (11/04/2008).

Em 2009 foi também criada a Câmara Setorial do Cacau no Estado da Bahia tendo o espírito de “desobstruir o caminho para a revitalização da cultura do cacau na Bahia”, como afirmou o então Secretário Estadual da Agricultura, Roberto Muniz, buscando o fortalecimento da articulação política entre a SEAGRI e o MAPA (via Câmara Setorial Nacional do Cacau) com vistas a serem desenvolvidas ações

estratégicas para o fortalecimento do agronegócio do cacau, a exemplo da regularização das dívidas dos produtores e do PAC do Cacau.

Dessa forma, o Estado reafirmou o seu atendimento aos interesses da classe que tem hegemonia no poder, definindo-se enquanto um agente do capital no processo de apropriação capitalista do espaço geográfico.

4.2 A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE DA TERRA

Numa perspectiva geográfica, entende-se a estrutura fundiária enquanto a concretização no espaço da forma como os sujeitos sociais se organizam em sociedade para apropriarem-se de uma parte da natureza e produzirem espaço. No Território Litoral Sul da Bahia, a análise deste processo remete a questão da dominialidade legal da terra, uma vez que o desenvolvimento da cacauicultura foi alicerçado na ocupação arbitrária das terras devolutas e na invasão de posses legalmente constituídas cujo direito dominial é derivado do instituto da Sesmaria.

Até meados do século XVIII, as sesmarias da Capitania do São Jorge dos Ilhéus não foram efetivamente ocupadas pelos colonos portugueses e as ações sucessivas do governo Imperial não convergiram para a legalização da posse e uso da terra, sendo os registros fundiários realizados de forma imprecisa. Com o advento da República, em 1891, as terras devolutas ficaram sob o domínio do Estado da Bahia, sendo criada a Inspeção Geral de Terras, Colonização e Imigração a fim de zelar pela “herança” da União (Lei Estadual nº 198 - 21 de agosto de 1897). Destaca-se também a criação das Delegacias de Terras, como no município de Ilhéus, com o objetivo de disciplinar a ocupação das terras públicas e promover a legalização das posses definidas pelo direito de uso.⁸⁵

⁸⁵ Em 1870, num relatório do Presidente da Província, o Barão de São Lourenço constavam as citações: “a maioria das extensas fazendas pertenciam a Senhores, muitos dos quais as não cultivavam nem habitavam” [...] “nossas Comarcas do Sul oferecem à imigração recursos imensos, todas cortadas de rios e cobertas de matas virgens onde a devastação não tem ainda chegado” (GARCEZ, 1997, p.69)

No entanto, a problemática da legitimidade da propriedade da terra manteve-se inalterada, aspecto que vem favorecendo a conflitualidade territorial rural em distintas dimensões:

- a) Entre o pequeno e o grande produtor pela expansão da lavoura cacaueteira. Percebeu-se um perverso processo de expropriação camponesa sendo o direito da posse e uso da terra ignorado pela expansão do capital. Assim, mediante o expediente de requerer ao Estado a posse legal de grandes áreas, o grande produtor vai engolir o pequeno posseiro cujas roças estejam situadas na área por ele requerida (GARCEZ, 1997) ⁸⁶. Fato exemplar ocorreu na “Chacina da Serra da Onça”, em 1984, no município de Santa Luzia, onde a família de João Celestino foi brutalmente assassinada pelo fazendeiro Paulo Feitosa, como será posteriormente abordado.
- b) Entre os grandes produtores pelas limítrofes de seus domínios. Configurou-se um cenário de muita irregularidade na expansão das unidades produtivas e violência – o caxixe –haja vista a imprecisão e ilegalidade da demarcação das posses, sendo “a terra do cacau adubada com sangue” (AMADO, 2001 b) ⁸⁷

Evidenciou-se assim a agregação sucessiva das “buraras” a uma propriedade nuclear, sendo configurado o “conjunto” ⁸⁸. Isto não significou necessariamente que a unidade produtiva capitalista prescindiu da existência da unidade produtiva familiar, mas que estas formas espaciais se reproduzem na essência contraditória do desenvolvimento capitalista no qual a agricultura familiar se define enquanto resistência ou sujeição a lógica do capital.

Em 2006, constatou-se que 65,86% dos estabelecimentos são definidos pela agricultura familiar e abrangem 17,33% da área total, enquanto que 34,14% dos

⁸⁶A autora também expressa que o posseiro, geralmente aquele que por maior carência de recursos e esclarecimentos foi o que menos se preocupou em legitimar a posse das terras ocupadas. Esta realidade só veio a fortalecer a oligarquia rural, visto que o Estado, ao longo do processo histórico, atuou enquanto legitimador dos interesses ruralistas.

⁸⁷ O “caxixe” é a modalidade fraudulenta de apossamento e/ou comércio de propriedades registradas ou com documentação irregular, mediante o uso de documentos forjados.

⁸⁸ As “buraras” eram a denominação regional das pequenas roças da agricultura familiar, construídas a partir da ocupação primária e o “conjunto” era a unidade de produção das grandes fazendas de cacau.

estabelecimentos são definidos pela agricultura empresarial e representam 82,67% da área total, como se pode observar na Tabela 12 e Figura 18: ⁸⁹

Tabela 12

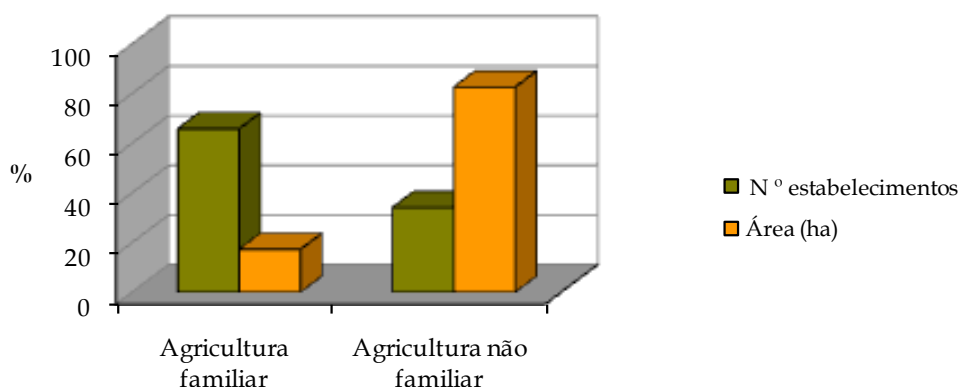
Território Litoral Sul da Bahia - Agricultura Familiar, 2006

	Nº Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura Familiar	13.929	65,86	203.757	17,33
Agricultura Não Familiar	7.221	34,14	971.891	82,67

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Figura 18

Território Litoral Sul da Bahia - Agricultura Familiar, 2006



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Como se constata na Tabela 13 e Figura 19, a condição legal das terras também explicita a apropriação capitalista do espaço, sendo prevalecte a propriedade privada da terra: 88,44% dos estabelecimentos são próprios e abrangem 94,84% da

⁸⁹ No Censo 2006, os critérios definidores da variável "agricultura familiar" foram estabelecidos a partir da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326): a área do estabelecimento não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra predominantemente familiar; renda familiar constituída em sua maior parte pelas atividades vinculadas ao estabelecimento; estabelecimento dirigido pela própria família. (IBGE, 2006).

área total, 3,05% dos estabelecimentos estão na condição de parceria e correspondem a 94,84% da área total e 1,78% dos estabelecimentos são arrendados e equivale a área de 0,8% do total. Nota-se que apenas 4,22% dos estabelecimentos não possuem titulação definitiva (perfazendo uma área de 1,53 do total) e que as ocupações correspondem somente a 2,82% dos estabelecimentos (abrangendo uma área de 0,75% do total).⁹⁰

Tabela 13

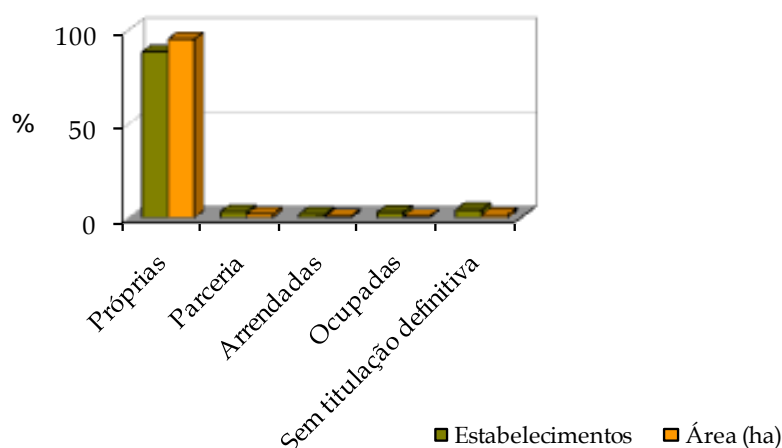
Território Litoral Sul da Bahia - Condição Legal das Terras, 2006

	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Próprias	18.296	88,14	1.107.735	95,01
Parceria	630	3,05	22.096	1,9
Arrendadas	369	1,77	9.414	0,81
Ocupadas	588	2,82	8.715	0,75
Sem titulação definitiva	874	4,22	17.866	1,53

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Figura 19

Território Litoral Sul da Bahia - Condição Legal das Terras, 2006.



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

⁹⁰ A categoria das “terras sem titulação definitiva” foi criada no Censo de 2006 para designar os estabelecimentos agropecuários originários de projetos de assentamentos (IBGE, 2006).

Evidencia-se assim uma concentração na estrutura da propriedade da terra, sendo esta aqui compreendida como uma construção histórica inicialmente definida no modelo colonial de exploração, iniciado no século XVI, e posteriormente consolidada pela intensificação das relações capitalistas de produção na cacauicultura, a partir século XIX.

Este aspecto pode ser mais bem constatado na Tabela 14 e Figura 20, na qual 53,32% dos estabelecimentos agropecuários apresentam a área inferior a 20 ha e detém apenas 7,46% da área total. Os com a área entre 20 e 200 ha equivalem a 36,38%, ocupando 41,3% da área. Aqueles com a área entre 200 e 500 ha equivalem a 3,99%, ocupando 22,81% da área. Os com a área entre 500 e 1000 ha equivalem a 0,92%, ocupando 11,64% da área. Os estabelecimentos com a área entre 1000 e 2500 ha equivalem a 0,36%, ocupando 7,98% da área. E os estabelecimentos com a área superior a 2500 ha equivalem a 0,05%, ocupando 8,8% da área. Destacam-se os categorizados enquanto “sem área” que correspondem a 0,97% do total, tendo sido esta categoria criada no Censo Agropecuário 2006 enquanto referência às produções agropecuárias desenvolvidas pelos produtores/empregados que não estão diretamente subordinadas aos produtores/proprietários dos estabelecimentos.⁹¹

Tabela 14

Território Litoral Sul da Bahia - Estrutura Fundiária, 2006

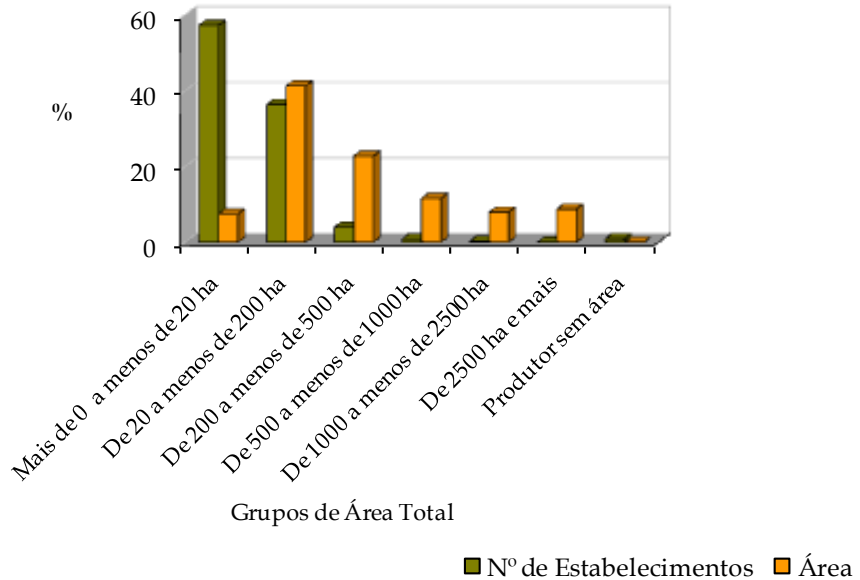
Grupo de área total (ha)	Nº de Estabelecimento	%	Área (ha)	%
Mais de 0 a menos de 20 ha	12.572	57,32	84.284	7,46
De 20 a menos de 200 ha	7.981	36,38	466.492	41,3
De 200 a menos de 500 ha	877	3,99	257.587	22,81
De 500 a menos de 1000 ha	201	0,92	131.512	11,64
De 1000 a menos de 2500 ha	78	0,36	90.158	7,98
De 2500 ha e mais	11	0,05	99.418	8,8
Produtor sem área	212	0,97	0	0
Total	21.932	100	1.129.451	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

⁹¹ Considera-se estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária (IBGE, 2006).

Figura 20

Território Litoral Sul da Bahia - Estrutura Fundiária , 2006.



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Constata-se assim a existência de uma elevada concentração espacial de pequenas e médias propriedades – uma vez que o módulo fiscal no Território equivale a 20 ha – aspecto este que nos conduziria a reproduzir o discurso da oligarquia rural de que a reforma agrária massiva não se aplica, dada a “inexistência” de latifúndios, (ou seja, de imóveis rurais com a área superior a 15 módulos fiscais equivalendo, neste caso, a 300 hectares). Contudo, é comum o fato de um único produtor ser proprietário de diversos imóveis rurais, o que configura uma concentração fundiária “descontínua”, se assim podemos dizer, que é mascarada pelos dados estatísticos apresentados. Além disso, muitas propriedades foram desmembradas entre herdeiros da mesma família como uma estratégia de manutenção da estrutura de poder e dominação a partir da propriedade oligárquica da terra.

4.2.1 Os Censos Agropecuários e o Cálculo do Índice de Gini (1920 - 2006)

A fim de aprofundar a análise sobre a estrutura da propriedade da terra no Território Litoral Sul da Bahia, foi adotado como procedimento metodológico o cálculo do Índice de Gini dos municípios, com base nos dados dos Censos Agrícolas e Agropecuários do IBGE, na série histórica de 1920 a 2006.⁹²

Em seguida, os dados obtidos foram interpretados através da classificação definida por Câmara (1949) por meio das seguintes categorias: (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula a fraca); (0,251 a 0,500 = fraca a média); (0,501 a 0,700 = média a forte); (0,701 a 0,900 = forte a muito forte); e (0,901 a 1,000 = muito forte a absoluta).

Por fim, foram identificados os processos sociais que se espacializaram, nos distintos momentos históricos, a fim de que os dados obtidos adquirissem o significado enquanto indicadores analíticos da questão (da reforma) agrária.

Na Tabela 15, é apresentada a evolução do Índice de Gini de cada município a partir da sua data de criação. Em 1920, todos os cinco municípios então existentes apresentaram uma concentração variando entre muito forte a absoluta, como mostra a Figura 21, o que representou a forte expressão da herança colonial na estrutura da propriedade da terra dado o domínio sucessório da oligarquia rural, seja pelo enraizamento às doações das sesmarias, seja pela apropriação arbitrária das terras devolutas no processo de expansão da lavoura cacaueira.

⁹² O Índice de Gini foi criado, em 1912, pelo estatístico, demógrafo e sociólogo italiano Conrado Gini (1884 -1965). Equivale à medida do grau de concentração ou desigualdade de distribuição, nesse caso, a terra. O valor do coeficiente de Gini oscila entre 0 e 1. Quanto mais próximo do zero, menor é o grau de concentração e quanto mais próximo do valor 1, maior é o grau de concentração.

Tabela 15

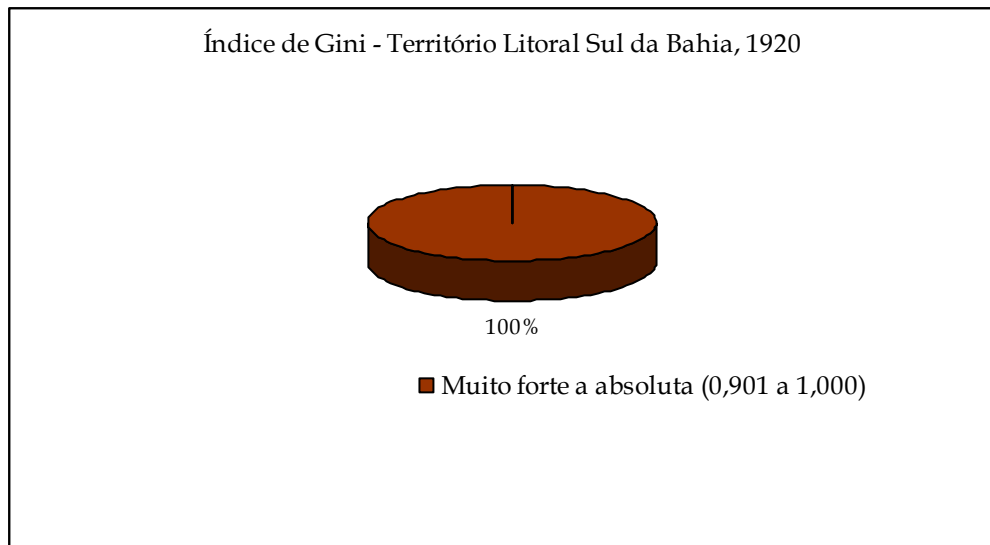
Território Litoral Sul da Bahia – Índice de Gini dos Municípios (1920 - 2006).

Municípios	Índice Gini									
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Almadina	-	-	-	-	0,589	0,709	0,763	0,660	0,673	0,612
Arataca	-	-	-	-	-	-	-	-	0,608	0,612
Aurelino Leal	-	-	-	-	0,625	0,641	0,675	0,718	0,726	0,688
Barro Preto	-	-	-	-	0,616	0,605	0,564	0,632	0,495	0,539
Buerarema	-	-	-	-	0,574	0,525	0,628	0,589	0,603	0,557
Camacan	-	-	-	-	0,600	0,578	0,666	0,665	0,583	0,599
Canavieiras	0,966	0,709	0,646	0,563	0,583	0,638	0,684	0,656	0,708	0,763
Coaraci	-	-	-	0,596	0,630	0,628	0,716	0,636	0,682	0,581
Floresta Azul	-	-	-	-	0,718	0,689	0,782	0,780	0,787	0,623
Ibicaraí	-	-	-	0,582	0,544	0,547	0,704	0,694	0,682	0,588
Ilhéus	0,996	0,536	0,584	0,651	0,620	0,602	0,653	0,619	0,682	0,688
Itabuna	0,994	0,573	0,618	0,684	0,629	0,628	0,636	0,661	0,757	0,712
Itacaré	-	0,658	0,592	0,608	0,681	0,666	0,700	0,721	0,771	0,651
Itaju do Colônia	-	-	-	-	0,678	0,618	0,653	0,627	0,597	0,651
Itajuípe	-	-	-	0,497	0,484	0,483	0,573	0,617	0,632	0,531
Itapé	-	-	-	-	0,597	0,634	0,663	0,661	0,702	0,591
Itapitanga	-	-	-	-	0,731	0,680	0,771	0,802	0,806	0,809
Jussari	-	-	-	-	-	-	-	-	0,726	0,767
Maraú	0,982	0,477	0,693	0,682	0,605	0,677	0,766	0,752	0,759	0,737
Mascote	-	-	-	-	0,573	0,581	0,639	0,680	0,648	0,592
Pau Brasil	-	-	-	-	0,749	0,698	0,781	0,808	0,685	0,719
Santa Luzia	-	-	-	-	-	-	-	-	0,632	0,667
São José da Vitória	-	-	-	-	-	-	-	-	0,542	0,598
Ubaitaba	-	0,641	0,642	0,669	0,694	0,621	0,731	0,745	0,688	0,703
Una	0,975	0,571	0,712	0,617	0,695	0,659	0,686	0,683	0,653	0,842
Uruçuca	-	-	-	0,550	0,553	0,532	0,545	0,648	0,628	0,666

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (1920 - 2006).

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

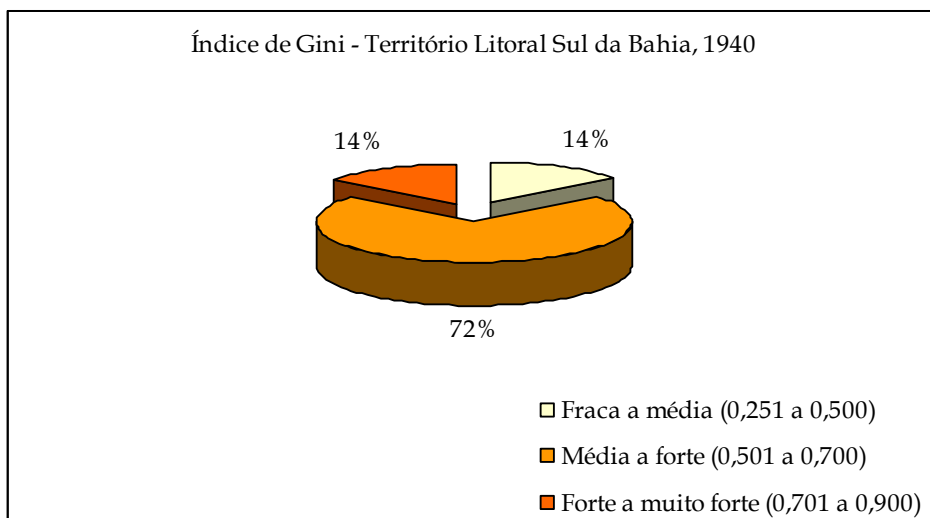
Figura 21



Fonte: IBGE. Censo Agrícola de 1920.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Em 1940, 14% os sete municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média, 72% apresentavam uma estrutura variando entre média a forte e 14% apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte, como mostra a Figura 22:

Figura 22

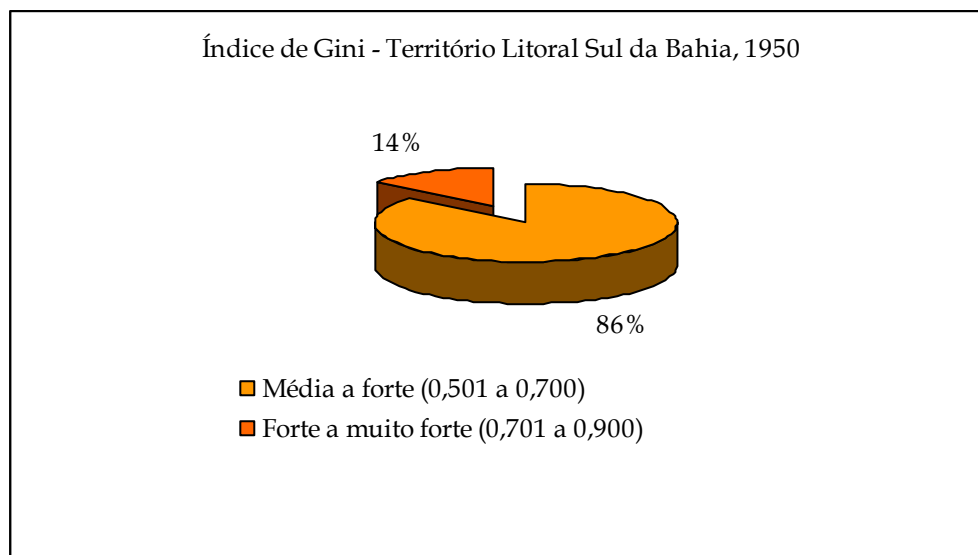


Fonte: IBGE. Censo Agrícola de 1940.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

O Censo Agrícola de 1940 refletiu o processo de interiorização da lavoura cacauceira com o significativo aumento do número de estabelecimentos agropecuários, dada a intensificação da apropriação arbitrária das terras devolutas e conflitos fundiários decorrentes da dominialidade ilegal da terra. Também vale ressaltar que a Crise Mundial de 1929 repercutiu diretamente na escala local – dado o caráter monocultor agroexportador de sua economia – favorecendo o enfraquecimento conjuntural da oligarquia rural com os elevados índices de endividamento.

Em 1950, 86% dos sete municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre média a forte enquanto que 14% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte, como mostra a Figura 23:

Figura 23:



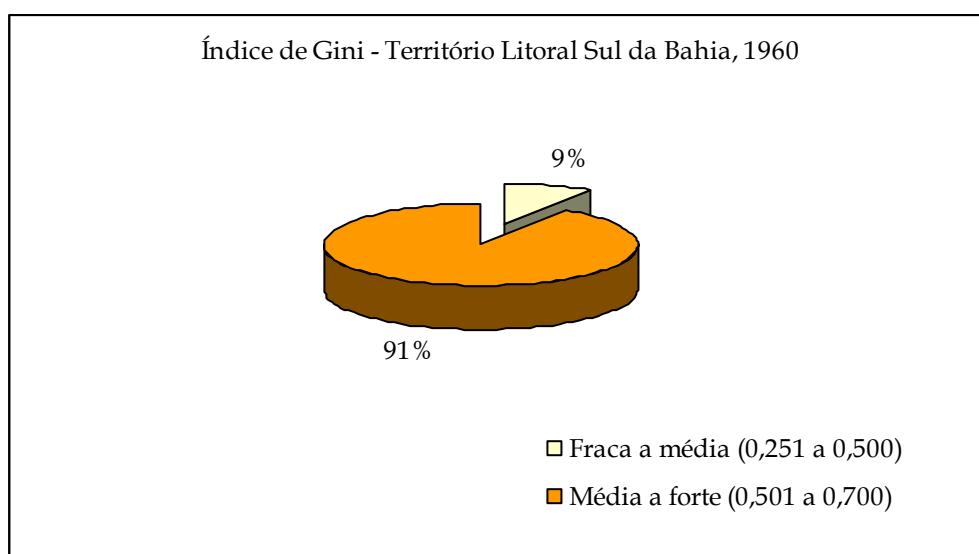
Fonte: IBGE. Censo Agrícola de 1950.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

O Censo Agrícola de 1950 revelou o fortalecimento da oligarquia rural e a consequente expansão dos seus domínios territoriais, uma vez que, neste momento, o Litoral Sul da Bahia “concentrava 95% do total da produção nacional do cacau, o que conferia ao país o segundo lugar no ranking mundial” (SANTOS, 1955, p.7). Assim, o

percentual dos municípios que apresentaram uma concentração variando entre média a forte cresceu na medida em que deixou de ser registrada a concentração fundiária variando entre fraca a média que era de 14% em 1940.⁹³.

Em 1960, 9% dos 11 municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média e 91% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média a forte, como mostra a Figura 24:

Figura 24



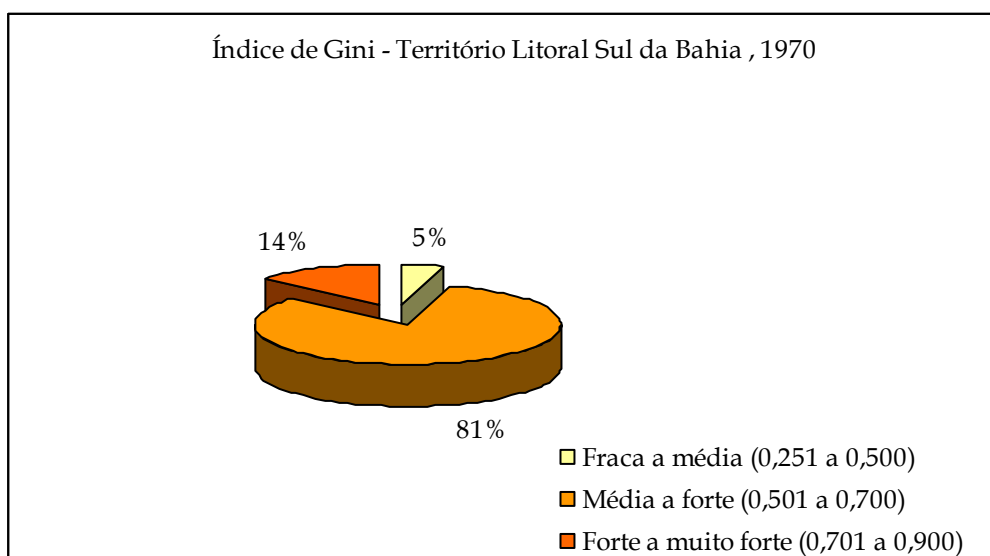
Fonte: IBGE. Censo Agrícola de 1960.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

O Censo Agrícola de 1960 refletiu, mais uma vez, o enfraquecimento conjuntural da oligarquia rural podendo ser este associado à Crise Mundial de 1957 – assim como ocorrera em 1929 – que, aliado a espacialização da Ligas Camponesas, intensificou a conflitualidade territorial com repercussões diretas na estrutura da propriedade da terra, ainda que alicerçada na dominialidade ilegal. Apesar do significativo aumento da concentração variando entre média a forte, o grande destaque foi que a inexistência da concentração variando entre forte a muito forte que era de 14%, ao passo que 9% dos municípios passaram a registrar uma concentração variando entre fraca a média.

⁹³ Segundos Santos (1955, p.17), municípios que lideravam o *ranking* da produção eram: Ilhéus (36,03%), Itabuna (21,63%) e Canavieiras (98,66%).

Em 1970, 5% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média, 81% tinham uma estrutura variando entre média a forte e 14% apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte, como mostra a Figura 25:

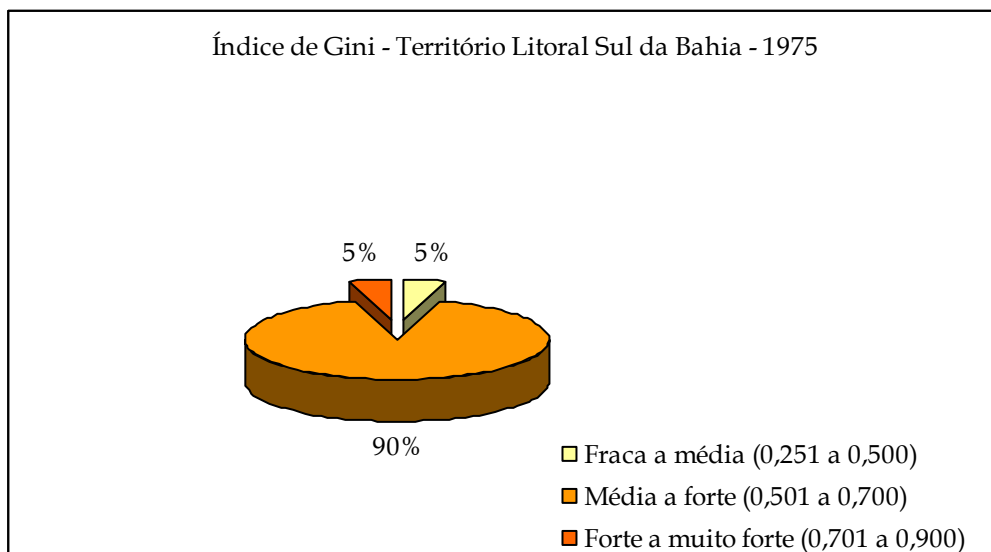
Figura 25



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1970.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Em 1975, 5% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média, 90% apresentavam uma estrutura com variação entre média a forte e 5% apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte, como mostra a Figura 26:

Figura 26

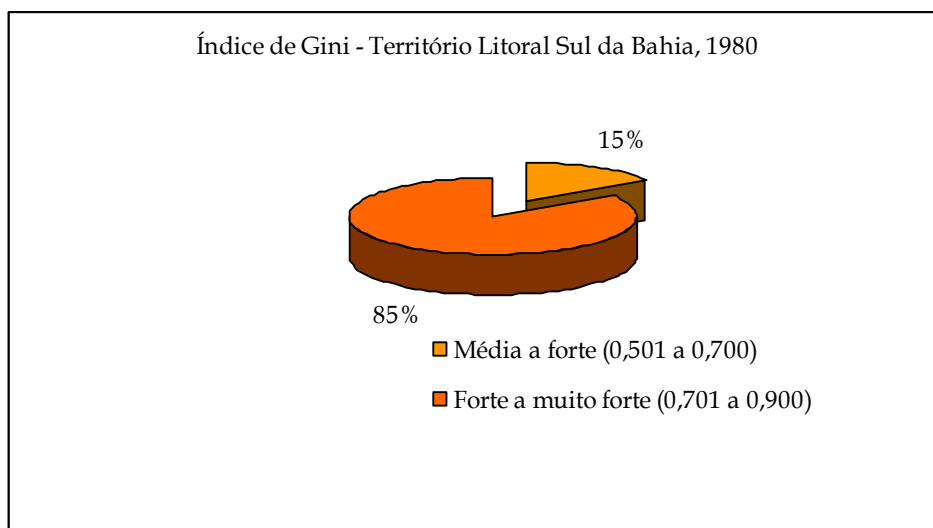


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1975.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 refletem o processo da “modernização da agricultura” que foi conduzido pelo Estado e favoreceu o fortalecimento político dos produtores rurais, sendo evidenciado o aumento significativo da concentração fundiária quando se compara com a década anterior.

Em 1980, 15% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura variando entre média a forte enquanto que 85% dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre forte a muito forte, como mostra a Figura 27:

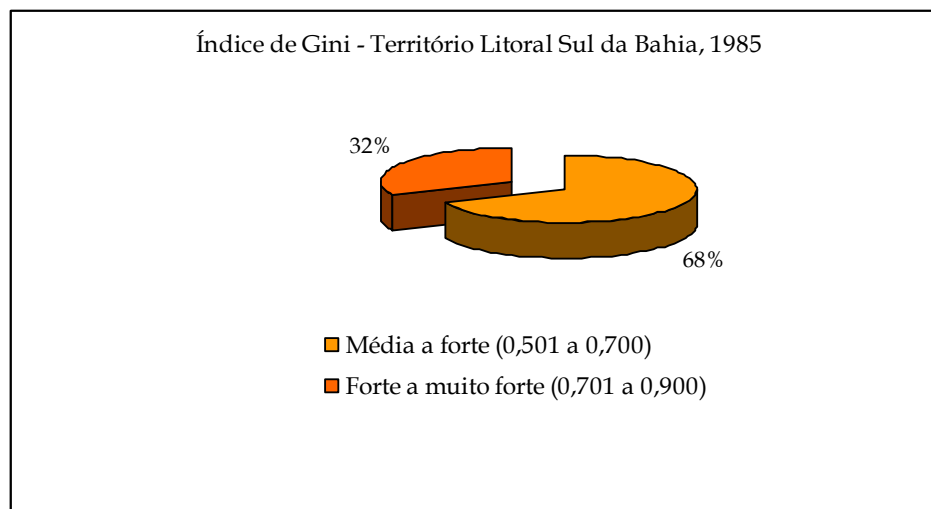
Figura 27



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1980.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Em 1985, 68% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura variando entre média a forte enquanto que 32% possuíam uma estrutura fundiária variando entre forte a muito forte, como mostra Figura 28:

Figura 28



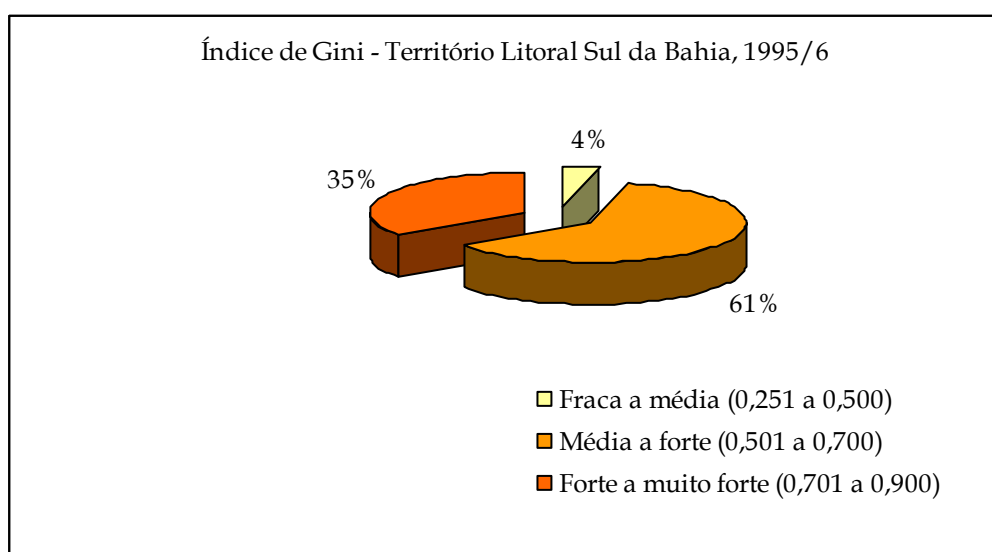
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1985.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Os dados dos Censos Agropecuários de 1980 e 1985 evidenciam a intensificação do processo iniciado na década anterior, que paralelamente à supervalorização do cacau no mercado internacional favoreceu o desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Neste contexto, a expansão espacial da lavoura cacauzeira para a elevação da receita cambial evidenciou-se como um das principais diretrizes do PROCACAU, tendo sido concedidos financiamento e assistência técnica para os grandes produtores. Estas ações estimularam a concentração fundiária dada à constatação do desaparecimento da categoria “fraca a média” identificada na década anterior.

Destaca-se que, neste contexto, ocorreu também a espacialização da “Luta dos Posseiros”, a partir da qual foram implantados os primeiros projetos de assentamentos de reforma agrária. Embora este fato se constitua num marco histórico da luta pela/na terra, não foram observadas profundas transformações na estrutura fundiária.

Sucedendo o momento da crise produtiva, iniciada em 1989 e que perdura até os dias atuais, o Censo Agropecuário de 1996, assim como ocorrera nos Censos de 1940 e 1960 (que sucederam as Crises de 1929 e 1957), revelou uma redução dos municípios que apresentavam uma concentração fundiária variando entre média a forte, com a emergência da concentração fraca a média, como pode ser observado na Figura 29:

Figura 29

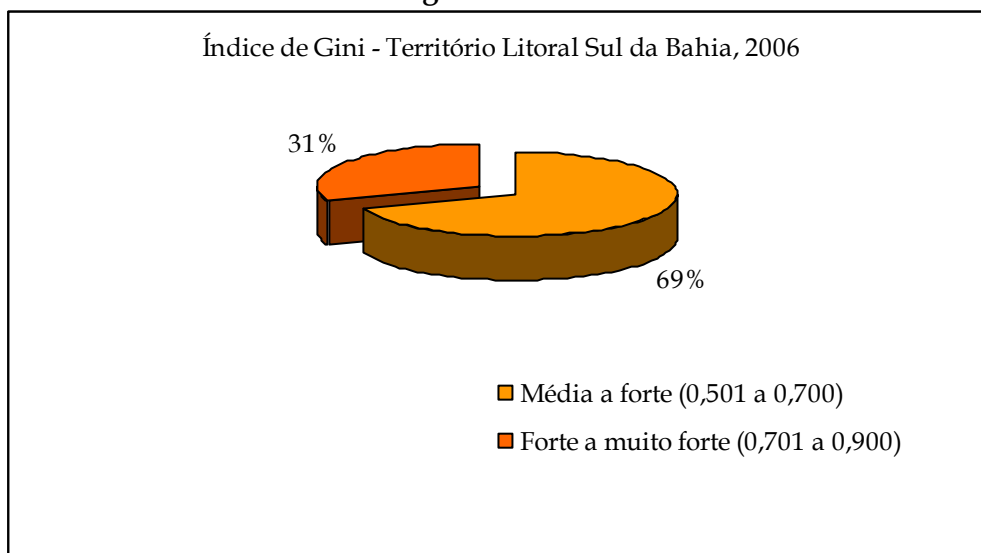


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995/6
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Constata-se que 4% dos 26 municípios existentes apresentavam uma estrutura variando entre fraca a média, 61% possuíam uma estrutura variando entre média a forte e 35% tinham uma estrutura variando entre forte a muito forte.

No Censo Agropecuário de 2006 verificou-se a ausência da concentração fraca a média, anteriormente representada por 4% dos municípios existentes. No que se refere à concentração forte a muito forte, observou-se que esta se manteve na média percentual anterior abrangendo 31% dos municípios. No entanto, houve um significativo aumento da concentração média a forte que passou a ser representada por 69% dos municípios, como se demonstra a Figura 30:

Figura 30



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Apesar da limitação metodológica na coleta e sistematização das informações pelo IBGE, os dados do Censo Agropecuário de 2006 possibilitam dimensionar a manutenção da estrutura concentrada da propriedade da terra no Território Litoral Sul da Bahia ao longo do tempo histórico. Com o agravamento da crise produtiva, apenas os grandes proprietários rurais vêm tendo as condições materiais necessárias para a diversificação da base produtiva local ou conservação da propriedade da terra como reserva de valor. Os pequenos e médios proprietários, em sua grande maioria endividados, abandonaram ou venderam as suas terras para os grandes proprietários e grupos empreendedores da indústria madeireira e do turismo haja vista as ações

desenvolvidas pelo Estado no sentido de reestruturação econômica do Território no contexto da mundialização do capital.

Esta realidade pode ser mais bem compreendida através da espacialização do Índice de Gini no Território nos respectivos anos de 1996 e 2006, como representam as Figuras 31 e 32:

Figura 31

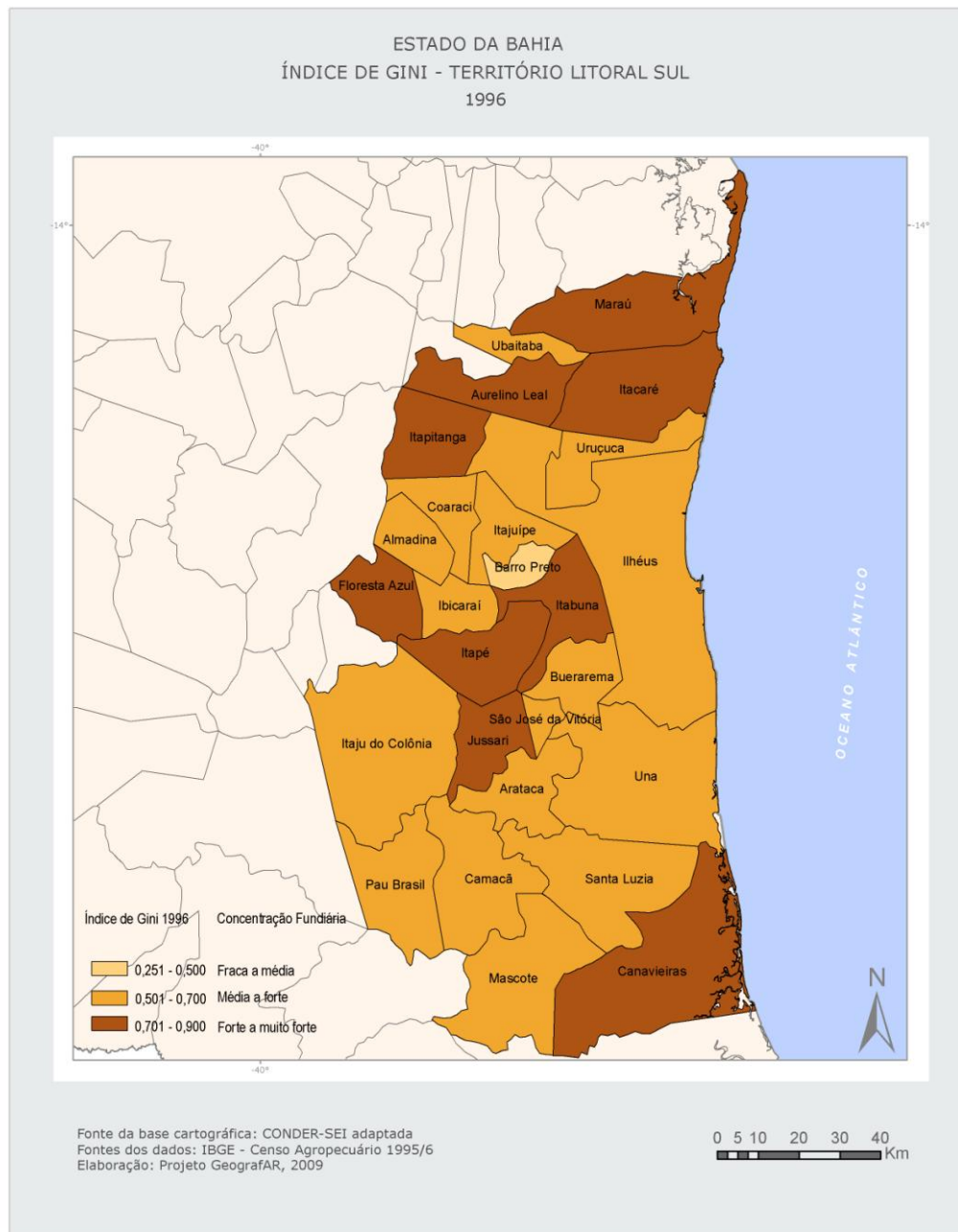
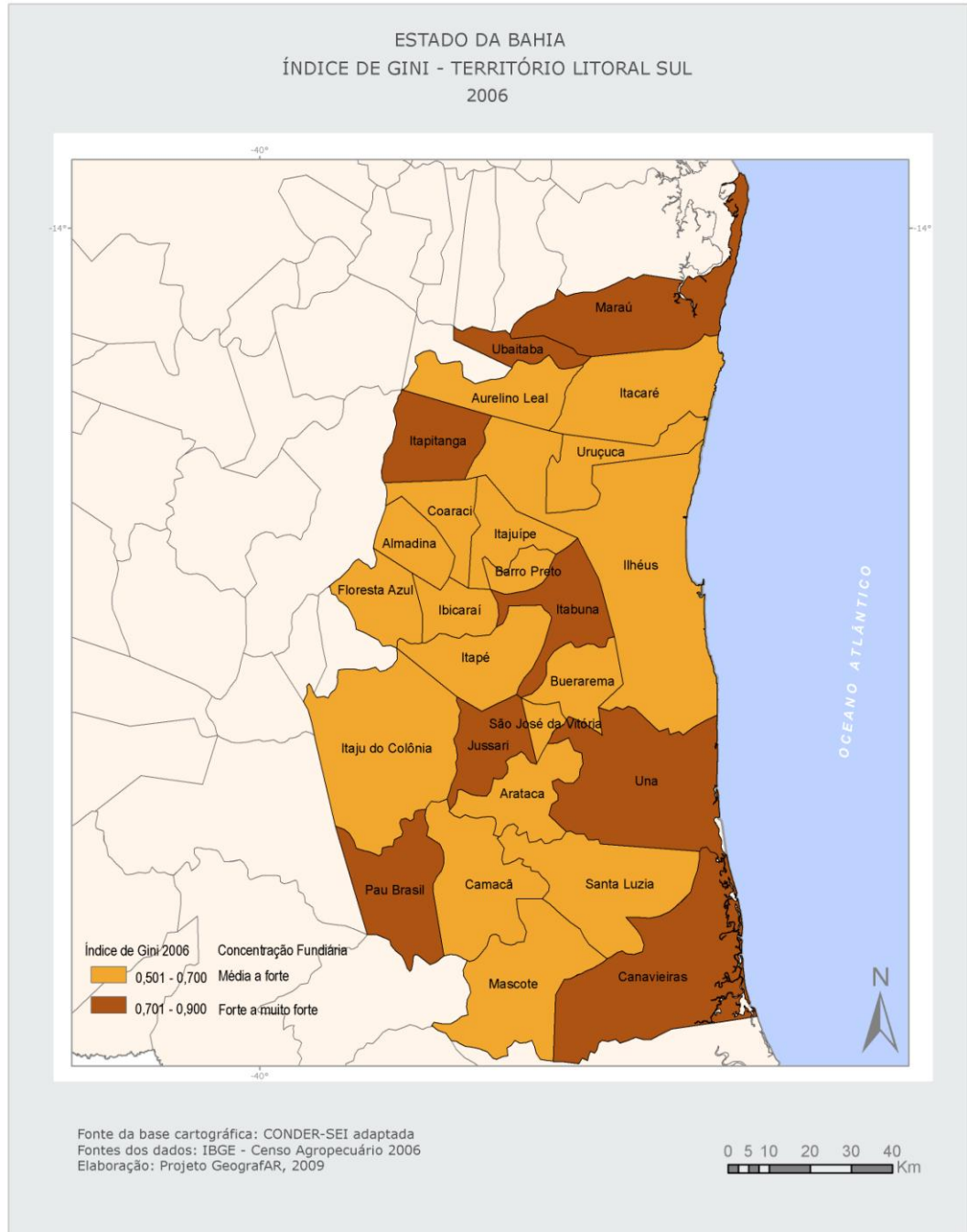


Figura 32



Conclui-se assim, como se constata na Tabela 16, que a consolidação do agronegócio do cacau convergiu para a apropriação capitalista do espaço no Território Litoral Sul da Bahia, sendo este processo historicamente legitimado pelo Estado através de suas políticas públicas. A média da concentração fundiária originária variando entre “muito forte a absoluta” foi progressivamente substituída pelas concentrações “média a forte” e “forte a muito forte” prevalentes na análise evolutiva da estrutura fundiária.

Tabela 16

Território Litoral Sul da Bahia - Categorias da Concentração Fundiária dos Municípios (1920-2006)

Ano	Nº Total Municípios	Fraca a média (0,251 a 0,500)		Média a forte (0,501 a 0,700)		Forte a muito forte (0,701 a 0,900)		Muito forte a absoluta (0,901 a 1,000)	
		nº municípios	%	nº municípios	%	nº municípios	%	nº municípios	%
1920	5	-	-	-	-	-	-	5	100
1940	7	1	14,29	5	71,43	1	14,29	-	-
1950	7	-	-	6	85,71	1	14,29	-	-
1960	11	1	9,09	10	90,91	-	-	-	-
1970	22	1	4,55	18	81,82	3	13,64	-	-
1975	22	1	4,55	20	90,91	1	4,55	-	-
1980	22	-	-	14	63,64	8	36,36	-	-
1985	22	-	-	15	68,18	7	31,82	-	-
1996	26	1	3,85	16	61,54	9	34,62	-	-
2006	26	-	-	18	69,23	8	30,77	-	-

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (1920 - 2006).

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Apesar da crise produtiva da cacauicultura que perdura com repercussões espaciais estruturais até os dias atuais, a terra continua sendo um elemento definidor das relações desiguais de poder entre as classes sociais no Território Litoral Sul da Bahia. As conquistas territoriais dos camponeses e dos trabalhadores rurais decorreram da organização política em movimentos sociais de luta pela terra que se especializaram na geografia desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, como será analisado a seguir.

4.3 A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA POPULAR PELA TERRA

Partindo do pressuposto teórico de que todo fenômeno social é historicamente construído, considera-se o processo da espacialização da luta popular pela terra no Litoral Sul da Bahia como materialidade da contradição estrutural do capitalismo a partir da qual a riqueza e a pobreza são definidas como pares dialéticos - sendo assim escrita uma “geografia desigual e combinada dos conflitos e violência no campo” (PORTO - GONÇALVES, 2007). Isto porque a concentração do meio de produção e a exploração da força de trabalho são as condições para a acumulação do capital, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, evidenciam o conflito de classe, impulsionando a organização política dos camponeses e trabalhadores rurais em movimentos sociais.

A gênese deste processo nos remonta ao momento histórico da apropriação capitalista do espaço pelos colonizadores portugueses, no século XVI, no qual a exploração das forças de trabalho indígena e africana foi imposta como condição de acumulação do capital na Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Dessa forma, referencia-se a luta e resistência dos tupiniquins, tupinambás e dos aimorés, assim como dos escravos dos engenhos (a exemplo do Engenho de Santana).

Contudo, considerando que foi, principalmente, a partir da cacauicultura que o Litoral Sul da Bahia se definiu no circuito produtivo internacional do capital e que este trabalho tem como recorte analítico a questão (da reforma) agrária evidenciada pela força política dos trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais do campo, analisar-se-á a espacialização da luta pela terra enquanto uma contradição do modelo monocultor agroexportador do cacau que foi instituído a partir da concentração da terra e da exploração dos trabalhadores rurais.

Isto não significa a negação metodológica da totalidade espacial, até porque esta se expressa enquanto essência histórica dos processos sociais, sendo explicitada na fala dos sujeitos que a integram:

Quem são os acampados e assentados? Os índios desaldeados, os negros sem terra e os imigrantes nordestinos que vieram ainda na esperança do cacau como no passado e ficaram por aqui que foram ser trabalhadores rurais e hoje se encontram desempregados (Valderli - CPT. Pesquisa de Campo realizada em 15.11.05).⁹⁴

Assim faz-se necessário analisar o processo de organização política destes sujeitos sociais como estratégia de luta e resistência à exploração do trabalho pelo capital ao longo do tempo histórico. Nesta perspectiva, destaca-se como importante marco a fundação do primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil, no ano de 1934, em Pirangi, distrito de Ilhéus, atual município de Itajuípe (FETAG, 2008). O seu fundador foi Joaquim Cunha Filho que na época era administrador da Companhia Agrícola Wildberger.⁹⁵

Isso porque, pela primeira vez, esboçou-se no Território uma organização de resistência à exploração da força de trabalho na perspectiva de conquista de direitos trabalhistas como a implementação da jornada de oito horas e a legalização dos contratos de trabalho em substituição aos acordos informais característicos da época. Embora a luta pela terra não estivesse em pauta, a organização sindical acirrou o conflito de classe, aspecto este que motivou a repressão política da oligarquia rural.⁹⁶

Em 1937, os seus associados passaram a ser perseguidos pelos cacauicultores através das chamadas “listas negras” e o líder Joaquim Filho foi preso e enquadrado na Lei de Segurança do Estado Novo, sendo o Sindicato fechado apenas três anos depois de sua fundação.⁹⁷

No entanto, após a derrubada da Ditadura Estadonovista, em 1945, foram criadas as condições objetivas para que, em 1950, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) assegurasse o apoio político à classe trabalhadora na organização do sindicalismo rural, uma vez que o PCB defendia a criação de sindicatos como

⁹⁴ Também descendente dos índios pataxós.

⁹⁵ Em 1910, a Wilberger & Cia já liderava as exportações de amêndoas de cacau, sendo originária da Suíça. Muitos suíços formaram casas de exportação e instalaram-se no Território no final do século XVII, sendo atualmente comuns os nomes de Kaufmann, Manz, Weber, Neeser e Schneider.

⁹⁶ Em 1934, foi realizada, em Salvador, a “Conferência do Trabalho” na qual o Sindicato fez uma moção reivindicando a introdução das novas leis da previdência social, então recentemente aprovadas, nas áreas rurais.

⁹⁷ Os trabalhadores sindicalizados que eram fichados nas “listas negras” não conseguiam emprego nas fazendas de cacau.

estratégia de organização classista dos trabalhadores rurais. Assim, alguns militantes foram designados para percorrerem as fazendas de cacau, desenvolvendo o trabalho de conscientização da classe dos trabalhadores rurais (a exemplo de Carlos dos Santos Friederick e Arlindo Ambrósio Mateus).

Estas ações ocorriam com maior intensidade nas grandes unidades produtivas, onde a concentração e exploração da força de trabalho eram maiores e a fiscalização menor, visto que os proprietários residiam nos centros urbanos. Em geral, os sindicalistas chegavam ao anoitecer e pernoitavam na Vila e assim conquistavam a confiança e o apoio dos trabalhadores. Entretanto, nem sempre as missões tinham êxito, tendo sido muitos presos e torturados publicamente - “à luz do dia” - como forma de repressão ao movimento sindical. Ainda assim a identidade política da luta foi fortalecida, sendo fundado, em 1952, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Ilhéus e Itabuna.⁹⁸

Em 1953, o governo federal realizou o “Congresso da Previdência e Seguro Social”, sendo apresentada pelo Sindicato uma proposta de garantia do direito de matrícula dos trabalhadores rurais nos institutos de aposentadoria e pensão, até então inexistente. Em 1954, foi criada com o apoio do PCB a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), já referida, tendo como objetivo o fortalecimento político do movimento sindical rural. Dessa forma, a luta adquiriu uma expressão nacional com particularidades locais que repercutiram diretamente na dinâmica do movimento, sendo evidenciado um acelerado crescimento dos associados como reflexo da intensa exploração na qual a classe trabalhadora esteve, historicamente, subordinada.⁹⁹

Em 1956, o Sindicato de Ilhéus e Itabuna organizou a “II Conferência Sul-baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”. Segundo Navarro (1983), esta ação evidenciou o grau da organização e da mobilização dos trabalhadores rurais, considerando que a pauta apresentada trazia questões sobre: a luta pela implantação

⁹⁸ Os seus fundadores foram Carlos dos Santos Frederick, Arlindo Ambrósio Mateus, Carlos Oliveira Maia, João Pedro dos Santos, João Rocha e José Claudino, entre outros.

⁹⁹Para fortalecer a luta, o PCB passou a editar a imprensa popular, na qual se destacavam os jornais “Tribuna do Sul” e “O Momento”.

do salário mínimo e contra o aumento do custo de vida; o comércio livre para o cacau; a defesa das leis sociais e a campanha pela “reforma agrária”.

No tocante ao livre comércio do cacau, vale ressaltar que esta sempre foi uma reivindicação dos próprios cacauicultores em decorrência do *déficit* entre o preço pago ao produtor rural pelas casas exportadoras e a cotação do cacau no mercado internacional. Então o movimento sindical entendeu que o aumento dos lucros dos cacauicultores refletiria em melhores salários aos trabalhadores rurais, sendo assim justificado o apoio dado pelo movimento sindical ao livre comércio do cacau.

No que se refere à “reforma agrária”, uma declaração sindical, em 1956, expressava que esta poderia se realizar através de lei aprovada com o apoio dos partidos políticos e das mobilizações sindicais. Assim, evidenciou-se neste momento histórico a primeira referência política à reforma agrária no Território Litoral Sul da Bahia ainda que esta não tenha se constituído enquanto pauta principal do movimento sindical que foi definida pela conquista dos direitos trabalhistas. Neste contexto, o título de pagamento do aluguel domiciliar também passou a ser questionado, prática comumente imposta pelos cacauicultores que representava a redução do salário do trabalhador rural e assim a maximização da exploração de sua força de trabalho.¹⁰⁰

Diante desta nova conjuntura, a oligarquia regional reagiu criminalizando a ação do PCB, como apresenta o fragmento a seguir:

Nós já conhecemos esses congressos de trabalhadores, instigados pelos vermelhos, que vão retirar alguns homens do campo, do seu sossego, para encher-lhes a cabeça de idéias extremistas [...] para instigar a luta de classe, destilando o veneno do inconformismo no espírito de gente pacata, que vive mais feliz do que esses infelizes [...] (NAVARRO, 1983, p.16).¹⁰¹

A organização social da classe trabalhadora impunha força política conquistando o avanço do movimento. Em 1957, o Sindicato dos Trabalhadores

¹⁰⁰ O salário pago aos trabalhadores rurais era, em geral, inferior ao mínimo estabelecido nos estatutos legais. É válido ressaltar que no discurso dominante, a adoção do salário mínimo significaria o “suicídio” coletivo da lavoura cacaueira, considerando ser a compra da força-de-trabalho era o principal no custo de produção.

¹⁰¹ Jornal O Intransigente, Itabuna, 27/12/1956.

Agrícolas de Ilhéus e Itabuna foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, constituindo-se, até 1965, no único sindicato rural a exibir a carta sindical na Bahia, contando com aproximadamente 15 mil associados.

Esta foi considerada uma conquista histórica para o Sindicato, contudo, neste mesmo ano de 1957 ocorreu a cisão político-ideológica do Partido Comunista em Moscou que repercutiu na escala local fragmentando a luta social dos trabalhadores rurais, passando esta, a partir da década de 1960, a ser representada por movimentos distintos e conflitantes: as Ligas Camponesas e o Movimento de Renovação Trabalhista.

4.3.1 As Ligas Camponesas

No processo de fragmentação do movimento sindical, Agildo Barata liderou o segmento “revolucionário”, sendo apoiado pelos Comitês Estadual e Regional do PCB que, politicamente organizados, articularam a espacialização das Ligas Camponesas na Bahia, em meados da década de 1960. Neste contexto, em 1961, foi realizada em Salvador a “I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, na qual foi fundada a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia (FALTAB) com o apoio do líder Francisco Julião.

Nesta Conferência, diversas resoluções trabalhistas foram aprovadas, a exemplo da extensão da legislação trabalhista ao campo e da criação do instituto de previdência social para camponeses. No entanto, a sua grande conquista foi o encaminhamento da criação de núcleos de agricultores camponeses como forma de pressionar o Estado a legitimar a “reforma agrária radical”, entendida como sendo o processo de luta que implicava na utilização de métodos pacíficos e violentos, se necessário fosse para conseguir do governo a partilha da terra (CÂMARA, 1996). Dessa forma, a questão (da reforma) agrária foi pela primeira vez evidenciada no local como um questionamento político ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Também em 1961 ocorreu no município de Itabebi (no Território Extremo Sul) o conflito de “Nova Brasília”, onde cerca de dois mil posseiros tiveram suas casas queimadas e foram expulsos das terras tradicionalmente ocupadas a mando da

família Wilberger, com o apoio da polícia e justiça locais. Com isso, a tensão social no campo foi intensificada de tal forma que em dezembro do mesmo ano foi formada a Liga de Bananeiras, no município de Itabuna, considerada a pioneira no Território Litoral Sul da Bahia.¹⁰²

Em fevereiro de 1962 foi formada a Liga de Camacã, sendo que, na época, o município de Camacã era considerado uma área de fronteira agrícola marcada por intensos conflitos fundiários e em 1963, foi fundada a Liga de Itabuna (também conhecida como Liga de São José), e as Ligas de Itacaré e de Ubaitaba.

Limitando-se a uma análise quantitativa, conclui-se que a espacialização das Ligas Camponesas foi rarefeita, sobretudo se for feita uma analogia como a dinâmica da luta no Sertão Pernambucano. Destaca-se que os camponeses não constituíam a massa da força de trabalho na cacauicultura, sendo esta representada pelos trabalhadores rurais assalariados, os quais, neste momento histórico, ainda tinham as suas ações políticas limitadas às reivindicações trabalhistas como herança do assistencialismo sindical.

4.3.2 O Movimento de Renovação Trabalhista

O segmento “reformista” do Partido Comunista do Brasil (PC do B) – formado por Carlos dos Santos Frederick, Arlindo Ambrósio Mateus e João Pedro dos Santos – criou o Movimento de Renovação Trabalhista (MRT), que assumiu na década de 1960 a direção do sindicalismo rural em conflito político-ideológico com as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais dirigidos pelo PCB.

Neste sentido, adquiriram o apoio dos setores conservadores da Igreja Católica – em especial do Padre Melo e Padre Crespo (PE) e do Bispo Gileno Amado (BA) – para o fortalecimento político das bases em direção à criação de novos sindicatos. Destaca-se que, no início da década de 1960, já existiam sindicatos rurais ligados ao MRT em aproximadamente onze municípios, sendo que destes apenas o

¹⁰² Sobre o conflito de “Nova Brasília” ver Jornal de Notícias, Itabuna, nº 3, 21-28/8/1961; nº 11, 21-27/10/1961, nº 32, 12-19/3/1962 e nº 33, 19-26/3/1962 *apud* NAVARRO, 1983, p.19.

Sindicato de Ilhéus e Itabuna (1952) era reconhecido pelo Ministério do Trabalho, aspecto que o fez funcionar como a sede do Movimento.¹⁰³

Em maio de 1962, o MTR realizou, em Itabuna, a “Primeira Conferência de Trabalhadores Agrícolas e Lavradores do Norte e Nordeste do Brasil”, sendo esta saudada pela oligarquia rural e pela ala conservadora da Igreja Católica como “cristã e democrática”, em que a participação dos “vermelhos” foi tolhida (referindo-se aos camponeses e sindicatos articulados com o PCB).

Assim, explicitou-se o conservadorismo político tendo como estratégia o controle da classe trabalhadora, através dos sindicatos, da nova federação e das tentativas de organizar a confederação nacional (NAVARRO, 1983, p. 22). Daí o porquê da oposição ao então presidente João Goulart, sendo reivindicada total autonomia sindical através da abolição da taxa sindical que unia os sindicatos rurais à estrutura sindical estatal e a criação de um instituto de previdência social rural que ampliaria os benefícios sociais sem a participação do Estado.

Isto ocorreu porque, como foi exposto anteriormente, o ano de 1963 foi de grande efervescência política, com muitas tensões e conflitos envolvendo sindicalistas comunistas, pequenos proprietários e posseiros. Neste ano, João Goulart assinou a Lei 4214 – Estatuto do Trabalhador Rural – o que favoreceu a fundação e legitimação dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Aproveitando este ensejo, o sindicalismo conservador fundou outros cinco sindicatos rurais na região: Uruçuca - Ipiaú, Ibirataia, Coaraci, Almadina, Ibicaraí - Camacã, Mascote-Pau Brasil-Belmonte e, juntamente com o Sindicato de Ilhéus e Itabuna, fundou, em 1/7/1963, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (FETAG-BA).¹⁰⁴

Ainda no ano de 1963, foram fundadas, em Salvador, três federações de trabalhadores rurais: a Federação dos Trabalhadores Pequenos Proprietários, a Federação dos Trabalhadores Autônomos e a Federação dos Trabalhadores

¹⁰³ O Bispo Gileno Amado que era um grande produtor de cacau do município de Ilhéus e o então subsecretário de Estado para o Sul da Bahia.

¹⁰⁴ A primeira diretoria da FETAG-BA foi composta por Carlos dos Santos Frederick, Arlindo Ambrósio Mateus e Domingues Vicente Ferreira, sendo o mandato desta findado em 24.08.1966. A Federação foi inicialmente sediada em Itabuna, sendo posteriormente transferida para Salvador.

Assalariados Agrícolas. Em dezembro do mesmo ano foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).¹⁰⁵

No tocante à questão agrária, o sindicalismo conservador reivindicava “uma reforma agrária dentro da doutrina cristã e democrática: justa, respeitando os direitos dentro dos princípios sagrados da Constituição” e atacava as Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais dirigidos pelo PCB como “extremistas antidemocráticos” que se aproveitavam da “dócil, pacífica e laboriosa classe trabalhadora rural” (NAVARRO, 1983, p.21-22). Percebe-se assim que a luta de classe foi criminalizada pelo discurso da “paz social” como estratégia do Estado – articulado com a Igreja – em manter a estrutura social alicerçada na concentração da propriedade terra e na exploração da força de trabalho.

Com o Golpe Militar de 1964 (e a repressão às Ligas Camponesas e ao PCB), o movimento sindical rural foi engessado aos moldes do Movimento de Renovação Trabalhista (PC do B) o que significou um retrocesso à luta social pela terra.

4.3.3 A Luta dos Posseiros

Como já foi analisado, a Ditadura Militar (1964 - 1985) foi marcada pela repressão à luta social pela terra que efervescia no cenário político nacional dada a expansão das relações capitalistas no processo da “modernização da agricultura”. Tanto que, neste contexto, o Estado implantou a primeira política brasileira de reforma agrária – o Estatuto da Terra – como estratégia de amenizar a tensão e os conflitos sociais, com destaque para as Ligas Camponesas no Nordeste.

No Território Litoral Sul da Bahia, esta realidade se particularizou pela expansão da monocultura agroexportadora do cacau que foi espacialmente estruturada na ocupação indiscriminada das terras devolutas e na expropriação fundiária das posses camponesas. Em especial, neste momento histórico, em que a

¹⁰⁵ É válido explicar que, de acordo com a legislação sindical brasileira, cada categoria, a exemplo dos trabalhadores rurais, só pode ter um sindicato por município. Se houver mais de uma solicitação de registro, o Ministério do Trabalho escolhe a que julgar mais adequado. As federações são de nível estadual e para serem criadas, torna-se necessário a existência de, no mínimo, cinco sindicatos. As confederações são de nível nacional e para serem criadas, são necessárias três federações.

cacaucultura se expandia atingindo recorde de divisas na safra 1976/77 e máxima produção na safra 1986/87, com a produção média foi de 360 mil toneladas/ano na década de 1980.

As tensões e conflitos pela posse e uso da terra foram intensificados, uma vez que se estabeleceu um processo em que mediante o expediente de requerer ao Estado a posse legal de grandes áreas, o cacauicultor vai engolir o pequeno posseiro cujas roças estejam situadas na área por ele requerida (GARCEZ, 1997, p. 73). Assim, ocorreu a espacialização da “Luta dos Posseiros” na qual se materializaram os conflitos históricos na fazenda Puxim (município de Canavieiras) e nas fazendas Sarampo, Francônia e Serra da Onça (município de Santa Luzia).¹⁰⁶

Destaca-se aqui a brutalidade da ação conjugada com a impunidade do Massacre da Serra da Onça, ocorrido, em 1984, na fazenda Serra da Onça, localizada no noroeste do município de Santa Luzia, que hoje faz parte da história viva da luta e resistência pela terra, assim como relata o depoimento a seguir:

A fazenda tinha cerca de 1800 ha, mas estava abandonada e aí, cerca de 25 a 30 posseiros ocuparam uma área de 50 a 60 ha da fazenda. Começaram a cultivar os cacauais [...] o João Celestino falou que não saía e aí foi escorraçado [...] certo dia D. Maria passou e eu perguntei por Celestino e ela disse: olha, eu vou ali na fazenda dos Moura buscar Celestino que Paulo Feitosa teve lá em casa ontem, bebeu café comigo e me deu dinheiro para eu buscar dizendo não ter nada contra ele [...] Isso foi um dia de quarta feira, passou quinta e quando foi sexta, eu pequei a pick-up e fui levar nos Lençóis que era na mesma direção, na mesma banda, e na estrada encontrei o João Celestino, a D. Maria, o menino Adailton e a cachorra e dei carona, por volta de duas horas da tarde, um sol quente. Quando foi sábado, amanheceu todo mundo morto. A cachorra não mataram mais deram um talho no pescoço e a coitada passou cinco anos, em Santa Luzia, todo mundo vendo ela de pescoço torto. Quer dizer, quem levou João Celestino para morrer fui eu. Essa é a história viva. Quem é o mandante? Paulo Feitosa. Cinco pistoleiros de Paulo Feitosa chegaram lá e mataram (Pesquisa de campo realizada em 15.11.2005).

Foi dessa forma que mais uma família de posseiros – João Celestino Costa, sua esposa, Maria José dos Santos e o filho de 10 anos – foi brutalmente assassinada como

¹⁰⁶ Sobre os conflitos Puxim e Sarampo ver Germani (1993).

forma do capital – representado pelo fazendeiro Paulo Roberto Costa Feitosa – expropriar violentamente os sujeitos sociais que têm o direito a terra legitimado pelo seu uso enquanto meio de reprodução da vida e trabalho.¹⁰⁷

Neste momento, a espacialização da luta social seguia uma lógica diferenciada, sendo que a ocupação ocorria de forma dispersa pelo conhecimento histórico da grande existência de terras devolutas, em que cada posseiro ocupava um pedaço de terra “sem dono,” em geral longe um do outro para garantir a subsistência familiar com o plantio da mandioca, como descreve o dirigente do STR Santa Luzia, Derisvaldo Ramos:

Não existia a organização que tem hoje, cada qual pegava sua farinha, sua piaba seca e ia para o mato abrir sua roça [...] Para o que agente viu, mudou da água para o vinho, mas ainda tem muita coisa para mudar (Pesquisa de campo realizada em 15.11.05).

Os conflitos se localizaram nos municípios de Canavieiras e Santa Luzia – “as áreas das areias” – distantes dos principais vales fluviais (Rio Almada e do Rio Cachoeira) e das principais cidades regionais (Ilhéus e Itabuna) que representavam as “áreas core” da lavoura cacaueteira e que para onde convergem, atualmente, as ações políticas das organizações e movimentos sociais de luta pela terra no Território.

Entretanto, se a violência gerava a morte, gerava também, as formas de luta contra a morte (OLIVEIRA, 2007, p.37) tendo sido a partir da violência contra os posseiros que as CEBs e a CPT redirecionaram as suas ações, até então restritas ao trabalho de formação de base, e se engajaram politicamente na organização social da luta pela terra. Com isso, a luta ecoou nas múltiplas escalas e dimensões geográficas, o que pressionou Estado a intervir no espaço através de sua política agrária, sendo implantados os primeiros Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (PAs).

¹⁰⁷ Somente vinte dois anos depois, no dia 29/03/2006, Paulo Feitosa foi submetido a júri popular, na cidade de Salvador, sendo condenado a cinquenta e cinco anos e seis meses de prisão. A brutalidade da ação conjugada com a impunidade que perdurou por mais de duas décadas, ao invés de reprimir, efervesceu os conflitos no campo favorecendo, na década de 1990, a espacialização dos movimentos sociais.

Entre 1986 e 1987, foram criados sete projetos com 336 famílias assentadas que ocupam uma área total de 10.169,23 ha, como se observa na Tabela 17:

Tabela 17
Território Litoral Sul da Bahia- Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (1986 -1987)

Município	Projeto	Imóvel	Assentadas	Área (ha)	Ano de Criação
Canavieiras	Puxim/Sarampo	Sarampo	65	2.842,56	11/08/1986
Itacaré	Marambaia	Marambaia	32	809,00	11/11/1986
Marauá	Santa Maria	Santa Maria	55	1.407,00	11/11/1986
Santa Luzia	Faz. Poço	Poço	68	1.848,25	12/05/1987
Una	Guanabara	Canabrava	13	285,88	21/01/1987
Una	Fortaleza	Fortaleza	49	1.101,61	12/05/1987
Una	Faz. Cajueiro	Cajueiro	54	1.874,93	12/05/1987
TOTAL	7 PA's	7 imóveis	336	10.169,23	

Fonte: INCRA/BA.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

É importante destacar que, embora estes projetos tenham sido implantados como metas da reforma agrária no I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), enquadram-se na política de regularização fundiária dos posseiros que, historicamente, se reproduziam nas terras devolutas, tendo o direito legitimado pelo uso da terra como meio de vida e trabalho.

Segundo as lideranças entrevistadas, estes projetos representam a memória da luta e neste contexto, o “Massacre da Serra da Onça” se evidencia como um símbolo da resistência sendo que, juntos, revificam a luta e resistência contra a morte no cotidiano das novas gerações.

Neste sentido, a coordenadora estadual do Movimento Terra e Liberdade (MTL), Bernadete Souza, afirma que:

Muitos conflitos com sangue na região de Canavieiras para hoje termos a condição que temos hoje. Antes, a luta era dos mais velhos, hoje muitos jovens estão na luta (Pesquisa de Campo realizada em 16.11.05).

O ano de 1987 é também marcado pela territorialização da FASE, que a princípio não se envolveu diretamente na luta dos posseiros, restringindo-se à formação sindical classista dos trabalhadores assalariados em oposição aos setores mais reacionários da FETAG. No entanto, com a conjuntura territorial estabelecida, na década de 1990, esta organização passa a desempenhar a partir de então um importante papel de educação popular aos movimentos sociais de luta pela terra, em convergência com a CPT e a CEBs.

Diante do exposto, afirma-se que a “Luta dos Posseiros”, na década de 1980, adquiriu materialidade enquanto contradição do modelo de desenvolvimento capitalista – assim como as “Ligas Camponesas”, na década de 1960 – que se estrutura a partir da concentração dos meios de produção (neste caso, a terra), sendo negado o direito a terra como meio de vida e trabalho.

4.3.4 A Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A partir da década de 1990, a luta pela terra no Território Litoral Sul da Bahia se espacializou em outras escalas e dimensões em decorrência da organização política dos trabalhadores rurais enquanto movimentos sociais do campo.

Este processo significou o acirramento das contradições capitalistas no desenvolvimento da cacauicultura visto que o trabalhador rural foi, historicamente, aprisionado no cativeiro da exploração pela negação do direito ao meio de trabalho para a reprodução da vida enquanto sujeito livre no tempo-espaço.

A condição de cativo significava a precarização da existência humana, sendo qualquer possibilidade de transformação desta condição existencial reprimida pelas classes que tinham a hegemonia do poder na estrutura social oligárquica em que se definiu espacialmente a “terra do cacau”.

A repressão política se manifesta de formas diversas, desde a negação dos direitos trabalhistas, como afirma o coordenador regional da Rede de Associações

Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia (CETA/RAACASUL),
Manoel José da Silva:¹⁰⁸

Tive o meu primeiro emprego como trabalhador rural em 1978, não podia nem se falar em carteira assinada que era demitido. (Pesquisa de campo realizada em 15.11.05).

Até mesmo através da repressão da identidade de classe, considerando que vários fazendeiros encaminhavam os seus empregados para se filiarem ao sindicato patronal em troca de atendimento médico e laboratorial, como também induziam os agricultores familiares – os burareiros – a se reconhecerem enquanto “pequenos fazendeiros” para se filiarem ao sindicato patronal.

Sobre este aspecto é importante destacar que a própria organização espacial das fazendas de cacau, assim como a divisão social do trabalho, eram fatores limitantes à socialização dos trabalhadores rurais – o que desfavorecia a construção coletiva da identidade de classe – ainda que a absorção da força de trabalho fosse quantitativamente elevada por unidade produtiva, como analisa o coordenador regional da FASE, Paulo Demeter:

A natureza de trabalho das fazendas de cacau desfavorecia a construção coletiva da identidade de classe porque os trabalhadores nem sempre trabalhavam juntos, mesmo nas fazendas com 60 trabalhadores, o gerenciamento da produção dividia a propriedade em áreas ou glebas, sendo que cada gleba era ocupada por dois ou três trabalhadores e em muitos casos, os trabalhadores moravam em avenidas diferentes. Várias das grandes fazendas eram formadas pela junção de pequenas fazendas, sendo mantida a mesma unidade de subunidades produtivas. Não tinha, por exemplo, cem ou duzentos trabalhadores indo colher cacau como iam para um talhão de cana [...] (Pesquisa de campo realizada em 14/11/05).

No entanto, com o advento da crise produtiva, iniciada em 1987, os trabalhadores rurais são libertos do cativeiro do campo, porém sem expectativas

¹⁰⁸ Sobre a formação e espacialização do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA) ver Santos (2009).

Ressalta-se que a Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia (RAACASUL) é um segmento do CETA no Território Litoral Sul da Bahia, sendo por isso identificada como CETA/RAACASUL.

concretas de se tornarem livres da condição de explorados, uma vez a precarização do trabalho se reproduzia também na cidade, considerando que os trabalhadores que ficaram desempregados no campo mantiveram-se subempregados nas periferias das cidades. De acordo com as estimativas da CEPLAC houve um desemprego massivo de 250 mil trabalhadores rurais que migraram para as cidades (especialmente Ilhéus e Itabuna, pela centralidade espacial historicamente construída pelo Estado), sendo assim a paisagem urbana marcada pela pobreza e miséria.

Os que permaneceram foram submetidos às novas relações sociais de trabalho, como a parceria, que se revelaram “novas” na forma, mas mantiveram-se enquanto “velhas” no conteúdo da exploração, como evidencia a fala de Derisvaldo Ramos – STR Santa Luzia:

O fazendeiro faz o acordo com o trabalhador para este assumir a responsabilidade do trato cultural. Mas se o fazendeiro não tem condições como o trabalhador vai fazer com apenas 50%. O pior é que o contrato é de gaveta, e se a roça carregar toma todo o cacau e também prejudica a aposentadoria do trabalhador. Então, este conjunto de exploração mesmo depois da crise, fez com que muitos trabalhadores fossem para a Reforma Agrária (Pesquisa de Campo realizada em 15.11.05).

Paralelamente, a estagnação produtiva pela disseminação da vassoura de bruxa ocasionou o enfraquecimento econômico da oligarquia rural, sendo a terra desvalorizada e muitas fazendas abandonadas pelos proprietários. Inclusive, muitos destes ofertaram as suas propriedades ao INCRA como estratégia de serem indenizados em dinheiro pelas benfeitorias existentes nas ações desapropriatórias.

Houve assim uma articulação de fatores estruturais e conjunturais que possibilitaram, a partir da década de 1990, a organização política dos trabalhadores rurais em movimentos sociais dando concretude ao “espírito de luta que sempre existiu, mas era vencido pela força do coronelismo” – como afirmou em entrevista o coordenador regional do Movimento de Luta pela Terra (MLT), Aldenes Pereira – e assim os trabalhadores rurais se configuraram em sujeitos históricos do processo social de luta pela terra no Território, como também analisa Paulo Demeter (FASE):

Esta realidade fez com que a região viesse a apresentar a maior concentração espacial de assalariamento rural do Brasil. As estimativas variam entre 500, 640 e 700 mil hectares de cacau plantados, o que não é uma área tão grande assim. Já população chegou a quase 2,5 milhões de habitantes dependendo diretamente da economia cacaueteira, fala-se em 300 mil trabalhadores rurais. E quem morava nas cidades também dependiam diretamente no setor primário [...] No início da década de 1990, vem a vassoura de bruxa, cerca de 25 a 30 mil unidades produtivas de cacau tudo isso entra em colapso. A massa da população ou migrava para o Sudeste [...] ou ficavam pela região, em especial Itabuna, Ilhéus, Ipiaú e Camacan, onde formavam imensas favelas. Assim se formou um caldo fértil para a militância dos movimentos sociais onde a massa passou a acampar na beira das estradas (Pesquisa de campo realizada em 14/11/05).

Enfim, definiu-se um colapso social – decorrente de fatores estruturais e conjunturais – que se tornou um caldo fértil para a militância dos movimentos sociais, sendo a luta pela terra impunhada pelos trabalhadores rurais como a possibilidade de fuga da miséria e marginalidade nas favelas das cidades.

As espacialidades e territorialidades da luta pela terra foram reconfiguradas, uma vez que a luta deixou de ser restrita à defesa da posse contra a ação dos grileiros, nas “áreas de areias”, e passou a incorporar como estratégias as ocupações das fazendas nas “áreas core” do cacau enquanto centralidades espaciais do Território.

Com a ação de enfrentamento dos movimentos sociais à oligarquia rural – e também ao Estado – houve o acirramento do conflito de classe a partir do qual a luta pela terra adquiriu outras escalas e dimensões. Ou como melhor analisam os sujeitos sociais deste processo histórico, a exemplo de Bernadete Souza (MTL):

O que mudou a cara da luta foi a organização dos movimentos sociais e não os fazendeiros e o governo que ficou bonzinho (Pesquisa de campo realizada em 16.11.05).

É importante ressaltar que este processo de “mudança da cara da luta” teve como percussor o MST embora este tenha se especializado somente a partir de 1988,

posteriormente às ações políticas da FETAG. Isto porque, tendo as marchas e as ocupações dos sem terras como instrumentos de luta, o Movimento não só marca a paisagem, como produz espaço, faz história e assim constrói uma nova geografia, o que atribui aos geógrafos o desafio de entender o seu dinamismo espacial (GERMANI, 1998, p.5). A partir de então, houve uma convergência de forças sociais no processo de luta pela terra que possibilitou o fortalecimento da classe trabalhadora nas relações de poder local (o que não significou, necessariamente, a perda da hegemonia política dos produtores rurais).

Como procedimento metodológico de pesquisa, fez-se o levantamento e a sistematização das organizações e movimentos sociais rurais especializadas no Território Litoral Sul da Bahia, sendo estas assim categorizadas:

a) as organizações religiosas de missão popular: as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's); o Centro de Estudos e Ações Regionais (CEAS); a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR);

b) as organizações sindicais: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG/ Pólo Sindical Sul); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); o Pólo de Unidade Camponesa (PUC) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT);

c) os movimentos sociais rurais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento de Luta pela Terra (MLT); Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia (RACAA-SUL/CETA); o Movimento Social Jupará (MSJ); o Movimento Terra e Liberdade (MTL); o Movimento Vantuí Agroecológico do Brasil (MVAB); o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR); o Movimento dos Desempregados Rurais (MDR); o Movimento Liberdade União, Trabalho e Educação (LUTE) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR);

d) as entidades e organizações não governamentais: a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESB); a *Cooperative for Assistance and Relief Everywhere* (CARE); o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Sul da Bahia (CEPEDS);

e) as cooperativas: Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares do Sul da Bahia (COAGRI), a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia LTDA (COOFASULBA), a Cooperativa dos Pequenos e Pequenas Agricultores e Agricultoras em Agroecologia do Sul da Bahia LTDA (COOPASB), a Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana da Região Cacaueira LTDA (COOPERCENTROSUL) a Cooperativa dos Agricultores Rurais de Una (COOPERUNA) e a Cooperativa Regional dos Assentados do Sul da Bahia LTDA (COOPRASBA).

Através da convergência articulada destas forças sociais, ocorreu a espacialização da luta pela terra dos trabalhadores rurais, que organizados em movimentos sociais têm o espaço-território como trunfo de suas ações, criando espacialidades, territorialidades e temporalidades distintas, e construindo novas identidades territoriais. Todos estes processos, por sua vez, revelam-se na paisagem (do campo e da cidade) e marcam produção do espaço geográfico em suas múltiplas escalas e dimensões.

CAPÍTULO 5

A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA EM SUAS CONTRADIÇÕES ESPACIAIS

É impossível a reforma agrária sem o confronto com o Estado [...]
(MOREIRA, 1989, p.60)

5.1 TRILHANDO OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Como já foi explicitado, o processo de definição dos territórios rurais na Bahia, trilhou um caminho particular, tanto pelo pioneirismo da Metodologia de Referência desenvolvida pela SEI no âmbito da “Pesquisa Análise Territorial da Bahia Rural”, como pela participação representativa das organizações e movimentos sociais rurais nas “Oficinas Estaduais do Desenvolvimento Territorial” realizadas pela SDT ¹⁰⁹.

5.1.1 A Pesquisa Análise Territorial da Bahia Rural

No contexto da Pesquisa Análise Territorial da Bahia Rural (SEI, 2004) foi realizado o Diagnóstico Territorial da Bahia Rural no qual foram elaboradas 41 matrizes territoriais, correspondendo estas a territórios de distintas origens - territórios fomentados pelo capital; territórios originados das políticas públicas; e territórios definidos pelas ações das organizações e movimentos sociais - que foram definidos a partir de uma “idéia-guia” relacionada à articulação em rede dos sujeitos sociais, nos respectivos recortes escalares do campo baiano. ¹¹⁰

Ao analisá-lo, constatou-se a sobreposição espacial de distintas definições territoriais o que explicita a existência conflitante de interesses políticos e concepções de desenvolvimento territorial. A partir desta constatação, optou-se, neste trabalho,

¹⁰⁹ Neste processo, é válido ressaltar os esforços pessoais de Vítor de Athayde Filho e Paulo Cunha (*in memoriam*)

¹¹⁰ A Pesquisa apoiou-se na tradição francesa de planejamento - *aménagement du territoire* - na qual cada território (ou matriz territorial) é conceituado enquanto projeto político-institucional dominante a partir de uma “idéia-guia” relacionada à articulação em rede dos sujeitos sociais. A formação e a consolidação do território são asseguradas por meio da ação integrada e acordada entre instituições do setor público e da sociedade civil organizada.

Como metodologia foram inicialmente realizadas entrevistas estruturadas com representantes institucionais e sociais envolvidos com os territórios e posteriormente, as elaborações preliminares foram apresentadas nos encontros regionais - enquanto hipóteses - sendo assim confirmados os municípios constituintes de cada território.

É importante ressaltar que o critério utilizado para a realização dos encontros foi o das “regiões econômicas”, sendo realizados cinco encontros regionais: no município de Seabra, compreendendo os territórios que tiveram como base as regiões econômicas da Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu; na UESC, na rodovia Ilhéus-Itabuna, as regiões Sul e Extremo-Sul; em Barreiras, a região Oeste; em Vitória da Conquista, as regiões do Sudoeste e Serra Geral; e na cidade de Juazeiro, as regiões econômicas do Nordeste, Baixo-Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina.

em identificar e analisar as matrizes territoriais definidas na escala do Litoral Sul da Bahia, a fim de investigar a participação das organizações e movimentos sociais rurais, assim como a proeminência política da questão (da reforma) agrária neste processo. Nessa perspectiva, foram identificadas sete matrizes territoriais, sendo estas assim descritas:¹¹¹

1. Território da “Reforma Agrária”: o projeto político teve como origem a mobilização e a organização social e política dos trabalhadores rurais e urbanos desempregados e agricultores familiares minifundistas. Assim, foi definida como idéia-guia “a promoção da reforma agrária articulada com a organização social e produção agrícola dos assentamentos”, tendo sido esta definição proposta pelas organizações e movimentos sociais representados pelo MST, MLT, FETAG, MLST, CPT, FASE, IESB, Terra Viva, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas dos Assentamentos e as Escolas Rurais; e pelo Estado representado pelo INCRA/MDA, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Coordenação de Ação Regional (CAR) e Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA).

2. Território “Grapiúna”: o projeto político teve como origem a reconfiguração tecnológica e do espaço produtivo da lavoura cacauera proposta pelos produtores rurais e empresários que integram o circuito espacial do cacau. Assim, foi definida como idéia-guia “a aplicação de inovações tecnológicas desenvolvidas para a convivência com a vassoura-de-bruxa” com a participação do Conselho Nacional dos Produtores de Cacau (CNPIC), Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEBA), Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate (ABIC) Associação Brasileira dos Exportadores de Cacau (ABEC), Associação Brasileira de Cacaicultores (ABC), CEPLAC, Instituto Biofábrica, UESC, IESB, Fundação Pau Brasil (FUNPAB), Almirante Cacau e Chocolates *Mars*.

3. Território do “Turismo”: o projeto político teve como origem a exploração do potencial turístico pelos representantes do setor de hotelaria e proprietários de pousadas locais. Assim, foi definida como idéia-guia “a ampliação da infra-estrutura turística” tendo a participação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR),

¹¹¹ O critério estabelecido para a identificação dos projetos foi a abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades que caracterizaram o território.

Bahiatursa, Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), associações de classe de empresários e instituições internacionais, como o BIRD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

4. Território dos “Movimentos Ambientalistas e ONGs”: o projeto político teve como origem os impactos ambientais derivados da crise da lavoura cacaueteira e expansão das plantações de eucalipto e da exploração da madeira denunciadas pelos agricultores familiares, trabalhadores rurais, técnicos e pesquisadores. Assim, foi definida como idéia-guia “a implantação das inovações tecnológicas características da agroecologia” com o envolvimento da Terra Viva, IESB, SASOP, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), FASE, Jupará, Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente (GRAMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), UESC, Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia (AMURC), Comitê de Bacias do Leste, Flora Brasil, Núcleo de Educação Ambiental e de Difusão de Práticas Sustentáveis (NEAM), STRs e Associações de Produtores Rurais.

5. Território “Indígena”: o projeto político teve como origem a reconstrução do território indígena dos Pataxós, Pataxó Hã-hã-hãe e Tupinambás de Olivença. Assim, foi definida como idéia-guia “a afirmação étnica pela reconquista do território em áreas de reserva e seu reconhecimento como povos indígenas”, com a participação dos Povos Indígenas (Pataxós, Pataxó Hã-hã-hãe, Camaká, Maxali), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CEPEDES, FASE e Terra Viva.

6. Território da “AMURC”: o projeto político teve como origem a articulação institucional da AMURC visando à formação de consórcios intermunicipais, sendo assim definida como idéia-guia “a modernização da gestão municipal”. Além da AMURC, envolveram-se o Consórcio Intermunicipal do Sul da Bahia (CISUBA), o Consórcio Intermunicipal Costa do Descobrimento (CICODE), o Consórcio Intermunicipal de Integração do Alto Sul (CIASUL) e as prefeituras do Litoral Sul da Bahia.

7. Território do “Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste” (Rios Cachoeira, Almada, Santana, Una e Aliança): o projeto político teve como origem a criação do consórcio intermunicipal de gerenciamento das bacias hidrográficas do Sul do Estado, tendo sido definida como idéia-guia “o gerenciamento dos recursos hídricos mediante mobilização social e de instituições relacionadas”, dentre as quais se destacaram a CEPLAC, Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), AMURC, UESC, Prefeitura de Itabuna, Prefeitura de Santa Cruz da Vitória, Prefeitura de Una, EMBASA, Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA), Nestlé, Hotel Transamérica, Associação dos Usuários da Água da Sub-bacia do Rio Colônia, do Rio Salgado, SAAE de Itororó, Organização pró-Defesa e Estudos dos Manguezais da Bahia (ORDEM) e o IBAMA.

Estas definições territoriais explicitaram o enfrentamento político-ideológico de lógicas distintas de apropriação do espaço geográfico – seja através do Estado (Territórios da “AMURC” e do “Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste”), dos proprietários fundiários e capitalistas (Territórios “Grapiúna” e do “Turismo”), dos camponeses e trabalhadores rurais (Territórios da “Reforma Agrária” e “Indígena”) ou das organizações não-governamentais (Território dos “Movimentos Ambientistas e ONG”).

Assim, o Território Litoral Sul da Bahia materializa uma unidade territorial una e contraditória, dada a correlação de forças sociais no tempo-espaço da sua produção. Considerando a relevância definida “ao atendimento das categorias sociais mais fragilizadas” do campo (SEI, 2004), foram ordenados enquanto “prioritários” para a execução da política de desenvolvimento rural os projetos territoriais da Reforma Agrária e dos Movimentos Ambientistas e ONG, sendo que pela organicidade historicamente construída dos sujeitos sociais envolvidos no processo de luta pela terra e também pelo fato de ser a política de desenvolvimento territorial implantada no âmbito do MDA, sobressaiu-se a representação da política da reforma agrária no discurso governamental.¹¹²

¹¹² Na elaboração do Diagnóstico, os territórios foram, a princípio, classificados em “consolidados” (compreendendo um projeto político de desenvolvimento executado de forma contínua e permanente) ou “emergentes” (pressupondo um projeto político em fase inicial de execução) e posteriormente,

5.1.2 A Estrutura do Território

Entre setembro e outubro de 2003 foi realizada a primeira Oficina Estadual do Desenvolvimento Territorial no Litoral Sul da Bahia, momento no qual a política de desenvolvimento territorial foi apresentada às forças sociais locais, assim como reproduz o discurso governamental:

Esse primeiro encontro se mostrou disposto a instituir o processo de sensibilização desses atores para posterior formação política e institucional do Território. Nessa primeira oficina procurou-se delinear meios objetivos para a realização das atividades propostas pelo processo territorial (MDA, 2004).

A fim de ser garantida a institucionalização do Território, a SDT deliberou a formação do Colegiado Territorial sendo este inicialmente composto por 37 organizações, assim descrito: ¹¹³

a) Poder público (10): Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), CAR, CEPLAC, EBDA, FUNAI, IBAMA, INCRA e UESC.

b) Sociedade civil (27): AMURC, CARE, Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Buerarema

ordenados pela prioridade de execução das políticas públicas, sendo sub-classificados em “prioritários”, “potencial” e “não-prioritários” (pela ocorrência da sustentabilidade territorial; do atendimento às categorias sociais mais fragilizadas; das ações e atividades nos municípios rurais deprimidos; das ações e atividades futuras no projeto territorial). Na escala do Litoral Sul da Bahia os territórios foram assim ordenados: o Território da Reforma Agrária (consolidado prioritário); Território Grapiúna (consolidado não-prioritário); Território do Turismo (consolidado potencial); Território dos Movimentos Ambientais e ONGs (consolidado prioritário); Território Indígena (emergente prioritário); Território da AMURC (território emergente potencial) e Território do Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste (território emergente potencial).

¹¹³ As resoluções nº 48 e nº 52 do CONDRAF definiram a criação e composição dos colegiados territoriais, sendo 2/3 sociedade civil + 1/3 poder público. A idéia era fugir do formato dos Conselhos Municipais de domínio direto das prefeituras locais. Contudo, com a criação do Programa do Território da Cidadania ocorreu uma mudança significativa na composição colegiada que passou a ter o caráter paritário (sociedade civil = poder público, uma vez que a maior parte dos interlocutores dos outros ministérios é do poder público), além da ampliação dos setores participantes para além do rural com o foco da agricultura familiar e reforma agrária.

(CMDRS/Buerarema), Conselho Associativista de Buerarema e Adjacências (CRASBA), CMDRS/Ilhéus, COAGRI, COOFASULBA, COOPASB, COOPERCENTROSUL, COOPERUNA, COOPRASBA, CPT, FASE, FETAG/Pólo Sindical Sul, Instituto Floresta Viva, IESB, Instituto Tijupe, Jupará, MDR, MLT, MST, MVAB, Associação de Ação Social e Fomento de Produto Turístico, Educação e Meio Ambiente (NATIVA), Povos Indígenas Pataxós e Tupinambás e a CETA/RAACASUL.

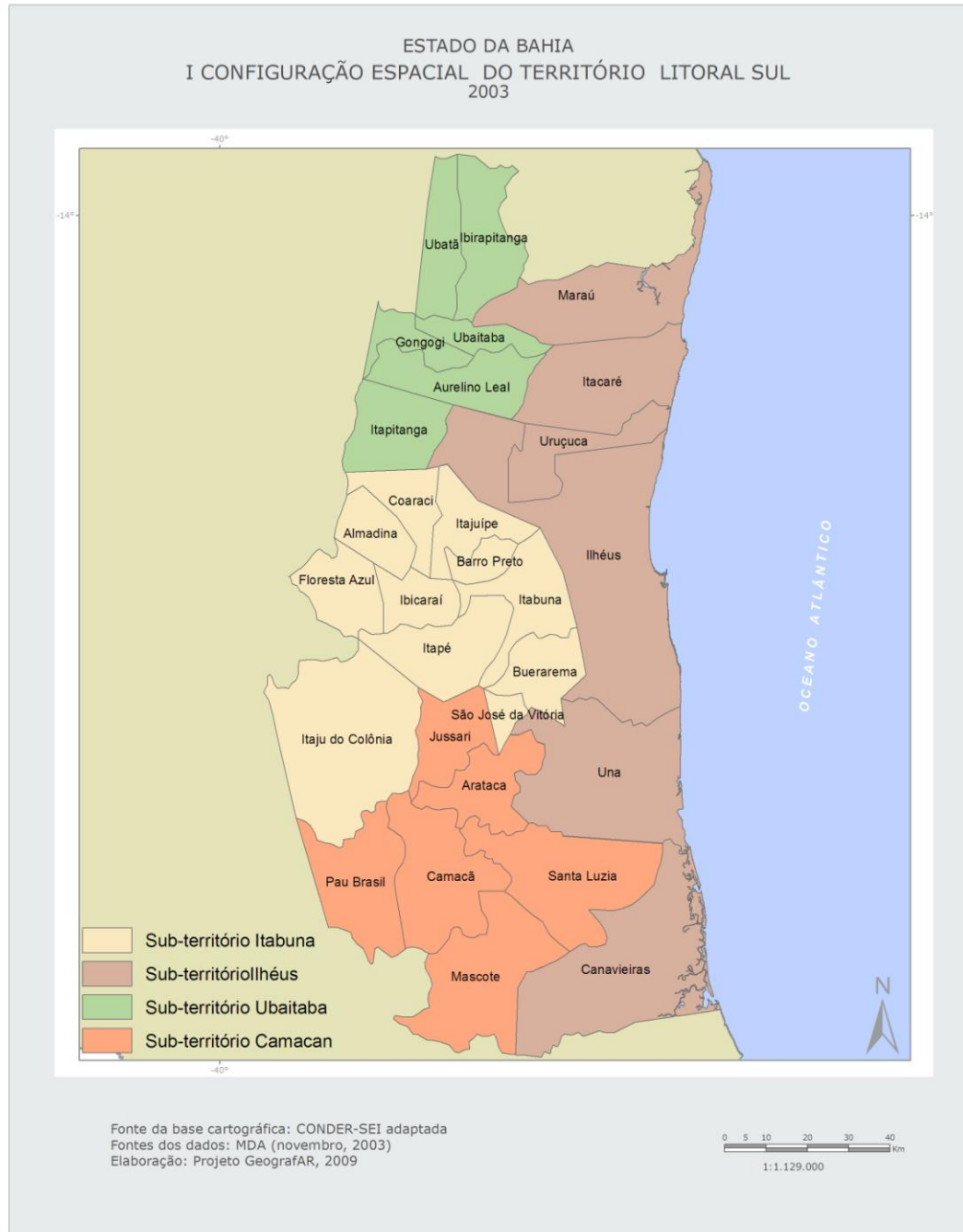
Posteriormente, foi eleito o GGE que, diferentemente do Colegiado Territorial, teve, desde a sua formação, o caráter paritário na representação política do poder público e da sociedade civil: CEPLAC, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), CRASBA, CMDRS/Buerarema, CMDRS/Ilhéus, CPT, Jupará, FETAG/Pólo Sindical Sul, MST e a CETA/RAACASUL.

Neste contexto, também houve a formação do Núcleo Técnico que foi composto pela CEPLAC, INCRA, EBDA, IESB, BNB, MST, COOPASB, COOFASULBA e FETAG/Pólo Sindical Sul. E, por fim, a escolha do FETAG/Pólo Sindical Sul-BA enquanto a Entidade Territorial, tendo sido esta ação justificada pela sua historicidade na organização política dos trabalhadores rurais e também pela sua “capilaridade”, considerando a especialização dos sindicatos no Território e a capacidade de articulação política da Entidade com instituições e órgãos governamentais.

Após a definição das institucionalidades, iniciou-se - na perspectiva da metodologia adotada pela SDT - um processo de sensibilização dos sujeitos sociais no Território sendo realizadas 11 Oficinas Territoriais e 26 Seminários Municipais. Neste processo emergiu a proposta colegiada de definição de uma “regionalização” como estratégia de descentralização política na gestão social do desenvolvimento territorial.

Assim, o Território Litoral Sul da Bahia - a princípio composto por 29 municípios - foi regionalizado em sub - territórios, sendo assim criados o Sub - Território Camacan, o Sub - Território Ilhéus, o Sub - Território Itabuna e o Sub - Território Ubaitaba, como se observa na Figura 33.

Figura 33

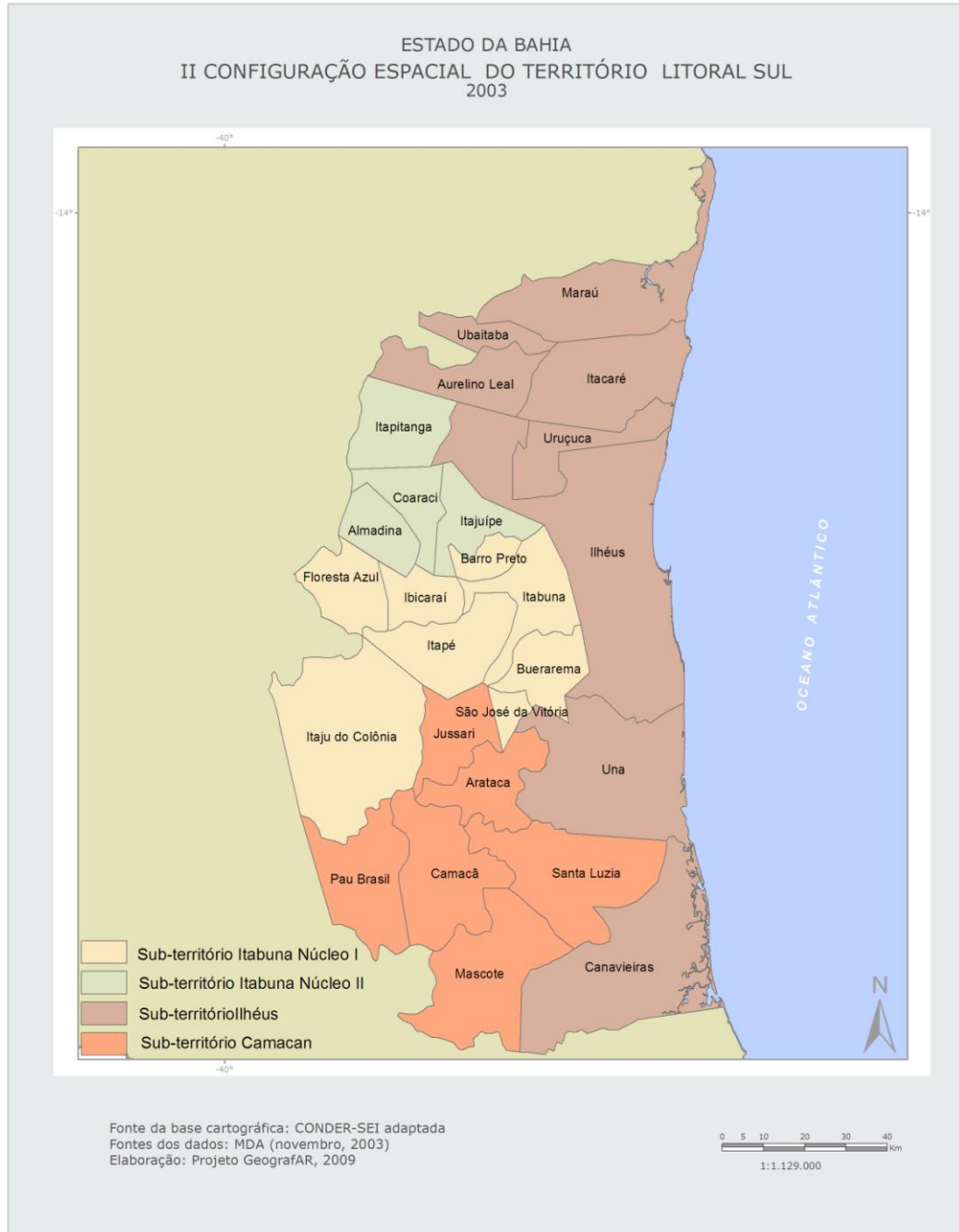


O Sub - Território Camacan foi integrado pelos municípios de Camacan, Pau-Brasil, Arataca, Jussarí, Santa Luzia e Mascote; o Sub - Território Ilhéus, pelos municípios de Ilhéus, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Canavieiras, e Una; o Sub - Território Itabuna, pelos municípios de Itabuna, Itajuípe, Coaraci, Almadina, Ibicaraí, Itapé, Itajú da Colônia, Floresta Azul, Barro Preto, São José da Vitória e Buerarema; e o Sub - Território Ubaitaba, pelos municípios de Ubaitaba, Aurelino Leal, Ibirapitanga, Itapitanga, Gongogi e Ubatã.

Entretanto, considerando as articulações políticas ligadas à base produtiva, os municípios de Ibirapitanga, Gongogi e Ubatã migraram para o Território Médio Rio de Contas. Com isso, os municípios de Ubaitaba e Aurelino Leal foram inseridos no Sub - Território de Ilhéus e o município de Itapitanga agregado ao Sub - Território de Itabuna, que passou a ser dividido em dois Núcleos.

Dessa forma, o Território Litoral Sul da Bahia passou a ser composto por 26 municípios, como se observa na Figura 34, conformando a seguinte configuração espacial: Sub - Território Camacan, formado pelos municípios de Camacan, Pau-Brasil, Arataca, Jussarí, Santa Luzia e Mascote; o Sub - Território Ilhéus, pelos municípios de Ilhéus, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Canavieiras e Una; e o Sub - Território Itabuna, dividido em Núcleo I (Itabuna, Itapé, Itajú da Colônia, Floresta Azul, Barro Preto, Ibicaraí, São José da Vitória, Buerarema, Ubaitaba e Aurelino Leal) e Núcleo II (Itajuípe, Coaraci, Almadina e Itapitanga).

Figura 34



5.2 A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO

5.2.1 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

Além da articulação política, a realização das oficinas e seminários municipais possibilitou a coleta de informações primárias para a realização do diagnóstico territorial do Litoral Sul da Bahia a partir do qual a SDT buscou identificar as possibilidades e os desafios da política de desenvolvimento territorial.

A questão agrária foi diagnosticada enquanto um “passivo social da saga do cacau”, tendo sido retratada a partir dos seguintes aspectos: predominância de pequenos e médios produtores; existência de acampamentos de sem terras; existência de assentamentos de reforma agrária; falta de agilidade no processo de reforma agrária; existência de muitos assentamentos em Arataca; existência de terras improdutivas e falta de regularização fundiária.

Já a produção agrícola, como um “passivo econômico” - o que reproduz a dicotomização do campo nas políticas públicas - sendo diagnosticado que a agricultura se encontra em um processo de diversificação, estando em desenvolvimento as culturas do café, seringueira, mandioca, coco, pupunha, banana, piaçava, dendê e a fruticultura. O crédito rural, a assistência técnica e a infraestrutura foram consideradas os grandes desafios à produção, em especial da agricultura familiar, sendo assim reafirmada a função estratégica dos projetos de infraestrutura aprovados no Colegiado.¹¹⁴

A partir do diagnóstico territorial foi elaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) considerado pelo governo como sendo o instrumento da gestão social da política do desenvolvimento territorial - no qual foram definidas as diretrizes, as linhas de ações e os projetos específicos do Território, sendo estes estruturados em três eixos de desenvolvimento: o econômico, o social e o ambiental.

¹¹⁴ Entretanto, a cacauicultura e a pecuária bovina ainda se mantêm como bases produtivas da economia.

Dentre as diretrizes estabelecidas, constatou-se que apenas a diretriz de “Incentivo da Regularização Fundiária” foi relacionada à questão agrária, tendo sido definida como principais ações: pleitear uma maior agilidade por parte da FUNAI; pleitear maior agilidade no processo de reforma agrária por parte do INCRA; fazer levantamento fundiário para a regularização; efetuar levantamento das áreas aptas à reforma agrária. Nesta perspectiva, foram definidos projetos sociais aglutinados no eixo de “Inclusão Social para Povos Indígenas e Quilombolas”, assim descritos:

- a) Reconhecimento das comunidades quilombolas.
- b) Titulação das terras quilombolas.
- c) Elaboração de planos de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar para as comunidades quilombolas e indígenas.
- d) Projeto de resgate cultural e dos costumes indígena e quilombola.
- e) Implementação da carteira indígena para os índios.
- f) Qualificação de sítios históricos quilombolas.
- g) Elaboração de planos de desenvolvimento sustentável participativos nas comunidades indígenas e quilombolas.

Ainda que se reconheça o direito histórico dos povos indígenas e das comunidades quilombolas aos seus territórios questiona-se o fato de ter sido a concentração espacial dos acampamentos e assentamentos, assim como das organizações e movimentos sociais de luta pela terra os aspectos políticos prevaletentes na definição do Território. E no âmbito da Reforma Agrária, contraditoriamente, não foi ao menos identificado um projeto específico, sendo ignorado o processo de precarização das relações de trabalho no campo e na cidade decorrente do desemprego massivo dos trabalhadores rurais a partir da crise produtiva do cacau, iniciada no ano de 1987 e que perdura até os dias atuais.¹¹⁵

No que se refere à agricultura familiar, foram identificadas as diretrizes de apoio à produção orgânica e à agroindústria, de fortalecimento das cooperativas e associações e de desenvolvimento da infra-estrutura a fim de favorecer a sua inserção

¹¹⁵ O mesmo ocorre em relação à política da agroecologia que foi proposta na matriz territorial do Meio Ambiente e ONG, diferenciando-se da produção orgânica ou agricultura com base ecológica destacada no PTDRS.

produtiva nas cadeias locais. Os projetos específicos se configuraram, em sua maioria, enquanto projetos produtivos, estruturantes ou associativos, tendo como principais eixos aglutinadores: incentivo à adoção de agricultura com bases ecológicas; incentivo ao cultivo e verticalização da mandiocultura; incentivo à verticalização na cadeia produtiva do leite; incentivo à verticalização da cacauicultura; estímulo à apicultura; promoção do turismo rural, ecoturismo, turismo cultural e etnoturismo; reflorestamento e recuperação de áreas degradadas; ações contrárias à expansão indiscriminada do eucalipto e melhorias na infra-estrutura local.

Assim, conclui-se que o PTDRS traduz no local a concepção do desenvolvimento territorial rural que vem sendo adotada pelo Estado, tendo como prioridade a ação concessiva de créditos de fomento à produção e infra-estrutura com vistas à integração dos agricultores familiares no mercado.

5.2.2 O Colegiado Territorial: representação, espaço e poder

5.2.2.1 As Representações Sociais

Como já explicitado, a gestão social das políticas públicas define novas possibilidades (e também) desafios ao exercício da cidadania, uma vez que o processo político se traduz em relações desiguais de poder entre as classes sociais no território.

Na gestão da política de desenvolvimento territorial rural, pensa-se que este contexto torna-se ainda mais complexo, em decorrência do caráter representativo da participação social, sendo a representação, assim como afirmam Delgado, Bonnal e Leite (2007), um permanente objeto de disputa e de afirmação de legitimidade (que nem sempre se faz estritamente na esfera propriamente política); e a definição de instâncias institucionalizadas de poder, uma vez que os sujeitos sociais passam a integrar as esferas burocráticas do poder institucional, sendo definidas as possibilidades de cooptação política das organizações e movimentos sociais com repercussão direta no enfrentamento com o Estado. Sem contar, também, que o

discurso democrático pode servir para legitimar relações sociais de dominação, sendo reproduzidas as práticas políticas do autoritarismo e do clientelismo. Assim, fez-se necessário investigar como se processa a participação social no Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia.

Como foi exposto anteriormente, a formação inicial do Colegiado, em 2003, foi definida através da integração de 37 organizações (do poder público e sociedade civil) envolvidas no processo da territorialização rural baiana. Neste contexto, destacaram-se as organizações e movimentos sociais representativos da questão (da reforma) agrária: MSJ, MDR, MVAB, CETA/RAACASUL, MLT, MST, FETAG/Pólo Sindical Sul, CPT, CEAS, FASE e a CARE.

Entretanto, com a criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, houve a ampliação para 70 organizações, sendo também instituído o caráter paritário da participação:

a) Poder Público (35): órgãos federais, representados pelo INCRA, CEPLAC e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); órgãos estaduais, representados pela CAR, EBDA, UESC, Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), Diretoria Regional de Educação do Estado da Bahia (DIREC) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (SEBRAE); e prefeituras, representadas pelas Prefeituras Municipais de Almadina, de Arataca, de Barro Preto, de Buerarema, de Camacã, de Canavieiras, de Coaraci, de Floresta Azul, de Ibicaraí, de Ilhéus, de Itabuna, de Itacaré, de Itajú do Colônia, de Itapé, de Uruçuca, de Itapitanga, de Mascote, de Aurelino Leal, de Itajuípe, de Jussari, de Pau Brasil, de Santa Luzia, de São José da Vitória, de Ubaitaba, de Una e de Marauá.

b) Sociedade Civil (35): associações e conselhos, representados pela Associação Bueraremense dos Agentes Comunitários (ABACS), Associação Itabunense de Artesões (AIART), Associação de Bananicultores e Apicultores em Diversificação de Buerarema e Adjacências (APIS), Associação de Marisqueiros (a) de Canavieiras, pela Associação de Pescadores de Ilhéus, Associação Renascer, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), CRASBA, CMDRS/Buerarema, CMDRS/Ilhéus e pelo Conselho Quilombolas; cooperativas, representadas pela COOFASULBA, COOPERCENTROSUL, COOPERUNA,

COOPRASBA, Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA) e pela Cooperativa de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOTRAFS); organizações e movimentos ambientalistas, representadas pela Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais (ABARÁ), IESB, Instituto CABRUCA, Instituto ECOBAHIA, Instituto FLORESTA VIVA, Instituto PAU BRASIL e ONG GRUTA; e organizações e movimentos sociais, representadas pela CPT, FASE, Escola Família Agrícola Margarida Alves (EFAMA), Etnia Pataxó, Etnia Tupinambá, Movimento Unificado de Mulheres (MUM), MST, MTL, MLT e FETAG/Pólo Sindical Sul).

Nesta perspectiva, houve também a ampliação do GGE (representado na Figura 35) que passou a ser composto por 18 organizações, também com o caráter paritário entre o poder público (INCRA, CEPLAC, BNB, CAR, EBDA, SEBRAE, UESC, DIREC 07 e PM Itabuna - BA) e a sociedade civil (ABARÁ, CRASBA CMDRS-Buerarema, CMDRS-Ilhéus, FETAG/Pólo Sindical Sul, MLT, MST, MTL, Etnias Tupinambás e Pataxós Hã-Hã-Hã).



Figura 35 - Reunião do GGE Território Litoral Sul da Bahia na CEPLAC.
Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 21/2/2008.

Além da ampliação quantitativa, constatou-se uma significativa mudança qualitativa, no que se refere à natureza das representações sociais, tanto relacionadas ao poder público, quanto à sociedade civil. No poder público, tornou-se expressiva a representatividade das prefeituras que passou a ser proporcional ao número de municípios integrantes do Território, abrangendo assim 74,28% do total, seguido dos órgãos estaduais e federais que passaram a corresponder, respectivamente, a 17,14 % e 8,57 % do total, assim como se pode notar na Tabela 18 e na Figura 36:

Tabela 18

Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia – Representação do Poder Público, 2008.

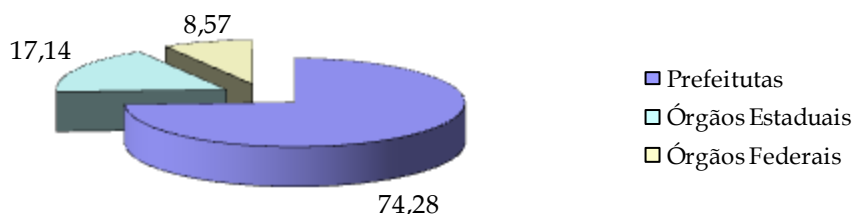
Poder Público	Nº representante	%
Prefeituras	26	74,28
Órgãos Estaduais	6	17,14
Órgãos Federais	3	8,57
Total	35	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Figura36

Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia (%)
Representação do Poder Público, 2008.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

É importante destacar que anteriormente a representatividade dos municípios ocorreu apenas através da Associação dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC) e dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS - Ilhéus e Buerarema), ainda que tenha sido retratada, nas oficinas e seminários municipais realizados, “a não legitimação dos conselhos municipais por parte das prefeituras”.

Nesse contexto, indaga-se o porquê das prefeituras terem redefinido a participação na política de desenvolvimento territorial. Ainda que seja muito recente para uma análise mais aprofundada sobre a questão, considera-se que esta foi, a princípio, um desdobramento da contrapartida da paridade na composição dos colegiados no Programa Territórios da Cidadania, tanto que assim foi garantida a representação de todos os municípios que integram o Território.

No entanto, cabe ressaltar a elevação na dotação orçamentária considerando que o aporte dos recursos federais saltou da escala de “mil” para “milhões” ¹¹⁶. E que neste sentido, o Território Litoral Sul foi o território da cidadania que teve a maior dotação orçamentária na Bahia, nos anos consecutivos de 2008 e 2009, como se pode observar na Tabela 19:

Tabela 19

Territórios da Cidadania na Bahia – Dotação Orçamentária do Governo Federal (2008 e 2009)

Território	2008 (R\$)	%	2009 (R\$)	%
Chapada Diamantina	202.896.172,68	17,87	289.406.180,38	12,07
Litoral Sul	414.503.185,0	36,51	512.730.507,5	21,38
Sisal	272.499.036,49	24,00	272.435.516,79	11,36
Velho Chico	245.509.584,50	21,62	329.260.832,18	13,73
Baixo Sul			191.105.137,74	7,97
Irecê			191.946.647,51	8,01
Semiárido Nordeste II			252.582.343,22	10,53
Sertão do São Francisco			216.693.942,16	9,04
Itaparica (BA/PE)			141.629.032,09	5,91
Total	1.135.407.978,62	100	2.397.790.139,60	100

Fonte: MDA/Portal da Cidadania.
Elaboração Projeto GeografAR, 2009

¹¹⁶ Sem contar também com os recursos estaduais destinados aos Territórios de Identidade, afinal de contas o Colegiado se mantém enquanto institucionalidade nas diversas dimensões e escalas da política de desenvolvimento territorial.

Observa-se assim que o Território teve uma dotação orçamentária de R\$ 414.503.185,0 e R\$ 512.730.507,5 nos anos de 2008 e 2009, equivalendo, respectivamente a 36,51% e 21,38 % da dotação orçamentária total.

No que se refere à composição da sociedade civil, constatou-se uma representatividade mais equitativa, embora as associações e os conselhos tenham se destacado, passando a representar 34,28% do total, seguidos das organizações e movimentos sociais e ambientalistas abrangendo, respectivamente, 28,57% e 20,00% do total, além das cooperativas que representam 17,14 % do total, como se observa na Tabela 20 e Figura 37:

Tabela 20

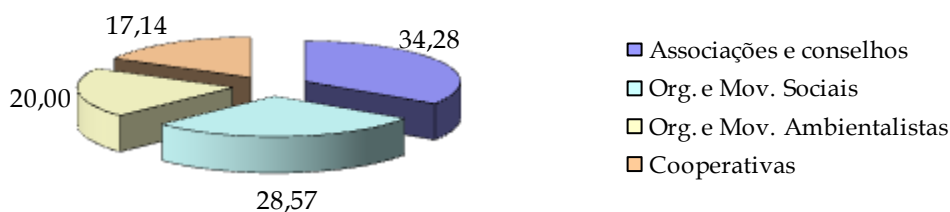
Colegiado do Território Litoral Sul - Representação da Sociedade Civil, 2008.

Sociedade Civil	Nº representantes	%
Associações e Conselhos	12	34,28
Organizações. e Movimentos Sociais	10	28,57
Organizações Ambientalistas	7	20,00
Cooperativas	6	17,14
Total	35	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Elaboração Projeto GeografAR, 2009.

Figura 37

Colegiado do Território Litoral Sul da Bahia (%)
Representação da Sociedade Civil, 2008.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Elaboração Projeto GeografAR, 2009.

Houve assim a redução das representações sociais da luta pela terra no Colegiado, considerando, principalmente, as organizações e movimentos que, em 2003, demarcaram a da questão (da reforma) agrária na territorialização rural baiana, a exemplo da CEAS, PJR, CUT, MOC, FETRAF, SASOP, MTR, MSJ, MDR, MVAB e CETA.

Na escala analítica dos movimentos sociais, a participação vem sendo restrita ao MST, MLT e MTL que juntamente com a FETAG/Pólo Sindical Sul equivalem, atualmente, às organizações políticas dos trabalhadores rurais mais consolidadas no Território. Inclusive, foi mencionado de forma recorrente nas entrevistas realizadas que “as decisões acabam sendo centralizadas pelos movimentos de maior expressão e força política”.

Para uma melhor compreensão deste contexto, é importante enfatizar que o MLT é um movimento dissidente da FETAG/Pólo Sindical Sul, tendo sido, até meados de 1993, o “braço da FETAG na Reforma Agrária” e o MTL foi formado, em 2004, a partir da articulação da Ação Popular Socialista (APS) e do Pólo de Unidade Camponesa (PUC), constituindo-se “no levante da bandeira da Reforma Agrária pelo PUC”. Enfatiza-se também que o MSJ vem dando continuidade às suas ações territoriais, mas numa outra perspectiva política, através da COOPASB (assim como a COOPERCENTROSUL está vinculada a FETAG/Pólo Sindical Sul, a COPRASBA ao MST e a COOTEBA, ao MLT).

Com as organizações ambientalistas houve, ao contrário, um aumento na representatividade do Colegiado o que significou o fortalecimento do terceiro setor na organização territorial, sendo inclusive criada a câmara temática do Meio Ambiente a partir da qual vem sendo realizadas conferências regionais, como a III Conferência Regional do Meio Ambiente Itabuna-Ilhéus (representada na Figura 38) que foi realizada nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2008, no Auditório da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).



Figura 38 - III Conferência Regional do Meio Ambiente Ilhéus-Itabuna, na UESC.
Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 19/2/2008.

Neste processo, a ONG ABARÁ se afirmou enquanto centralidade política na gestão social, mesmo tendo integrado o Território somente a partir das plenárias do PPA Participativo 2008 - 2011. Em 2008, assumiu a articulação territorial passando a ser a entidade gestora dos recursos de custeio para as ações territoriais em substituição a FETAG/Pólo Sindical Sul (que gestou no período de 2003 - 2008). Contudo, Marília Anunciação (representante do Pólo Sindical Sul) continua como a articuladora no Território¹¹⁷.

Estabeleceu-se assim a contradição entre a natureza das representações sociais prevaletentes nas institucionalidades territoriais e o pleito da reforma agrária que é historicamente demandado pelas famílias acampadas e assentadas, considerando a definição destas enquanto o critério técnico e o argumento político que legitimaram a intervenção prioritária da SDT. Estas novas territorialidades foram definidas pela capacidade de fluidez nas esferas institucionalizadas de poder no (des) contexto burocrático que caracteriza as organizações e os movimentos populares, sendo

¹¹⁷ Em recente pesquisa realizada sobre o movimento ambientalista na “região cacauzeira”, Massena (2007) considerada que 70,58% das ONGs foram formalizados por motivação financeira, tipologia na qual foi categorizada a ABARÁ (<http://www.abara.org.br>)

redefinidos os valores e as práticas no Território pelas possibilidades de acesso aos recursos públicos.

Talvez assim, até se possa admitir uma identidade de pertencimento territorial comum às distintas representações sociais. Afinal de contas, só fazendo parte do Território enquanto “ator social” tem-se legitimado o direito a elaboração dos projetos territoriais que instrumentalizam a apropriação dos recursos.

Outro aspecto a ser destacado é a ausência de órgãos e entidades estratégicas na perspectiva de integração das políticas públicas, assim como das representações do agronegócio do cacau (e também do turismo) que conformam outras temporalidades e territorialidades, a exemplo da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia, que foi criada pela SEAGRI, em 2009, com o objetivo de desenvolver ações para o desenvolvimento do Agronegócio do Cacau e dos Sistemas Florestais Renováveis localizados nas espacialidades da cacauicultura.

Além da SEAGRI, destacam-se, como integrantes da Câmara Setorial do Cacau: a CEPLAC; EBDA; Banco do Brasil S.A (BB); BNB; Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A (DESENBAHIA); Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI); SEPLAN; Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES); Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFA/BA); Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Estado da Bahia (DFDA/BA); Agência Estadual de Defesa da Agropecuária (ADAB), Bahia Pesca S.A; CDA; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB); Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB); Associação dos Produtores de Cacau da Bahia (APC); Instituto Cabruca; Instituto Biofábrica de Cacau; Associação das Indústrias processadoras de Cacau (AIPC); Associação Comercial da Bahia (ACB); e a FETAG/Pólo Sindical Sul.

Embora não seja definida no Colegiado, esta ação repercute diretamente na questão (da reforma) agrária evidenciando as relações desiguais de poder entre as classes sociais no Território. Assim, questiona-se: Como pensar uma identidade territorial entre a reconfiguração tecnológica e do espaço produtivo da lavoura cacaueira e a promoção da reforma agrária articulada com a organização social e

produção agrícola dos assentamentos? Será que sentados em uma mesa de negociação os camponeses e trabalhadores rurais irão convencer os proprietários fundiários e capitalistas? Acredita-se que não. Daí o porquê de se analisar o conflito social como sendo inerente ao processo de desenvolvimento territorial rural.

5.2.2.2 Os Projetos Territoriais

Como já foi mencionada, a aprovação dos projetos territoriais sustenta o discurso da governança democrática no local, sendo assim instrumentalizado o acesso aos recursos públicos. O perfil dos projetos aprovados evidencia as distintas concepções políticas de desenvolvimento territorial, assim como a correlação de forças sociais existentes no Território.

Nesta perspectiva, realizou-se o levantamento sistemático dos projetos territoriais aprovados no Território Litoral Sul, no período de 2003 e 2008, como se constata na Tabela 21. Assim foi diagnosticada a aprovação de 22 projetos territoriais que, em geral, se evidenciaram pouco estruturantes na perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento por atenderem demandas particulares das representações sociais,

TABELA 21
TERRITORIO LITORAL SUL DA BAHIA - PROJETOS TERRITORIAIS APROVADOS (2003-2008)

ANO	PROJETO	PROPONENTE	VALOR MDA (R\$)
2003	CAPACITAR/QUALIFICAR OS AGRICULTORES FAMILIARES, INCLUSIVE COM A AMPLIACAO DOS SEUS CONHECIMENTOS	CONSELHO REGIONAL ASSOCIATIVISTA DE BUERAREMA E ADJACENCIAS	28.750,00
2003	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL INVESTINDO NA POTENCIALIDADE ECONÔMICA, AMBIENTAL, CULTURAL E SOCIAL DO LITORAL SUL DA BAHIA	COOP DE PEQUENOS PRODUTORES DE CACAU, MANDIOCA E BANANA DO C	32.645,00
2003	APOIO À AGROINDUSTRIALIZACAO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES	MUNICIPIO DE BUERAREMA - BA	296.070,00
2003	APOIO AO PROCESSO COOPERATIVISTA, PRINCIPALMENTE NA AREA DE TRANSPORTE	MUNICIPIO DE ILHEUS - BA	252.000,00
2003	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INVESTINDO NA POTENCIALIDADE ECONOMICA, AMBIENTAL, CULTURAL E SOCIAL	COOPERATIVA DE PEQUENAS PRODUTORAS AGROECOLOGISTAS SUL BAHIA	32.645,00
2005	SENSIBILIZACAO, MOBILIZACAO E CAPACITACAO DOS ATORES SOCIAIS VISANDO A GESTAO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE ELABORACAO DO PTDRS	POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUL DA BAHIA	146.671,00
2005	ADQUIRIR MOTOCICLETA E REFORMA SEDE DE COOPERATIVA	MUNICIPIO DE ITABUNA - BA	31.350,00

ANO	PROJETO	PROPONENTE	VALOR MDA (R\$)
2005	INFRAESTRUTURA E SERVICOS	MUNICIPIO DE UNA - BA	103.570,00
2005	CONSTRUCAO DE SEDE SOCIAL E ARMAZENAMENTO, AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULO	MUNICIPIO DE ILHEUS - BA	169.286,00
2005	ARTICULACAO, PLANIFICACAO, CAPACITACAO, MONITORAMENTO E AVALIACAO DAS AÇÕES DEFINIDAS NO PTDRS	POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUL DA BAHIA	27.000,00
2005	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO	MUNICIPIO DE ILHEUS - BA	126.112,00
2005	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA	MUNICIPIO DE ITABUNA - BA	31.350,00
2006	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUL DA BAHIA	59.400,00
2006	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, COMPUTADORES, EQUIPOAMENTO DE ESCRITORIO, TRATOR, ELABORAÇÃO DE PROJETO, DATA SHOW, CAMINHÃO ETC.	MUNICIPIO DE ITABUNA - BA	288.000,00
2006	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE TRANSFORMACAO E BENEFICIAMENTO DE AGRO IND DE CACAU, BANANA E POLPA DE FRUTAS.	MUNICIPIO DE ARATACA - BA	33.261,00

ANO	PROJETO	PROPONENTE	VALOR MDA (R\$)
2006	ARTICULACAO DE 27 MUNICIPIOS DO TERRITORIO COM CONSTRUCAO DE UMA REDE INSTITUCIONAL P/PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUL DA BAHIA	135.630,00
2007	PROMOVER INFORMACAO, COMUNICACAO E MEMORIA DOS PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NO TERRITORIO LITORAL SUL DA BAHIA	ASSOCIACAO ABARA	50.955,00
2007	COSTRUCAO E EQUIPAGEM DE ABATEDOURO/FRIGORIFICO NOS MUNICIPIOS DE VALENCA E ITABUNA	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	3.272.000,00
2008	APOIO ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E GESTAO COM A QUALIFICACAO DOS PTDRS	ASSOCIACAO ABARA	302.210,00
2008	CONSTRUCAO UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DO DENTE E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINARIOS PARA UNIDADE - ILHEUS/BA	COMPANHIA DESENVOLVIMENTO E ACO REGIONAL	347.400,00
2008	AQUISICAO DE 20 KITS, AQ. KIT PARA EXTRACAO E EMBALAGEM DE MEL, AQ. KIT CERA ALVEOLADA E CONSTR. CASA MEL/BUERAREMA/BA	COMPANHIA DESENVOLVIMENTO E ACO REGIONAL	113.355,00
2008	APOIO A ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E GESTAO EM DIVERSOS MUNICIPIOS.	ASSOCIACAO ABARA	305.304,00
TOTAL			6.184.964,00

Fonte: SDT/MDA.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Como melhor se observa na Tabela 22 e Figura 39, 45,45% dos projetos foram representados pelas prefeituras municipais (principalmente de Ilhéus e Itabuna); 22,72% por organizações sociais; 13,63% por órgãos estaduais (SEAGRI e CAR); 13,63% por organizações ambientais; e 4,54% por cooperativas:¹¹⁸

Tabela 22

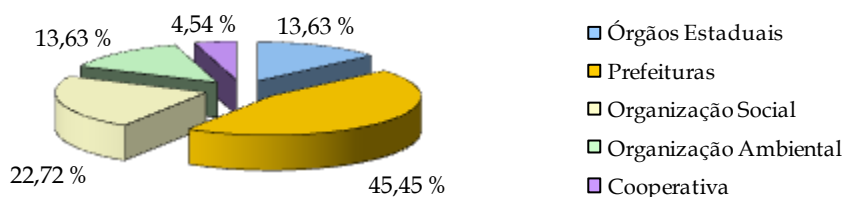
Território Litoral Sul da Bahia - Projetos Aprovados por Representação (2003-2008)

Representação Territorial	Nº Projetos	%
Órgãos Estaduais	3	13,63
Prefeituras	10	45,45
Organização Social	5	22,72
Organização Ambiental	3	13,63
Cooperativa	1	4,54
Total	22	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Elaboração Projeto GeografAR, 2009.

Figura 39

Território Litoral Sul da Bahia - Projetos Territoriais Aprovados por Representação (2003-2008)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.
Elaboração Projeto GeografAR, 2009.

¹¹⁸ Neste levantamento estatístico foram considerados apenas os projetos dos órgãos estaduais aprovados que tiveram a delimitação espacial especificada no Território Litoral Sul da Bahia. Ao se considerar, o Estado da Bahia, foi destacado a aprovação dos projetos da SEAGRI, CAR, FETAG e MOC.

Destes, a FETAG/Pólo Sindical Sul concentrou 80% dos projetos aprovados pelas organizações sociais e a ABARÁ foi beneficiada com 100% dos projetos aprovados pelas organizações ambientais. Evidencia-se assim que o domínio da técnica para a elaboração dos projetos vem repercutindo nas relações de poder no Território, sendo que a fragilidade política do associativismo e cooperativismo no local define a reprovação das propostas encaminhadas pelas organizações e movimentos populares.

Este aspecto é agravado quando se considera o potencial do Núcleo Técnico que congrega a CEPLAC, AMURC, Instituto Floresta Viva, UESC e EBDA. Sem contar também que os projetos aprovados não vêm tendo o acompanhamento técnico necessário para garantir a viabilidade econômica desejada, ficando a cargo do (des) controle social.

Por fim, destaca-se também o desenvolvimento de megaprojetos estruturantes em outras territorialidades, a exemplo do PAC do CACAU e do PORTO SUL Ilhéus que vêm ressoando na luta e resistência das forças populares, como ocorreu no “14º Grito dos Excluídos 2009”, coordenado pela Diocese de Ilhéus, representado na Figura 40.

Figura 40

Vida em primeiro lugar

A força da transformação está na organização popular

Grito dos/as Excluídos/as
7 de setembro de 2009

Diocese de Ilhéus
Seminário em Defesa da Vida
Coordenação do 14º Grito do Excluídos Ilhéus

A coordenação do Grito dos Excluídos convida toda comunidade Ilheense para participar do Seminário em Defesa da Vida, no próximo dia 19 de setembro às 08:30h, no auditório da Justiça Federal.

Na oportunidade estaremos ouvindo os representantes da Bahia Mineração e Movimentos ambientalistas e comunitários acerca da instalação do complexo intermodal no litoral de Ilhéus (PORTO SUL).

A participação de todos é de grande importância para o futuro de Ilhéus.

O Seminário faz parte do compromisso de defesa da vida promovida pela Diocese de Ilhéus e gesto concreto do 14º Grito dos Excluídos ocorrido no dia 07 de setembro do corrente..

Pe. Cristo
Coord. do Grito na Diocese

Folheto do 14º Grito dos Excluídos - CPT, 2009.

Diante do exposto, emerge mais uma indagação: se o PAC do CACAU, o PORTO SUL Ilhéus e o TERRITÓRIO DA CIDADANIA Litoral Sul da Bahia integram os programas do Plano de Aceleração do Crescimento, como se justifica a ausência desta discussão política no Colegiado Territorial? Deste modo, não se concretiza o acesso democrático aos recursos públicos, sendo assim definida a gestão social no Território em suas contradições espaciais.

5.3 A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA NO TERRITÓRIO

É importante ressaltar que esta reflexão é decorrente de dois pressupostos: o critério da concentração espacial de acampamentos e projetos de assentamentos que foi adotado pela SDT para justificar a sua intervenção territorial e a centralidade política das organizações e os movimentos sociais de luta pela terra na definição do Território Litoral Sul da Bahia.

Assim, buscou-se analisar a Questão (da Reforma) Agrária presumindo que esta se mantivesse como um eixo estruturante no desenvolvimento rural, para além da ordem do discurso governamental. Contudo, observou-se que esta vem sendo gestada de forma periférica no Território, não se configurando enquanto diretriz política, assim como em nenhum projeto específico no Plano de Desenvolvimento Territorial Rural. Sem contar, também, na redução da participação representativa das organizações e movimentos de luta pela terra no Colegiado, limitando-se esta, atualmente, ao MST, o MLT e MTL (além da FETAG/Pólo Sindical Sul).

Ou melhor, como analisa Valderli - CPT, a reforma agrária foi encerrada no Território:

No mesmo momento que se formou o Território a gente estava lá na discussão. E as propostas dentro do Território, as prioridades, era a reforma agrária, cooperativismo e essa questão de acesso as políticas públicas, e a CPT contribui nessa questão da reforma agrária, isso não foi adiante até hoje, foi até encerrada [...] (Pesquisa de Campo. realizada em 25.02.2008).

Considera-se este “encerramento” como sendo a principal contradição da Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia. Afirma-se isto não só pela crítica que se faz ao modelo de desenvolvimento territorial adotado pelo Estado, mas principalmente pelo fato das representações sociais não terem gerado as “contrafinalidades” possíveis à racionalidade governamental pelas redes locais de resistências e solidariedades.

O modelo de desenvolvimento adotado desconsidera a essência territorial da autonomia política na prática social, reinventando-a a partir da inserção fortalecida da agricultura familiar nas cadeias produtivas locais por meio da concessão de créditos de fomento à produção e a infra-estrutura. Com isso, nega-se a consciência do sujeito histórico de transformação social institucionalizando-o enquanto “ator social” na estrutura de poder do Território.

Isto não significa negar a necessidade de serem criados mecanismos – através de políticas públicas – para a garantia de inserção produtiva da agricultura familiar ao mercado com vistas à autonomia de sua reprodução material. No entanto,

reafirma-se a compreensão de que uma ação política com vistas a redução da pobreza no campo deve perpassar estruturalmente pela democratização dos meios de produção (e neste caso, a terra).

Ainda que a reforma agrária seja reproduzida no discurso governamental como sendo um instrumento essencial para a promoção do desenvolvimento rural, a criação de novos assentamentos rurais pela ação desapropriatória do Estado não se evidencia enquanto uma questão estruturante na perspectiva adotada de desenvolvimento. Inclusive, destaca-se que as ações do INCRA no Território – órgão executor da política fundiária do MDA – não vêm sendo definidas na escala local do Colegiado Territorial.

Este processo se evidencia no orçamento e no cumprimento das metas oficialmente estabelecidas, o que garante a continuidade dos (des) caminhos da política da reforma agrária no campo brasileiro, nas diversas escalas espaciais. Como demonstra a Tabela 23, em 2008, os programas que compõem o orçamento da reforma agrária sofreram uma redução orçamentária de 5,1% o que correspondeu a uma perda de R\$ 265.136.464 no orçamento.

Neste contexto, destacou-se o Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento com uma redução de 31,6% dos recursos originalmente alocados, ou seja, R\$ 83.796.156, sendo que destes, 95,7% (correspondendo a R\$ 80.192.92) referiram-se à ação de implantação e recuperação de infra-estrutura básica nos assentamentos. Enfatiza-se também a diminuição de 7,8% dos recursos destinados à assistência técnica e capacitação de agricultores familiares e de assentados (paradoxalmente ao aumento da concessão de crédito de fomento à produção), o que representou um corte de R\$ 30.906.800 milhões na pauta de luta dos movimentos sociais do campo.

Tabela 23

Programas - Valores previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2008) para a Função:
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (R\$)

Programa	PLOA	Autografo	(Autógrafo - PLOA)
Assentamentos para trabalhadores rurais	965.231.000	956.449.600	-8.781.400
Desenvolvimento sustentável de projetos de assentamentos	1.997.421.726	1.913.625.570	-83.796.156
Gerenciamento da estrutura fundiária e destinação de terras públicas	78.402.600	80.211.359	1.808.759
Gestão da política de desenvolvimento agrário	34.950.000	30.910.000	-4.040.000
Agricultura familiar (Pronaf)	264.991.011	267.966.809	2.975.798
Apoio administrativo	496.381.383	473.366.126	-23.015.257
Crédito fundiário	580.440.817	517.100.824	-63.339.993
Paz no Campo	12.300.000	10.300.000	-2.000.000
Desenvolvimento sustentável dos territórios rurais	245.436.000	229.634.630	-15.801.370
Brasil Quilombola	77.800.234	62.320.188	-15.480.046
Educação no campo (Pronea)	67.576.471	55.016.472	-12.559.999
Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade	1.250.000	1.250.000	0
Assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar	395.990.350	365.083.550	-30.906.800
Cidadania e efetivação de direitos das mulheres	29.500.000	19.300.000	-10.200.000
TOTAL	5.247.671.592	4.982.535.128	-265.136.464

Fonte: SIGA BRASIL/Senado Federal, 2008.

Elaboração: Projeto GeografAR,2009.

Como se observa na Tabela 24, o INCRA - enquanto órgão executor da reforma agrária - sofreu, em 2008, uma redução orçamentária de 7,9%, o que correspondeu a uma perda de R\$ 191.867.007 no orçamento.

Tabela 24

Unidades Orçamentárias - Valores previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2008) para a Função: ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (R\$)

Unidade Orçamentária	PL	Autografo	Dif. (Autógrafo - PL)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	942.355.610	930.992.146	-11.363.464
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	2.423.117.982	2.231.250.975	-191.867.007
Recursos sob Supervisão do INCRA/MDA	1.434.938.000	1.434.938.000	0
Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA	447.260.000	385.354.007	-61.905.993
TOTAL	5.247.671.592	4.982.535.128	-265.136.464

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal, 2008.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Em 2009 houve o agravamento deste contexto, tendo sido cortados “em função da crise financeira mundial” 41% dos recursos aprovados para a desapropriação e a assistência técnica das famílias assentadas. Isto significa dizer que os R\$ 957 milhões aprovados para as ações desapropriatórias foram reduzidos para R\$ 561 milhões e que os R\$ 224 milhões aprovados para a assistência técnica das famílias assentadas foram reduzidos para R\$ 135 milhões, o que também contradiz o discurso governamental de consolidação dos assentamentos rurais existentes.¹¹⁹

O mesmo ocorreu em relação ao (des) cumprimento das metas estabelecidas no II PNRA, como analisa Oliveira (2007), constatando que, em média, apenas um terço das metas das novas famílias assentadas foi atingido, o que vem configurando a “NÃO Reforma Agrária do MDA/INCRA no governo LULA”.¹²⁰

¹¹⁹ “Balanço da Política Agrária do Governo Federal em 2009” que foi realizado pela CPT. Disponível em <http://www.mst.org.br>

Ressalta-se que estes recursos podem ser relocados através de créditos suplementares, em decorrência da pressão política dos movimentos sociais.

¹²⁰ Segundo os dados elaborados pelo Laboratório Agrária USP/Instituto Iandé, o governo cumpriu apenas 32,9% da Meta 1 (assentamento de 400.000 novas famílias), sendo assentadas 131.745 novas famílias a partir da política de reforma agrária. Contudo, as estatísticas governamentais agregaram todas as famílias beneficiadas com as RBs - Relação dos Beneficiários - pela execução das distintas políticas agrárias (reforma agrária, regularização fundiária, reordenamento fundiário e reassentamento fundiário).

Na Bahia, foi definida a meta de assentamento de 27.200 famílias para o período 2004-2007 (II PNRA, 2004), entretanto, de acordo com os dados elaborados pelo Projeto GeografAR (2009), foram assentadas apenas 7.365 famílias, o que corresponde a apenas 27,07% da meta estabelecida (de forma análoga à média nacional).¹²¹

Define-se assim um continuísmo da política agrária do governo FHC que buscou garantir o ordenamento territorial necessário ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo e consolidá-lo, em suas distintas temporalidades e territorialidades.¹²²

Esta realidade se concretiza no Território Litoral Sul da Bahia quando se observa a evolução da implantação dos projetos de assentamentos da reforma agrária, representada na Figura 41. Em meados da década de 1990, ocorreu a aceleração deste processo, uma vez que a política agrária do governo de FHC priorizava as áreas de grande pressão social decorrente da espacialização das organizações e dos movimentos sociais do campo.

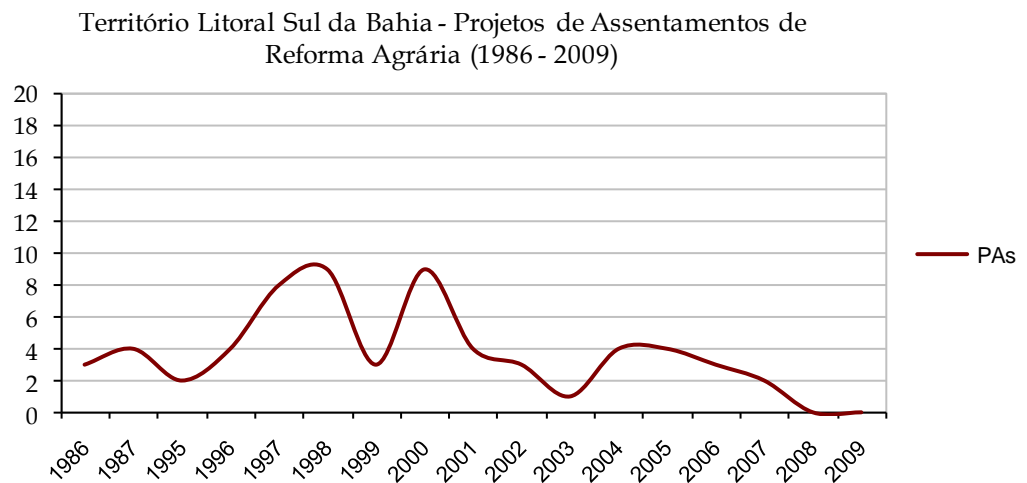
No período de 1997 e 1998, a conjuntura da crise produtiva foi favorável ao acirramento da conflitualidade territorial, o que repercutiu diretamente nas intervenções espaciais do Estado. Sem contar também que, neste momento histórico, a desapropriação configurou-se numa estratégia de mercado para muitos proprietários que foram indenizados “em dinheiro” pelas benfeitorias existentes nas fazendas. Assim, a paisagem geográfica passou a ser marcada por mobilizações e ocupações massivas que resultaram na intensificação do processo de implantação dos projetos de assentamentos.

Outro aspecto importante foi a reprodução da espacialização da política de reforma agrária do Estado que concentrou as suas intervenções fundiárias no Nordeste (52%) e Norte (24%), assim como ocorrera no I PNRA.

¹²¹ Neste período, foram implantados 138 projetos de reforma agrária que abrangem uma área reformada de 272.637,96 ha.

¹²² É importante destacar que o “Novo Modelo de Reforma Agrária” proposto pelo governo no II PNRA já explicitava a negação da intervenção fundiária enquanto uma centralidade nas ações do Estado, ao definir como orientação estratégica a transformação dos assentamentos em espaços produtivos com viabilidade econômica para o mercado a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário que adquire concretude na política de desenvolvimento territorial rural.

Figura 41



Fonte: INCRA -BA
Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Entretanto, a partir de 1998, com o início do segundo mandato do governo FHC, observou-se uma desaceleração na implantação da política de reforma agrária, sendo articuladas estratégias que buscaram deslegitimar a luta social pela terra, com a criação de mecanismos “legais” para reprimir as ocupações e os acampamentos, em especial a MP 2.109 -50 que proíbe a vistoria (por dois anos) em imóveis ocupados e Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001, que exclui os assentados da reforma agrária devido a “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. Assim, propagou-se o mercado fundiário como mecanismo de aquisição pacífica da terra – o que fortaleceu a lógica especulativa e rentista da apropriação capitalista do espaço – sendo criado o Banco da Terra como fundo de recursos dos projetos de “combate a pobreza rural” implantados pelo Banco Mundial e também, a chamada da “Reforma Agrária Virtual pelos Correios”.¹²³

Em 2003, com o ressurgimento da esperança popular de realização da reforma agrária, no início do governo Lula, as organizações e os movimentos sociais de luta

¹²³ Reforma Agrária Solidária (1997-1998), Cédula da Terra (1999-2002), Crédito Fundiário (2002-atual). Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR (2009) foram implantados sete projetos de assentamentos rurais a partir da política fundiária do Banco Mundial no Território Litoral Sul, agregando 209 famílias assentadas.

pela terra realizaram mobilizações e ocupações massivas em áreas de grande visibilidade - especialmente às margens da BR 101 e BA 001 - o que conformou um quadro de grande pressão social às intervenções do Estado, voltando a ser crescente o ritmo de implantação dos projetos de assentamentos de reforma agrária.

Na perspectiva de construção de uma “Vida Digna no Campo”, a questão (da reforma) agrária - inserida no contexto do desenvolvimento territorial - foi redefinida enquanto processo de transformação dos assentamentos rurais em espaços de produção com viabilidade econômica e com isso, a necessidade estrutural do acesso à terra vem sendo escamoteada pelo *marketing* político do fortalecimento da agricultura familiar que adquire concretude no Território através do financiamento dos projetos territoriais de custeio à produção e à infraestrutura.

No vácuo deste processo, são trilhados os (des) caminhos da ação desapropriatória do Estado por interesse social, o que justifica, a partir de 2004, a acentuada queda na implantação dos projetos de assentamentos de reforma agrária no Território.

Outro aspecto a ser ressaltado é a “aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária”, como também analisa Oliveira:

Por fim, deve ser indicada a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos próprios movimentos sociais. Como consequência, ocorreu o refluxo das ações políticas das ocupações de terra e acampamentos pelos movimentos sociais. Aceitou-se a análise conjuntural de que “vivia-se um período de descenso das lutas de massa” (OLIVEIRA, 2007, p.174).

O autor analisa esta “aceitação” a partir de três importantes aspectos: a concepção de reforma agrária que vem se tornando hegemônica no PT enquanto uma política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero; a conquista de poder do sindicalismo rural (principalmente, a CONTAG, CUT rural e FETRAF) na representação política do MDA; e também a desmobilização dos movimentos sociais

da Via Campesina, o que repercutiu em sucessivas derrotas no segundo semestre de 2003.¹²⁴

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural revela-se enquanto concretude deste contexto, sendo definido um “novo” modelo de reforma agrária no II PNRA a partir da abordagem territorial do desenvolvimento e, principalmente, a centralidade política assumida pela CONTAG enquanto entidade de articulação territorial, como ocorre com a FETAG/Pólo Sindical Sul desde a homologação do Território Litoral Sul da Bahia, ocorrida em 2003.

Paralelamente, constata-se a desmobilização política das organizações e movimentos sociais de luta pela terra – no que tange às mobilizações, ocupações e acampamentos. Neste sentido, Paulo Deméter (FASE) analisa a debilitação do Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania na região cacauzeira:¹²⁵

Está muito debilitado e, no ano passado, a gente ainda conseguiu realizar dois eventos: o Plebiscito da Vale, que foi o Fórum que encaminhou, ainda teve votação em vários lugares e teve um Encontro da Juventude no primeiro semestre, mas em termos de articulação das entidades aqui na região está muito debilitado e os principais atores ou perderam capacidade de mobilizar suas próprias bases ou não estão dando prioridade para este tipo de articulação que seria transversal ao motivo da existência de cada um desses movimentos [...](Pesquisa de campo realizada em 26.02.2008).

No que se refere a ocupações, evidencia-se uma expressiva redução em suas ocorrências nos últimos anos, em especial no período de 2005 e 2007. Como demonstra a tabela 25, em 2005 foram registradas 13 ocupações de terras, tendo sido realizadas nove ocupações pelo MST (representando 69,23 % do total) e quatro ocupações pela FETAG/Pólo Sindical Sul (representando 30,77% do total).

¹²⁴ Para Oliveira (2007) e Germani (2009) o marco deste processo foi a demissão do presidente do INCRA, o geógrafo Marcelo Rezende.

¹²⁵ O Fórum de Luta por Terra Trabalho e Cidadania foi criado em 1996 e reúne organizações e movimentos sociais populares de diversos municípios do Sul da Bahia, tendo como principais ações a realização de encontros regionais, a promoção de plebiscitos populares e a organização de marchas, a exemplo do Grito dos Excluídos. Destaca-se que, em julho de 2005, realizou, o Encontro Regional “Onde estão as Terras para a Reforma Agrária no Sul da Bahia, tendo sido este um desdobramento do Seminário “ A Situação das Terras Públicas na Bahia”, em março de 2005; e que, em a partir das experiências da Assembléia Popular (AP), e da Articulação em Políticas Públicas da Bahia (APP), realizou, em abril de 2009, o Encontro Regional “Alternativas de Desenvolvimento com Participação Popular” (tendo sido esta uma estratégia de rearticulação política do Fórum)

Tabela 25

Território Litoral Sul da Bahia - Ocupações de Terras, 2005.

Município	Ocupação	Data	Organização
Almadina	Faz. Aguiá Branca	1/5/2005	FETAG
Almadina	Faz. Paraíso	10/4/2005	MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	9/6/2005	MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	10/10/2005	MST
Buerarema	Faz. Linda Flor	5/7/2005	MST
Buerarema	Faz. Linda Flor	5/10/2005	MST
Floresta Azul	Faz. Santa Luzia	14/8/2005	MST
Floresta Azul	Faz. Santa Luzia	23/9/2005	MST
Ibicaraí	Faz. Boa Esperança/S. Bento	18/5/2005	MST
Ilhéus	Faz. Terra Nova	5/4/2005	FETAG
Itabuna	Faz. Conj. Vitória	29/3/2005	MST
Maraú	Faz. Rio Branco	5/4/2005	FETAG
Uma	Faz. Valmonte	5/4/2005	FETAG
TOTAL		13 ocupações	

Fonte: CPT, 2005.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Destacaram-se também as ações políticas de ocupação da Usina Funil, localizada entre os municípios de Ubatã e Ubaitada, na BR 330 (representada na Figura 43), e da Sede do INCRA, em Salvador (representada na Figura 44). Estas ações ocorreram no dia 11 de abril de 2005 e se constituíram numa articulação em rede dos movimentos sociais como estratégia de pressionar o Estado na implantação de sua política agrária, com ênfase nas ações de desapropriação fundiária, concessão de créditos, assistência técnica e infraestrutura dos assentamentos.



Figura 42 - Ocupação da Usina Funil, na BR 330.
Fonte: CEAS, 11/4/2005



Figura 43 - Ocupação da Sede do INCRA, em Salvador.
Fonte: CMI, 11/4/2005

A ocupação da Usina Funil foi realizada pelo Movimento CETA. Já na ocupação da Sede do INCRA participaram: o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento 2 de Julho, Fundo de Pasto, Articulação de Luta

por Moradia, Articulação Quilombola, Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal (FATRES), Pescadores Artesanais, Associação de Moradores de Vila Coração de Jesus, Associação Guardiães de Vila Brandão, CARAS, Pastoral Rural, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e também, o CETA.

Em 2007, foram registradas 15 ocupações de terras, tendo sido realizadas oito ocupações pelo MST (representando 53,33 % do total), três ocupações pelo MLT (representando 20,00% do total), duas ocupações pela CETA (representando 13,33% do total) e duas ocupações pelos Índios Pataxós (também representando 13,33% do total), como demonstra a Tabela 26. Assim, desconsiderando as ocupações indígenas, no município de Ilhéus, tem-se uma equivalência quantitativa nas ações dos movimentos sociais, nos anos de 2005 e 2007.

Tabela 26

Território Litoral Sul da Bahia – Ocupações de Terras, 2007.

Município	Ocupação	Data	Organização
Arataca	Faz. Duas Voltas	1/2/2007	MST
Arataca	Faz. Santa Inês	20/2/2007	MST
Camacan	Faz. Sapucaia	2/7/2007	MST
Camacan	Faz. Porangaba	2/7/2007	MST
Camacan/Itabuna	Faz. Iracema/ Acamp 1º de Maio	17/3/2007	MLT
Canavieiras	Faz. Conj. Fabiana	1/10/2007	MST
Ilhéus	Faz. Santa Lúcia	19/3/2007	MLT
Ilhéus	Faz. Itapuã	23/8/2007	Índios
Ilhéus	Faz. Santa Luzia	11/9/2007	Índios
Itajuípe	Faz. Arco- Íris	1/12/2007	MST
Itapé	Faz. Baluarte	17/3/2007	MLT
Itapitanga	Faz. Conj. Aliança	15/2/2007	MST
Santa Luzia	Faz. São José	21/3/2007	CETA
Santa Luzia	Faz. Conj. Nossa senhora de Fátima	6/12/2007	CETA
Valença	Faz. Capela de São José	29/7/2007	MST
TOTAL	15 ocupações		

Fonte: CPT, 2007.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009.

Destaca-se também a realização da “Marcha do Abril Vermelho 2007” como uma ação política articulada dos movimentos MST e CETA/RAACASUL, no período 9 a 14 de abril de 2007, que convergiu para o Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador :



Figura 44 – Marcha do Abril Vermelho 2007, em Salvador.
Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 13/4/2007



Figura 45 – Marcha do Abril Vermelho 2007, em Salvador.
Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 13/4/2007

Entretanto, evidenciou-se, em 2008, um significativo enfraquecimento no processo de luta dos trabalhadores rurais, considerando que foi realizada apenas uma ocupação de terra, tendo sido esta realizada pela FETAG/Pólo Sindical Sul, no município de Canavieiras, na Fazenda Santa Maria, como se observa na Tabela 27. Constata-se assim a realização de oito ocupações de terras, sendo que destas, sete foram realizadas pelos Índios Tupinambás e Pataxós Hã-Hã-Hã, o que representou 87,5% do total.

Tabela 27

Território Litoral Sul da Bahia - Ocupações de Terras, 2008.

Município	Ocupação	Data	Organização
Canavieiras	Faz. Santa Maria	17/1/2008	FETAG
Ilhéus	Área Perto da Região de Acuípe do Meio	23/9/2008	Índios
Ilhéus	Faz. na Região do Jairi	14/6/2008	Índios
Ilhéus	Faz. Providência de Deus	12/6/2008	Índios
Ilhéus	Morada dos Pássaros/Reg.do Pq. de Olivença	13/7/2008	Índios
Olivença	Faz. Fercal	28/6/2008	Índios
Pau Brasil	Faz. Boa Vida	19/12/2008	Índios
Una	Faz. Sapuceira	9/6/2008	Índios
TOTAL	8 ocupações		

Fonte: CPT, 2008.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Neste ano, destaca-se também a ocupação da Estação Experimental Joaquim Bahiana da CEPLAC, na BR-101, em Itajuípe, por cerca de 150 famílias ligadas à FETAG/Pólo Sindical Sul (representada na Figura 46) que teve como pauta: emissão de decreto em áreas vistoriadas, liberação de créditos para habitação e infra-estrutura nos assentamentos, realização de medições topográficas nos assentamentos, ampliação do Pronera, distribuição de cestas básicas e lonas para os acampamentos e o funcionamento da Unidade Avançada do INCRA, em Itabuna.



Figura 46 - Ocupação da Estação Joaquim Bahiana, em Itajuípe.
Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 2/2/2008.

Apesar do refluxo das ações políticas de mobilizações e ocupações, mantém-se, no Território, uma demanda social explícita por terra de aproximadamente 4.349 famílias que de forma organizada definem 61 acampamentos, representando, respectivamente, 12,35% e 18,39% do total existente no campo baiano (345 acampamentos e 36.611 famílias acampadas), como se observa na Tabela 28:

Tabela 28

Território Litoral Sul da Bahia - Acampamentos Identificados, 2009.

Município	Acampamento	Nº Famílias
Almadina	Paraíso	18
	Santo Adolfo	14
	Petrolina	63
Arataca	Dulcineia	36
Aurelino Leal	Oito de Março	450
Barro Preto	Conjunto São João	15
Buerarema	José Rainha	115
Camacan	Anuri	82
	Natal	30
	Nova Conquista	315
Canavieiras	Dom José Rodrigues	131
	Diolinda	232
Coaraci	17 de Abril/ Paulo Jackson	70
Floresta Azul	Nilton Santos	122
	Florestan Fernandes	45
Ilhéus	25 de Julho	141
	CEPEL	49
	Corumba	27
	Cruzeiro do Sul	58
	Do Bambu/Ilhéus/Couto	113
	Econ Rodovia Ilhéus/Serra Grande	84
	Fortaleza	22
	Ilhas Verdes	19
	Nova Canaã	41
	Nova Esperança	70
	Rodovia Jorge Amado	27
	Terra Nova	103
	Unidos Venceremos Santa Lucia	68
Faz. Bonfim Vitória	93	
Maria Rosa	39	
Itabuna	1º de Maio	33
	Projeto Progresso	53
	São Pedro I	74
	7 de Setembro	212
	Progresso/Jacaré	81
Itajú do Colônia	Bela Vista	22
Itajuípe	Seis de Julho	28
	Fazenda Cruzeiro do Norte	11
Itape	Conquista	200
	Wilson Martins Furtado	40
Itapitanga	Irmã Doroty	150
Maraú	Associação Santa Rita	28
Mascote	Fazenda Primavera	6

Município	Acampamento	NºFamílias
Santa Luzia	Zueiro	30
	Sossego II	43
Ubaitaba	Ass. das Mulheres Frutos da Terra	82
	São José Baixa da Gia	96
	Sol Nascente	34
Ubaitaba	Terra Sem Males	66
	Terra Vida	37
	Unidos Venceremos	70
Una	Brasilandia	28
	Esperança Vale Verde	37
	Kalandra	27
	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	64
	Tranquilidade Sossego	65
	Valmonte	19
Eldorado	7	
Uruçuca	Independência	18
	Fazenda Vavá	21
	Demétrio Costa	45
TOTAL	61	4.419

Fonte: INCRA, 2009.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

Outro aspecto importante é o significado político dos 63 projetos de assentamentos já implantados pelo Estado a partir da organização histórica dos camponeses e trabalhadores rurais, apresentados na Tabela 29, que atualmente agregam 2.610 famílias assentadas, o que representa, respectivamente, 13,51% e 6,41% do total existente no campo baiano (equivalendo ao total de 466 projetos e 40.668 famílias assentadas).

Tabela 29

Território Litoral Sul da Bahia – Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 1986-2009.

Município	Projeto	Imóvel	Fam. (Cap)¹	Fam. (Assent)²	Área (ha)	Criação	Org. Social
Arataca	Grupo Santo Antônio	Grupo Santo Antônio	80	35	514,00	21/12/1998	FETAG
	Rio Aliança	Contrato, Serrinha	50	50	567,57	11/03/1998	MST
	Terra Vista	Bela Vista	100	56	756,03	27/03/1995	MST
Aurelino Leal	Cascata	Cascata , Ipiranga	40	40	597,94	30/12/1998	MSJ
Barro Preto	Fazenda Brasil	Brasil	50	50	599,20	19/07/2004	FETAG
Buerarema	Buique	Buique	33	29	366,02	06/06/1997	FETAG
	Itararé	Itararé	45	39	555,59	20/11/2000	MLT
Camacan	Auxiliadora	Auxiliadora	35	30	388,48	30/12/1998	Independente
	Nova Ypiranga	Nova Ypiranga	100	107	817,90	03/11/1997	MST
	Dois Irmãos Camacã/ Entre Rios	Dois Irmãos	30	30	321,69	03/08/2004	CETA
	Recordação	Conj. Recordação e Faz. Açucena	40	39	429,47	21/12/1998	MST
Canavieiras	Campinhos	Campinho	40	26	500,00	04/04/1997	Independente
	Pinga Pinga	Pinga Pinga	25	25	498,00	04/04/1997	Independente
	São José	São José	32	32	364,11	28/11/1996	FETAG
	Canaa II	Monte Cristo e Pau Assu	55	53	812,57	21/11/2005	FETAG
Coaraci	Pedra Dourada	Pedra Dourada	30	22	373,21	06/06/1997	FETAG
	Ojeferson Santos	Futurosa e Outras	25	25	300,43	23/08/2006	FETAG
Ibicaraí	Conj. Vila Isabel	Conj. Vila Isabel	60	55	1.016,12	14/05/1999	MLT
	Loreta Valadares	Novo Horizonte	31	30	519,50	12/07/2004	MLT
	Etevaldo Barreto Pelé	Conjunto Santana	40	30	518,26	18/10/2002	MLT

Município	Projeto	Imóvel	Fam. (Cap) ¹	Fam. (Assent) ²	Área (ha)	Criação	Org. Social
Ilhéus	João Amazonas	Bonfim	75	74	833,26	02/08/2004	MLT
	Cova da Árvore/Cosme Muniz	Conceição II	40	35	423,99	17/12/1997	MLT
	Fábio Henrique Cerqueira	Conceição	30	29	269,86	25/07/1996	MLT
	Josefa Vitória	São José	22	23	180,83	04/08/1998	FETAG
	Oregon	Oregon	40	22	648,00	30/12/1996	Independente
	Ressureição	São José	35	35	538,44	15/10/1998	FETAG
	Conjunto Bom Gosto	Conjunto Bom Gosto	40	39	431,30	09/09/1999	MLT
	Dois Irmãos	Dois Irmãos	25	23	461,87	12/04/2000	CETA
Ilhéus	Frei Vantuy	Bom Gosto	47	38	476,44	12/04/2000	MVAB
	Nova Vitória	Nova Diva	36	36	580,80	12/04/2000	MLT
	Dom Helder Câmara	Fortaleza II	26	26	241,07	18/12/2002	MTL/CUT
	São Bento	São Bento	16	15	235,48	18/03/2005	MSJ
	Faz. Rochedo e Outras	Rochedo e Outras	35	29	342,30	07/12/2006	
Itabuna	Conj. Alemita	Conj. Alemita	30	30	343,34	19/08/2005	MLT
	Manoel Chinês	B. Lembrança, B. Vista e outros.	40	40	415,00	12/04/2000	FETAG
Itacaré	Marambaia	Marambaia	32	32	809,00	11/11/1986	FETAG
	Pancada Grande	Nova Esperança	48	49	843,63	03/11/1997	FETAG
	Paraíso/Itacaré/João Epifânio	Paraíso	32	32	368,77	14/12/2001	FETAG
	Nova Vida	Vale Negro I, II,III e IV	44	42	576,30	11/08/2006	
Itajuípe	Loanda	Loanda	50	46	408,40	21/11/1996	MST
	Helvecia	Helveica e Carita	55	36	467,72	14/08/2000	MST
Maraú	Santa Maria	Santa Maria	60	55	1.407,00	11/11/1986	FETAG
	Conjunto Laranjeira	Conj. Laranjeira/Floresta do Sul	30	30	927,00	30/10/2001	CETA
	Liberdade	Liberdade	57	52	725,50	30/10/2001	CETA
Mascote	Nancy	Nancy	32	32	542,30	06/06/1997	FETAG
Pau Brasil	Pau Brasil	Sto. Antônio, Boa Esperança	10		160,65	10/07/2007	

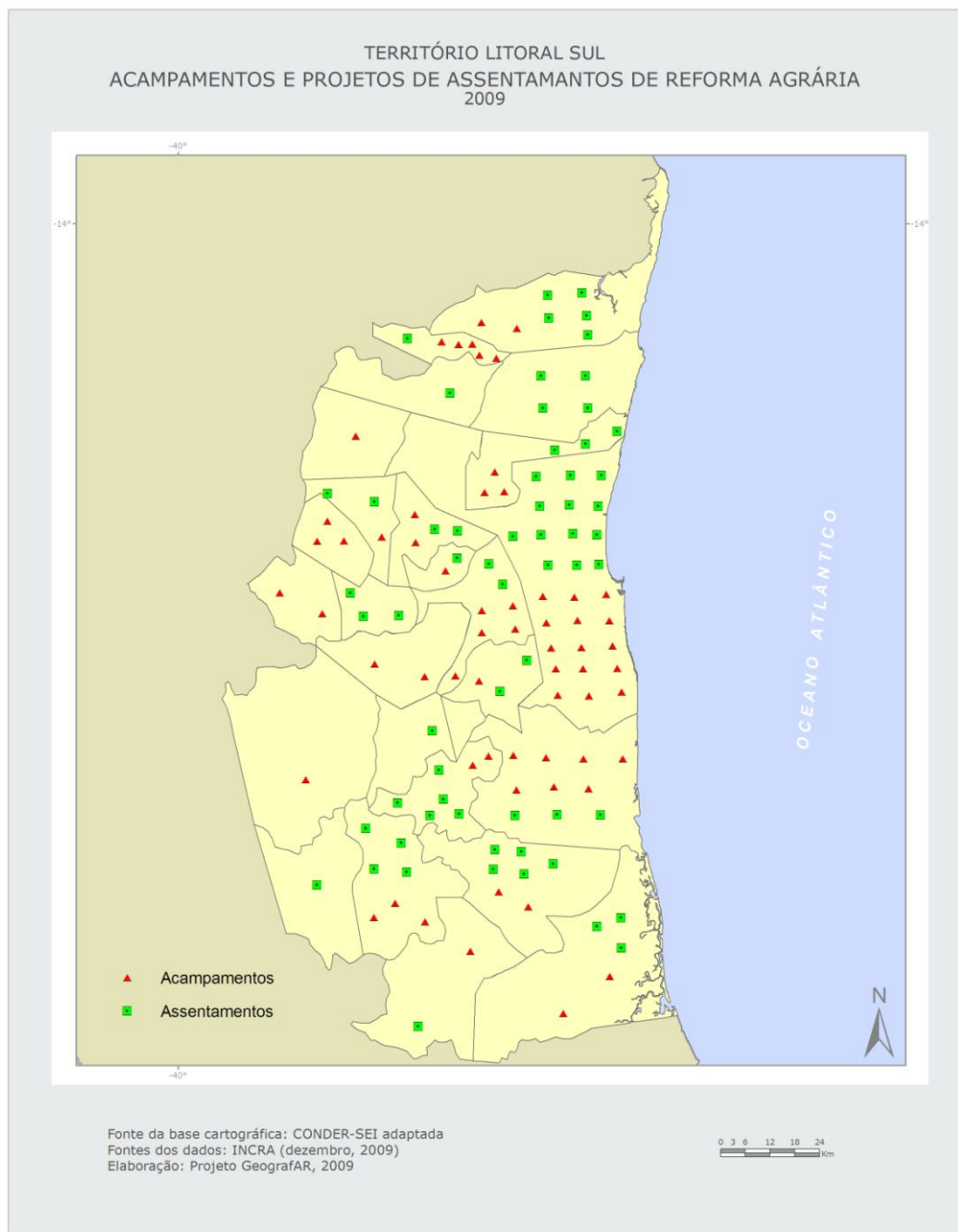
Município	Projeto	Imóvel	Fam. (Cap) ¹	Fam. (Assent) ²	Área (ha)	Criação	Org. Social
Santa Luzia	Puxim/Sarampo	Sarampo	78	66	1.514,00	11/08/1986	CETA
	Faz.Poço	Poço	68	68	1.848,00	12/05/1987	FETAG
	Conjunto Coary	Coary e Terra Boa	18	18	258,34	30/10/2001	CETA
	Terra de Santa Cruz	Santa Luzia	25	25	382,68	12/04/2000	CETA
	Sossego I	Sossego I	18	18	705,46	23/08/2005	
Ubaitaba	Cachoeira Bonita e Conceição	Cachoeira Bonita e Conc. do Oricó	60	40	965,33	28/12/1999	LUTE
	Conjunto Cruzeiro do Sul	Conj. Cruzeiro do Sul	60	56	909,88	28/12/2000	MSJ
	Nossa Senhora Aparecida	Cocos	25	21	261,02	29/03/2007	
Una	Nova Galicia	Nova Galícia	35	34	489,56	26/11/2002	MLT
	Faz.Fortaleza	Fortaleza	50	49	1.101,00	12/05/1987	MSJ
	Guanabara	Canabrava	12	13	286,00	22/01/1987	FETAG
	Ipiranga	Ipiranga	45	45	1.261,00	29/05/1998	FETAG
	Faz. Cajueiro	Cajueiro	55	54	1.875,00	12/05/1987	CETA
	Vitoropolis	Vitoropolis	22	22	404,36	12/04/2000	Independente
Uruçuca	São Jorge	São José,São Jorge	52	43	557,42	30/12/1998	FETAG
	Tijuípe	Conjunto Tijuípe	40	2	1.110,60	29/12/1995	FETAG
	Faz. Vava	Vava	19	19	159,95	08/10/2003	Independente
TOTAL	63 PAs		2.610	2.296	38.563,94		

Fonte: INCRA, 2009.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2009

A espacialização dos acampamentos identificados e dos projetos de assentamentos de reforma agrária no Território pode ser mais bem entendida cartograficamente, como representa a Figura 47:

Figura 47



Com estas questões, não se busca analisar a questão (da reforma) agrária de forma reducionista à uma política de criação de assentamentos rurais implantada pelo Estado, mas enquanto um processo que define a autonomia política da prática social atribuindo concretude ao desenvolvimento territorial rural. Contudo, o modelo de desenvolvimento adotado a partir da abordagem territorial é alicerçado nas relações capitalistas de produção que tende a agravar a concentração da terra, riqueza e do poder, como foi constatado através da análise histórica dos Censos Agropecuários (1920 a 2006) no Território Litoral Sul da Bahia.

Isto não significa negar a importância de serem criados mecanismos governamentais que viabilizem a produção agrícola nos assentamentos rurais, ao contrário, esta é a condição da continuidade da luta e resistência na terra. No entanto, a partir do momento no qual o viés economicista é instituindo enquanto essência do processo político, a geopolítica da reforma agrária passou a ser mascarada pela identidade de pertencimento territorial que busca tornar igual o que é essencialmente desigual. Afinal de contas, a mudança na estrutura da propriedade na terra repercute na estrutura produtiva e assim, nas relações sociais de poder historicamente definidas entre as classes sociais no campo.

A questão torna-se ainda mais complexa pela participação das forças populares nas instâncias institucionais de poder, e neste contexto, das organizações e movimentos sociais de luta pela terra que ao deixarem de fazer o enfrentamento necessário com o Estado se fragilizam enquanto força política de transformação social. Dessa forma, são evidenciados os desafios e as possibilidades da Questão (da Reforma) Agrária postas no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Questão da (Reforma) Agrária se reafirma enquanto materialidade das contradições espaciais do desenvolvimento capitalista no qual a concentração dos meios de produção – neste caso, a terra – se impõe como condição para a exploração da força de trabalho dos camponeses e trabalhadores rurais a fim de ser instrumentalizada a acumulação do capital.

Esta realidade se agrava no momento histórico de mundialização das relações capitalistas, em especial nos países que definiram a funcionalidade produtiva na DIT através da agroexportação monocultora, a exemplo do Brasil. A política agrícola capitalista definida pelas organizações internacionais do Banco Mundial e do FMI se torna hegemônica, sendo estratégica a ação do Estado na regulação do território de modo à tecnicá-lo para garantir a fluidez espacial do capital financeiro rentista e também, apaziguar o conflito de classe.

Evidenciam-se assim os (des) caminhos no processo de implantação da política de reforma agrária no campo brasileiro. A criação da 1ª Lei de Reforma Agrária no Brasil – o Estatuto da Terra (Lei 4.505/1964) – após mais de um “século” da institucionalização da propriedade privada da terra com a Lei de Terras de 1850, assim como o descumprimento (i) legal da função social da propriedade da terra que e das metas estabelecidas no I e II Planos Nacionais de Reforma Agrária, evidenciam a questão.

A política agrária não prioriza a democratização da base material de reprodução social considerando que a ação desapropriatória do Estado para a obtenção de terras como direito social à vida e ao trabalho é um questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista. Tem-se como primazia a recuperação e a consolidação dos assentamentos já existentes pela ação concessiva de créditos de fomento à produção e infraestrutura com vistas à emancipação dos assentados enquanto agricultores familiares integrados ao mercado. Afinal de contas, a mudança na estrutura da propriedade da terra repercute na estrutura produtiva e assim, nas relações sociais de poder definidas entre as classes sociais.

As ações de repressão político-ideológica e de violência militarizada do Estado e dos proprietários fundiários contra a luta popular pela terra são mantidas. No

entanto, no processo de redemocratização recente, o discurso identitário do pertencimento territorial insurge como estratégia política de apaziguamento do conflito social, buscando tornar igual – via conciliação consensual dos sujeitos em busca do desenvolvimento local – o que é essencialmente desigual

Nesta perspectiva, vem sendo implantado o “projeto alternativo de desenvolvimento rural” (ABROMOVAY, 2007) que adquire concretude através da Política de Desenvolvimento Territorial Rural (MDA, 2003) sustentada na retomada do crescimento econômico pelo aumento das exportações agropecuárias e na redução da pobreza pela integração dos agricultores familiares ao mercado como pequenos empreendedores rurais. Dessa forma, busca-se instituir a lógica homogeneizante do ordenamento territorial que desconsidera as sociabilidades e as territorialidades rurais historicamente construídas no campo.

Esta realidade foi constatada no Território Litoral Sul da Bahia através da estagnação na implantação da política de reforma agrária -- como revelou a análise evolutiva dos dados sobre a criação dos projetos de assentamentos rurais – estando esta ação do Estado a reboque do arrefecimento da luta popular pela terra, no que se refere à realização das marchas, ocupações e acampamentos dos “sem terra”.

Do ponto de vista da nova ruralidade em questão, reconhece-se o avanço da abordagem territorial ao se explicitar a centralidade do espaço geográfico, que impõe a necessidade de se pensar o desenvolvimento a partir das múltiplas dimensões e escalas espaciais. Contudo, isto não pressupõe necessariamente a formalização social de um território. Este aspecto ficou evidente na delimitação dos territórios rurais – assim como na reafirmação destes enquanto territórios de “identidade” e “cidadania” – sendo que a construção dos mesmos se revelou em essência como uma delimitação político-administrativa do espaço.

As horizontalidades sociais historicamente construídas não vêm redefinindo no local as verticalidades impostas pela racionalidade da Política de Desenvolvimento Territorial Rural. As organizações e os movimentos sociais passaram a integrar espaços institucionalizados de poder – os Colegiados Territoriais –, sendo fragilizado o enfretamento com o Estado que historicamente possibilitou o avanço da luta popular pela terra.

O viés economicista do acesso aos recursos públicos vem determinando a essência da ação política, ainda que esta seja legitimada no imaginário social pelo discurso da participação democrática. Os projetos territoriais aprovados (no período de 2003 - 2008) foram pouco estruturantes na perspectiva da abordagem territorial, além de definirem territorialidades que conformaram uma nova correlação de forças sociais no Território.

No que se refere ao poder público, foi destacada a representação colegiada das prefeituras de forma alinhada à “ação cidadã” do Estado em aumentar expressivamente os recursos públicos federais para a escala dos “milhões de reais”. Contudo, este aspecto ainda não se traduz na participação municipal da gestão territorial, estando esta ainda muito restrita às prefeituras de Buerarema, Itabuna e Ilhéus. Destacou-se também a ausência de representações estratégicas para o desenvolvimento territorial, em especial do INCRA enquanto órgão executor da política fundiária do MDA, como também de entidades com ações voltadas para o associativismo e cooperativismo, considerando a fragilidade técnica dos projetos territoriais.

No que se refere à sociedade civil foi expressiva a redução das representações das organizações e movimentos de luta pela terra, limitando-se atualmente ao MST, o MLT e MTL, além da FETAG/ Pólo Sindical Sul. Ao mesmo tempo em que foi significativo o crescimento da participação das organizações ambientalistas - o que tende a fortalecer ainda mais a proposta de desenvolvimento desfocada da questão (da reforma) agrária.

Evidenciou-se assim a contradição entre a natureza das representações sociais e a luta pela conquista da terra como possibilidade de autonomia política das famílias acampadas e assentadas, para além da condição de exploração, considerando ter sido este o aspecto definidor do Território Litoral Sul da Bahia.

Contudo, há de se considerar que a realidade se evidencia de forma uma e contraditória, sendo esta uma situação em permanente mudança. E que, apesar das contradições evidenciadas na gestão social no Território, a Questão (da Reforma) Agrária continua geografizando-se no espaço, em suas múltiplas escalas e dimensões.

REFERÊNCIAS

ABARÁ. **Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais**. Disponível em <<http://www.abara.org.br>> Acesso em 05.05. 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo; CARVALHO FILHO, José Juliano de. A Objetividade do Conhecimento das Ciências Sociais: o caso dos assentamentos. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Campinas, SP: v.24, n..3, 1994. p. 36-53.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O sentido da Reforma Agrária no Brasil dos anos 90. *In: Caderno Prudentino de Geografia n° 18*. Geografia e Globalização. São Paulo: AGB, 1996. p.89-105.

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

ATHAYDE, Vitor Athayde. Crise Estrutural e Integração dos Aristas do Cacau. *In: Bahia Agrícola - Ano I, n° 0, nov/1995*. Salvador: SEAGRI, 1995. p.28 - 32.

A TARDE *on Line*. **Exportação deve crescer 5% no agronegócio, diz ministro**. Caderno Economia. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/noticia.jsf?id=1332923>> Acesso em 08.01. 2010.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BAGNASCO, Arnaldo. *Tre Italie, La Problematica Territoriale Dello Sviluppo Italiano*. Bologna, Il Mulino, 1977.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Geopolítica na Virada do Milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 271-307.

BOGO, Ademar. Eldorado dos Carajás Sempre *In: Eldorado dos Carajás 10 anos Depois: violência e impunidade no campo*. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, 2006.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária – de Canudos aos Sem-Terra: a utopia pela terra. *In: O Olho da História. Revista de História Contemporânea*. v.2, n.3, p. 29-45, Salvador, 1996.

CÂMARA, Lourival. A concentração da propriedade agrária no Brasil. *In: Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 7, n.77, p. 516-528, agost.1949.

CASSEL, Guilherme. Territórios Rurais vão ser ampliados. **Territórios Rurais**. Brasília. Ano 3 . n. 2, p. 28-29, jul./dez.2007

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CEPLAC. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br>> Acesso em 05.05. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O Que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CMI. **Centro de Mídia Independente**. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org.br>> Acesso em 10.05. 2008.

COELHO NETO, Agripino Souza. Relações entre o Estado e a Sociedade Civil nas Políticas Territoriais: produzindo verticalidades e horizontalidades. *In: Revista Espaço Acadêmico da Universidade Estadual de Maringá (PR)*, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84neto.htm>> Acesso em 06.05.2008

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em <<http://www.cpt.org.br>> Acesso em 05.05. 2008.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: CPT, 2003.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2005**. Goiânia: CPT, 2004.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2007**. Goiânia: CPT, 2007.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2008**. Goiânia: CPT, 2008.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Relatório Final. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ - IICA, 2007

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Produtor de Cacau Terá Dívida Renegociada e Obterá Novo Crédito**. Ano XCII – Nº 19.673. Agricultura. Salvador, Bahia, 11 de abril de 2008. p. 5

DIAS, Leila Christina. Os Sentidos da Rede: Notas para Discussão. *In*: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11 -28.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. **A Região Cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE, 1983.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FETAG-BA. **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA**. Histórico. Disponível em:<<http://www.fetag-ba.org.br>> Acesso em 05.05. 2008.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**, 2004. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf> Acesso em 05.05.2006.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A Especialização da Luta pela Terra no Litoral Sul da Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso/ Bacharelado em Geografia (DGEO/UFBA). Salvador, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Em Torno da Propriedade da Terra**. Salvador: Arembepe, 1997.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia**. Banco de Dados. Salvador, 2005. Disponível em: < <http://www.geografar.ufba.br>>. Acesso em 05.05.2009.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Formas de Acesso à terra na Bahia**. Banco de Dados. Salvador, 2009. Disponível em: < <http://www.geografar.ufba.br>>. Acesso em 05.05.2009.

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Revista Bahia Agrícola Ano I**, novembro de 1995.

GUANZIROLI, Carlos; CARDIM, Silvia Elizabeth (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000.

GERMANI, Guimar Inez. *Cuestión Agraria y Asetamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964 - 1990)*. Tese de Doutorado (Universidad de Barcelona). Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar Inez. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. *In: Caderno de Geociências*. Salvador: EDUFBA, 2001.p. 133 -144.

GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLALDE, Alicia Ruiz. **Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco**. Relatório Técnico. Salvador: UFBA/NRI (*National Resources Institute*), 2006.

GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alicia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia de e CARVALHO, Edmilson. A Implantação dos Programas Orientados pelo Modelo de Reforma Agrária de Mercado no Estado da Bahia. *In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes (org.) Capturando a Terra: Banco Mundial, Políticas Fundiárias Neoliberais e Reforma Agrária de Mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 229-258.

GERMANI, Guiomar Inez. **Permanências e Mudanças no Campo Baiano: Questões à Geografia Agrária**. Curitiba: ANPUR, 2009.

HAESBAERT, Rogério **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Lammert, 1986.

LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LINS, Marcelo da Silva. **Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no Sul da Bahia (1935-1936)**. Dissertação de Mestrado (FFCH/UFBA). Salvador-BA, 2007.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações**. Nota Técnica, Brasília: MAPA/CEPLAC, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, Humberto. Territórios Rurais: a busca pela igualdade no meio rural. **Territórios Rurais**. Brasília. Ano 3 . N. 2, p. 7-11, jul./dez.2007

MASSENA, Fábio dos Santos. **Organizações Não-governamentais (ONGs) e o Movimento Ambientalista da Região Cacaueira da Bahia: valores, discursos e práticas**. Dissertação de Mestrado (PRODEMA/UESC). Ilhéus-BA, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para o Novo Mundo Rural**. Brasília: MDA/SDT, 1999.

MDA. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/CNDRS, 2002.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Vida Digna no Campo**. Brasília: MDA/SDT, 2003 a.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Brasília: MDA/SDT, 2003 b.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Regional de Reforma Agrária da Bahia**. Brasília: MDA/SDT, 2004.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Território Litoral Sul - Bahia Brasília: MDA/SDT, 2004.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/CNDRS, 2005

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Território de Identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia**. Brasília: MDA/SDT, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do Meio Rural - 2008**. Brasília: MDA/DIIEESE, 2008.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em <<http://www.mst.org.br>> Acesso em 05.05.2008.

NAVARRO, Zander. Movimentos Rurais no Sudeste da Bahia (1955/1964). *In: Cadernos do CEAS N° 85*, Salvador, 1983. p. 14 -23

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogos de diferentes matrizes de racionalidade. *In: SPOSATI, Adailza et al. Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p.135-161.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Oligarquia Fazendo Justiça com as Próprias Mãos (A geografia da violência no campo brasileiro 2007) *In: Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2007*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2007. p.143-148

ROMANO, Jorge O (org.). **Olhar Crítico Sobre Participação e Cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 a. (Coleção Olhar Crítico, 1)

ROMANO, Jorge O (org.). **Olhar Crítico Sobre Participação e Cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b. (Coleção Olhar Crítico, 2)

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *In: Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n.3, p. 715-751. set/dez. 2007. Disponível em [http: <www.scielo.br/revistas/se/paboutj.htm#003>](http://www.scielo.br/revistas/se/paboutj.htm#003) Acesso em 05.05.2009.

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau. Introdução ao Estudo Geográfico**. Bahia: S. A. Artes Gráficas, 1955.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura: **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: RECORD, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão Emoção**. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª edição. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **“CETA: nossa luta é justa e certa!”: formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009)**. Trabalho de Conclusão de Curso/Bacharelado em Ciências Sociais (FFCH/UFBA). Salvador, 2009.

SANTOS e SANTOS, Cirlene Jeane. **O Processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no Estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado (MGEO/UFBA). Salvador, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais. *In: Anais do VI Colóquio sobre Poder Local*. Salvador,: UFBA, 1994. p.165-176

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo José Lopes O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116

SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: TERRITORIAL, 2003

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao Discurso “Hegemônico” do Capital à Atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia**. Tese de Doutorado (NPGeo /UFS). Aracaju-SE, 2008.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise Territorial da Bahia Rural**. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: SEI, 2004.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª edição. São Paulo: UNESP; Salvador: UFBA, 2001.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Holística**. São Paulo: EDUSP, 2007.

VINHÁES, José Carlos Vinhães. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: Editus, 2001.

YEROS, Paris. A Geopolítica da Reforma Agrária. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.151-176.

ANEXOS

ANEXO 1:



ORIENTAÇÕES PARA A INDICAÇÃO, ELABORAÇÃO E TRÂMITE DE PROJETOS TERRITORIAIS EM 2007 e 2008

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, contribuindo deste modo para a redução das desigualdades regionais e sociais e para a integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional.

A SDT tem como estratégia de atuação a abordagem territorial do desenvolvimento expressa através do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Um dos seus maiores desafios é identificar e constituir territórios a partir de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável.

A abordagem territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas, que tem na equidade, no respeito a diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, objetivos fundamentais a serem atingidos e conquistados.

As ações de infra-estrutura e serviços territoriais tem como principal objetivo apoiar projetos voltados para a dinamização das economias territoriais, para o fortalecimento das redes sociais de cooperação e o fortalecimento da gestão social, estimulando uma maior articulação das políticas públicas nos territórios rurais homologados pela SDT.

O presente documento apresenta informações sobre os procedimentos e prazos relativos a indicação, por parte dos colegiados territoriais, dos projetos prioritários, e os que devem ser observados pelas demais instâncias que participam da implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS

2.1 INDICAÇÃO DE PROJETOS TERRITORIAIS PELOS COLEGIADOS

2.1.1 CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

- Os projetos devem estar vinculados aos eixos temáticos ou aglutinadores dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS;
- Os projetos devem ter caráter de integração territorial ou intermunicipal;
- Os projetos devem atender o público beneficiário das ações do MDA (agricultores (as) familiares, assentados (as) da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores (as) artesanais e extrativistas);
- Para os projetos de empreendimentos econômicos e/ou sociais, deve-se indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e público beneficiário;
- Os projetos de agroindústrias tem de ser destinados a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito como de jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, e a agricultores (as) familiares que se enquadrem no Grupo B do PRONAF e;

- No caso de municípios/territórios que apresentam baixo dinamismo econômico¹, os projetos agroindustriais podem também contemplar agricultores (as) familiares que se enquadrem no Grupo C do PRONAF.

2.1.2 SUGESTÃO DE CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS TERRITORIAIS

- Que gerem impacto na agregação de valor à produção, na geração de renda e ocupação produtiva, com sustentabilidade ambiental;
- Que favoreçam a infra-estrutura de apoio ao associativismo e cooperativismo em suas diferentes formas;
- Que permitam a participação e controle social dos colegiados e beneficiários;
- Que tenham assegurado o assessoramento técnico necessário para viabilizar as atividades planejadas;
- Que melhorem a estrutura de apoio aos Colegiados Territoriais;
- Que tenham complementaridade e integração com outras políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar;
- Projetos que sejam complementados com outras fontes de recursos;
- Atendam, além do público prioritário do MDA, grupos que tenham maior dificuldade de acesso as políticas públicas tais como: agricultores (as) do grupo B do PRONAF, jovens e mulheres;
- Atendam municípios com concentração de assentamentos da Reforma Agrária e de Agricultores Familiares;
- Projetos inovadores que aproveitem as potencialidades (econômicas, sociais, ambientais, culturais, históricas, de localização, dentre outras) dos territórios.

2.1.3 SUGESTÃO PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES QUE AJUDEM AQUALIFICAR A ESCOLHA E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS TERRITORIAIS

- Para justificar a elaboração dos projetos territoriais é importante considerar as informações já conhecidas pelo colegiado e contidas em diagnósticos e outros insumos, tais como o Plano Territorial, Estudos Propositivos de Dinamização Econômica e Plano Safra Territorial, dos quais seja possível sistematizar:
- Uma síntese dos principais entraves ao desenvolvimento territorial;
- Os eixos integradores ou aglutinadores ou prioritários indicados no Plano Territorial;
- Os programas e projetos dos governos federal/estadual/municipal e/ou de organizações não governamentais (ONGs) que estão implantados ou programados e que se relacionam com as ações propostas;
- Projetos e atividades já apoiados e que necessitam de complementação para o seu aproveitamento potencial, inclusive na perspectiva de ampliação dos benefícios para outros municípios;
- As ações de Infra-estrutura demandadas historicamente pelas organizações governamentais, ONGs e organizações dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária que podem responder à superação dos entraves ao desenvolvimento rural e;
- As atividades de capacitação necessárias à formação de atores locais na implantação e gestão dos empreendimentos econômicos e/ou sociais apoiados.



3. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E SELEÇÃO DOS PROJETOS:

- Os projetos territoriais ou intermunicipais de infra-estrutura serão apoiados com recursos do Programa 1334.0620 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais conforme a Resolução nº 37 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CONDRAF, de 16 de fevereiro de 2004 (Publicada no DOU de 18/02/2004 – fls. 142 e 143 – Seção I) que estabelece procedimentos operacionais das ações de Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Da disponibilidade de recursos para cada Estado, pelo menos 70% deverá ser utilizado em Projetos Territoriais e até 30% poderá destinar-se a projetos intermunicipais ou destinados à pré-territórios.
- Com relação a contrapartida dos contratos de repasse, no caso de recursos do Infra-estrutura, é exigida em dinheiro e/ou o terreno para edificação de obra prevista. Os valores mínimos estão estabelecidos na LDO Nº 11.439 de 29/12 /2006 para o exercício fiscal de 2007, conforme abaixo:

Subseção III

Das Transferências Voluntárias

Art. 45. As transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000, dependerão da comprovação, por parte do conveniente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1o A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) (VETADO)

b) 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento), para os demais Municípios com até 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes;

c) 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), para os demais Municípios localizados nas áreas da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e na Região Centro-Oeste; e

d) 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais; e

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), se localizados nas áreas da ADENE e da ADA e na Região Centro-Oeste; e

b) 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

4. COMPETÊNCIAS DAS INSTÂNCIAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS

4.1 COMPETE AOS COLEGIADOS TERRITORIAIS (CIATs/CODETER)2

4.1.1 PLENÁRIO

- Indicar em reunião do colegiado e na ausência deste em um evento territorial, os projetos a serem apoiados em 2007 e 2008, apontando ordem de prioridade, observando as orientações e critérios contidos neste documento e outros que possam ser estabelecidos pela instância estadual (CEDRS) e Núcleo Diretivo;



- Registrar em ata as deliberações do plenário relativas ao processo de indicação de projetos prioritários e;
- Indicar os proponentes dos projetos prioritários.

4.1.2 NÚCLEO DIRETIVO3

- Dar ciência aos membros do Colegiado Territorial, diretamente e/ou através do Núcleo Técnico, das informações do presente documento;
- Negociar com os proponentes indicados pelo Plenário (Prefeituras, Gov. Estadual e ONGs) a implantação dos projetos e a gestão dos mesmos, com participação do colegiado e beneficiários, firmando, sempre que possível, Termo de Gestão para assegurar o cumprimento dos pontos acordados;
- Assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos no item 5 deste documento;
- Enviar a relação dos projetos priorizados para os anos de 2007 e 2008 à Delegacia do MDA e Secretarias Executivas do CEDRS;
- Preencher a ficha resumo conforme as deliberações do plenário encaminhando-a à Delegacia do MDA e SDT;
- Encaminhar a Ficha Resumo à Secretaria Executiva do Conselho Estadual, acompanhada dos documentos comprobatórios das indicações do Colegiado Territorial (atas) e, para fins de análise, os Planos de Trabalho elaborados e;
- Acompanhar a tramitação dos projetos territoriais.

4.1.3 NÚCLEO TÉCNICO4

- Elaborar ou acompanhar a elaboração dos projetos territoriais indicados para os anos de 2007 e 2008, em cooperação com as entidades do território (prefeituras municipais, ONGs, Governo Estadual, órgãos de extensão rural, dentre outras);
- Instruir os membros do Plenário e do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial, em caso de dúvidas e/ou esclarecimentos sobre as informações contidas neste documento relatando ou solicitando ao Consultor Territorial do MDA, informações adicionais, se necessário;
- Manter o Consultor Territorial do MDA informado sobre o processo de definição e elaboração dos projetos territoriais e;
- Assessorar o Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial no acompanhamento do trâmite dos projetos territoriais.

4.2 COMPETE AO COLEGIADO ESTADUAL (CEDRS ou similar)

- Sugerir aos colegiados territoriais outros critérios de priorização dos projetos que possam auxiliar no processo de qualificação dos projetos, desde que não se contraponham aos sugeridos por este documento;
- Compor Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho para análise dos projetos territoriais, incluindo, obrigatoriamente, representantes dos movimentos sociais representativos do público beneficiário do MDA e representante da Delegacia do MDA, dentre outros;
- Emitir pareceres, no âmbito das Câmaras Técnicas ou Grupo de Trabalho, em relação aos projetos recebidos dos Colegiados Territoriais para subsidiar as decisões do colegiado estadual;
- Deliberar sobre os projetos encaminhados pelos Colegiados Territoriais, baseado em parecer da Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho;
- Encaminhar à SDT os resultados da deliberação acompanhados de cópias dos documentos recebidos dos Colegiados Territoriais.



4.3 COMPETE À DELEGACIA DO MDA

4.3.1 ATRAVÉS DO (A) DELEGADO (A) OU REPRESENTANTE

- Participar ou indicar representante para compor a Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho do CEDRS para análise dos projetos territoriais;
- Participar ou acompanhar (no caso dos Estados em que a Delegacia ainda não tem assento no CEDRS) as reuniões do CEDRS, que tratem da análise e homologação dos projetos territoriais e;
- Analisar os projetos territoriais indicados pelos Colegiados Territoriais, conforme estabelece as Portarias MDA nº 39 e 49/2005, encaminhando manifestação acerca dos mesmos à SDT e à Secretaria Executiva do CEDRS.

4.3.2 ATRAVÉS DO CONSULTOR TERRITORIAL

- Esclarecer o Colegiado Territorial (Plenário, Núcleos Diretivo e Técnico) sobre eventuais questionamentos e esclarecimentos sobre o presente documento, mantendo a SDT informada;
- Participar das reuniões do colegiado territorial ou território para definição e priorização de projetos territoriais;
- Emitir parecer sobre os projetos territoriais após indicação do Colegiado Territorial;
- Acompanhar a tramitação dos projetos territoriais, assegurando o cumprimento das orientações e prazos estabelecidos pela SDT;
- Apoiar os colegiados e os proponentes dos projetos territoriais, de forma a assegurar a contratação e o cumprimento de cláusulas suspensivas, se houver, nos prazos estabelecidos conforme Diretrizes do MDA/Caixa Econômica Federal.

4.3.3 ATRAVÉS DE CONSULTORIA DE PROJETOS

Para apoiar os colegiados territoriais, a SDT estará disponibilizando alguns consultores(as) para auxiliar no processo de elaboração de projetos territoriais que requeiram um conhecimento mais especializado. As suas atribuições serão as seguintes:

- Apoiar o Núcleo Diretivo e Técnico e/ou proponentes, na orientação, assessoramento a elaboração dos projetos técnicos, de acordo com os recursos humanos e capacidade técnica disponível nos territórios;
- Emitir Parecer Técnico em projetos de empreendimentos econômicos ou sociais no que se refere a especificações técnicas, viabilidade econômica ou de manutenção e sobre o modelo de gestão.

4.4. COMPETE À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL -SDT

- Estabelecer e divulgar as orientações para elaboração e tramitação dos projetos territoriais;
- Constituir equipe de análise com participação de técnicos da SDT e de outras Secretarias, ministérios ou entidades parceiras e homologar os projetos territoriais;
- Encaminhar os projetos territoriais aprovados ao agente financeiro para empenho e contratação;
- Informar as Delegacias do MDA, CEDRS e colegiados territoriais, a relação de projetos homologados e encaminhados ao agente financeiro;
- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para apoio aos projetos conforme os limites definidos para os Estados;
- Apoiar a capacitação dos executores na aplicação dos recursos e na gestão dos empreendimentos;
- Acompanhar a implantação e gestão dos projetos.

ANEXO 2:



**SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA FAMILIAR**

RELAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

N ^o	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulugum do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner, Jussiape.
4	SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.
6	BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.

7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas, Vereda.
8	ITAPETINGA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.
9	VALE DO JIQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Juazeiro, Curaçá, Uauá, Canudos.
11	OESTE BAIANO	Wanderley, Cotegipe, Cristópolis, Baianópolis, Catolândia, São Desidério, Barreiras, Angical, Luiz Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Mansidão, Formosa do Rio Preto, Buritirama.
12	BACIA DO PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo.
13	SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Tanhaçu.
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Ruy Barbosa, Itaberaba, Rafael Jambeiro, Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo, Tapiramutá, Miguel Calmon.
15	BACIA DO JACUÍPE	Baixa Grande, Mairi, Gavião, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe, Quixabeira.
16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caém, Capim Grosso, Serrolândia, Jacobina, Várzea Nova, Ouroândia, Umburanas, Mirangaba, Saúde.
17	SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	Jeremoabo, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Sítio do Quinto, Novo Triunfo, Antas, Cícero Dantas, Banzaê, Fátima, Adustina, Paripiranga, Ribeira do Pombal, Heliópolis, Ribeira do Amparo, Cipó, Nova Soure, Euclides da Cunha
18	AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE	Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Jandaíra, Conde, Acajutiba, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Araçás, Alagoinhas, Aramari, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Catu, Pojuca, Pedrão.
19	PORTAL DO SERTÃO	Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Santo Estevão, Ipecaetá, Antônio Cardoso, Anguera, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Conceição do Jacuípe, Irará, Água Fria.

20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
21	RECÔNCAVO	Santo Amaro, Saubara, Governador Mangabeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, São Félix, Marogojipe, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, São Felipe, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Varzedo, Dom Macedo Costa, Nazaré, Sapeaçu, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde.
22	MÉDIO RIO DAS CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã, Itamari.
23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.
24	ITAPARICA (BA/PE)	Abaré, Macururé, Chorrochó, Rodelas, Glória, Paulo Afonso, Belém do São Francisco (PE), Itacuruba (PE), Carnaubeira da Penha (PE), Floresta dos Navios (PE), Petrolândia (PE), Tacaratu (PE), Jatobá (PE).
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Filadélfia, Antônio Gonçalves, Senhor do Bonfim.
26	METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz, Salinas da Margarida.

ANEXO 3:

CARTA DE REIVINDICAÇÃO DOS ESCRAVOS REBELADOS DO ENGENHO SANTANA, ILHÉUS-BA.¹

Em 1789, sob propriedade e administração de Manuel da Silva Ferreira, “o engenho contava com cerca de trezentos escravos, a maioria deles se revoltou, matou o mestre de açúcar e se apossou de parte das ferramentas, refugiando-se nas matas próximas. Em consequência, o engenho permaneceu de fogo morto durante quase dois anos. A certa altura, os rebelados apresentaram a Manuel da Silva Ferreira um “Tratado de paz”, com as condições de retorno ao trabalho para eles aceitáveis. Mediante engodo, no entanto, o senhor de engenho conseguiu aprisionar dezesseis rebelados em 1790, inclusive o líder Gregório Luís, que ainda em 1806 se encontrava sem julgamento na cadeia de Salvador, enquanto os quinze demais companheiros presumivelmente foram vendidos no Maranhão. Com isso, a revolta se encerrou pela derrota dos rebelados.”²

¹ In GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo, Editora Ática, 1990, pp. 234-237.

² *Op. cit.*, p. 234.

“Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pellos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados

Meu Senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás ha de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber.

Em cada semana nos ha de dar os dias de sexta fr^a e de Sabado p^a trabalharmos p^a nós não tirando hum destes dias por cauza de dia St^o. Para podermos viver nos hade dar Rede tarrafa e canoas.

Não nos hade obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quizer fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para seu sustento tenha Lanxa de pescaria o canoas do alto, e quando quizer comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça huma barca grande p^a quando foi p^a a Bahia nós metermos as nossas cargas p^a não pagarmos frete.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha hade ser de cinco alqueires razos, pondo arrancadores bastantes p^a estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana hade ser de cinco mãos, e não de seis, e a des canas em cada freixe.

No barco hade pôr quatro varas, e hum p^a o Leme, e hum no leme puxa mt^o por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de ser tres, e hum em cima.

A medida de lenha hade se ser como aqui se praticava, p^a cada medida hum cortador, e huma mulher p^a carregadeira.

Os actuais Feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nosso aprovação.

Nas moendas hade pôr quatro moedeiras, e duas guindas, e huma carcanha.

Em cada huma caldeira hade haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia Sabado hade haver Remedielmente peija no Engenho.

Os marinheiros que andão na Lanxa alem de camisa de bacta que se lhes dá, hão deter Gibão de bacta, e todo vestuario necessario.

Poderemos planter nosso arros onde quizermos, e em qualqr Brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou qualqr pau sem darmos parte p^a isso.

A estar por todos os artigos a cima, e concedernos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a o servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os maos costumes dos mais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja precizo licença.”